



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

RAYANE BARCELLOS MARINHO DE SOUZA

**PRECARIEDADE DA MORADIA EM OCUPAÇÕES IRREGULARES EM
CENTROS HISTÓRICOS: uma análise dialógica da Ocupação Leonardo
Cisneiros em Recife**

**BAURU
2023**

RAYANE BARCELLOS MARINHO DE SOUZA

**PRECARIEDADE DA MORADIA EM OCUPAÇÕES IRREGULARES EM
CENTROS HISTÓRICOS: uma análise dialógica da Ocupação Leonardo
Cisneiros em Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre

Orientadora: Prof^a Associada Rosio
Fernández Baca Salcedo

BAURU
2023

Souza, Rayane Barcellos Marinho de.

Precariedade da moradia em ocupações irregulares
em Centros Históricos : Uma análise dialógica da
Ocupação Leonardo Cisneiros em Recife / Rayane
Barcellos Marinho de Souza, 2023

192 p. : il., fotos, mapas

Orientadora: Rosio Fernández Baca Salcedo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação
e Design, Bauru, 2023.

1. Precariedade da moradia. 2. Ocupações
irregulares. 3. Padrões culturais. 4. Centro
Histórico. I. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design.
II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RAYANE BARCELLOS MARINHO DE SOUZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de março do ano de 2023, às 09:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de RAYANE BARCELLOS MARINHO DE SOUZA, intitulada **PRECARIEDADE DA MORADIA EM OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CENTROS HISTÓRICOS: uma análise dialógica da Ocupação Leonardo Cisneiros em Recife**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof^a. Associada ROSIO FERNANDEZ BACA SALCEDO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/Unesp/Bauru, Professor Doutor JEFFERSON OLIVEIRA GOULART (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/Unesp/Bauru, Profa. Dra. CIBELE SALIBA RIZEK (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Carlos. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: A P R O V A D O . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof^a. Associada ROSIO FERNANDEZ BACA SALCEDO

AGRADECIMENTOS

Pesquisar sobre o espaço doméstico e a subjetividade desse campo é investigar o sonho das pessoas e as condições mínimas para sonhar. Se eu tive os meios e a capacidade de executar este trabalho acadêmico, foi graças ao sonho compartilhado entre muitas pessoas que me auxiliaram ao longo deste caminho.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, a Profa. Dra. Rosio Fernández Baca Salcedo, uma pessoa ímpar que não apenas estuda o meio dialógico, mas o pratica constantemente, sendo sempre compreensiva, dedicada e aberta ao diálogo. Obrigada professora, pelas trocas e por me aceitar.

Agradeço também ao Programa de Formação Didático-Pedagógico para Cursos de Modalidade a Distância da Univesp em parceria com a Unesp, pela oportunidade de conciliar o desenvolvimento da pesquisa com uma atuação na área docente remota, através de apoio financeiro. Agradeço também aos professores e funcionários do PPGARQ e do DAUP que, mesmo em meio à pandemia, contribuíram à distância de forma constante na minha formação acadêmica e me acolheram neste período turbulento.

Também gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos aos moradores da Ocupação Leonardo Cisneiros, que gentilmente abriram as portas de suas casas, responderam questionários e me contaram sobre suas experiências de vida e seus sonhos. Aos colegas de profissão Paula, Vítor e Diego, que me inspiraram a seguir nos estudos sobre o ativismo pelo direito à moradia adequada.

Aos colegas de mestrado, pelo suporte e companheirismo, mesmo à distância, durante todo esse tempo. Em especial, agradeço a Marcela, Beatriz, Maurício, Carolina, Maressa e Simone por me lembrarem sempre que eu não estava sozinha neste barco. Às minhas amigas de vida e aos meus amigos que foram minha rede de apoio e permaneceram no meu cotidiano mesmo com a minha ausência nestes últimos anos.

Aos meus pais, Priscila e Fred, o meu maior e melhor exemplo de vida, e minhas irmãs por sempre acreditarem em mim incondicionalmente e me apoiarem em todos os momentos. Sou grata também pela minha família recifense e pela família lençoense que ganhei.

Em especial, agradeço ao meu companheiro, Pedro e à nossa família que construímos ao longo dos últimos nove anos. Obrigada!

RESUMO

Diante do déficit habitacional, da precariedade das habitações em cortiços e da existência de numerosos prédios desocupados nos centros históricos, os Movimentos de Luta por Moradia se organizam socialmente para ocuparem de forma irregular edificações abandonadas nos centros. Neste contexto, a pesquisa tem como objetivo propor uma metodologia fundamentada na dialogia e na arquitetura para identificar e analisar os padrões culturais de moradia das famílias, em ocupações irregulares de edificações abandonadas em centros históricos. E, com base nos padrões culturais desejados pelas famílias, propor tipologias ou tipos de habitação social. Como estudo de caso está a ocupação Leonardo Cisneiros em Recife. A metodologia da pesquisa tem como base filosófica e teórica a Dialogia na Arquitetura, fundamentada por Bakhtin, Ricoeur, Muntañola, Zárate, Alexander e Rapoport, que relaciona o Texto (ou objeto arquitetônico) e o seu Contexto (Centro Histórico e Movimentos de Luta por Moradia), e nas sínteses das relações dos parâmetros das dimensões do Texto com seu Contexto permite identificar os padrões culturais de moradia das famílias em ocupações irregulares nos Centros históricos. A pesquisa está estruturada em quatro etapas. Na primeira, a abordagem teórica. Na segunda, o método de arquitetura dialógica. A terceira etapa contém os resultados que retratam a análise do Contexto: Centro Histórico do Recife e Movimentos de Luta e Resistência pelo Teto e do Texto, ocupação Leonardo Cisneiros no edifício Segadas Vianna. Na quarta etapa foi apresentada a proposta de tipos de habitação social com base nos padrões culturais desejados pelas famílias. Como principais resultados foi identificada a importância da implementação de políticas públicas habitacionais no Centro Histórico do Recife, a insatisfação dos moradores com a tipologia habitacional de cômodo único e a necessidade de delimitação dos cômodos domésticos e espaços dedicados para preservação das relações estruturadas em aspectos públicos e privados. Pretende-se contribuir com: I) os estudos sobre padrões culturais para habitação, II) estudos sobre habitação, III) método Dialogia na arquitetura.

Palavras-chave: Precariedade de moradia. Ocupações irregulares. Padrões culturais. Centro histórico. Arquitetura dialógica.

ABSTRACT

Faced with the housing deficit, the precariousness of housing in tenements, and the existence of numerous unoccupied buildings in historical centers, the Right to Housing Movements are socially organized to irregularly occupy abandoned buildings in the city centers. In this context, the research seeks to propose a methodology based on dialogue and architecture to identify and analyze the cultural standards of family housing in irregular occupations of abandoned buildings in historical centers. Based on the cultural standards desired by families, typologies or types of social housing will be proposed. The Leonardo Cisneiros occupation in Recife is used as a case study. The research methodology is based on philosophical and theoretical dialogue in architecture, drawing from Bakhtin, Ricoeur, Mutañola, Zárata, Alexander, and Rapoport. This methodology relates the text (or architectural object) and its context (historical center and housing struggle movements) and synthesizes the relations of the parameters of the dimensions of the text with context, allowing for the identification of the cultural patterns of housing of families in irregular occupations in historical centers. The research is structured in four steps: (1) theoretical approach, (2) dialogical architecture method, (3) results: analysis of the context (Historic Center of Recife and local Right to Housing Movement) and text, housing occupation in the Segadas Vianna building, and (4) proposals of typologies or types of social housing based on the cultural standards desired by families. The main results identified the importance of implementing public housing policies in the historic center of Recife, the dissatisfaction of residents with the single-room housing typology, and the need for delimitation of domestic rooms and spaces dedicated to preserving structured relations in public aspects and private. It is intended to contribute with: I) studies on cultural patterns for housing, II) studies on housing, III) dialogic method in architecture.

Keywords: Precarious housing, Occupations in historic buildings, Cultural patterns, Historic Center, Dialogical Architecture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gestão para o desenvolvimento sustentável.....	6
Figura 2: Área mínima recomendada para um quarto	22
Figura 3: Estudo de área mínima recomendada por cômodo.....	22
Figura 4: Parâmetros de localização habitacional	25
Figura 5: Diagrama conceitual da composição das necessidades habitacionais	32
Figura 6: Gráfico do déficit habitacional absoluto total no Brasil	34
Figura 7: Ciclo hermenêutico de Ricoeur	44
Figura 8: Matriz de relações entre o Texto e o Contexto	57
Figura 9: Gráfico da evolução populacional de Santo Antônio (1910 – 2010).....	59
Figura 10: Gráfico da evolução populacional de Santo Antônio (1910 – 2010).....	62
Figura 11: Gráfico de comparação das condições de ocupação dos DPP (2010).....	62
Figura 12: Gráfico de comparação do rendimento médio do Responsável pelo DPP em Santo Antônio (2000 e 2010).....	63
Figura 13: Gráfico da faixa etária da população em Santo Antônio (2010)	63
Figura 14: Gráfico da distribuição da população das ZEPH 10 e 14 por cor / raça (2010)	63
Figura 15: Concentração de população em situação de rua	64
Figura 16: Gravura “Porto e Barra de Pernambuco” de 1630, com detalhe mostrando acima a ocupação de Antônio Vaz	65
Figura 17: Formação urbana da Ilha de Antônio Vaz pelos holandeses em 1644.....	66
Figura 18: Zoneamento tipológico da Ilha de Antônio Vaz pelos holandeses em 1644.	67
Figura 19: Representação do parecer da Subcomissão de História, Tradição e Monumentos.....	69
Figura 20: Proposta de Nestor Figueiredo (1934).	69
Figura 21: Plano de remodelação para o Recife - proposta da Avenida 10 de Novembro	70

Figura 22: Construção de prédios na Avenida Dez de Novembro, 1944	71
Figura 23: Demolições no entorno da Matriz de Santo Antônio.....	71
Figura 24: Relação de escala dos novos prédios com a Matriz de Santo Antônio	71
Figura 25: Inserção dos novos prédios no bairro de Santo Antônio	71
Figura 26: Avenida 10 de Novembro, antes de sua finalização.....	71
Figura 27: Avenida 10 de Novembro finalizada.	71
Figura 28: Bairro de Santo Antônio (1951), eixos do novo tecido urbano	73
Figura 29: Panorama dos bairros de Santo Antônio e São José em 1855	74
Figura 30: Panorama dos bairros de Santo Antônio e São José em 2014	74
Figura 31: Bairro de Santo Antônio (1951), eixos do novo tecido urbano	76
Figura 32: Delimitação da Zona de Preservação de Santo Antônio e São José, conforme Decreto n. 11.639 / 1980	77
Figura 33: Configuração atual da ZEPH-10.....	77
Figura 34: Fluxo intenso nos becos do bairro de São José, Centro Histórico do Recife	78
Figura 35: Paisagem no entorno da Igreja Matriz de Santo Antônio ao longo dos anos, Centro Histórico do Recife.....	81
Figura 36: Localização da edificação Segadas Vianna	82
Figura 37: Insolação e ventos no entorno da edificação Segadas Vianna	83
Figura 38: Mapa de uso do solo no entorno da edificação Segadas Vianna.....	84
Figura 39: Equipamentos e serviços urbanos no entorno da edificação Segadas Vianna	84
Figura 40: Vias pedestrianizadas no entorno da edificação Segadas Vianna	85
Figura 41: Linhas de ônibus no entorno da edificação Segadas Vianna	86
Figura 42: Imóveis sem uso no entorno da edificação Segadas Vianna	88
Figura 43: Espacialização das tendências estilísticas no entorno da edificação Segadas Vianna	90
Figura 44: Estudo do potencial de reabilitação na Edificação Segadas Vianna	91

Figura 45: Protesto realizado por moradores da ocupação Leonardo Cisneiros	93
Figura 46: Reunião dos moradores da ocupação Leonardo Cisneiros em Julho de 2021	96
Figura 47: Fachada e implantação do Edifício Segadas Vianna em Santo Antônio	99
Figura 48: Fachada do Edf. Segadas Vianna em Santo Antônio.....	100
Figura 49: Infográfico da linha do tempo do Edf. Segadas Vianna.....	101
Figura 50: Processo de degradação edilícia da edf. Segadas Vianna	102
Figura 51: Implantação original do Edf. Segadas Vianna – térreo e 2º pavimento.....	103
Figura 52: Implantação original do Edf. Segadas Vianna – pavimento tipo.....	104
Figura 53: Condições de inadequação construtiva.....	106
Figura 54: Distribuição das famílias no Edf. Segadas Vianna.	109
Figura 55: Quadro dos atributos analisados pelo método.	110
Figura 56: Pergunta – Participação econômica no núcleo familiar	111
Figura 57: Pergunta – Participação em programas governamentais.....	111
Figura 58: Pergunta – Quais destas atividades remuneradas você realizava, realiza ou gostaria de realizar na sua configuração habitacional?	112
Figura 59: Pergunta – Idade	112
Figura 60: Pergunta – Número de pessoas na sua composição familiar.....	113
Figura 61: Pergunta – Na sua composição familiar, você é?.....	113
Figura 62: Cruzamento de dados – Posição familiar e entrevistadas no sexo feminino	114
Figura 63: Pergunta – Qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspectos da configuração habitacional atual?	115
Figura 64: Pergunta – Como você se sente em relação à segurança da configuração habitacional?	116
Figura 65: Atividade – Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa, lavar a louça ..	117
Figura 66: Atividade - Cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos.....	118

Figura 67: Atividade – Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, de eletrodomésticos ou de outros equipamentos	118
Figura 68: Atividade – Limpar e arrumar o domicílio	119
Figura 69: Atividade - Fazer compras de alimentos e produtos para manutenção da habitação ou pesquisar preços para o domicílio.....	120
Figura 70: Atividade - Cuidar de outras pessoas ou animais.....	120
Figura 71: Atividade – Assistir televisão	121
Figura 72: Atividade – Leitura.....	122
Figura 73: Atividade – Ouvir música.....	123
Figura 74: Atividade – Navegar na internet	124
Figura 75: Atividade – Jogar jogos	124
Figura 76: Atividade – Dormir ou descansar.....	125
Figura 77: Atividade – Receber visitas	125
Figura 78: Pergunta – Qual o seu grau de satisfação com a iluminação e ventilação naturais?	126
Figura 79: Pergunta – Como você avalia a sua configuração habitacional no verão e no inverno?.....	127
Figura 80: Pergunta – Qual o seu grau de satisfação em morar nesse bairro?	128
Figura 81: Pergunta – Como você se sente em relação à segurança da vizinhança ..	128
Figura 82: Pergunta – Quais destas atividades você realiza no bairro?	128
Figura 83: Nuvem de palavras da casa ideal dos moradores da ocupação Leonardo Cisneiros.....	129
Figura 84: Matriz de relações dialógicas da ocupação Leonardo Cisneiros	131
Figura 85: Diagrama esquemático – Centro Histórico do Recife	140
Figura 86: Imagem esquemática do padrão de ocupação Movimento de Luta e Resistência pelo Teto	142
Figura 87: Perspectiva esquemática com orientações construtivas	145

Figura 88: Distribuição atual das famílias na ocupação Leonardo Cisneiros	147
Figura 89: Fluxo de atividades atual e distribuição de mobiliário multifuncional na ocupação Leonardo Cisneiros	148
Figura 90: Distribuição proposta das famílias na ocupação Leonardo Cisneiros	150
Figura 91: Proposta tipológica – Família A.....	151
Figura 92: Proposta tipológica – Família B.....	152
Figura 93: Proposta tipológica – Família C.....	154
Figura 94: Proposta tipológica – Família D.....	154
Figura 95: Proposta tipológica – Família E.....	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Funções domésticas.....	10
Quadro 2: Matriz da Função Morar.....	12
Quadro 3: Aspectos de análise projetual da qualidade habitacional	14
Quadro 4: Requisitos gerais da NBR 15575-1 para o desempenho de edificações habitacionais.....	18
Quadro 5: Definição de precariedade no contexto habitacional	31
Quadro 6: Déficit habitacional: definição	32
Quadro 7: Indicadores de análise do déficit habitacional	33
Quadro 8: Relação entre Bakhtin, Ricoeur e Muntañola	42
Quadro 9: Etapas da Metodologia	46
Quadro 10: Parâmetros para análise do Centro Histórico	47
Quadro 11: Parâmetros e padrões para análise dos Movimentos de Luta por Moradia	48
Quadro 12: Parâmetros para análise da Construção	52
Quadro 13: Parâmetros para análise da Percepção dos Usuários.....	55
Quadro 14: Principais tendências estilísticas no bairro de Santo Antônio	89
Quadro 15: Diagnóstico dos parâmetros para análise da dimensão física.	97
Quadro 16: Informações gerais da construção	98
Quadro 17: Diagnóstico da Ocupação realizado pelo MLRT.....	105
Quadro 18: Síntese do diagnóstico do Centro Histórico, do Movimento de Luta por Moradia, da Construção do Edifício e da Percepção dos usuários	134
Quadro 19: Síntese das recomendações habitacionais a partir da análise dialógica da Ocupação Leonardo Cisneiros em Recife	139
Quadro 20: Recomendações para a reabilitação habitacional do Edifício Segadas Vianna	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Áreas mínimas por configuração habitacional	19
Tabela 2: Parâmetros de localização de equipamentos e serviços urbanos	26
Tabela 3: Densidade Demográfica	60
Tabela 4: Evolução no número de domicílios no bairro de Santo Antônio (1991 – 2010)	61
Tabela 5: Taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais nos bairros da RPA 1 (2010)	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. DIÁLOGOS DA MORADIA NOS CENTROS HISTÓRICOS	6
1.1. Habitação, sustentabilidade, e moradia digna e adequada	6
1.2. O Centro Histórico	26
1.3. Precariedade na habitação, déficit de habitação e os movimentos de luta por moradia: um panorama geral	31
1.4. A dialogia na arquitetura	41
2. MÉTODO	46
2.1. Análise do Contexto	47
2.2. Análise do Texto	51
2.3. Matriz das relações entre <i>Texto</i> e <i>Contexto</i>	57
3. RESULTADOS	59
3.1. Centro Histórico do Recife	59
Dimensão social	59
Dimensão simbólica	78
Dimensão física	81
3.2. Movimento de Luta e Resistência pelo Teto	91
Dimensão econômica	92
Dimensão social	93
Dimensão física	96
3.3. Edifício Segadas Vianna	98
Aspectos econômicos	100
Aspectos sociais	101
Aspectos físicos	102
3.4. Padrões culturais de moradia: percepção dos usuários	110

Aspectos econômicos: caracterização e percepção dos usuários.....	111
Aspectos sociais: caracterização dos usuários	112
Aspectos físicos: percepção e satisfação dos usuários.....	114
3.5. Relações dialógicas: correspondências dos padrões culturais de moradia .	130
4. PROPOSTA DE TIPOS DE HABITAÇÃO SOCIAL	133
4.1. Diagnóstico sobre o Centro Histórico, os Movimentos de Luta por Moradia, a Construção e a Percepção dos Usuários	134
4.2. Recomendações de ações para o Centro Histórico do Recife, o Movimento de Luta e Resistência pelo Teto, a Construção e os Moradores	138
4.3. Recomendações para a reabilitação do Edifício Segadas Vianna	140
4.4. Proposta tipológica: Habitação social no estudo de caso da Ocupação Leonardo Cisneiros	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

A Fundação João Pinheiro (2021, p. 113) estima que, no Brasil, em 2019, o déficit habitacional estava em torno de cinco milhões de unidades, onde foram utilizados dois aspectos de análise distintos: o quantitativo do déficit habitacional e a inadequação de unidades habitacionais. Ao mesmo tempo, a Pesquisa Nacional de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta aproximadamente oito milhões de imóveis abandonados, dos quais 80% estão localizados em áreas urbanas (IBGE, 2015). Os dados estatísticos revelam a má distribuição de moradias ocasionadas pelo descaso do Estado e ineficiência de políticas habitacionais, como também a forte atuação do mercado privado e das práticas de especulação imobiliária.

Neste contexto, as ocupações irregulares em edificações abandonadas surgem através dos Movimentos de Luta por Moradia como uma resposta à impossibilidade de acesso ao estoque habitacional, as insuficientes políticas, programas e projetos de habitação social e a obstrução das camadas mais pobres da sociedade de alcançarem seus direitos básicos de acesso à moradia adequada, mobilidade urbana e proximidade de serviços de saúde, educação e lazer.

Dentro das estatísticas de imóveis subutilizados cabe um destaque a situação dos vazios urbanos e edificações abandonadas em centros históricos, antes predominantemente residenciais, que passam por uma evasão da população residente. Observa-se que no Centro histórico de Recife os imóveis abandonados chegam a 18% do total de domicílios da área urbana, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010).

Habitar em centros históricos é uma premissa defendida tanto como estratégia de proteção e salvaguarda do patrimônio urbano e arquitetônico, como espaço para democratizar o acesso aos benefícios culturais, recreação e serviços que a região oferece (BONDUKI, 2010; MARICATO, 2000; SALCEDO, 2009). De acordo com diferentes autores como Lucredi (2019) e Salcedo et al. (2016) morar no centro das cidades é um fenômeno potencializado pela facilidade de acesso aos equipamentos públicos, serviços e comércios consolidados nos centros urbanos.

A promoção do uso residencial e a produção habitacional em áreas centrais e centros históricos desponta como uma alternativa de salvaguarda do patrimônio arquitetônico e possível reabilitação do patrimônio edificado existente, mediante políticas urbanas

estratégicas. De acordo com Bonduki (2010), a habitação social em áreas centrais é tratada do ponto de vista social e econômico, uma vez que dados apresentados indicam que a localização do conjunto residencial em uma área central favorece tanto o morador quanto os subsídios voltados para o programa habitacional, reduzindo assim os seus custos de criação de infraestrutura viária e proporcionando o acesso aos equipamentos públicos e serviços. Contudo, qualquer tipo de intervenção visando a regeneração urbana em centros históricos deve considerar as características específicas que são particulares e identitárias de cada contexto, sendo primordial uma abordagem que considere as dimensões físicas, sociais e simbólicas dos centros históricos.

Os estudos que abordam as ocupações irregulares em áreas centrais comumente apresentam a caracterização dos residentes e participantes dos movimentos de luta por moradia (FRÚGOLI, 2006; NEUHOLD, 2009; ALENCAR, SÁ, 2011; BRACONI, 2017), porém não foram encontrados estudos que abordem os padrões culturais de moradia das famílias nas ocupações irregulares e correlacionem estes padrões com a produção do espaço e suas relações com a qualidade de moradia adequada e habitações de interesse social, tema da presente pesquisa.

O processo de ocupação irregular de uma edificação histórica é uma resposta à ineficiência de políticas públicas habitacionais somada às estratégias invasivas do mercado imobiliário na formação territorial e se desenha como uma reação de grupos sociais em situação de extrema vulnerabilidade que não encontram alternativas de abrigo e proteção. Tendo em vista esse conflito, surgem questões como: quais são os padrões culturais das famílias que ocupam de forma irregular as edificações em desuso? De que forma as famílias se organizam para viver em coletividade? Qual o impacto destas ocupações nos contextos históricos? Como edificações existentes e abandonadas poderiam ser reabilitadas para uso habitacional e atender aos padrões culturais desejados destas famílias?

O método de arquitetura e dialogia, há vinte anos, vem sendo estudado e aplicado nas pesquisas de Mestrado e Doutorado, junto ao Grupo de Pesquisa em Arquitetura: Projeto, Território e Sociedade (GIRAS), da *Universita Politècnica de Catalunya* (Espanha), principalmente sobre a orientação do Prof. Dr. Josep Muntanola. No Brasil, desde 2013, o método vem sendo proposto em pesquisas junto ao Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da UNESP, sobre a orientação da Profa. Dra.

Rosio Fernández Baca Salcedo, como as Dissertações já defendidas: Habitação Social em centros urbanos consolidados: Análise dialógica desde o percurso do projeto ao uso social: São Paulo (Brasil) e Roma (Itália) (MARTINS, 2016), Habitação para idosos: Programa de locação social nos centros históricos de São Paulo (Brasil) e Barcelona (Espanha) (LUCREDI, 2019), Análise dialógica da qualidade de habitação social da Parceria Público-Privada na ambiência do Centro histórico de São Paulo (SILVA, 2020), Qualidade da Habitação do Projeto Piloto Locação Social para População em Situação de Rua: Uma análise dialógica (SÁNCHEZ, 2020), Metodologia de análise da qualidade da habitação social: projetos de intervenção em cortiços nos centros históricos de São Paulo (Brasil) e Buenos Aires (Argentina) (SUTTI, 2022). Porém, o método não foi ainda explorado na análise de ocupações irregulares em centros históricos.

Neste cenário, este trabalho visa propor uma metodologia fundamentada na dialogia na arquitetura, para identificar e analisar os padrões culturais de moradia das famílias, em ocupações irregulares de edificações abandonadas em centros históricos. E, com base nos padrões culturais desejados pelas famílias, propor tipologias ou tipos de habitação social, através do estudo de caso: Ocupação Leonardo Cisneiros na Rua Marquês do Recife, n.º 32, localizada no Centro Histórico de Recife.

Os objetivos específicos são:

- (I) Identificar os padrões físico, social e simbólico do **Centro Histórico** (Contexto)
- (II) Identificar quais parâmetros e padrões de moradia adequada, qualidade de vida e sustentabilidade social estão nas diretrizes dos **Movimentos de Luta por Moradia** (Contexto);
- (III) Identificar e analisar os parâmetros físicos da ocupação da **construção**;
- (IV) Identificar e analisar os acontecimentos físicos, sociais e simbólicos dos padrões domésticos e dos padrões sociais coletivos dos moradores na ocupação da edificação, nas áreas externas e no contexto imediato da habitação (**percepção dos usuários**);
- (V) Identificar e analisar as **relações dialógicas** entre os parâmetros e padrões culturais dos moradores (domésticos, sociais e coletivos nas áreas externas e do contexto da habitação) e suas correspondências com os parâmetros físicos do prédio ocupado, os parâmetros de moradia adequada, qualidade de vida e

sustentabilidade social dos Movimentos de Luta por Moradia e os padrões físico, social e simbólico do Contexto;

(VI) Com base nas expectativas e desejos dos moradores, identificar os **padrões culturais e padrões simbólicos desejados** e os correspondentes **padrões físicos** relacionados à habitação, equipamentos e serviços coletivos;

(VII) Propor **padrões físicos** de habitação (tipologias habitacionais) e espaços coletivos para a qualidade de vida e sustentabilidade da Habitação Social no Centro Histórico do Recife;

(VIII) Corroborar com o desenvolvimento do **método dialógico** e realizar aplicação metodológica no objeto de estudo: Ocupação Leonardo Cisneiros na Rua Marquês do Recife, n.º 32 – Edifício Segadas Vianna, localizada no Centro Histórico do Recife.

Estrutura da dissertação

O trabalho foi estruturado em quatro seções.

A seção 1 “Diálogos da moradia nos Centros Históricos” constitui a abordagem teórica da pesquisa que abrange o centro histórico e a reabilitação, a moradia adequada, sustentabilidade e padrões culturais, o déficit habitacional e os movimentos de luta por moradia em centros históricos, a relação entre a moradia adequada e os seus padrões culturais, a Dialogia na Arquitetura e relações entre o Texto com o seu Contexto e a temática da habitação social para pessoas em situação de vulnerabilidade no contexto brasileiro.

A seção 2 aborda os procedimentos e instrumentos metodológicos propostos na pesquisa para identificação padrões culturais de moradia existentes e desejados das famílias em ocupações irregulares de edificações abandonadas nos Centros Históricos, a partir da proposição de uma metodologia com base na dialogia na arquitetura. O método dialógico permite relacionar e analisar o Contexto (Centro Histórico e Movimentos de Luta por Moradia) e o Texto (ou objeto arquitetônico, sendo ele o Edifício Segadas Vianna e a Ocupação Leonardo Cisneiros) segundo as dimensões da construção e percepção dos usuários, usando os parâmetros de moradia adequada, qualidade de vida e sustentabilidade.

A seção 3, apresenta os resultados e discussões do Contexto: Centro Histórico do Recife e o Movimento de Luta e Resistência pelo Teto, e do Texto: Ocupação Leonardo Cisneros, Edifício Segadas Vianna.

Por fim, a seção 4 apresenta a proposta de tipos de habitação social com base nos padrões culturais desejados pelas famílias e as considerações finais do trabalho.

1. DIÁLOGOS DA MORADIA NOS CENTROS HISTÓRICOS

O capítulo compreende a abordagem teórica que fundamenta esta pesquisa, abordam-se o centro histórico e a reabilitação como método de intervenção em edifícios para uso habitacional, a moradia adequada, sustentabilidade e padrões culturais, o déficit habitacional e os impactos da pandemia, os movimentos de luta por moradia como reação aos conflitos que acompanham a segregação urbana e, por último, a dialogia na arquitetura como teoria que permite relacionar o Texto (ou objeto arquitetônico) com seu Contexto (Centro Histórico e Movimentos de Luta por Moradia) estabelecendo as relações necessárias para construir uma metodologia que permita identificar os padrões culturais de moradias existentes e padrões desejados das famílias em ocupações irregulares no Centro Histórico do Recife (CHR).

1.1. Habitação, sustentabilidade, e moradia digna e adequada

A habitação não está apenas relacionada à função primordial da arquitetura, como também às relações mais fundamentais entre o ser humano e o mundo a sua volta, “o próprio ato de habitar é um ato simbólico, e, imperceptivelmente, organiza todo o mundo para o habitante” (PALLASMAA, 2016, p.8), por isso além da moradia abrigar nossas funções físicas e corporais, ela também irá influenciar nossos comportamentos, recordações, sonhos e desejos. Ainda conforme Pallasmaa (2016) entre as personalidades privadas e sociais, a residência está no âmbito da primeira, de forma que a residência se encontra na esfera da intimidade e particularidade de cada indivíduo, logo, a oferta de autonomia e a capacidade de uma pessoa idosa realizar todas as suas atividades sem assistência ou com o mínimo de interferência por outros irão influenciar, diretamente, na sua sensação de pertencimento e na criação de uma identidade particular com o espaço habitacional

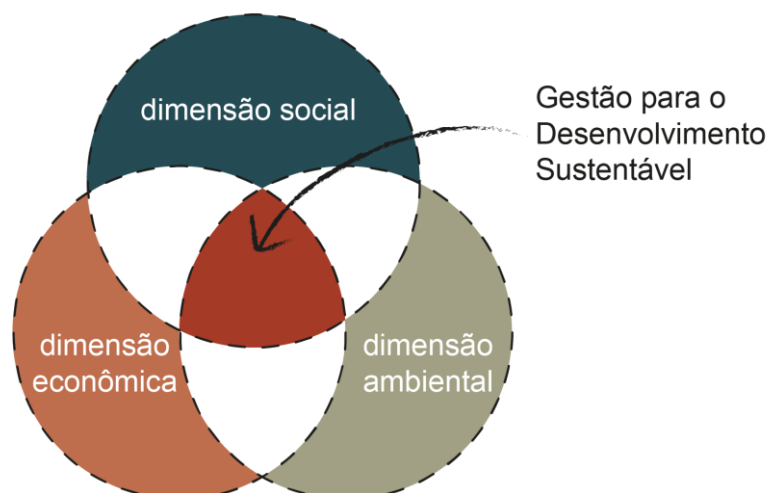
A moradia adequada é um dos componentes essenciais para o desenvolvimento sustentável; seu acesso contribui substancialmente para um ambiente mais seguro, igualitário, produtivo e para assentamentos mais saudáveis (ONU, 2001, p. 35). As más condições de vida estão associadas à pobreza, saúde debilitada, exclusão social, instabilidade e insegurança doméstica, degradação ambiental e vulnerabilidade a desastres, por isso, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018, p. 15), melhorias nas condições habitacionais podem salvar vidas, reduzir doenças, aumentar a qualidade de vida, reduzir a pobreza, ajudar a mitigar as mudanças climáticas e contribuir para o cumprimento de uma série de Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável¹ (ODS), incluindo aqueles que abordam a saúde (ODS 3), a disponibilidade de água e saneamento (ODS 6), o acesso à energia (ODS 7), as cidades resilientes e sustentáveis (ODS 11) e, por fim, os padrões de produção e consumo sustentáveis (ODS12).

Salcedo (2020) reforça a importância de analisar a qualidade habitacional a partir dos parâmetros de sustentabilidade e moradia adequada, principalmente no contexto dos Centros Históricos da América Latina e é a partir desta perspectiva e da natureza extremamente abrangente e intersetorial da qualidade habitacional que esta pesquisa adota como recorte de investigação três principais eixos de estudos: dimensão econômica, social e ambiental (Figura 1) a respeito da moradia adequada e sustentável no Centro Histórico do Recife.

¹ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 1) Acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares; 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar a todos, em todas as idades; 4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida a todos; 5) Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas; 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento a todos; 7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia a todos; 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente a todos; 9) Construir infraestrutura resiliente, promover industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles; 11) Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas para evitar a mudança climática e seus impactos; 14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerar de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da diversidade; 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça a todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar e parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2001).

Figura 1: Gestão para o desenvolvimento sustentável



Fonte: SALCEDO (2020), organizado pela autora (2023)

A partir da compreensão e implementação dos parâmetros da moradia adequada é possível caminhar em direção ao desenvolvimento sustentável e adaptação dos espaços domésticos nos âmbitos individuais e coletivos.

O Comentário n.º 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece uma série de elementos que determinam o conceito de moradia adequada. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU, 1992) o acesso à moradia digna é um direito “essencial ao bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas, devendo ser parte fundamental das atividades (inter)nacionais”. Os parâmetros de moradia adequada regidos pela ONU (1992) identificam os seguintes aspectos: (1) segurança de posse, (2) disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura, (3) economicidade, (4) habitabilidade, (5) acessibilidade, (6) localização e (7) adequação cultural. Dessa forma, os critérios estabelecidos pela instituição extrapolam os aspectos funcionais do espaço residencial e reconhecem a ordem e forma de vida dos seus habitantes.

A **segurança de posse** no contexto habitacional está diretamente ligada à proteção legal contra despejos forçados, perseguições e outras ameaças. Em debate realizado no Fórum Habitat III, na cidade de Quito, em 2016, foram estabelecidos uma série de propósitos na Nova Agenda Urbana 2016 como o objetivo de “alcançar cidades e assentamentos humanos onde todas as pessoas possam gozar de direitos e oportunidades iguais, guiados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas” (UN-HABITAT, 2016). Tendo em vista que a escolha do tipo de habitação,

qualidade, tamanho e localização estão moldados por uma série de fatores sociais, demográficos e econômicos, os propósitos da Agenda promovem a habitação acessível e sustentável apoiada no “desenvolvimento de políticas, instrumentos, mecanismos e modelos de financiamentos que promovam o acesso a uma ampla gama de opções de moradia acessíveis, incluindo o aluguel” (UN-HABITAT, 2016).

Rolnik (2015) relaciona a crise habitacional e o direito à moradia com a crise global de insegurança de posse e o avanço do complexo imobiliário-financeiro que parte da caracterização dos imóveis residenciais estritamente como objetos de valor econômico e não como direito mínimo universal. A progressão do mercado imobiliário está associada ao desmonte das políticas de habitação social e pública e, conseqüentemente, colocando em risco a segurança de posse do morador e incentivando a conversão da casa em mercadoria e ativo financeiro.

A autora ainda correlaciona os fatores de contradição entre os programas de subsídios que tornam a moradia economicamente viável para a população em situação de vulnerabilidade e as reais condições de necessidade desta camada populacional. Uma vez que o conceito de **economicidade** não é atendido quando o seu custo ameaça ou compromete o exercício dos outros direitos básicos do seu morador, como, por exemplo, os processos de financiamento bancários que tornam os beneficiários deste sistema reféns de dívidas e parcelas que perduram por anos e levam os moradores à situação de inadimplência financeira ou empréstimos bancários.

Os aspectos da dimensão econômica afetam diretamente a possibilidade de acesso das classes menos favorecidas a um bem imóvel. Em um país abalado pelo déficit habitacional a questão da casa própria excede os aspectos econômicos e invade a dimensão social da moradia digna, emergindo as questões culturais, os significados de habitação e as relações afetivas e de apropriação que nela se estabelecem, além da qualidade de vida e bem-estar do morador.

Adotando uma perspectiva conectada ao residente e à valorização da sua qualidade de vida e bem-estar, os aspectos da dimensão social da moradia digna abordam a questão da **acessibilidade** através da ótica do acesso e apropriação do espaço doméstico por grupos vulneráveis (idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência e outros). Elali (2006) afirma que independente da tipologia residencial a habitação se reveste de características subjetivas relativas ao diálogo que se

estabelece entre pessoa e ambiente, além das características físico-construtivas, a autora destaca a importância do acesso e segurança de posse na cultura habitacional brasileira.

Com relação à **adequação cultural**, autores como Rapoport (1969, 2003), Correia (2004), Pallasmaa (2016), Tuan (1980), Alexander (1979, 2005) e Elali (2006) identificam a habitação como uma resposta à cultura, portanto, os tipos de habitação e o conjunto habitacional devem atender as atividades, hábitos e costumes do seu residente e a relação da habitação com o seu contexto.

Pallasmaa (2016) e Rapoport (1969) ressaltam a casa como um *fenômeno cultural*, ou seja, sua forma e sua organização estão diretamente correlacionadas à cultura à qual pertence. Alinhado a estes dois autores está a fundamentação teórica de Alexander (1979, 2005), que correlaciona os padrões de acontecimentos aos padrões do espaço e consequentemente a linguagem destes padrões. Quando o autor estabelece que qualquer combinação de acontecimentos que tenham relação com a nossa vida, seja ela uma influência física ou abstrata, ela afeta diretamente nossas vidas e, de uma forma mais aprofundada, a vida de uma casa ou de uma cidade não é dada exclusivamente pela forma que suas edificações, mas pela qualidade dos acontecimentos e situações que ocorrem naquele cenário (ALEXANDER, 1979, p. 66).

O carácter de um edifício ou de uma cidade é dado, essencialmente, pelos acontecimentos que ocorrem com maior frequência nesses locais. [...]. Naturalmente, os padrões atuais de acontecimentos variam consideravelmente de pessoa para pessoa, de cultura para cultura (ALEXANDER, 1979, p.67)

Ainda segundo Alexander (apud SALINGAROS et al., 2010), os padrões culturais e os padrões do espaço estão diretamente correlacionados, não por ação e reação, mas por um diálogo constante travado entre a formação arquitetônica do lugar e os hábitos, costumes e crenças de uma sociedade. Dessa forma, é possível afirmar que uma proposta habitacional de sucesso é aquela que é mantida e amada pelos seus residentes e alinhada e integrada ao tecido urbano do seu entorno, de forma saudável e interativa.

A importância de interpretar a moradia como esse reflexo social irá definir o caminho da abordagem teórica e prática a ser adotado em pesquisas voltadas para esta tipologia. Entender que a casa é uma *unidade espacial social*, que possui função ativa nos padrões de comportamento e estilos de vida de um grupo social, onde “a construção de

uma casa é um fenômeno cultural” (RAPOPORT, 1969, p.65). Uma vez que diversos autores Rapoport (1969, 2003), Correia (2004), Pallasmaa (2016), Salingaros et al. (2010), Alexander (1977, 1979, 2005), entre outros, apontam a importância do projeto habitacional, pois ele irá trazer implicações profundas sobre as pessoas e atividades que vão abrigar, uma vez que a residência incorpora os significados e rituais característicos de cada indivíduo e se acentua como um *elemento da organização social*.

Isto exposto, autores como Boueri (2008), Palermo (2009) e Montaner (2011) analisam as atividades domésticas a partir da funcionalidade dos elementos e composição do espaço residencial e a sua relação com as funções e atividades desempenhadas pelos seus moradores. Com base neste conteúdo, Pereira (2015) estrutura uma compilação das funções domésticas a partir da bibliografia consultada (Quadro 1) e desenvolve uma matriz da função morar.

Quadro 1: Funções domésticas

Funções	Silva (1982)	Pedro (1999)	Boueri (2008)	Palermo (2009)	Montaner (2011)
Dormir - Descansar	✓	✓	✓	✓	✓
Preparar refeições	✓	✓	✓	✓	✓
Refeições correntes - Formais	✓	✓	✓	✓	✓
Estar - convívio familiar	✓	✓	✓	✓	✓
Estar - Receber	✓	✓	✓	✓	✓
Lazer e recreio	✓	✓	✓	✓	✓
Estudo e trabalho	✓	✓	✓	✓	✓
Tratamento de roupas	✓	✓	✓	✓	✓
Higiene pessoal	✓	✓	✓	✓	✓
Manutenção doméstica	✓	✓	✓	✓	✓
Permanecer exterior		✓	✓		✓
Circular		✓	✓		✓
Estacionamento de veículo		✓	✓		

Fonte: PEREIRA (2015), MONTANER (2011), organizado pela autora (2023)

Utilizaremos estas atividades destacadas na matriz (Quadro 2) como base de indicadores para análise dos padrões culturais e linguagem destes padrões no desenvolvimento do método dialógico e estruturação dos mapas heurísticos.

Quadro 2: Matriz da Função Morar

Função	Atividade	Subatividade	Cômodo
Acessar e Circular	Circular	Entrar e sair da casa	Sala
		Circular entre os ambientes	Todos
Conviver	Conviver em família	Ver televisão	Sala
		Conversar, ler, jogar (manuais, tabuleiro), brincar	
		Brincar jogos eletrônicos	
		Ouvir música	
	Conviver social	Receber visita	Sala e quarto filhos
		Conversar filhos	
Recrear	Recrear (individual ou grupo externo)	Brincar crianças	Sala e quartos
		Brincar jogos eletrônicos	
		Ver televisão	
		Utilizar computador	
		Realizar hobby leve	
Trabalhar	Trabalhar	Realizar trabalho de baixo impacto ²	Sala e quartos
		Realizar trabalho de médio impacto ³	
		Armazenar material de trabalho de baixo impacto	
Alimentar-se	Preparar refeições	Armazenar e conservar alimentos úmidos	Cozinha
		Armazenar e conservar alimentos secos	
		Preparar alimentos	
		Cozinhar alimentos	
		Apoiar eletrodomésticos	

² Atividade em que são utilizados equipamentos e mobiliário específico, sem necessidade de espaço adicional ou receber pessoas externas com frequência. Exemplo: Digitar e formatar trabalhos acadêmicos, serviços de contabilidade.

³ Atividades em que são utilizados equipamento e mobiliário específico, com necessidade de espaço ou equipamentos complementares, sem receber pessoas externas com frequência. Ou ainda trabalhos que não requerem espaços ou equipamentos complementares, mas que demandam receber pessoas com frequência. Exemplo: fazer doces e salgados para festas, costura e manicure.

Função	Atividade	Subatividade	Cômodo
		Lavar e secar louças e utensílios	Área de serviço
		Armazenar louças e utensílios	
		Recolher e eliminar o lixo comum	
		Recolher e eliminar o lixo reciclável	
	Servir refeições	Servir a mesa	Sala
		Fazer refeições rápidas	
		Fazer refeições correntes	
		Armazenar roupa de mesa e cozinha	Sala e cozinha
Estudar	Estudar	Estudar e realizar tarefas	Quarto filhos
		Utilizar computador	
		Armazenar material escolar	
Repousar	Dormir	Dormir casal	Quartos
		Dormir filhos	
		Dormir parentes	
	Descansar	Descansar ou dormir breve ou ler concentrado	Quartos e sala
		Convalescer ou tratar enfermo	
		Ver tv	
	Armazenar roupas e objetos pessoais	Apoiar e armazenar objetos pessoais	Quartos
		Armazenar sapatos	
		Armazenar roupas pessoais	
		Armazenar roupa de cama e banho	
		Despir, dispor e vestir roupas	
Higienizar-se	Assear-se	Lavar mãos e rosto, barbear, escovar os dentes	Banheiro
		Despir, dispor e vestir roupas	
		Tomar banho e dar banho em criança	
	Excretar	Atender ou auxiliar necessidades fisiológicas	
Tratar roupas	Manejar roupas	Reunir e triar roupa suja	Banheiro e área de

Função	Atividade	Subatividade	Cômodo
			serviço
		Lavar roupa a mão ou na máquina	Área de serviço
		Secar roupa abrigada	
		Triar roupa limpa	
		Passar a ferro	
Manter a casa	Limpar e manter	Efetuar limpeza doméstica	Todos
		Efetuar pequenos reparos	
	Armazenar materiais de manutenção	Armazenar produtos de limpeza	Área de serviço
		Armazenar ferramentas leves	
Legenda:	Trabalho Reprodutivo	Trabalho Produtivo	Descanso e lazer

Fonte: PEREIRA (2015), adaptado pela autora (2023)

Além de atender às funções econômicas e sociais, a habitação abrange os aspectos físicos e construtivos da dimensão ambiental, de forma que não basta assegurar o direito à moradia, mas deve-se também estabelecer condições mínimas de habitabilidade para garantir um espaço protegido das intempéries e com condições favoráveis de salubridade, privacidade e segurança. Os parâmetros para a moradia adequada categorizados na dimensão ambiental abordam os parâmetros de disponibilidade de serviços e materiais, instalações e infraestrutura, habitabilidade e localização.

Com relação à **disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura**, a habitação urbana deve estar conectada às redes de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial e pavimentação) e oferecer aos seus moradores o apoio de serviços urbanos como coleta de lixo e redes de abastecimento (MARICATO, 1997). Segundo a OMS (2018) moradias informais que não oferecem essa infraestrutura apresentam riscos particulares à saúde. Atualmente, cerca de 1 bilhão de pessoas vivem em assentamentos irregulares⁴ que muitas vezes se desenvolvem pela falta de planejamento urbano.

Os moradores de habitações irregulares estão expostos aos riscos habitacionais associados ao saneamento precário e conexões elétricas inseguras, além de materiais

⁴ Slum almanac 2015–2016. Tracking improvement in the lives of slum dwellers. Nairobi: UN-Habitat; 2018 (<https://unhabitat.org/slum-almanac-2015-2016/>).

de construção tóxicos, instalações de cozinha sem ventilação adequada e infraestrutura insegura. Conforme a OMS (2018) as condições de saúde relacionadas à moradia são parcialmente atribuídas ao acesso precário de água e má qualidade do ambiente interno. Água, saneamento e higiene são grandes responsáveis por mortes causadas por doenças diarreicas, além dos casos atribuídos à poluição do ar doméstico pelo uso de combustíveis sólidos para cozinhar que ocorrem majoritariamente nas populações de baixa renda⁵.

Para garantir o acesso ao abastecimento de água potável em um sistema presidencial, as práticas de encanamento devem evitar a introdução de riscos à saúde do morador. A OMS (2018) indica uma série orientações relacionadas ao sistema de abastecimento de água potável nos espaços domésticos, tais quais:

- A tubulação que transporta água ou resíduos devem ser estanques, duráveis, de interior liso e desobstruído e protegidos contra possíveis tensões;
- Não devem ocorrer ligações cruzadas entre os sistemas de abastecimento de água potável e os sistemas de remoção de águas residuais;
- Os sistemas de armazenamento dos telhados devem se manter intactos e não estarem sujeitos a intrusão de contaminantes microbianos ou químicos;
- Sistemas de água quente e fria são sugeridos para minimizar a proliferação de *Legionella*;
- Deve haver proteções apropriadas para evitar refluxo;
- O projeto do sistema de tubulações de edificações verticalizadas deve minimizar as flutuações de pressão;
- Os resíduos devem ser lançados sem contaminar a água potável;
- Os sistemas de encanamento devem funcionar com eficiência. (OMS, 2018, p.83)

O conceito de **habitabilidade** remete à qualidade habitacional, que por sua vez compreende a unidade habitacional, os espaços coletivos do conjunto habitacional, os

⁵ Household air pollution and health [website]. Geneva: World Health Organization; 2018 (<http://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/household-air-pollution-and-health>).

espaços de transição entre o conjunto habitacional e o contexto, além dos equipamentos e serviços coletivos no seu contexto, assim como os padrões culturais estão diretamente relacionados às condições da unidade habitacional, dos espaços coletivos e do seu entorno – bairro e Centros históricos (SALCEDO, 2022), de maneira que o contexto urbano em que a edificação residencial está inserida e a própria edificação e unidades habitacionais dialogam continuamente.

Para Bonduki (2001), a habitabilidade da unidade habitacional refere-se ao conjunto de aspectos que interferem diretamente na qualidade de vida dos moradores e na percepção de satisfação das suas necessidades físicas, sociais e psicológicas. O autor compreende para avaliação deste conceito as seguintes dimensões: (1) conforto ambiental luminoso, que aborda o nível de iluminância e o fator de luz diurna, (2) conforto ambiental térmico, que se refere à transmitância térmica, atraso térmico e fator de calor solar, (3) segurança do usuário relativa a incêndios, acidentes de utilização e questões estruturais e (4) salubridade, incluindo estanqueidade e higiene. Já Montaner (2011) estrutura as principais necessidades básicas de um espaço doméstico a partir de critérios qualitativos relacionados à funcionalidade da habitação e dos padrões de comportamento que uma moradia deve atender no século XXI, sendo eles:

- **Espaço exterior próprio:** É fundamental que as moradias tenham um espaço exterior próprio, com vistas agradáveis, onde se desenvolvam atividades do habitar e que funcione como dispositivo no controle térmico;
- **Não existir hierarquia nos espaços:** Flexibilidade dos espaços para a utilização de todos os moradores;
- **Espaços para o trabalho reprodutivo:** Devem existir espaços adequados para o trabalho reprodutivo;
- **Espaços para o trabalho produtivo:** Adequação da moradia para albergar espaços de trabalho produtivo sem alterar as atividades da vida cotidiana;
- **Espaços de armazenamento:** Espaços para todo tipo de guardado e armazenamento;
- **Atenção nas orientações:** As fachadas devem responder de forma adequada a cada uma das orientações, para atender a ventilação e as vistas;

- **Ventilação natural cruzada:** É fundamental que toda moradia tenha ventilação natural cruzada;
- **Dispositivos de aproveitamento passivo:** Elementos arquitetônicos que ajudem a controlar a incidência solar, acústica, ventilação e iluminação de forma passiva;
- **Impacto na formalização:** Certos valores plásticos e culturais, baseados na volumetria, a cor, textura, composição ou forma deve ser considerada em cada contexto para alcançar harmonia com o local e a escala, bem como favorecer a identificação dos usuários com suas moradias;
- **Sistemas de construção independentes:** Sistemas independentes que permitam a substituição de partes do edifício de forma parcial ao longo do tempo sem afetar outros sistemas construtivos;
- **Adaptabilidade:** Capacidade de adequação a diferentes situações familiares no tempo e diferentes grupos;
- **Utilização das coberturas:** Reutilização das coberturas como espaço de encontro e uso comunitário;
- **Integração da vegetação na arquitetura:** Incorporação de vegetação no edifício em fachadas, pátios, espaços de conexão e coberturas;
- **Integração entre âmbitos de outras moradias:** Conexão entre vários âmbitos de diferentes moradias para variações tipológicas ou para incorporar novos usos produtivos próximos às moradias;
- **Volume:** Otimizar o espaço, tanto em planta como em sua altura.

O conjunto de critérios estabelecidos pelo autor são utilizados no processo de desenvolvimento de medidas que devem ser adotadas no processo projetual ou de avaliação projetual. Estas orientações são agrupadas conforme a sua relevância no conjunto habitacional ou na unidade habitacional e classificadas a partir das suas características funcionais ou construtivas, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3: Aspectos de análise projetual da qualidade habitacional

	Conjunto Habitacional	Unidade Habitacional
Aspectos Funcionais	Diversidade de uso	Espaços para trabalho reprodutivo
	Instalações comuns	Espaços para trabalho produtivo
	Espaço exterior privado e terraços de cobertura	Espaços de armazenamento
	Diversidade de tipologias e acessibilidade	Desierarquização
Aspectos Construtivos	Atenção à orientação	Adaptabilidade
	Ventilação cruzada natural	Potencial de crescimento
	Dispositivos passivos de captação de energia	Otimização das instalações de água, gás e elétrica
	Incidência da forma do edifício	Flexibilidade

Fonte: MONTANER (2011, p. 154), tradução da autora

A Norma de Desempenho para Edificações Habitacionais NBR 15575 (ABNT, 2013) aponta em três grandes áreas: (1) segurança, (2) habitabilidade e (3) sustentabilidade (Quadro 4) as exigências dos usuários (moradores) e parâmetros para as condições mínimas habitacionais. Por intermédio desses requisitos é possível identificar a normativa esperada para o ambiente doméstico construído no contexto brasileiro.

Quadro 4: Requisitos gerais da NBR 15575-1 para o desempenho de edificações habitacionais

Dimensão	Requisitos
Segurança	Segurança estrutural
	Segurança contra o fogo
	Segurança no uso e na operação
Habitabilidade	Estanqueidade
	Desempenho térmico
	Desempenho acústico
	Saúde, higiene e qualidade do ar
	Funcionalidade e acessibilidade
	Conforto tátil e antropodinâmico
Sustentabilidade	Durabilidade
	Manutenibilidade
	Impacto ambiental

Fonte: NBR 15575-1 (2013), organizado pela autora (2023)

O desempenho térmico dos cômodos da habitação é outro fator importante. Sendo fundamental a atenção ao conforto ambiental dos ambientes tanto no verão, quanto durante o inverno, uma vez que em um contexto pandêmico a predisposição dos usuários habitarem espaços sem condições adequadas de habitabilidade e conforto ambiental podem propiciar doenças respiratórias (gripes), quedas de imunidade e, conseqüentemente, a propagação da COVID-19. As atividades domésticas como cozinhar e lavar geram vapor de água nas unidades residenciais, sem a ventilação adequada (natural ou mecânica) a umidade se acumula no interior da edificação, levando ao aumento na umidade e desencadeando uma predisposição à existência de mofo e bactérias.

Conforme a OMS (2018) a umidade ou o mofo estão associados a uma série de efeitos adversos à saúde, incluindo asma, infecções e sintomas respiratórios, dispneia, pneumonite de hipersensibilidade e alveolite alérgica. A orientação desses cômodos segundo as condições físico geográficas do lugar deve seguir a Norma NBR 15.575 de 2013, a zona bioclimática definida pela NBR 15.220-3⁶ e os critérios para vedação e coberturas conforme NBR 15.575-4 e NBR15.575-5.

O adensamento doméstico é uma condição em que o número de ocupantes excede a capacidade do espaço habitacional disponível, seja medido em quartos ou área por cômodos, resultando em impactos negativos na saúde física e mental dos seus moradores (OMS, 2018). O nível de adensamento do espaço doméstico está relacionado à tipologia residencial e layout da habitação, relacionando a dimensão da moradia ao tipo, tamanho e necessidade do núcleo familiar que ocupa estes espaços. Os critérios de identificação se uma habitação é “*superlotada*” ou não, não depende apenas do número de pessoas compartilhando a residência, mas a sua idade, sexo e tipo de relacionamento ou papel no núcleo familiar.

Os efeitos do adensamento doméstico estão associados à inadequação espacial com relação às atividades cotidianas dos seus moradores, e causa impactos, tornando a convivência entre os integrantes da família estressante e podendo afetar a sua saúde e bem-estar. Segundo a OMS (2018) estudos relatam uma ligação direta entre o adensamento doméstico e resultados negativos à saúde, como aumento da

⁶ ABNT NBR 15220-3: **Desempenho Térmico de Edificações, Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social**, 2005

propagação de doenças infecciosas e doenças mentais, além disso, pesquisadores apontam este fator à baixa escolaridade dos residentes⁷.

A partir da Tabela 1 podemos observar valores mínimos definidos por área da unidade habitacional e área por cômodo por meio de estudos desenvolvidos por Silva (1982), Boueri (1989), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT (1988) e Montaner (2011). Boueri (2004) avança o seu estudo inicial e, além de estipular uma área mínima da unidade habitacional com relação ao seu número de moradores e dormitórios, também classifica posteriormente as medidas em uma escala de “precário, regular, satisfatório e bom” os dimensionamentos domésticos.

⁷ Goux DM, Maurin E. The effect of overcrowded housing on children's performance at school. *Journal of Public Economics* 2005; 89(5):797–819.

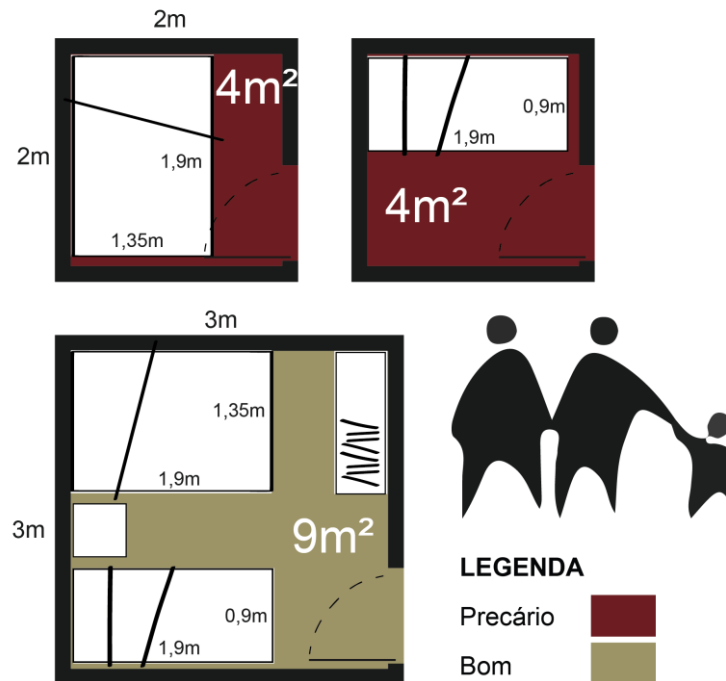
Tabela 1: Áreas mínimas por configuração habitacional

Configuração Habitacional		Autores					
Dormitórios	Moradores	Silva (1982)	IPT (1987)	Boueri (1989)	Boueri (2004)	Montaner (2011)	
1	1	26,32m²	35,00m²	45,80m²	≤ 9,9m²	45,00m²	
					10 a 11,9m²		
					12 a 13,9m²		
					≥ 14m²		
1	2					≤ 19,9m²	
2	2					20 a 23,9m²	
						24 a 27,9m²	
						≥ 28m²	
2	3	34,12m²	43,00m²	57,80m²	≤ 29,9m²	56,00m²	
					30 a 35,9m²		
					36 a 41,90m²		
					≥ 42m²		
2	4					≤ 39,9m²	
3	4	41,92m² 49,50m²			40 a 47,9m²		
					48 a 55,9m²		
					≥ 56m²		
3	Até 6						
Legenda	Precário	Regular	Satisfatório	Bom			

Fonte: SILVA (1982), IPT (1988), BOUERI (1989, 2004), MONTANER (2011), organizado pela autora (2023).

A ONU-Habitat (2018) estabelece como área mínima habitacional o espaço doméstico em dimensões suficientes para que os moradores (no máximo três pessoas) dividam um dormitório que contenha nove metros quadrados. Este critério parte do raciocínio de que um cômodo com um mínimo de quatro metros quadrados não acomoda duas camas individuais, que seria o mínimo para que três pessoas possam dormir, e é improvável que outros móveis caberiam neste espaço, indicando uma área inviável e com sua ventilação comprometida. Em vez disso, um quarto mínimo deve ser considerado com nove metros quadrados (Figura 2), pois esse é um tamanho típico de cômodo em assentamentos irregulares e representa uma área viável para ocupação de três pessoas (ONU-HABITAT, 2018).

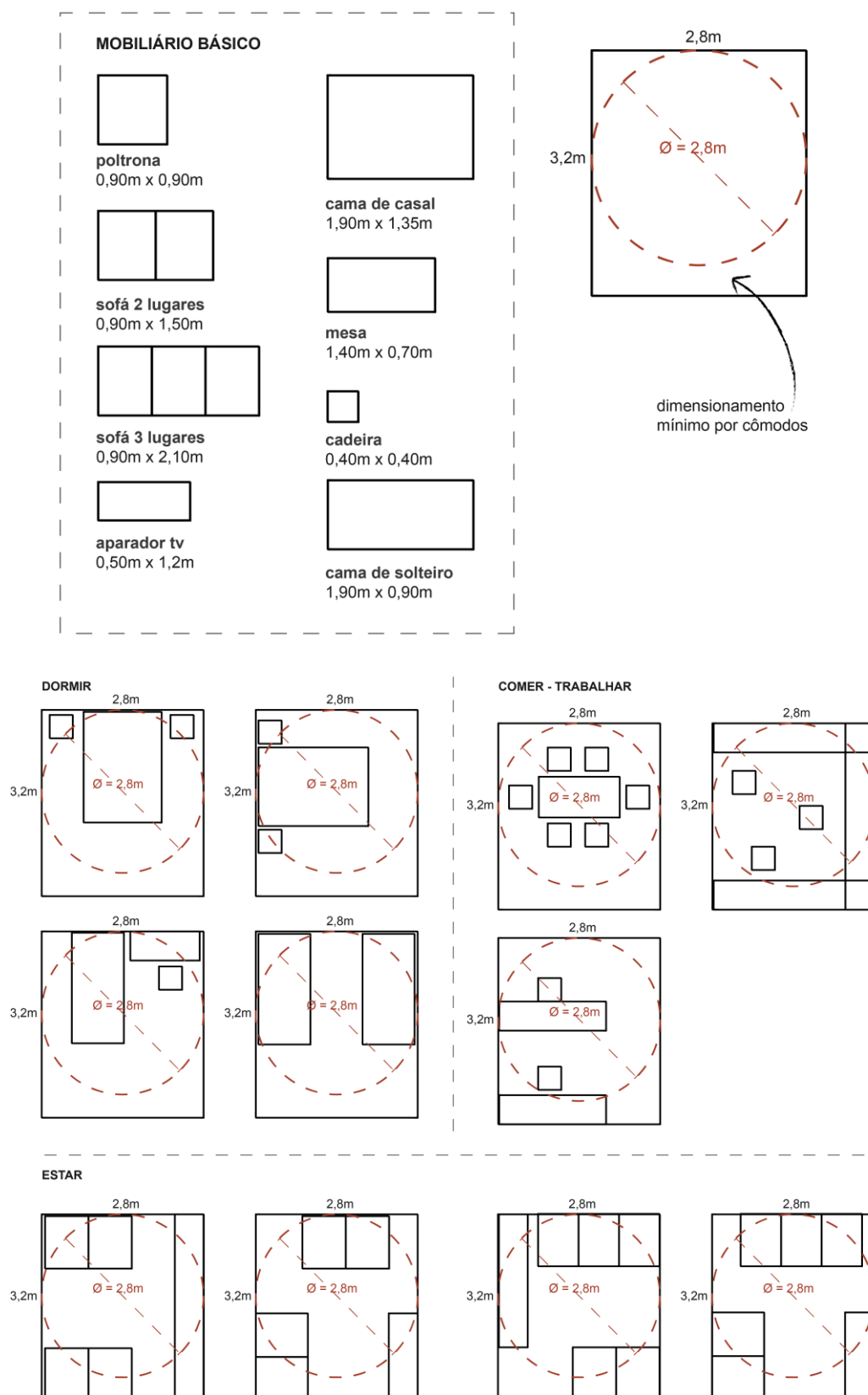
Figura 2: Área mínima recomendada para um quarto



Fonte: ONU-HABITAT (2018), organizado pela autora (2023).

Seguindo os critérios da ONU-Habitat, Montaner (2011) aponta que não apenas os quartos, mas todos os cômodos domésticos podem ser dimensionados a partir de uma área mínima de nove metros quadrados. O autor estabelece que espacial e funcionalmente a casa se define como um conjunto de divisões de atividades especializadas, não especializadas e complementares, cujas características destas atividades serão definidas a partir do número e padrões culturais dos seus residentes. Definindo a superfície residencial em módulos múltiplos de nove metros quadrados é possível atingir um dimensionamento mínimo para a organização funcional por cômodos, conforme o esquema abaixo (Figura 3) é possível observar que a maioria dos mobiliários se encaixam em espaços definidos por círculos com um diâmetro mínimo de 2,8 metros.

Figura 3: Estudo de área mínima recomendada por cômodo



Fonte: MONTANER (2011), organizado pela autora (2023).

O último dos parâmetros para a moradia adequada na dimensão ambiental é a **localização** da habitação, uma vez que a moradia deve contar com uma infraestrutura

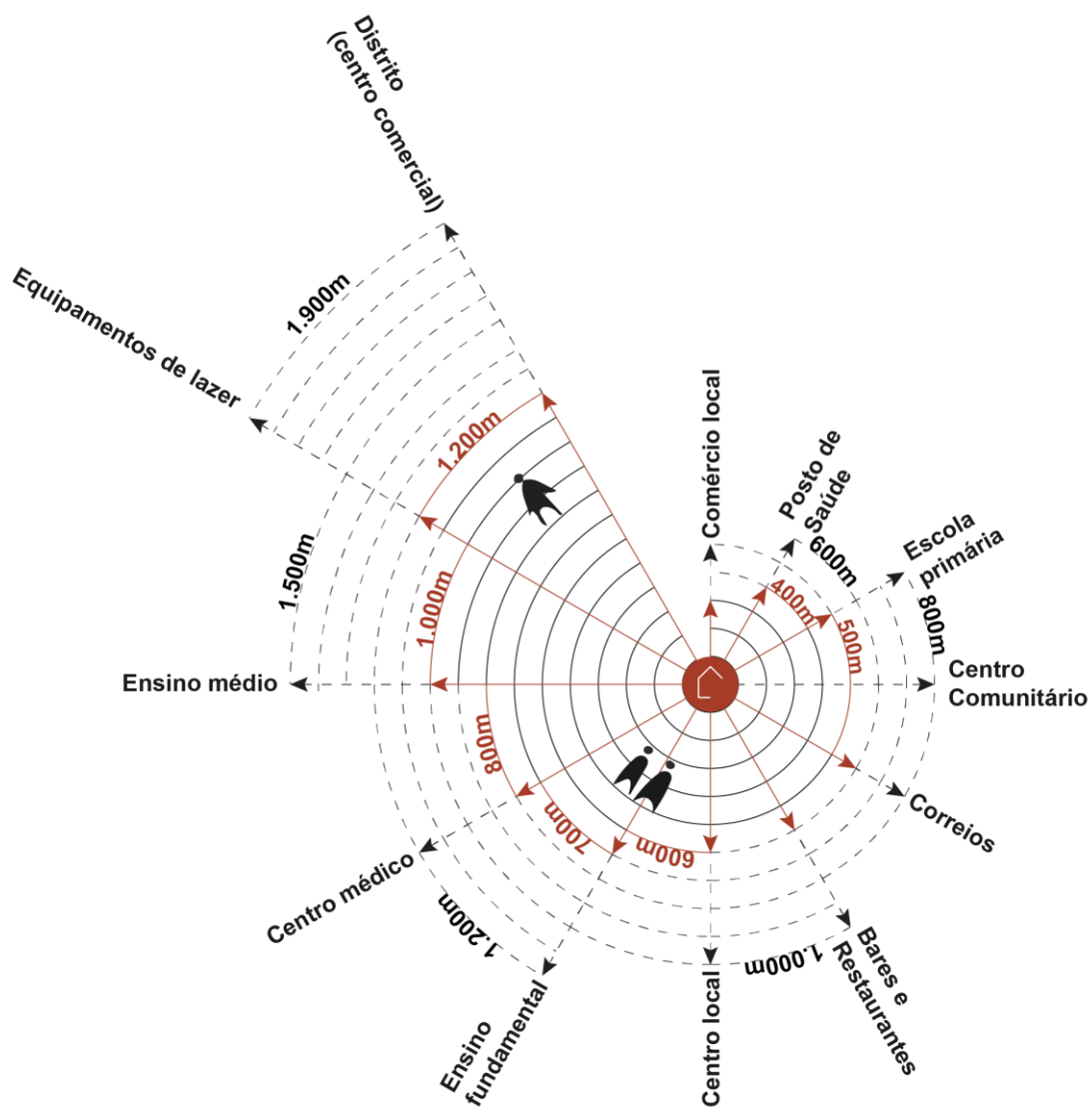
urbana composta pela presença de equipamentos e serviços públicos no entorno do espaço residencial para que o morador possa acessar estes serviços mediante caminhadas. Maricato (1997) destaca a importância da localização da moradia associando o acesso aos serviços coletivos, equipamentos e infraestrutura urbana ao valor de mercado da casa.

Isto exposto, autores como Santos (1988) e Prinz (1986) propõem critérios de localização de equipamentos urbanos através de distâncias que estejam acessíveis às pessoas. Santos (1988) avalia a caminhabilidade do morador a partir de três escalas urbanas: (1) a vizinhança, (2) o bairro e (3) a cidade, já Prinz (1986) categoriza os percursos através de uma distância máxima que deve existir entre o espaço residencial e os equipamentos urbanos e define estas distâncias a partir das suas funções nas ações cotidianas do morador:

- **Vizinhança** (distância de 200m / 5 minutos caminhando) – devem existir áreas de lazer e convivência com vizinhos;
- **Bairro** (distância de 600m / 10 minutos caminhando) – devem ter provisões para manutenção da vida doméstica diária, como: comércios, creches, escolas de ensino fundamental, assistência social e postos de saúde e pontos de ônibus;
- **Cidade ou distrito** (1000m / 17 minutos caminhando) – deve ter as provisões para manutenção da vida doméstica periódicas como equipamentos de lazer e cultura (bibliotecas, museus, casas culturais), universidades e locais de emprego.

Os parâmetros para análise da localização da habitação foram expostos na Figura 4 e Tabela 2, abaixo.

Figura 4: Parâmetros de localização habitacional



Fonte: Barton (2010) organizado pela autora (2023).

Tabela 2: Parâmetros de localização de equipamentos e serviços urbanos

Categoria	Equipamentos	Autores		
		Santos (1988)	Prinz (1986)	Barton (2010)
Educação	Ensino Infantil	Vizinhança	600m	800m
	Ensino Fundamental	Vizinhança	600m	1.200m
	Ensino Médio	Bairro	1.000m	1.500m
Saúde	Posto de Saúde	Bairro	600m	600m
	Centro de Saúde	Cidade		1.200m
	Hospital	Cidade		
Alimentação	Comércio	Bairro	600m	500m
	Supermercado	Bairro	1.000m	1.000m
Cultura	Equipamentos culturais	Cidade	1.000m	1.900m
Lazer	Praças da Vizinhança	Vizinhança	200m - 400m	
	Parque do bairro	Bairro	750m	
	Parque da cidade	Cidade	1.000m – 1.500m	
Transporte	Posto de Ônibus	Vizinhança	600m	
	Estação de Metrô	Vizinhança	1.000m	
Trabalho	Emprego	Cidade	1.000m – 1.500m	1.900m

Fonte: SANTOS (1988), PRINZ (1986), BARTON (2010), organizado pela autora (2023).

1.2. O Centro Histórico

A temática desta pesquisa parte da transição de paradigmas das intervenções de reabilitação de edificações em centros históricos no contexto brasileiro, através do qual se reconhece a necessidade de reinserção do uso habitacional como elemento principal de políticas de conservação e desenvolvimento sustentável nas operações de revitalização destes espaços. A questão da moradia adequada nos centros históricos está diretamente relacionada com as reivindicações dos direitos urbanos e direitos à moradia, combatendo a realidade fragmentada do cenário dos centros históricos e a perda de qualidade urbana e de qualidade de vida dos moradores destas regiões. Uma vez que o debate sobre o déficit habitacional e direito à moradia deve ser agregado e

utilizado para potencializar a recuperação, ocupação e preservação do estoque de edifícios ociosos nos centros históricos.

A ocupação dos centros urbanos consolidados e Centros Históricos movida pela crise habitacional no contexto brasileiro respalda o debate a respeito da importância do uso habitacional nestes centros. A proximidade aos locais de trabalho, a facilidade de acesso aos equipamentos públicos como postos de saúde, praças, e serviços como mercados e comércios, entre outros, são importantes fatores que direcionam o interesse da população ao centro da cidade.

De acordo com Salcedo (2007, p.24) o Centro Histórico constitui “o traçado inicial da cidade, que através das estruturas urbanas e arquitetônicas expressam diversas manifestações políticas, econômicas, sociais e culturais de diferentes períodos históricos”. A autora aponta a existência de diferentes categorias no contexto histórico, sendo elas: (1) as históricas; (2) urbanas; (3) arquitetônica, (4) sociais, (5) econômicas, (6) ambientais e (7) políticas (SALCEDO, 2007).

Outros autores como Zárate (2010) identificam o território como um fato cultural, que além da construção física e construção da paisagem também compreende uma construção cultural e simbólica do sentido do lugar, onde o ato de habitar está intrinsecamente ligado tanto à dimensão processual do espaço como ao ato de registro histórico-cultural. A partir dos estudos desenvolvidos por Muntañola que abordam a teoria sociofísica do lugar, Zárate (2010) interpreta a cidade como um sistema complexo de assentamentos gerados a partir das interações entre os *cenários físicos*, os *grupos humanos* e as *práticas sociais* e o *mundo simbólico*. Ou seja, o conceito de lugar compreende as dimensões *físicas*, *sociais* e *simbólicas*.

A relação do Centro Histórico com os moradores do entorno está diretamente atrelada ao uso e função social destes espaços, conforme a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), a estratégia de salvaguarda dos Centros Históricos atua como um compromisso social fundado na permanência dos seus moradores e na melhoria das condições de habitabilidade dos residentes deste contexto.

É possível associar as premissas da abordagem socio física de Zárate e Muntañola, o compromisso social estabelecido pela Carta de Veneza e a abordagem que interpreta as relações dos espaços intraurbanos estipulados por Villaça. Uma vez que, o Centro

Histórico do Recife está inserido em um contexto de metrópole urbana da capital de Pernambuco.

Villaça (2011) aponta que qualquer interpretação e análise de espaços de centralidade (caracterizado pelo autor como espaço intraurbano e identificado a partir de dois atributos: a sua rede de infraestrutura e acessibilidade viária) deve considerar as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza os seus aspectos urbanos. Conforme o autor (VILLAÇA, 2011, p. 37), que se apoia no conceito de espaço social estabelecido por Lefebvre, Harvey e Gottdiener, o “espaço urbano – é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano” e com isso compreendemos que os meios pelos quais opera a dominação territorial e abandono dos centros históricos está intrinsecamente articulado com os aspectos políticos, econômicos e culturais que envolvem estes lugares.

Dessa forma, ao longo da pesquisa foram abordados cinco pontos de análise do Centro Histórico do Recife que seguem as reflexões levantadas a respeito dos impactos da segregação urbana no acesso à moradia digna pelas camadas populares em espaços de centralidade, sendo elas: (1) negação da forma clássica de segregação que se apresenta sob a forma espacial de círculos concêntricos (com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia); (2) historicizar o processo de segregação no contexto do lugar; (3) mostrar como se dá a relação entre a segregação e a totalidade das estruturas social e urbana; (4) mostrar a relação entre a dominação e a segregação, esclarecendo as especificidades da dominação através do espaço urbano, ou seja, mostrar o papel do espaço urbano no processo de dominação social; (5) e, finalmente, abordar a segregação pelos aspectos da região geral da cidade, em um cenário mais amplo que a análise por bairro.

De acordo com Menezes (2015) conceitos da conservação integrada, aplicados em países desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980, consolidaram o potencial dos Centros Históricos como núcleos de residência popular, assegurando o desenvolvimento sustentável e atuando como estratégia de preservação do patrimônio construindo. Através desta metodologia de intervenção, os próprios moradores dos Centros Históricos fazem parte da identidade e aspectos simbólicos do lugar e, dessa forma, constituem um bem cultural a ser protegido.

Corroborando a defesa e salvaguarda patrimonial através da “identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação, manutenção e revitalização dos centros

históricos” (SALCEDO, 2007, p.21), a autora destaca a produção arquitetônica histórica e os bens patrimoniais característicos destes conjuntos urbanos como expressivos da relevância dos padrões culturais, vida social e cultural das suas comunidades.

Gutierrez (1989) aponta dois problemas-chave relacionados aos conjuntos urbanos históricos na América Latina como mais relevantes para possíveis diagnósticos de desafios enfrentados e, conseqüentemente, possíveis soluções. A primeira questão identificada pelo autor é a *favelização* que atinge diversos centros históricos a partir da aceleração dos processos de urbanização e êxodo rural. A ocupação dos Centros Históricos por uma nova população, antes residente do campo, impulsiona um processo de deslocamento dos antigos moradores e mudanças no uso do solo e preço da terra, uma vez que os Centros Históricos deixam de ser uma referência de “*status*” e objeto de apreciação e cobiça pelas classes altas da sociedade. Esta perda de prestígio social nos espaços históricos ocorre somada ao processo de favelização, uma vez que – como constatado pelo autor, o antigo morador não abandona a propriedade antiga, causando o fenômeno de sublocação, locação ou arrendamento que seguem as lógicas do capital e da especulação imobiliária em áreas centrais.

As respostas para a problemática da favelização, indicadas por Gutierrez (1989) apontam para a recuperação social dos Centros Históricos e incentivo de usos diversificados, mas evitando possíveis processos de gentrificação, além de políticas de reabilitação de moradias e adequação das residências para atender e melhorar a qualidade de vida da população residente na região.

O segundo ponto observado refere-se aos *fatores legais*, uma vez que faltam políticas e instrumentos legais adequados e que protejam o bem comum, utilizando restrições quanto à posse de bens particulares. A ausência de uma legislação específica e direcionada ao Centro Histórico permite possíveis intervenções danosas ao patrimônio ocasionadas pela especulação imobiliária e gerando a desapareção de construções antigas que não são adaptáveis a alta densidade de ocupação do solo. Tendo em vista a problemática, Gutierrez (1989) reforça a necessidade de formulação de uma legislação que garanta a proteção e permita uma “política integrada, abrangendo moradias, empregos, serviços, infraestrutura, etc.”

Os problemas-chave identificados direcionam o autor para um ponto de reflexão: um problema-solução – *a necessidade de um enfoque integral*. Ou seja, um enfoque de

atuação integral que inclua as políticas de recuperação dos Centros Históricos nos projetos de desenvolvimento urbano, social e econômico. Desta forma, o autor reforça a importância das diferentes variáveis, agentes e atores que interferem na área histórica e a importância de que os problemas do Centro Histórico sejam considerados e encaixados em um *planejamento urbano integral*, que permita adaptações e intervenções nos centros históricos ao mesmo tempo que não comprometa sua dinâmica, cultura e testemunho de períodos históricos, combatendo o que Carrión (2001) indica como uma caracterização dos Centros Históricos de cidades latino-americanas por representarem um maior valor de imagem do que valor de uso social para os seus habitantes.

A atuação em Centros Históricos através do planejamento urbano integral deve focar na construção de uma política de habitação social que se enquadre tanto nas características do próprio centro histórico quanto nas demandas da moradia adequada para populações de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. Bonduki (2000) defende a habitação em áreas centrais a partir do ponto de vista social e econômico, uma vez que os dados apresentados indicam que a localização do conjunto residencial em uma área central favorece o morador e os subsídios voltados para o programa habitacional, reduzindo assim os seus custos de criação de infraestrutura viária, uma vez que os equipamentos públicos e serviços já estão estruturados nas regiões centrais das cidades.

O Conselho da Europa (1975), através do Manifesto de Amsterdã, considera ser relevante a participação do poder público no controle dos preços de aluguel e mesmo de subsídios para o financiamento da habitação das edificações reabilitadas a fim de manter principalmente os moradores com escassos recursos econômicos.

De acordo com Maricato (2013, p. 140) “é altamente interessante promover o uso residencial no centro” para vencer a ociosidade dos prédios, a subutilização dos edifícios para o comércio e serviços que funcionam nos horários comerciais, ocasionando o esvaziamento do centro à noite, além de evitar que as pessoas que trabalham no centro tenham que realizar longos deslocamentos desde sua moradia. Contudo, conforme afirma Gutierrez (1989) grande parte das intervenções realizadas com intuito de reabilitação dos Centros Históricos latino-americanos desconsiderava a importância da diversificação de usos e, em especial, o uso habitacional, como se pode

perceber nas intervenções de maior porte realizadas para fins de valorização turística no Centro Histórico do Recife.

1.3. Precariedade na habitação, déficit de habitação e os movimentos de luta por moradia: um panorama geral

O termo precariedade na habitação é entendido como uma construção não adequada, frágil ou ainda insalubre, apresentando problemas de estrutura, de umidade, ventilação e iluminação. No entanto, a habitação, no sentido de moradia tratada como um direito de todos os cidadãos, insere-se num universo mais amplo, que inclui também os serviços públicos disponíveis, a regularidade fundiária do imóvel e o acesso à cidade (Faverinha, 2017, p.169).

Conforme a autora, os assentamentos informais no contexto brasileiros são caracterizados pela precariedade de posse, da urbanização, da habitação, das questões sociais e do atendimento público ou da presença do Estado.

Quadro 5: Definição de precariedade no contexto habitacional

Tipo de Precariedade	Definição
Precariedade de posse	• Iminência da expulsão e da desocupação; • Ilegalidade da posse da terra ou da propriedade; • Grande mobilidade residência, favorecida pelo mercado imobiliário informal; • Alto comprometimento da renda familiar por prestações ou aluguéis.
Precariedade da urbanização	• Lotes e ruas mal definidos; • Ausência de equipamentos e serviços públicos; • Segregação à cidade formal.
Precariedade da habitação	• Umidade, falta de ventilação, falta de insolação, estrutura frágil, instalações precárias, construções de sobras, de madeira, ou alvenaria sem parâmetros técnicos.
Precariedade social	• Baixa renda; • Baixa escolaridade; • Alta vulnerabilidade à violência, problemas de saúde e aspectos relacionados à pobreza; • Ausência ou baixa participação/organização da população.
Precariedade do atendimento ao público ou presença do Estado	• O Poder Público tem dificuldade em prestar serviços com o mesmo padrão da cidade formal como: policiamento, concessionárias públicas, coleta de lixo, controle urbanístico, continuidade de benfeitorias ou ações de planejamento e desenvolvimento local; • Pouca ou nenhuma sistemática de avaliação do pós-atendimento; • Insuficiência ou ausência de programa de aperfeiçoamento do quadro técnico e melhorias das políticas habitacionais.

Fonte: FAVRIN (2017), organizado pela autora (2023)

O debate da crise habitacional acompanha o desequilíbrio populacional, declínio e degradação dos centros urbanos consolidados. Atualmente, a Fundação João Pinheiro (2021) estima em 2019 um déficit habitacional de 5,876 milhões de domicílios no Brasil, dos quais 85% estão localizados em área urbana. Segundo a FJP (2021) o déficit habitacional trata-se de um conceito que sustenta indicadores que fornecem

estimativas da falta de habitações e/ou precariedade de moradias que não correspondem às condições mínimas de habitabilidade, conforme a Fundação:

Déficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo e que, por algum motivo, não fornece. O atual papel dos indicadores do déficit habitacional e da inadequação domiciliar é dimensionar a quantidade de moradias incapazes de atender o direito de acesso, por parte da população, a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021, p.166)

No contexto internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a partir de uma pesquisa realizada em 18 países latino-americanos, estrutura o déficit habitacional em duas categorias: qualitativo e quantitativo (Quadro 6). De forma que, a primeira refere-se à inexistência de um lugar para viver e a segunda aborda a ausência de infraestrutura básica e má qualidade dos materiais de construção (ROJAS, MEDELLIN, 2011).

Quadro 6: Déficit habitacional: definição

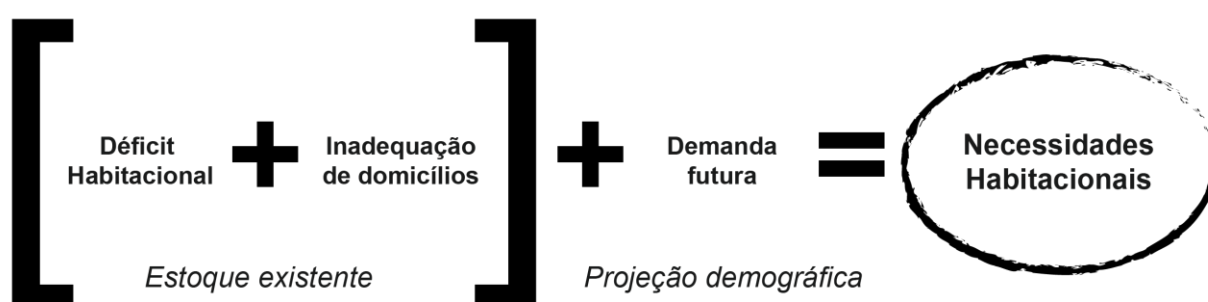
Tipo de déficit	Origem do déficit	Classificação	Definição
Quantitativo	Carência de casa própria	Escassez quantitativa	• Duas ou mais famílias vivem na mesma casa (coabitação familiar)
Qualitativo	Condições de moradia	Materiais de má qualidade e adensamento	• Telhados feitos de materiais não permanentes • Paredes feitas de materiais não permanentes • Pisos de terra • Adensamento: mais de três pessoas por quarto
	Condições de vizinhança	Falta de infraestrutura	• Ausência de água potável encanada • Ausência de sistema de tratamento de resíduos • Ausência de eletricidade
	Situação de posse	Propriedade da moradia	• Ausência de segurança de posse da moradia ou do terreno

Fonte: ROJAS; MEDELLIN (2011), tradução da autora

A inexistência das condições mínimas de habitabilidade ocasiona o conceito de assentamentos informais (*informal settlements*), utilizados usualmente como sinônimo de favelas, mas que também podem ser adotados em outras configurações habitacionais como ocupações irregulares. Este conceito é definido por três critérios, sendo eles: (1) ausência de segurança de posse, (2) ausência de serviços básicos de infraestrutura e (3) não conformidade com os regulamentos de planejamento e construção (ONU-Habitat, 2018).

O déficit habitacional relaciona-se com a demanda demográfica não solucionada pelo mercado, compondo um conceito mais amplo identificado como necessidades habitacionais por Cardoso e Ribeiro (2002). Desta forma, constituem as necessidades habitacionais: (1) o déficit habitacional, ou seja, a necessidade de reposição total de unidades habitacionais inadequadas, (2) a inadequação dos domicílios e necessidade de melhoria das unidades habitacionais e (3) a demanda futura e necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico ou novos arranjos familiares, como aponta Santana (2020). A autora ainda retrata o conceito da seguinte forma:

Figura 5: Diagrama conceitual da composição das necessidades habitacionais



Fonte: SANTANA (2020), organizado pela autora (2023).

Os contextos social, político e econômico das cidades brasileiras atuam através de políticas de exclusão, evidenciando as desigualdades e desmembramentos do tecido urbano provocados pelo sistema capitalista neoliberal. Entre estes processos de segregação, a questão do déficit habitacional acompanha uma trajetória de desigualdade gerada pela metropolização desordenada e condições que desregulam os processos de produção de moradias através do mercado imobiliário.

Diversos autores abordam a temática da habitação e consideram a sua relevância nos centros urbanos consolidados e Centros Históricos: Bonduki e Rolnik (1979), Bonduki (1994), Zúquete (2000), a precariedade das habitações e políticas habitacionais para atender o déficit habitacional Bonduki (1994), Kowarick (1981) e a avaliação da qualidade habitacional a partir da perspectiva do seu entorno e usuários Salcedo (2009), Montaner (2011), Alexander (1979), Rifano (2006), Villa e Orsntein (2013), entre outros.

No cenário brasileiro, o governo federal utiliza como parâmetro de diagnóstico das necessidades habitacionais os indicadores de déficit habitacional e inadequação de domicílios elaborados pela Fundação João Pinheiro (FJP) desde a década de 90. Os indicadores são analisados a partir de três componentes: (1) habitação precária, (2) coabitação e (3) ônus excessivo com aluguel (FJP, 2021) (Quadro 7).

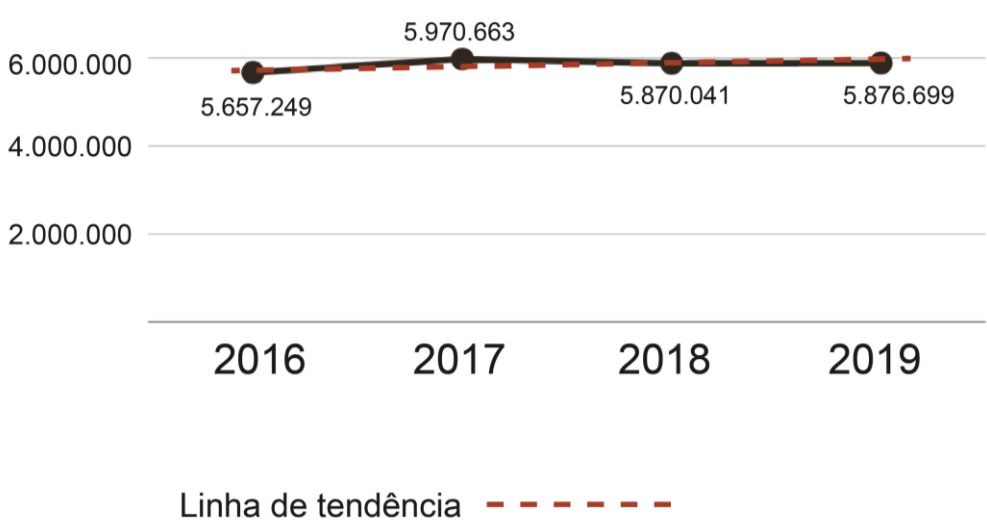
Quadro 7: Indicadores de análise do déficit habitacional

Componentes e subcomponentes do déficit habitacional		Unidades espaciais	Localização	Atributos
Habitação precária	Domicílios rústicos	Brasil, unidades da Federação, regiões metropolitanas e regiões administrativas integradas de desenvolvimento	Urbano e rural	Faixas de rendimento domiciliar em salários-mínimos
	Domicílios improvisados			
Coabitação	Unidade doméstica convivente déficit			
	Domicílio cômodo			
Ônus excessivo com aluguel			Urbano	

Fonte: FJP (2021)

Os dados coletados pela instituição apresentam a tendência de aumento do déficit habitacional absoluto total no Brasil (Figura 6). A Fundação ainda indica as regiões Norte e Nordeste como as que possuem o maior déficit em termos relativos e as mulheres como principais responsáveis por domicílios caracterizados como déficit habitacional entre 2016 e 2019 (FJP, 2021).

Figura 6: Gráfico do déficit habitacional absoluto total no Brasil



Entre os componentes é possível observar o aumento dos domicílios improvisados nas habitações precárias, o declínio da coabitação que pode indicar um padrão de comportamento entre os núcleos familiares brasileiros e o crescimento contínuo entre 2016 e 2019 do ônus excessivo com aluguel urbano.

O debate consolidado a respeito do déficit habitacional atinge outro patamar quando observamos os impactos da pandemia do coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que causa a doença covid-19, evidenciando as violências e desigualdades no acesso aos direitos básicos sociais e, entre eles, o direito à moradia adequada. A crise habitacional brasileira é amplificada uma vez que o direito de moradia, assim como outros direitos fundamentais, está diretamente relacionado aos fatores econômicos, políticos e de traços históricos e culturais (FONSECA, 2015), que foram profundamente afetados em um contexto pandêmico.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara o surto da COVID-19 como uma emergência de saúde pública e motivadora do mais alto nível de alerta da OMS (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020). Diante do estado pandêmico ocasionado pelo coronavírus (COVID-19) mudanças drásticas de estilo de vida foram indicadas como meio de proteção e sobrevivência da população frente ao surto pandêmico. No Brasil, o distanciamento social apresentou sua maior eficácia de contenção da COVID-19 e os principais conceitos de distanciamento social foram apresentados pelo boletim epidemiológico 07 da Secretaria de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2020a). Conforme o boletim, o distanciamento social pode ser aplicado de três formas:

- Distanciamento Social Ampliado (DSA) - Estratégia não limitada a grupos específicos, exigindo que todos os setores da sociedade permaneçam na residência durante a vigência da decretação da medida pelos gestores locais. Esta medida restringe ao máximo o contato entre pessoas.
- Distanciamento Social Seletivo (DSS) - Estratégia onde apenas alguns grupos ficam isolados, sendo selecionados os grupos que apresentam mais riscos de desenvolver a doença ou aqueles que podem apresentar um quadro mais grave, como idosos e pessoas com doenças crônicas (diabete, cardiopatias, etc.) ou condições de risco como obesidade e gestação de risco. Pessoas abaixo de 60

anos podem circular livremente, se estiverem assintomáticos.

- Bloqueio Total (*Lockdown*) - Esse é o nível mais alto de segurança e pode ser necessário em situação de grave ameaça ao Sistema de Saúde. Durante um bloqueio total, TODAS as entradas do perímetro são bloqueadas por profissionais de segurança e NINGUÉM tem permissão de entrar ou sair do perímetro isolado.

Em todas as técnicas de distanciamento social recomendadas, a habitação se torna o principal cenário de proteção e medidas de segurança sanitária contra a COVID-19 e a temática da moradia digna, acessível e democrática se destaca como um debate essencial para o desenvolvimento humano, uma vez que, a pandemia mostra-se mais cruel e mortal nas periferias e nos assentamentos precários, possibilitando a identificação da relação entre dados de taxas de mortalidade pela COVID-19 em populações que não possuem acesso aos seus direitos sociais (BRAGA E SILVA, 2021).

Em pesquisa desenvolvida por Braga e Silva (2021) as autoras debatem os impactos da pandemia e a sua relação com o problema da habitação no Brasil, analisando a campanha “Fique em Casa!” - que se refere à estratégia de *lockdown* apresentada anteriormente somada a outras medidas de prevenção como lavar as mãos e os punhos com frequência ou realizar a higienização com álcool em gel 70%, manter a distância mínima de 1 (um) metro entre pessoas e lugares públicos e de convívio social, evitar contato físico, higienizar ambientes e objetos utilizados com frequência, dormir bem e ter uma alimentação saudável e usar máscaras em todos os ambientes externos (BRASIL, 2020) – as autoras elencaram três desafios considerando o déficit habitacional e a viabilidade da campanha para a população de baixa renda, são eles:

- A **desigualdade estrutural** como fenômeno estruturado no cenário da América Latina, onde a propriedade privada absoluta, plena e individual é supervalorizada e os movimentos de coletivização da terra são desconsiderados e desqualificados. Desigualdade esta que carrega assimetrias sociais, culturais, políticas e econômicas fundadas nos elementos de raça e etnia e afetam o acesso à propriedade nos países latino-americanos.
- A **cultura urbana** e, no cenário brasileiro, especialmente **inexistência de políticas públicas** devotas ao planejamento urbano que propicie o exercício do direito à moradia adequada no contexto da pandemia.

- **A falta de proteção efetiva aos postos de trabalho**, uma vez que a PNAD contínua apontando o índice de 13,3% de desemprego no segundo trimestre de 2021, frente aos 12,9 milhões de trabalhadores em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho (IBGE, 2020). (BRAGA; SILVA, 2021)

Quando observamos a relação entre os parâmetros construtivos de uma moradia adequada e as recomendações estabelecidas pela OMS (2018) é possível compreender os estudos que apontam conexão entre moradias precárias e o aumento significativo, até três vezes maiores, de registros de óbitos por COVID-19 nestes ambientes (KRUGER; KRUGER, 2021).

A qualidade de habitação que tanto impacta a qualidade de vida e sobrevivência do seu morador está associada não apenas à unidade da habitação, mas também aos seus espaços coletivos do conjunto residencial, além dos equipamentos e serviços coletivos oferecidos no seu contexto urbano e, não menos importantes, são os percursos entre o conjunto habitacional e o seu contexto (MONTANER, 2011).

Conforme o exposto, autores como Kruger, Kruger (2021), Rovere (2021), Braga, Silva (2021), Silva, Medeiros (2021), entre outros, apontam a gravidade dos impactos causados pela pandemia na população que apresenta maior vulnerabilidade social e um padrão de dispersão da contaminação da COVID-19 socialmente orientado a partir de um recorte de classe, raça e condições de habitabilidade intensificando a necessidade do debate da crise habitacional e moradia adequada no cenário brasileiro.

Seguindo a lógica das desigualdades e conflitos urbanos que desencadearam o déficit habitacional, os movimentos de luta por moradia surgem como uma resposta e reivindicação organizada dos grupos afetados e marginalizados. No cenário brasileiro, os movimentos sociais surgem na década de 1970, a partir das turbulências de um período político e econômico conturbado, onde situações de desvalorização salarial, aumento dos aluguéis, relações exploratórias dos trabalhadores e descaso do Estado através da falta de infraestrutura urbana projetam os movimentos sociais no cenário sociopolítico (BRACONI, 2017).

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) que despontaram na época criticavam os esquemas utilitaristas dos seus predecessores e adotavam esquemas interpretativos que enfatizavam principalmente a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a

solidariedade entre as pessoas de um grupo e o processo de identidade criado entre os seus participantes (GOHN, 1991).

Os novos movimentos sociais buscam o atendimento de suas demandas dentro do próprio sistema capitalista através de instrumentos normativos. Isso resulta em uma luta pela manutenção da democracia nos países onde ela já se consolidou e o seu fortalecimento nos países periféricos que sofrem de maneira mais intensa a força do capitalismo (BRACONI, 2017, p.21)

Gohn (1991) apresenta, de modo geral, a estruturação de um movimento social a partir das seguintes fases: (1) surge uma situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a serem atingidos; (2) inicia-se o processo de formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias); (3) gera-se a aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas levantadas; (4) transformam-se as demandas em reivindicações; (5) é criada uma organização elementar do movimento; (6) são formuladas estratégias; (7) realizam-se práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos, etc.; (8) as reivindicações são encaminhadas; (9) utiliza-se de práticas para difusão (jornais, conferências, representações teatrais, etc.) e/ou execução de certos projetos; (10) são realizadas negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores; (11) na última fase acontece a consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Ainda de acordo com Gohn (1991), a ineficácia de atuação do Estado em relação ao atendimento à população em situação de vulnerabilidade, onde havia a ausência de saneamento básico, transporte público, creches e, principalmente, moradias em um custo acessível, geravam um grande desconforto social e uma demanda por organização destas camadas sociais para reivindicação dos direitos básicos que não estavam sendo assegurados. Estes movimentos que questionam a atuação governamental são categorizados em movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais e que buscam a solução ou criação de equipamentos coletivos e de consumo, tendo como exemplos: movimento pela saúde, movimento pelos transportes, movimento por creches e escolas em geral, movimento pela **habitação**, entre outros. Ainda conforme a autora:

Os anos 80 trarão um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; na articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de

moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde (GOHN, 1991, p.278).

Frente ao excesso de imóveis vazios nas regiões centrais na década de 1990, os movimentos sociais por moradia passam a denunciar a subutilização destas estruturas residenciais existentes em um contexto urbano consolidado e, através da ocupação destas edificações, passam a criar um embate com o estoque imobiliário. Conforme Braconi (2017) o processo de ocupação das edificações e sua repercussão impactavam diretamente na desvalorização imobiliária da região, uma vez que seguiam em sentido oposto a lógica do mercado imobiliário e evidenciavam a incapacidade do Estado na sua proposição e aplicação de políticas públicas habitacionais eficientes para as camadas de menor renda da região central da cidade.

Os embates territoriais ocasionados pela iniciativa dos movimentos de sem-teto em ocupar edificações vazias entraram em conflito direto com os interesses de entidades privadas e os propósitos do poder público com relação ao debate de intervenções na área central⁸. Frúgoli (2006) fundamenta este confronto nos aspectos de centralidade da região que, se por um lado, perde a ocupação habitacional da elite e a locação dos bancos e grandes empresas para outros subcentros, por outro, permanece intensamente ocupado, uma vez que a sua malha viária e infraestrutura engloba um alto fluxo de transeuntes, além de ponto de comércio e de lazer. O autor ainda indica que o abandono dos centros históricos nunca ocorre de forma total, uma vez que esta região possui um valor simbólico e histórico, impossível de se forjar em outras localidades da cidade (FRÚGOLI, 2006, p. 61)

Por ser tratada como um produto a ser explorado e mercantilizado, a moradia passa a se tornar disponível apenas para aqueles que têm condições financeiras de arcar com os seus custos, violando os direitos básicos e uma parcela substantiva da população que não esse acesso. As ocupações irregulares em edificações abandonadas seguem a trajetória de que grupos, sem ter outra opção, se direcionem para áreas desprovidas de infraestrutura habitacional básica e que permaneçam reproduzindo um modelo que desenha as grandes cidades brasileiras (MARICATO, 2013).

⁸ Principal exemplo do perfil de atuação da gestão pública é a fundação da Associação Viva o Centro, em 1991, que ocupa um papel de interlocutora dos interesses das entidades privadas e do poder público através do discurso de disciplinar os usos da região central, assegurar sua limpeza, segurança, iluminação e acessibilidade, combatendo o comércio informal e promovendo a requalificação e zeladoria dos espaços públicos. (NEUHOLD, 2009, p. 35).

Em suma, durante a fase do milagre econômico 1968-1973, as massas populares em geral sofreram violentos arrocho salarial, mas mantiveram-se caladas, na maioria dos casos, pois havia empregos, era extremamente perigoso se manifestar publicamente, não havia vida político-sindical, a não ser de caráter assistencialista, e ainda havia a possibilidade do sonho da casa própria, com a compra do lote nas periferias longínquas e o uso da autoconstrução familiar. As reivindicações dessas periferias irão explodir nos anos de 1970, quando descobrem serem vários de seus lotes clandestinos, quando não conseguem sobreviver nas casas duramente construídas sem um mínimo de infraestrutura urbana; e, principalmente, quando o modelo brasileiro do milagre econômico se exaure iniciando um longo processo de crise econômica pós-1973, que foi escamoteada quanto as suas reais causas, atribuindo-se às causas externas, como a crise internacional do petróleo, as razões do malogro, do modelo econômico adotado (GOHN, 2013, p.106).

O presente trabalho aborda as ocupações irregulares em prédios dos centros históricos. O processo de ocupação em edificações históricas segue a premissa de intervenções conduzidas em assentamentos populares. No cenário recifense são identificadas as associações e cooperativas organizadas e articuladas em torno dos movimentos de luta por moradia atuantes na sua região metropolitana, conduzidos conforme a produção social do habitat, a autogestão, o protagonismo popular e o capital social (ALENCAR, SÁ, 2011). De acordo com os autores, a conceituação da **produção social do habitat** está baseada nos processos de auto-organização que são construídos a partir de movimentos e interações coletivas de populações urbanas que geram projetos e ações enfocadas a fazer efetivos seus direitos à moradia e à cidade, e utilizam como elemento chave a luta organizada pela terra, pela casa e pelos serviços básicos e direitos universais relacionados ao habitat (FLORES, 2004 apud ALENCAR, SÁ, 2011). Os três conceitos que dialogam diretamente com a produção social do habitat são caracterizados por:

- A **autogestão** que implica na criação de uma opção de gestão e organização popular, que gerencia todo o processo da construção através de decisões tomadas autonomamente pela associação que agrupa os participantes. Este processo politizador atua na etapa construtiva e fortalece o senso de cidadania e coletividade das famílias que abrigam estes espaços, além de estimular os laços comunitários.
- O **protagonismo popular** retrata o acontecimento onde o indivíduo ou um grupo se reconhecem como principais atores do seu próprio destino. Além de consolidar a sensação de pertencimento nos espaços urbanos e habitacionais, o

protagonismo social atua como um método de colaboração horizontal e democrático que desencadeia nos processos de aprendizagem e desenvolvimento entre diferentes indivíduos que passam a atuar em conjunto em prol dos objetivos coletivos.

- O **capital social** “[...] refere-se aos aspectos da organização social, tais como redes, normas e confianças, que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo.” (MILANI, 2005, p. 18 apud ALENCAR, SÁ, 2011, p.6).

1.4. A dialogia na arquitetura

Para compreensão e identificação dos padrões culturais de moradias das famílias em ocupações irregulares nos Centros Históricos recorre-se à fundamentação teórica desenvolvida por Muntañola (2000, 2006, 2010) embasada na conceitualização do diálogo estabelecido por Bakhtin (1997) e na narratividade estipulada por Ricoeur (2002), base para a proposta do método da Arquitetura Dialógica.

A dialogia na arquitetura tem como princípio a relação que existe entre o Texto e o Contexto. Nesta pesquisa, o objeto de estudo arquitetônico (Texto) são as ocupações irregulares em edificações e os padrões culturais de moradia das famílias e seu contexto são os Centros Históricos e Movimentos de Luta por Moradia. Partindo da seguinte questão: *como os Movimentos de Luta por Moradia e os padrões culturais de moradia das famílias dialogam com as edificações ocupadas nos Centros Históricos?* Seguimos o caminho entre o arquiteto, o objeto construído e o objeto utilizado para identificar a relação hermenêutica e dialógica que deve analisar-se a partir da sua estrutura cronotópica específica na arquitetura.

Bakhtin (1996, p. 323) apresenta o conceito de diálogo na literatura através de “relações possíveis entre enunciados integrais de diferentes sujeitos dos discursos”. Conforme o autor, é estabelecida uma tríplice ótica de diálogo composta por: eu-para-mim, eu-para-outro e outro-para-mim.

As relações dialógicas são de índole específica: não podem ser reduzidas a relações meramente lógicas (ainda que dialéticas) nem meramente linguísticas (sintático-composicionais). Elas só são possíveis entre enunciados integrais de diferentes sujeitos do discurso [...]. As relações dialógicas pressupõem linguagem, no entanto, elas não existem no sistema da língua [...]. As relações dialógicas são relações (semânticas) entre toda a espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido [...] acabam em relação dialógica (BAKHTIN, 1996, p.323).

O filósofo revela a importância da linguagem e do diálogo, identificando sua relevância na essência das relações humanas e intrapessoais, sendo o diálogo o meio em que compartilhamos nossos pensamentos, nos comunicamos e trocamos diferentes conhecimentos com o outro. Dessa forma a dialogia atua como um instrumento para direcionar e orquestrar as conexões entre os sujeitos e o seu entorno, e onde aparece o diálogo “como troca de significado nas trocas verbais que modela melhor o dar e receber a percepção em um mundo onde o significado é sempre um evento coproduzido” (HOLQUIST, 2003, p. 13).

Posteriormente, Muntañola (2006) articula a conceitualização do diálogo de Bakhtin na arquitetura. O autor analisa as relações de subjetividade e semântica presentes no discurso de Bakhtin e o identifica nos elementos espaciais e nos objetos de percepção e conhecimento do sujeito no espaço físico, de forma que na dialogia, tanto o texto ou objeto arquitetônico, quanto o seu contexto não permanecem fixas e engessadas, estes sofrem alterações do tempo, da natureza e das relações de diálogos que se estabelecem, dando lugar aos cronotopos. Conforme Muntañola (2006):

[...] a noção «arquitetônica» está indissoluvelmente ligada à de «responsabilidade» (*answerability*), ou seja, a capacidade de se dirigir a alguém ou algo a partir de outro alguém ou outro algo. Essa capacidade de «dirigir-se» (*to adress*) é essencial na teoria dialógica de «conversar» (*con- versar*) que pressupõe uma intenção de dirigir-se, de comunicar não «individual», mas «social» (MUNTAÑOLA, 2006, p.64, tradução da autora⁹).

Dessa forma, a dialogia estuda e avalia o objeto arquitetônico (Texto) com o seu Contexto (histórico, urbano, social, econômico, cultural, ambiental e político) e a obra arquitetônica em três dimensões hermenêuticas: (1) prefiguração ou o projeto de arquitetura, (2) configuração ou construção da obra e (3) refiguração ou uso social, a percepção dos usuários. Estas dimensões são estabelecidas por Ricoeur (2002) na conceituação da arquitetura e sua narratividade.

As três fases estabelecidas pelo autor são caracterizadas como:

- **Prefiguração:** é considerada o *tempo mental*, enquanto relato, ela aborda a troca de recordações, experiências e ideias, enquanto lugar é o ponto inicial de

⁹ Texto original: [...] la noción «arquitetónica» está indisolublemente unida a la de «constestabilidad» («conversatibilidad») (*answerability*) o sea, a la capacidad de dirigirse a alguien o a algo desde otro alguien u otro algo. Esta capacidad de «dirigirse a» (*to address*) es esencial en la teoría dialógica del «conversar» (*con- versar*) que presupone una intención de dirigirse, de comunicar no «individual», sino «social». (MUNTAÑOLA, 2006, p. 64)

produção do ambiente e seus acontecimentos “onde as trocas temporais seguem os trajetos afetivos ao longo dos intervalos que os separam e voltam a os unir” (RICOEUR, 2002, p. 17).

- **Configuração:** na construção literária é o tempo dos fatos narrados, na construção física é a materialização do projeto arquitetônico no espaço, ou seja, o registro escrito ou físico dos padrões de acontecimentos da vida cotidiana.
- **Refiguração:** representa o tempo social, a leitura do relato produzido ou, nos aspectos do espaço materializado, é a percepção do usuário no ambiente construído.

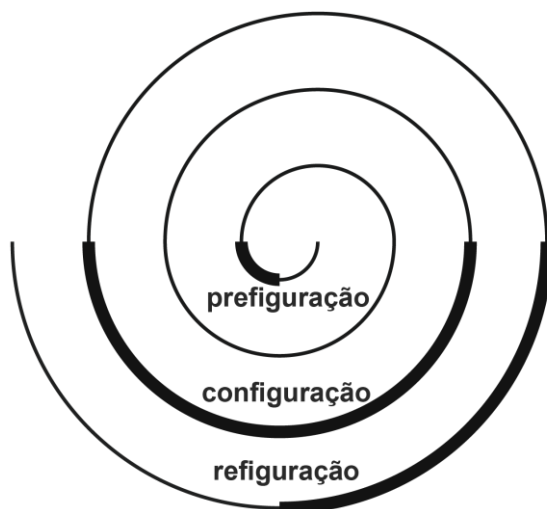
A partir da *mimese* (imitação criativa) da narrativa, Paul Ricoeur (2006) estabelece três fases definidas em tempo e relato: a prefiguração, a configuração e a refiguração (Figura 7). As dimensões hermenêuticas indicadas por Ricoeur são reconhecidas na tríplice-ótica exposta por Bakhtin e posteriormente interpretadas por Muntañola, conforme elucida Lucredi (2019) no quadro de relações abaixo (Quadro 8):

Quadro 8: Relação entre Bakhtin, Ricoeur e Muntañola

Tríplice – ótica (BAKHTIN, 1975)	Mimese (RICOEUR, 2002)	Tripla Natureza (MUNTAÑOLA, 2002)
Eu – para – mim	Prefiguração	Projeto
Eu – para – outro	Configuração	Construção
Outro – para – mim	Refiguração	Uso social

Fonte: LUCREDI (2019), organizado pela autora (2022)

Figura 7: Ciclo hermenêutico de Ricoeur



Fonte: Ricoeur (2002), organizado pela autora (2022).

Estabelecendo as relações dialógicas de Bakhtin e a construção narrativa hermenêutica de Ricoeur, Muntañola (2006, p. 65) compõe a tríplice natureza das relações entre o usuário e o lugar e articula os conceitos de projeto, construção e uso social através de uma estrutura cronotópica.

Para compreendermos com clareza o conceito de lugar é preciso reconhecer que uma cidade, edifício ou unidade habitacional são, acima de tudo, governados pelo que acontece nestes espaços. Estas ações sociais e repetições de acontecimentos cotidianos representam as forças que estruturam a configuração espacial e a identidade do lugar. Os padrões culturais estão diretamente relacionados aos acontecimentos físicos, sociais e simbólicos e são identificados através da análise da vida de cada pessoa, animal ou planta e da composição de episódios semelhantes que se repetem em um contexto arquitetônico. Através dos padrões culturais é possível traçar a relação entre os prédios, a habitação e o contexto histórico, às atividades, situações e experiências que ocorrem no dia a dia dos seus moradores (ALEXANDER, 1979).

A identificação dos padrões culturais em moradias oferece a possibilidade de análise e caracterização dos mesmos em uma estrutura de linguagem dos padrões, processo apontado por Alexander (1979) como primordial para formação das cidades e edificações e recurso para reabilitação de ambientes em conflitos internos considerados “mortos” pelo autor, para espaços “vivos” que desencadeiam nossas forças internas e nos libertam.

Aqueles de nós que estão interessados em edifícios tendem a esquecer muito facilmente que toda a vida e alma de um lugar, que todas as nossas experiências nele, dependem não apenas do ambiente físico, mas dos padrões de eventos que vivenciamos lá. (ALEXANDER, 1979, p.64)

Ainda segundo Alexander (1979), cada padrão expressa uma relação entre um determinado contexto, um problema e uma solução. Os padrões atuam como elementos do mundo e como elementos da linguagem e irão representar esta relação entre o contexto, um certo sistema de forças que pode ocorrer repetidamente neste cenário e uma possível configuração espacial que permite que essas forças se resolvam. Em suma, os padrões estão diretamente correlacionados aos seus contextos e estes contextos por sua vez podem ser caracterizados em três escalas: (1) unidade habitacional referente ao núcleo familiar; (2) espaços coletivos representados pelo entorno do espaço habitacional; (3) contexto urbano referente às atividades realizadas fora da edificação, na vizinhança, bairro e cidade.

Tendo em vista a temática abordada na pesquisa, os padrões culturais a serem identificados referem-se a pontos como: as famílias em ocupações irregulares de prédios abandonados realizam suas atividades domésticas condicionadas a um espaço reduzido e com serviços coletivos (banheiro, cozinha), portanto que atividades domésticas realizam em que lugares e em que horários? Quais atividades coletivas ao interior da edificação realizam, em quais horários e em qual ambiente? Quais atividades realizam ao exterior da edificação (escola, saúde, lazer) e em que dias e horários? Qual seria o espaço de cômodos e mobiliários que atenderiam satisfatoriamente a realização de seus padrões culturais domésticos? Qual seria o espaço e equipamentos que atenderiam satisfatoriamente a realização dos seus padrões culturais coletivos? Quais equipamentos públicos (saúde, educação, lazer, cultura) deveriam estar próximos da habitação? E, apenas a partir da resposta dos pontos levantados será possível atender às necessidades de acessibilidade e adequação cultural previstas pelos parâmetros de moradia adequada.

A leitura dos padrões culturais e linguagem dos padrões requer uma abordagem fundamentada no método dialógico, uma vez que Alexander (1979) indica:

Lembre-se que cada padrão em uma linguagem está vinculado aos padrões acima e abaixo dela. [...] Cada linguagem carrega consigo a estrutura da linguagem maior, trazendo consigo outros padrões maiores e, assim, contribuindo para compor o todo. (ALEXANDER, 1979, p.275).

2. MÉTODO

A identificação de padrões culturais de moradias das famílias em ocupações irregulares e proposta de tipologias ou tipos de habitação social em edificações abandonadas no Centro Histórico do Recife será baseada na dialogia na arquitetura, fundamentada na conceitualização do diálogo estabelecido por Bakhtin (1997), na perspectiva fenomenológica e hermenêutica de Ricoeur (2002) e nas dimensões do projeto e construção e uso social desenvolvidas por Muntañola (1996, 2000, 2006).

Dessa forma, construindo uma narrativa da relação entre o Texto (edificação ocupada e padrões culturais de moradia das famílias) e o seu Contexto (Centro Histórico do Recife e Movimentos de Luta por Moradia) e, a partir das relações ou sinergias estabelecidas entre o Texto e seu Contexto, identificamos os parâmetros e padrões culturais atendidos ou não, com relação à moradia adequada, qualidade de vida e sustentabilidade social das configurações habitacionais das famílias em ocupações irregulares de edificações abandonadas no Centro Histórico. Os parâmetros para identificar a qualidade de habitação em ocupações irregulares serão estruturados a partir de autores como: ONU (1992), Zarate (2010), Montaner (2011), Salcedo (2007, 2009, 2015), Alexander (1977, 1979, 2005), Sanchez (2020), Santos (1988), Prinz (1986), Barton (2010), Villa (2015), Ornstein (2003), normas e legislação brasileira de acessibilidade e exigências de habitabilidade NBR 9050 (ABNT, 2015) e NBR 15575 (ABNT, 2013), respectivamente.

A metodologia proposta está estruturada em quatro etapas, a primeira é o Contexto, a segunda é o Texto, a terceira é a síntese das relações ou correspondências dos parâmetros das dimensões do Texto com seu Contexto, através de uma matriz, que permite identificar os padrões culturais de moradia existentes e desejados das famílias em ocupações irregulares de edificações abandonadas nos Centros Históricos e a quarta identifica a proposta de tipos de habitação que correspondam aos padrões culturais desejados (Quadro 9).

Quadro 9: Etapas da Metodologia

01	Análise do Contexto Centros Históricos e Movimentos de Luta por Moradia	Centro Histórico e Movimentos de Luta por Moradia
		Descrição dos parâmetros e padrões das dimensões física, social e simbólica
02	Análise do Texto Padrões culturais de moradia em ocupações irregulares	Análise dos Movimentos de Luta por Moradia e sua relação com o Lugar (Centro Histórico)
		Análise dos padrões físicos da edificação
03	Qualidade dos padrões culturais de moradias	Análise dos padrões sociais dos usuários e suas correspondências nos padrões físicos da edificação e do Contexto
		Resultado da síntese das relações ou correspondências entre o Texto e o seu Contexto, através de uma Matriz que permite identificar os parâmetros e padrões culturais atendidos ou não, a moradia adequada, qualidade de vida e sustentabilidade social das configurações habitacionais.
04	Proposta de tipologia habitacional	Identificação e proposta de tipos ou tipologias habitacionais que correspondam aos padrões culturais desejados pelas famílias em Habitações Sociais

Fonte: Organizado pela autora (2023)

2.1. Análise do Contexto

A análise do Contexto compreende as dimensões do Centro Histórico e os critérios de análise do Movimento de Luta e Resistência pelo Teto e a relação dos parâmetros entre estes movimentos com os parâmetros do Centro Histórico.

2.1.1. Centro Histórico

O Centro Histórico foi estudado a partir das suas dimensões *físicas*, *sociais* e *simbólicas* segundo a teoria socio física do lugar (ZÁRATE, 2010), e conforme suas características físico-geográficas, urbanas, arquitetônicas, históricas e socioeconômicas (SALCEDO, 2007, 2020). Por sua vez, cada uma destas dimensões está composta por parâmetros e padrões (Quadro 10).

Quadro 10: Parâmetros para análise do Centro Histórico

	Parâmetros Centro Histórico	Descrição
Dimensão Social	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Política e recursos econômicos destinados aos programas de habitação social. Plano Diretor, normas. Legislação para habitação.
	Agentes gestores	Agentes políticos envolvidos nos programas de habitação social e agentes públicos que desenvolvem os programas.
	Atores sociais	Aspectos socioeconômicos: composição familiar, idade e gênero. Renda mensal e ocupação ou tipo de trabalho, moradia.
	Históricas	Analisa-se a formação do bairro e transformações cronotópicas, memória e identidade.
Dimensão Simbólica	Culturais	Hábitos, práticas, estilo de vida, idiossincrasia, representações sociais e imaginários, tradições comportamentais; representações e expressão de valores.
Dimensão Física	Disponibilidade de serviços e infraestrutura	Água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.
	Arquitetônico	Será observada a arquitetura do entorno, as construções preexistentes e os seus estilos, composição de fachadas e acabamentos, gabaritos de altura, implantação no lote, formas e texturas.
	Físico-geográfico	Correspondem às condições físico-geográficas do entorno, como o clima, topografia e orientação solar.
	Urbano	São considerados os aspectos do traçado e morfologia urbana, a escala do bairro e a identificação e mapeamento dos equipamentos e serviços coletivos (saúde, cultura, lazer, pontos de metrô e de ônibus) e os raios de influência dos equipamentos urbanos do lugar corresponderão aos parâmetros de Prinz (1986). Para este parâmetro serão utilizadas referências teóricas de autores como Ghel (2015), Lamas (2011) e Hillier (1989).

Fonte: Salcedo (2020), organizado pela autora (2023)

2.1.2. Movimentos de Luta por Moradia

A compreensão da atuação dos Movimentos de luta por Moradia foi estabelecida a partir da análise das dimensões *físicas, sociais e jurídicas conforme a prática metodológica implementada pela FIO Assessoria Técnica com o Movimento Sem Teto no Centro (MSTC)* que atualmente coordena 5 ocupações, que juntas abrigam 300 famílias na região central da cidade de São Paulo (MSTC, 2022). Desta forma, cada um dos parâmetros expostos abaixo (Quadro 11) foi analisado com as categorias compatíveis do Centro Histórico.

Quadro 11: Parâmetros e padrões para análise dos Movimentos de Luta por Moradia

Parâmetros Movimentos de Luta por Moradia		Descrição	Correspondências dialógicas com os parâmetros do Centro Histórico
Dimensão Econômica	Equipe Jurídica	Presença de uma frente jurídica que auxilie o Movimento, realizando atuação em ações cíveis e administrativas com base na legislação urbanística vigente para tratar dos conflitos fundiários. Análise da situação fundiária da edificação, avaliação de possíveis ações de reintegração de posse, elaboração de contrarrelatórios aos apresentados pela Defesa Civil.	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores
	Viabilidade Financeira	Proposta, quantitativo e orçamento para execução das ações de ocupação. Estudo e definição de mão de obra especializada, cronograma de execuções e identificação de viabilidade do que deve ser executado em curto, médio ou longo prazo.	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores
		Aporte econômico familiar para a manutenção do prédio.	Atores sociais Agentes gestores
	Acessibilidade	Registro e atendimento a pessoas em grupos vulneráveis (idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência), regulamentação de espaços para pessoas com deficiência.	Atores sociais Agentes gestores
Dimensão Social	Perfil Socioeconômico	Cadastramento das famílias, composição, ocupação, renda familiar, lugar da moradia anterior.	Atores sociais Históricas Culturais
	Autogestão	Mobilização - Capacidade de ações coletivas dos moradores para realização de mutirões e formação das comissões de trabalho entre as famílias.	
		Regulamento e decisões coletivas - Reflexões e tomada de decisões através de debates, oficinas e assembleias com o objetivo de elencar prioridades, determinar principais atores e agentes, definir diretrizes e elaborar o programa da ocupação, regimento interno de convivência comunitária e utilização dos espaços de uso coletivo (circulação, atividades comunitárias etc.).	Históricas Culturais
		Trabalho coletivo - Existência de uma gestão participativa que atue através do trabalho social na geração de renda, manutenção e zeladoria da edificação residencial.	
Dimensão Física	Saneamento básico,	Elétrica - Condição de alimentação e distribuição de energia, condição da fiação, condições de acondicionamento, análise dos quadros de	Disponibilidade de serviços e infraestrutura

Parâmetros Movimentos de Luta por Moradia	Descrição	Correspondências dialógicas com os parâmetros do Centro Histórico
infraestrutura e segurança ¹⁰	distribuição de energia para evitar sobrecarga.	Arquitetônico
	Segurança contra incêndio - Instalação e equipamentos de proteção e de combate a incêndio, presença de extintores, sinalização de emergência, alarme audiovisual, hidrantes e iluminação de emergência. Verificação de rota de fuga e remover a presença de entulhos que configurem obstáculos ou materiais combustíveis presentes na vedação, forro e divisórias.	
	Hidráulica – Água potável, redes de distribuição de água para o consumo por unidade de moradia e consumo coletivo. Identificar e solucionar pontos de infiltrações, umidades, vazamentos e entupimentos. Corrigir falhas de impermeabilização e realizar limpeza da caixa d'água e reparos e manutenção das bombas. Sistema de rede de esgoto	
	Coleta de lixo – indireta ou direta por serviço de limpeza.	
	Estrutura - Condição estrutural da edificação, análise técnica dos problemas de infiltração que afetam as estruturas, identificar problemas nos telhados e coberturas, nos elementos de madeira, armação exposta, e trincas e rachaduras nas alvenarias. Evitar sobrecarga e deslocamento da fachada.	
	Reparos e manutenção da estrutura física da edificação - Mapeamento focado na segurança dos moradores contra quedas, soluções em caso de esquadrias danificadas, manifestações relacionadas a insuficiência de iluminação ou ventilação, proposta de divisórias e forros de materiais adequados que sigam as medidas de segurança contra incêndio, medição para instalação de itens propostos e elaboração de soluções para melhorar a ocupação e uso dos ambientes.	
Espaços Coletivos	Presença na ocupação de espaços de compartilhamento e atividades comunitárias, como cozinhas, creches para as crianças, bibliotecas, salas de exibição de filmes etc.	Arquitetônico
Adequação dos cômodos para moradias	Possibilidade de flexibilidade e transformação de acordo com a composição dos núcleos familiares e adequação às necessidades e desejos ao longo do tempo (que podem não ser apenas uma questão arquitetônica, mas também de através dos sistemas de posse como locação social e cooperativas de	Arquitetônico
		Físico-geográfico

¹⁰ "De acordo com a Lei 11.445/07, podemos definir como saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas."

Parâmetros Movimentos de Luta por Moradia	Descrição	Correspondências dialógicas com os parâmetros do Centro Histórico
	moradia).	
Localização	Escolha de ocupação em região com infraestrutura consolidada, com acesso aos equipamentos e serviços coletivos (educação, saúde, cultura, lazer e transporte público), comércio e serviços locais (padaria, açougue, quitanda, mercearia, farmácia).	Disponibilidade de serviços e infraestrutura
		Urbano

Fonte: MSTC (2022), organizado pela autora (2023)

2.2. Análise do Texto

A análise do Texto compreendeu o estudo do objeto arquitetônico na forma dos estudos de caso (edificações ocupadas e padrões culturais de moradia das famílias), segundo duas dimensões: construção e percepção dos usuários, estabelecendo correspondências com os padrões e parâmetros dos Movimentos de Luta por Moradia e dos Centros Históricos.

2.2.1. Construção

Referiu-se à análise da edificação ocupada pelo Movimento de Luta e Resistência pelo Teto (MLRT), estudo arquitetônico em que o projeto sai do papel e passa a ser materializado. Para este estudo são propostos parâmetros e padrões físicos apresentados abaixo (Quadro 12) e estas informações foram coletadas a partir de visita *in loco* e memorial descritivo da obra.

Quadro 12: Parâmetros para análise da Construção

Parâmetros da Construção	Descrição	Correspondências dialógicas com	
		Centro Histórico	Movimentos de Luta por Moradia
Registro do Imóvel	Identifica o registro e posse da edificação e reconhece o potencial de edificações de domínio público, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento de administração federal, estadual, territorial ou municipal, para reabilitação e implementação de políticas públicas habitacionais.	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Equipe Jurídica
Valor do imóvel	Avalia o valor imobiliário da edificação no mercado e custos gerados pela falta de utilização e função social.	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Viabilidade Financeira
		Atores sociais	Perfil Socioeconômico
Acessibilidade	Análise para verificar se o edifício cumpre os requisitos da Norma Brasileira ABNT NBR 9050 para garantir condições de acessibilidade a todos moradores nos espaços coletivos e nas unidades destinadas a pessoas com deficiência. Unidades adaptadas a pessoas deficientes, dimensões para circulação de pessoas em cadeira de rodas, dimensionamento e proteção de rampas, critérios de sinalização visual e tátil, proteção de segurança em escadas e elevadores;	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Acessibilidade
		Atores sociais	Perfil Socioeconômico
		Agentes gestores	
Ocupação irregular e impacto na construção	Verificar as características dos métodos construtivos propostos e gestão de obra e resíduos para atender às demandas emergenciais arquitetônicas da construção existente e dialogar com os aspectos arquitetônicos do Contexto de forma a não prejudicar o entorno próximo.	Culturais	Autogestão
		Arquitetônico	
		Urbano	
Disponibilidade de serviços e infraestrutura	Disponibilidade de serviços e infraestrutura - Identificar a adequação das exigências de iluminação, instalações hidráulicas, espaços para armazenamento ou coleta de lixo, em conformidade com as características arquitetônicas do Contexto;	Disponibilidade de serviços e infraestrutura	Saneamento básico, infraestrutura e segurança
	Sistema construtivo - Verificar se o sistema construtivo é flexível e permite fazer alterações no futuro sem afetar outros sistemas para reconfigurar o espaço segundo as necessidades dos moradores; Acabamento - Acabamento dos pisos, paredes, tetos, esquadrias e aparelhos sanitários usados no empreendimento para analisar sua qualidade e se foram coerentes com o edifício;		

Parâmetros da Construção	Descrição	Correspondências dialógicas com	
		Centro Histórico	Movimentos de Luta por Moradia
	Segurança - Verificar se o edifício cumpre as medidas de segurança contra incêndio e assaltos: portaria no acesso, porteiro, ramal interno de comunicação telefônica entre as unidades, portas contrafogo nas saídas de emergência;		
Habitabilidade	Tipologia - Analisam-se os tipos de habitação por: cômodos, área útil por habitação, área útil por cômodo (BOUERI, 2004; MONTANER 2006, NORMAS ABNT NBR 9050);		Perfil socioeconômico
	Funcionalidade e flexibilidade - Flexibilidade dos espaços para utilização por todos os moradores, espaços destinados ao trabalho produtivo, espaços destinados ao trabalho reprodutivo, espaços para armazenamento, adaptação para diferentes situações familiares no tempo e diferentes grupos, apresenta integração entre cômodos de outras moradias para variações tipológicas ou para incorporar novos usos produtivos próximos às moradias de habitação, otimiza o espaço tanto na planta como em sua altura;	Culturais	Espaços Coletivos
		Arquitetônico	Adequação dos cômodos para moradias
Conforto ambiental	Desempenho térmico, iluminação natural, orientação das janelas e da ventilação natural cruzada. Quanto ao desempenho térmico, a Norma ABNT NBR 15.575, 2013 analisa conforme a zona bioclimática definida na ABNT NBR 15.220-3;	Físico-geográfico	Adequação dos cômodos para moradias
Localização	Implantação da edificação no entorno, presença de infraestrutura e vias de acesso consolidadas, existência de equipamentos públicos, comércios e serviços e relevância da região.	Urbano	Localização

Fonte: Boueri (2004), Montaner (2011), ABNT (NBR 9050, 15.575, 15.220-3), organizado pela autora (2023)

2.2.2. Percepção dos Usuários

Para analisar se a edificação ocupada pelo Movimento de Luta e Resistência pelo Teto atende os padrões culturais dos moradores, a qualidade de vida, sustentabilidade e moradia adequada, foi necessário identificar os padrões culturais destes residentes (acontecimentos físicos, sociais e simbólicos), como também, a validação dos mesmos, isto é; a percepção dos moradores sobre o grau de satisfação com a moradia, a construção, o Movimento e o acesso aos equipamentos e serviços coletivos no seu entorno (Quadro 13).

Estas informações foram coletadas através da aplicação de questionários¹¹, realizado no dia 26 de maio de 2022. O questionário apresenta quatro etapas: (1) características socioeconômicas, (2) padrões sociais e políticos ao exterior do prédio (bairro e vizinhança), (3) padrões sociais ao interior do prédio (domésticos e coletivos) e (4) percepção dos usuários sobre a construção do prédio ocupado (5) padrão de moradia desejada. A partir dos dados coletados nos questionários foi possível identificar as atividades realizadas pelos moradores nos lugares e nos períodos em que ocorrem (descrição dos padrões domésticos, coletivos e sociais).

¹¹ A aplicação *in loco* dos questionários dependerá do cenário sanitário do país devido à pandemia de Covid-19. Caso não seja viável a realização do questionário presencial, o mesmo será aplicado de forma remota aos residentes e participantes dos estudos de caso analisados.

Quadro 13: Parâmetros para análise da Percepção dos Usuários

Parâmetros da Percepção dos Usuários	Descrição	Correspondências dialógicas com		
		Centro Histórico	Movimentos de Luta por Moradia	Construção
Segurança de Posse	Preferências dos moradores de características de posse da habitação: como proprietário, financiamento da habitação, locação, cedido.	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Equipe Jurídica	Registro do Imóvel
Economicidade	Características de renda e comparativo com gastos mensais na moradia (valor correspondente a 10% da renda mensal familiar)	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Viabilidade Financeira	Valor do imóvel
		Atores sociais	Perfil Socioeconômico	
		Agentes gestores		
Acessibilidade	Identificação de moradores que representem grupos vulneráveis e percepção de acessibilidade e espaços adequados para pessoas com deficiência.	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Acessibilidade	Acessibilidade
		Atores sociais	Perfil Socioeconômico	
Características socioeconômicas	Composição familiar, idade, gênero, relação de parentesco, ocupação, grau de escolaridade, renda familiar mensal, local de moradia anterior;	Atores sociais	Perfil Socioeconômico	Ocupação irregular e impacto na construção
		Históricas		
		Culturais		
Mobilização e ações coletivas	Viabilidade social e econômica. Verificar se as respostas dos moradores correspondem aos tipos de habitação, sustentabilidade, acessibilidade da Construção, programa arquitetônico e estética do Projeto, e parâmetros dos Movimentos de Luta por Moradia;	Atores sociais	Autogestão	Ocupação irregular e impacto na construção
		Históricas		
		Culturais		
Aspectos socio físicos da habitação	Número de pessoas por dormitório, m² por habitante;	Condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores	Adequação dos cômodos para moradias	Ocupação irregular e impacto na construção

Parâmetros da Percepção dos Usuários	Descrição	Correspondências dialógicas com		
		Centro Histórico	Movimentos de Luta por Moradia	Construção
		Culturais		Habitabilidade
Percepção dos usuários sobre a edificação	Segurança, acessibilidade, estética. Descrição das atividades realizadas nos espaços coletivos (padrões coletivos);	Disponibilidade de serviços e infraestrutura	Saneamento básico, infraestrutura e segurança	Disponibilidade de serviços e infraestrutura
			Espaços Coletivos	Habitabilidade
Percepção dos usuários sobre a moradia	Grau de satisfação com a moradia, conforto ambiental, funcionalidade, satisfação com suas necessidades, expectativas com a moradia, descrição das atividades que são realizadas em cada cômodo (padrões domésticos), abastecimento de água, esgotamento sanitário, combustível para cozinha.	Disponibilidade de serviços e infraestrutura	Saneamento básico, infraestrutura e segurança	Disponibilidade de serviços e infraestrutura
		Arquitetônico	Adequação dos cômodos para moradias	Habitabilidade
Conforto Ambiental	Grau de satisfação dos moradores com os aspectos de desempenho térmico, iluminação natural, orientação das janelas e da ventilação natural cruzada.	Físico-geográfico	Adequação dos cômodos para moradias	Conforto ambiental
Contexto	Acesso aos equipamentos, serviços coletivos e trabalho. Descrever as atividades realizadas no bairro ou cidade (padrões sociais e políticos).	Disponibilidade de serviços e infraestrutura	Localização	Localização
		Urbano		

Fonte: Organizado pela autora (2023)

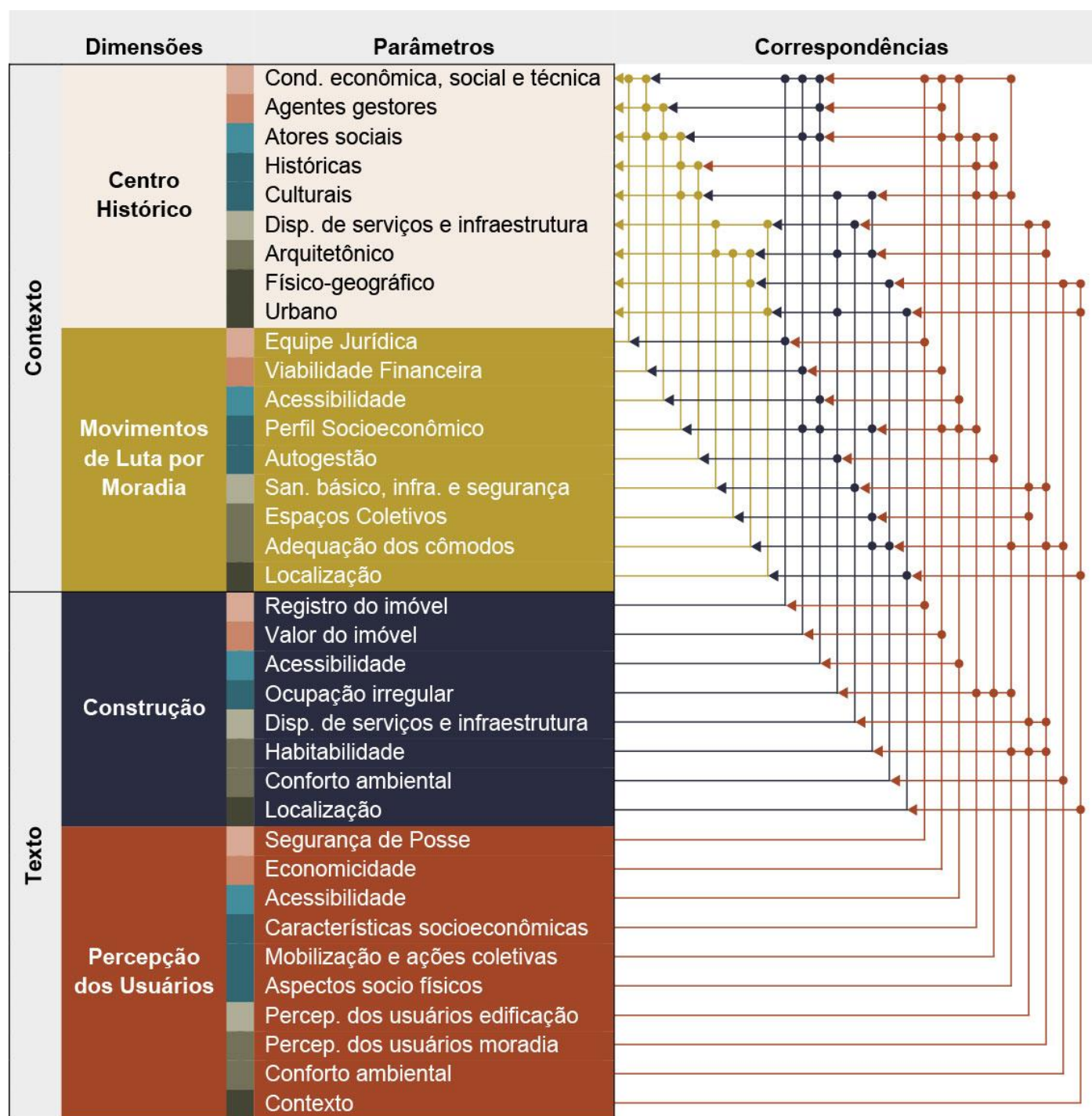
A construção e análise dos dados obtidos considera a importância de assegurar a qualidade do ambiente construído e a participação fundamental dos moradores nas escolhas e decisões desse processo que garantirão, não apenas, um melhor atendimento das necessidades e aspectos desejados pelos residentes, mas também possibilita um direcionamento de diretrizes qualitativas para futuras construções. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram estruturados conforme a fundamentação dialógica e seguindo uma abordagem de múltiplos métodos de avaliação acerca dos aspectos quantitativos e qualitativos das habitações (ORNSTEIN,

2003; VILLA, 2015). Dessa forma, as avaliações e diagnósticos identificados no próximo capítulo se apresentam confirmando a eficiência dos resultados da análise, respeitando a privacidade dos moradores avaliados e seguindo a lógica de avaliação pós-ocupação para tabulação dos resultados identificados, além de oferecer a possibilidade de desdobramentos em estudos comparativos.

2.3. Matriz das relações entre *Texto* e *Contexto*

A matriz é a síntese das relações ou correspondências dos parâmetros das dimensões do Texto com seu Contexto. As informações para elaboração da matriz foram coletadas em bases bibliográficas, junto à Prefeitura do Recife e ao Movimento de Luta e Resistência pelo Teto atuante na ocupação, através da aplicação de questionários aos moradores da Ocupação Leonardo Cisneiros na Rua Marquês do Recife, n.º 32 – Edifício Segadas Vianna, localizada no Centro Histórico do Recife, e entrevistas com os organizadores e ativistas dos Movimentos Populares. Desta forma, para analisar a correspondência dos padrões culturais de moradia em ocupações irregulares nos Centros Históricos foi proposta analisar as relações dialógicas entre o contexto, os movimentos, a construção e a percepção dos usuários (Figura 8).

Figura 8: Matriz de relações entre o Texto e o Contexto

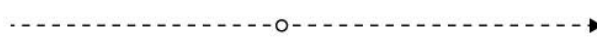


Legenda

Relações atendidas



Relações não atendidas



Relações atendidas parcialmente



Parâmetros Moradia adequada

Segurança de Posse

Acessibilidade

Disp. de serviços, materiais, instalações e infra.

Economicidade

Adequação Cultural

Habitabilidade

Localização

Fonte: Autora (2023)

3. RESULTADOS

Esta seção compreende os resultados e discussões das dimensões *físicas*, *sociais* e *simbólicas* do Centro Histórico do Recife e o Movimento de Luta e Resistência pelo Teto (MLRT), além dos acontecimentos *sociais*, *físicos* e *simbólicos* dos padrões culturais de moradia das famílias na Ocupação Leonardo Cisneiros e do Edifício Segadas Vianna. Em seguida, é realizada a síntese das relações ou correspondências dos parâmetros das dimensões do Texto com o seu Contexto.

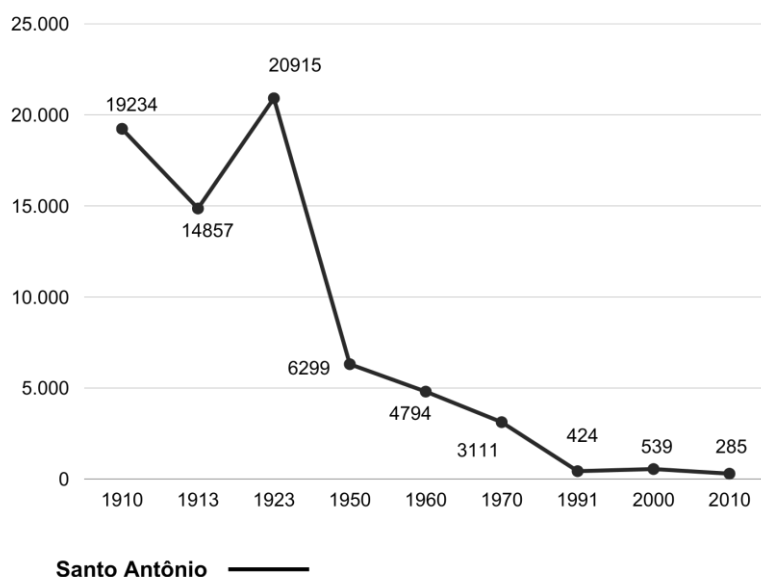
3.1. Centro Histórico do Recife

O Centro Histórico foi estudado a partir das suas dimensões *físicas*, *sociais* e *simbólicas* conforme a teoria socio física do lugar (ZÁRATE, 2010).

Dimensão social

As correspondências de ordem **socioeconômica** envolvem os **atores sociais**, **agentes gestores** e **condicionantes de ordem econômica, social e técnica** representativos do Centro Histórico do Recife. Considerando os dados demográficos mais recentes, foi registrado um processo acentuado de perda populacional (- 33%) no bairro de Santo Antônio no período de 1991 a 2010 (Figura 9). Este processo se relaciona com o deslocamento de parcelas populacionais (sobretudo as elites) para outras regiões da cidade, seguindo as dinâmicas e influências do mercado imobiliário, além do impacto das reformas urbanas, que serão apresentadas no próximo tópico, realizadas no Bairro de Santo Antônio e que ocasionaram em uma grande alteração nos padrões de ocupação da região (DPPC, 2020).

Figura 9: Gráfico da evolução populacional de Santo Antônio (1910 – 2010)



Fonte: Lubambo (1991); Silva (1979); Censos IBGE 1991, 2000 e 2010, organizado pela autora (2023).

Com relação à densidade demográfica, o bairro de Santo Antônio corresponde a uma das regiões com menor densidade em relação ao restante da cidade. É possível observar na Tabela 3 uma redução da densidade demográfica entre 1991 e 2010 nos setores censitários que compõe a área da ZEPH, incluindo os bairros de Santo Antônio e São José.

Tabela 3: Densidade Demográfica

Localidade	Área (há)	1991	2000	2010	Variação 2010 / 1991
Santo Antônio	81,00	5,23	6,65	3,52	- 32,70%
São José	326,00	31,69	26,54	26,65	- 15,90%
Recife	21800,00	59,55	65,27	70,54	18,45%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife (2005)¹², organizado pela autora (2023).

A evolução no número de domicílios do bairro de Santo Antônio acompanha a dinâmica de densidade populacional, passando por um aumento entre 1991 a 2000 e em seguida um decréscimo entre 2000 a 2010 (Tabela 4). O incremento populacional observado segue, de forma tímida, as alterações que ocorriam no contexto municipal, uma vez que o crescimento populacional de Santo Antônio (9%) estava mais relacionado ao deslocamento da antiga população residente no Bairro do Recife – em

¹² Prefeitura do Recife. Disponível em: < <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/planejamento-urbano> >. Acesso em: 27 mai. 2022

virtude da eliminação das residências dos moradores da área com a reforma urbana (DPPC, 2020), do que do restante da região metropolitana do Recife que cresceu 153% no mesmo período.

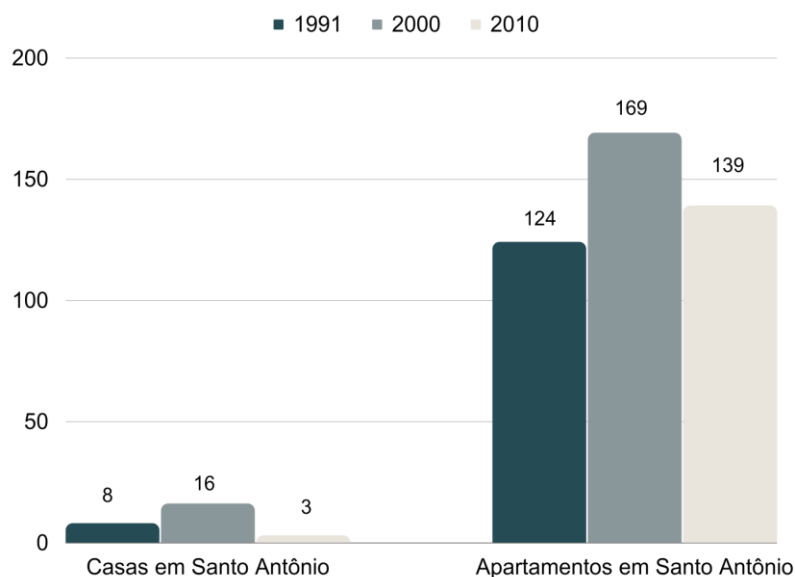
Tabela 4: Evolução no número de domicílios no bairro de Santo Antônio (1991 – 2010)

Domicílios			Santo Antônio	Recife
Ano	1991		229	311365
	2000		277	382199
	2010		180	477166
Evolução	2000 – 1991	V. Abs	48	70834
		%	20,96	22,75
	2010 – 2000	V. Abs	- 97	94967
		%	- 35,02	24,85
	2010 – 1991	V. Abs	- 49	165801
		%	- 21,40	53,25

Fonte: Censos IBGE, elaborado pela DPPC (2020) e adaptado pela autora (2023).

A tipologia residencial na região segue um padrão predominantemente de apartamentos, representado por 98% do total de domicílios na ocupação do solo e praticamente eliminando a tipologia de casa (Figura 10).

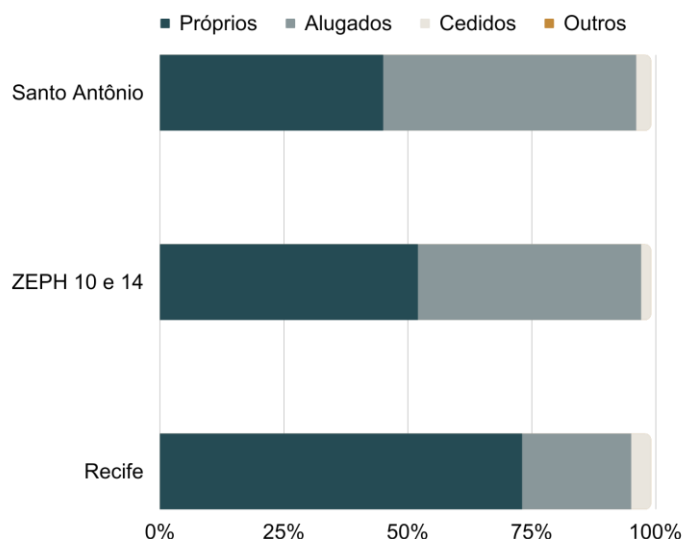
Figura 10: Gráfico da evolução populacional de Santo Antônio (1910 – 2010)



Fonte: Censos IBGE, elaborado pela DPPC (2020).

Conforme a Figura 11 é possível observar a alta presença de domicílios de aluguel no Centro Histórico do Recife, demonstrando que a ausência de posse nos domicílios ocupados representa uma importante fatia no sítio histórico.

Figura 11: Gráfico de comparação das condições de ocupação dos DPP (2010)

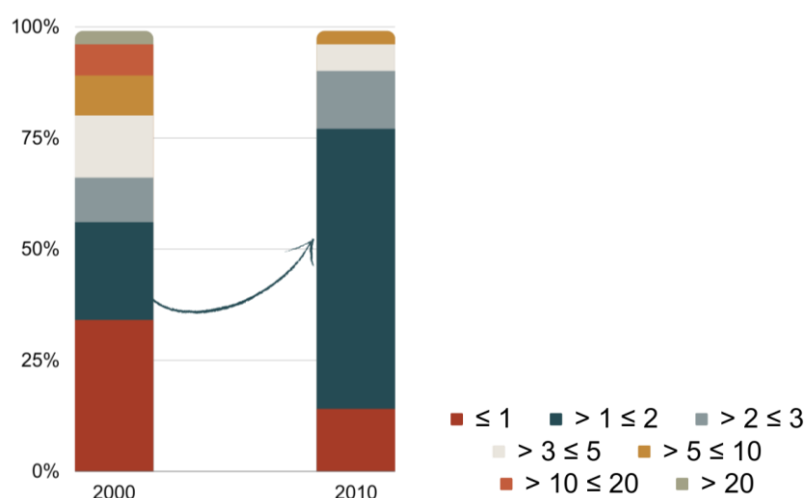


Fonte: Censos IBGE, elaborado pela DPPC (2020), adaptado pela autora (2023).

Com relação ao rendimento mensal dos responsáveis por DPP no bairro de Santo Antônio (Figura 12) foi registrado um aumento na proporção dos responsáveis que recebiam até 2 salários-mínimos, de 55% para aproximadamente 80% entre os anos de

2000 e 2010, contudo houve uma redução geral dos estratos de maior renda (DPPC, 2020).

Figura 12: Gráfico de comparação do rendimento médio do Responsável pelo DPP em Santo Antônio (2000 e 2010)



Fonte: Censos IBGE, elaborado pela DPPC (2020), adaptado pela autora (2023).

Além das informações apresentadas, também estão dispostas abaixo as principais características que retratam o perfil populacional e atores sociais situados na região analisada, em Santo Antônio a maioria são adultos com 20 a 39 anos (43%), pardos (63%) e a taxa de alfabetização é de 99% (Figuras 13, 14 e Tabela 5).

Figura 13: Gráfico da faixa etária da população em Santo Antônio (2010)

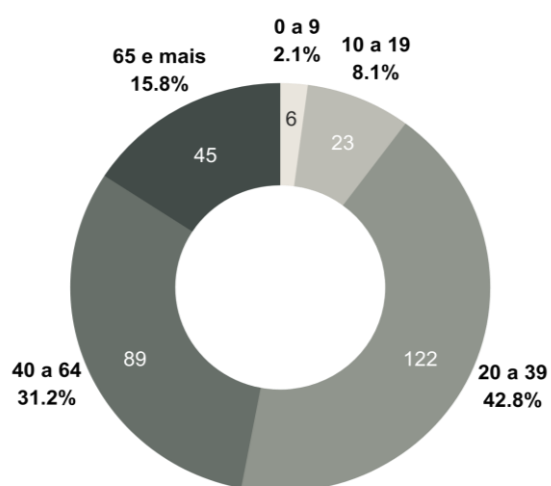
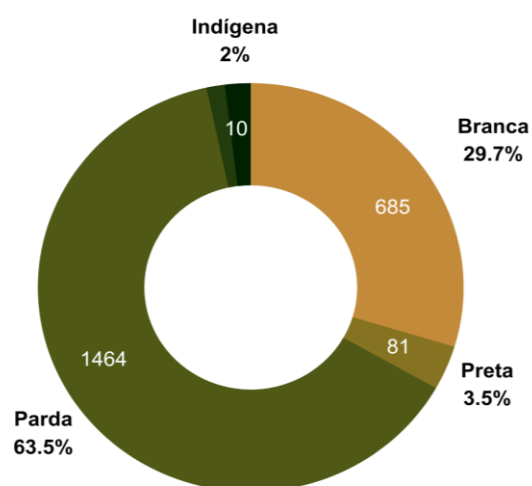


Figura 14: Gráfico da distribuição da população das ZEPH 10 e 14 por cor / raça (2010)



Fonte: Censos IBGE, organizado pela autora (2023).

Tabela 5: Taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais nos bairros da RPA 1 (2010)

Localidade	Taxa de alfabetização (%)
Santo Antônio	99,3
São José	87,2

Fonte: Perfil dos bairros¹³, e adaptado pela autora (2023).

Entre os aspectos socioeconômicos avaliados, a população que vive em situação de rua nos bairros de Santo Antônio e São José dialoga diretamente com os objetivos de estudo deste trabalho. Segundo a Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade foram coletados alguns dados para compreensão do perfil da ocupação e do caráter e padrão cultural deste grupo, uma vez que é possível espacializar a concentração e agrupamento da população em situação de rua em torno de um raio de 1000m a partir do Edifício Segadas Vianna (Figura 15).

Figura 15: Concentração de população em situação de rua



Fonte: DPPC (2020), editado pela autora (2023)

¹³ Prefeitura do Recife. Disponível em: < <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/planejamento-urbano> >. Acesso em: 27 mai. 2022

Os aspectos **históricos** do bairro de Santo Antônio remetem ao processo de ocupação da Ilha de Antônio Vaz que iniciou no começo do século XVII, associado à construção do convento de Santo Antônio pelos franciscanos, em 1606 (Figura 16). Contudo, os sítios históricos de Santo Antônio e São José tiveram seus territórios consolidados a partir da invasão holandesa (1630–1654) que provocou a consolidação do núcleo mais antigo da cidade.

Figura 16: Gravura “Porto e Barra de Pernambuco” de 1630, com detalhe mostrando acima a ocupação de Antônio Vaz



Fonte: Reis (2000).

O plano urbanístico elaborado em 1639 pelo arquiteto Pieter Post e sob o regime holandês e governo de Maurício de Nassau foi o grande responsável pela evolução urbanística na região. O objetivo principal do zoneamento e ocupação da ilha era oferecer uma infraestrutura habitacional para os funcionários médios da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) que sofriam com o déficit habitacional e grande adensamento no istmo do Recife.

Com a construção de edificações residenciais internamente ao Grootkwartier, essa área foi renomeada como Mauritsstad, ou Cidade Maurícia (VAN OERS, 2000). Ao sul dela, foi construída a nova cidade, chamada de Nieuw-Mauritsstad, ou Nova Maurícia. No lugar de dois dos antigos redutos, foram construídos os Palácios de Vrijburg e da Boa Vista. Na cabeceira deste último, foi erguida a ponte que conectava Antônio Vaz com o continente, enquanto a outra ponte – a primeira construída na cidade – ligava

o antigo Grootkwartier ao istmo. Nas cabeceiras desta ponte, foram construídas duas portas, com o objetivo de evitar que transeuntes fizessem a travessia sem pagar o devido imposto. A construção das duas pontes foi finalizada em 1644. (DPPC, 2020, p.9)

Dessa forma, o plano holandês se estrutura a partir de dois eixos de desenvolvimento (Figura 17): um eixo primário que enfatiza a direção principal de comunicação e transporte representado pela ponte atualmente conhecida como Ponte Maurício de Nassau, e um eixo secundário para conectar os espaços públicos e militares, ou elementos importantes na distribuição urbana do território.

Figura 17: Formação urbana da Ilha de Antônio Vaz pelos holandeses em 1644.

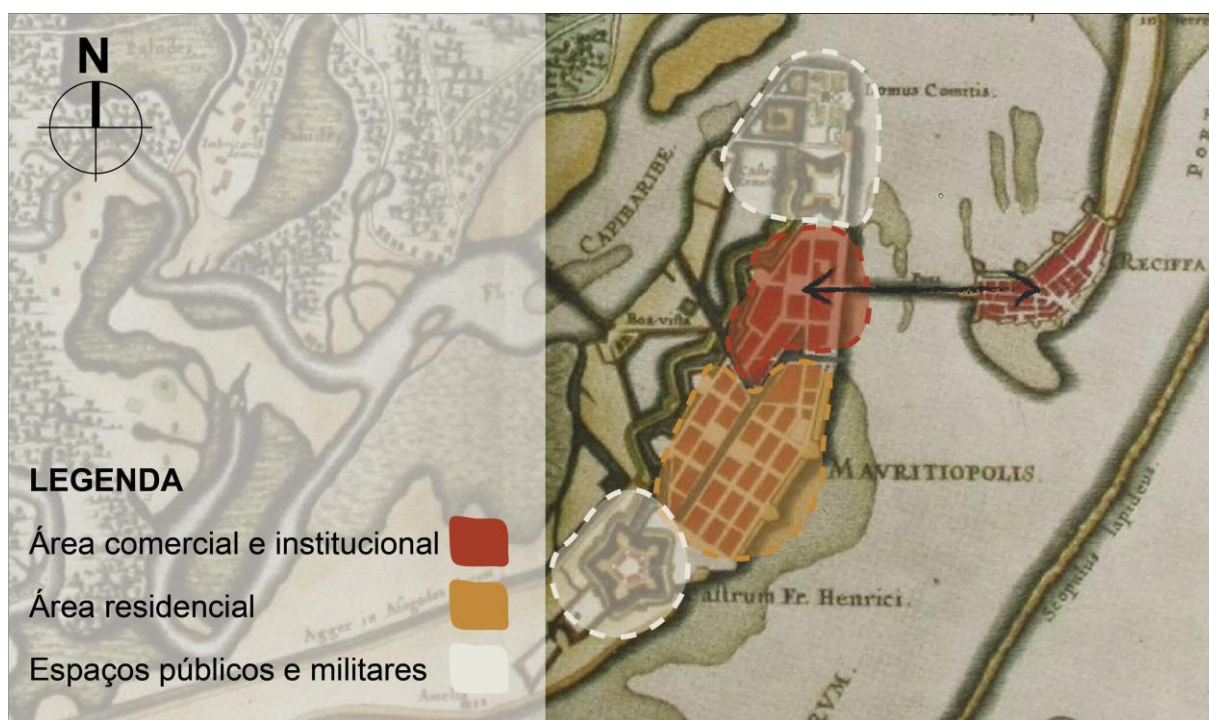


Fonte: Reis (2000), editado pela autora (2023).

Outra característica histórica que permanece até o Século XX é a divisão das atividades propostas para a Ilha: a área comercial e institucional foi alocada ao norte (atual bairro de Santo Antônio e região de análise nesta pesquisa) e a área residencial ao sul (atual bairro de São José) (Figura 18). Todos esses espaços e pontos de instalação da ocupação holandesa permanecem no tecido urbano do Recife: (1) o Palácio do Campo das Princesas que era denominado *Palácio de Vrijburg*, (2) o Convento de Santo Antônio, anteriormente projetado como Forte Ernesto, (3) a Praça da Independência que no processo da ocupação era conhecida como *Grote Markt* ou Praça dos Coqueiros e (4) o Forte das Cinco Pontas, antigo Forte *Frederik Hendrik*. As influências do plano holandês são reconhecidas até os dias atuais no sítio histórico e

registradas pelas permanências destes espaços e pela estrutura morfológica da ocupação urbana do território recifense.

Figura 18: Zoneamento tipológico da Ilha de Antônio Vaz pelos holandeses em 1644.



Fonte: Reis (2000), editado pela autora (2023).

O bairro de Santo Antônio, que já estava consolidado como centro político, desde o século XVII, passa a ser considerado um centro cultural a partir do desenvolvimento de usos principais na ilha e transição do núcleo de atividades do centro urbano do Bairro do Recife para o Bairro de São José. A modernização da malha viária com transportes urbanos, linhas ferroviárias e a locomoção de passageiros sobre trilhos também contribuíram com o processo de expansão urbana e transferência das moradias do istmo do Recife para a ilha de Santo Antônio, a centralidade do território é fortalecida a partir dos três núcleos de convergência: (1) comunicação, representada pelas estações de trem em São José, (2) cultural com o Liceu, o Teatro e a Biblioteca pública em Santo Antônio e, (3) político-administrativa através do Palácio do governo no norte da Ilha. (REYNALDO, 2017).

A partir do final do século XIX a área central do Recife vivencia o seu primeiro processo de abandono, uma vez que a burguesia da cidade migra para bairros na região oeste e passam a valorizar um estilo de morar distinto do que havia na área central. Ocasionalmente na transição do perfil populacional que habitava as áreas centrais através

do abandono das classes abastadas dessa região e aumento da população livre e pobre emergida pelo fim da escravidão e pela migração das áreas rurais para a cidade. (DPPC, 2020).

Ricos e pobres coexistiam, mas não há dúvida de que ocupavam e viviam mundos separados. O povo, anônimo para a elite, era composto não apenas pelos mendigos, pescadores de siri e residentes em mocambos, mas também os artesãos, os caixeiros de lojas e os trabalhadores especializados de pequenas indústrias. Em sua maioria, viviam em áreas decadentes da cidade como o Bairro do Recife e parte do bairro de Santo Antônio, em ruas sinuosas e estreitas, em casas que se desfaziam, de dois a cinco andares, em cortiços; nas áreas alagadas, em mocambos, ou, então, junto às fábricas que iam se implantando. (LUBAMBO, 1991, p. 55)

Reformas e projetos de saneamento e ampliação do fornecimento de água passam a caracterizar a remodelação do porto e reconfigurar as características iniciais do centro urbano do Recife. A conotação negativa de insalubridade, criminalidade e refúgio de das classes baixas motivam o movimento de transformação social, modernização, limpeza e embelezamento que tomaram as medidas públicas na virada do século. De acordo com Reynaldo (2017) as ações normativas urbanísticas do século XX (1919 – 1979) contribuíram para a configuração atual do centro do Recife e transformaram sua tipologia, morfologia e especialização funcional.

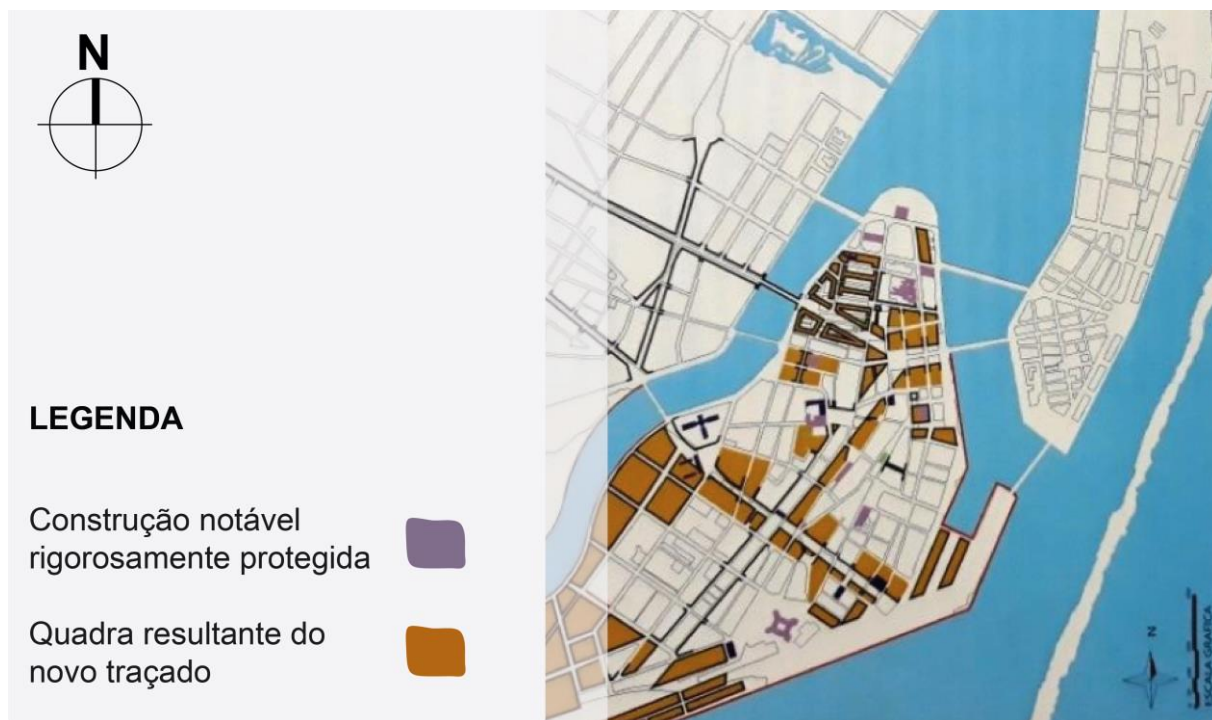
Em 1931 o então prefeito Lauro Borba promove a elaboração de um plano urbanístico para o Recife, utilizando o bairro de Santo Antônio como ponto de partida para o melhoramento da cidade através de um sistema radial-perimetral que abrangia os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista. No plano desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Nestor Figueiredo foram considerados os elementos patrimoniais destacados pela subcomissão de história, tradição e monumentos da cidade (Figura 19), de forma que o profissional destaca a Praça da Independência como espaço de convergência e ponto inicial dos traçados radiais que iriam guiar a ampliação da cidade (Figura 20) e promover a realização de construções monumentais (Figura 21) (DPPC, 2020).

Figura 19: Representação do parecer da Subcomissão de História, Tradição e Monumentos.



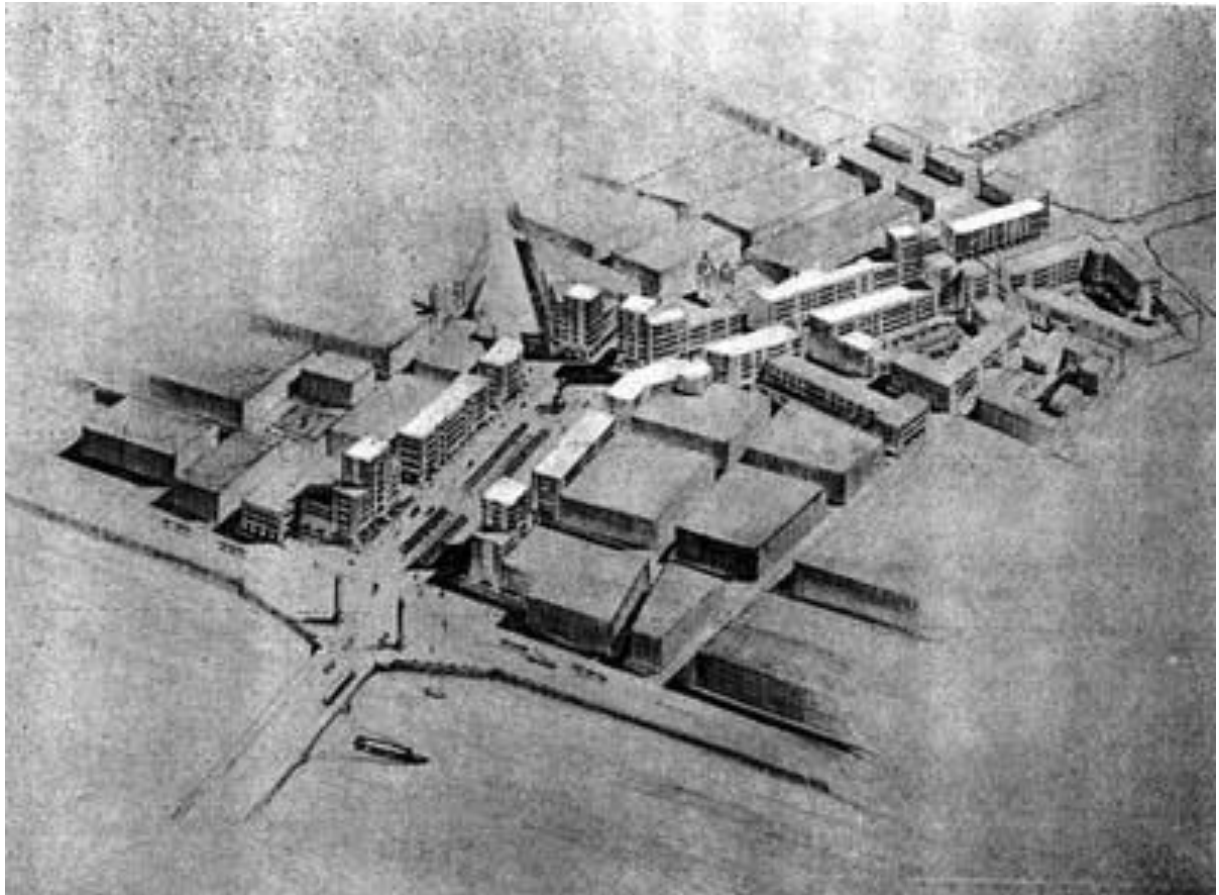
Fonte: Reynaldo (2017, p. 228), adaptado pela autora (2023)

Figura 20: Proposta de Nestor Figueiredo (1934).



Fonte: Reynaldo (2017, p. 236), adaptado pela autora (2023).

Figura 21: Plano de remodelação para o Recife - proposta da Avenida 10 de Novembro



Fonte: Biblioteca Joaquim Cardoso (S/D)¹⁴

Apesar de ter sido aprovado pela Comissão do Plano da Cidade em 1934, o plano de Nestor Figueiredo sofreu uma série de modificações, interrupções e críticas com relação aos custos de execução da obra, ao pouco aproveitamento da infraestrutura urbana e redes de água e esgoto existentes e a sobreposição de um novo traçado viário causando drásticas alterações no tecido histórico e na paisagem urbana (REYNALDO, 2017). Em 1938 a Comissão do Plano da Cidade elabora e implementa um novo plano urbanístico com base no projeto do arquiteto e urbanista e as obras realizadas no sítio histórico se estendem até a década de 1950, período em que ocorrem uma série de desapropriações e demolições dos cortiços e assentamentos habitacionais irregulares, visto que a reforma era guiada por princípios de salubridade e “higienização” da área central.

¹⁴ Plano de remodelação para o Recife de 1932 – Bairro de Santo Antônio. Disponível em < <https://www.urbanismobr.com.br/bd/documentos.php?id=2722> > Acesso em: 10 jun. 2022

Figura 22: Construção de prédios na Avenida Dez de Novembro, 1944



Fonte: Museu da Cidade do Recife (S/D)

Figura 24: Relação de escala dos novos prédios com a Matriz de Santo Antônio



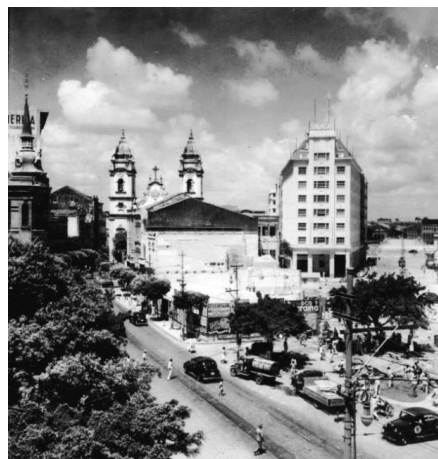
Fonte: Museu da Cidade do Recife (S/D)

Figura 26: Avenida 10 de Novembro, antes de sua finalização



Fonte: Museu da Cidade do Recife (S/D)

Figura 23: Demolições no entorno da Matriz de Santo Antônio



Fonte: Museu da Cidade do Recife (S/D)

Figura 25: Inserção dos novos prédios no bairro de Santo Antônio



Fonte: Museu da Cidade do Recife (S/D)

Figura 27: Avenida 10 de Novembro finalizada.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (S/D)

O conjunto monumental composto pelas edificações construídas ao longo da Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes, alteraram radicalmente a paisagem do bairro de Santo Antônio (Figura 22 a Figura 27). Segundo o Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (DPPC, 2020), as novas quadras da Avenida apresentam formatos variados e são ocupadas por edifícios com um número de pavimentos uniformes, escalonados a partir do oitavo piso, e com galerias dispostas nos pavimentos térreos que tinham o intuito de ampliar a largura da via.

A primeira fase de atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) ocorreu no mesmo período de execução da reforma urbana realizada pela Comissão do Plano da Cidade (1936 – 1945). De acordo com Reynaldo (2017) o tombamento de 15 imóveis na cidade, em 1938, sendo que, desses, 7 estavam localizados em Santo Antônio¹⁵ e inseridos na região que passava por reformas, ocorreu devido à urgência de preservar os monumentos patrimoniais que estavam ameaçados pelo planejamento da reforma que se dava de forma independente das ações de proteção do órgão federal.

Havia também exigência de gabarito mínimo para outras vias do território central, configurando o território de ocupação moderna em Santo Antônio e sua expansão para a Boa Vista. Para as vias com altura mínima de 8 pavimentos, a altura máxima era livre, confirmando, de acordo com Reynaldo (1998), a expectativa de investimentos imobiliários, que exigiam uma verticalidade suficiente para rentabilizar o potencial de solo disponível e atrair as novas tipologias urbanas. (DPPC, 2020, p. 34)

A consolidação da reforma urbana de Santo Antônio partiu da demarcação do espaço de entorno da Praça da Independência (DPPC, 2020, p. 34) e dos cinco novos eixos que estruturavam a malha urbana ao redor da praça, sendo eles: (1) avenida 10 de Novembro; (2) avenida Conde da Boa Vista; (3) Bairro do Recife; (4) avenida Dantas Barreto; (5) rua Siqueira Campos (Figura 28).

¹⁵ (1) Capela Dourada, Claustro e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco; (2) Convento e Igreja de Santo Antônio; (3) Convento e Basílica do Carmo do Recife; (4) Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo; (5) Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares; (6) Igreja de São Pedro dos Clérigos e Pátio de São Pedro; (7) Igreja Matriz de Santo Antônio.

Figura 28: Bairro de Santo Antônio (1951), eixos do novo tecido urbano



Fonte: FIDEM (S/D), organizado pela autora (2023).

A prática de verticalização no entorno dos monumentos patrimoniais federais que iniciou com o Plano de remodelação do Recife retrata a situação paradoxal que o bairro enfrenta até os dias atuais. Apesar do bairro de Santo Antônio possuir um sítio histórico representativo que reúne um dos maiores acervos de bens protegidos da cidade, seu valor histórico e posição geográfica segue atraindo um cenário de novos empreendimentos imobiliários e estruturas de controle formal do espaço que não dialogam com a paisagem barroca (Figuras 29 e 30).

Figura 29: Panorama dos bairros de Santo Antônio e São José em 1855



Fonte: DPPC (2020).

Figura 30: Panorama dos bairros de Santo Antônio e São José em 2014



Fonte: DPPC (2020).

De acordo com o Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) o sítio histórico dos bairros de Santo Antônio e São José estão classificados na categoria de Conjuntos Antigos, através do Decreto n. 11.693 de 1980 e baseado no seguinte diagnóstico:

A área apresenta um acervo considerável de edificações antigas do século XVIII, XIX e do início do século XX, constituindo vários conjuntos, onde se observa, em grande parte, o traçado primitivo da trama urbana, sobretudo no Bairro de São José. Essa trama do sistema viário é caracterizada pelas ruas estreitas, becos e vielas tortuosas que se abrem, de quando em vez, em pátios.

Convém observar que, da estrutura original, o que se conserva hoje é uma amostra significativa do traçado urbano dos séculos XVII e XVIII.

O Bairro de Santo Antônio, por sua vez pouco possui do seu traçado primitivo; conserva alguns conjuntos homogêneos de edificações e vários monumentos isolados. O tráfego intenso de veículos pesados, nas estreitas ruas do bairro é um dos problemas principais, assim como o estacionamento que ocupa a maioria dos pátios das igrejas, em detrimento do valor ambiental e da beleza desses lugares.

Na área do projeto São José/Santo Antônio, estão localizados **vinte e quatro edifícios de grande valor histórico/cultural**, dos quais dezesseis são construções religiosas, quatro são exemplares da arquitetura civil, três são exemplares da arquitetura oficial e um da arquitetura militar. Dessas edificações isoladas de caráter monumental, quinze já são monumentos tombados pelo IPHAN. (FIDEM, 1978, p. 185)

O parecer elaborado pelo PPSH/RMR ainda fragmenta o sítio histórico em diferentes áreas de projetos e de setores de preservação ambiental, conforme características intrínsecas do monumento ou conjunto monumental, tais quais: homogeneidade em relação ao grau de descaracterização, estilo arquitetônico, época da construção e outros. (DPPC, 2020) Os setores refletem a evolução urbana da região e foram propostas da seguinte forma (Figura 31):

Figura 31: Bairro de Santo Antônio (1951), eixos do novo tecido urbano



- | | |
|---|--|
| 1. Praça das Cinco Pontas / Rua Imperial | 6. Pátio do Livramento / Rua Direita / Rua da Penha |
| 2. Pátio do Terço / Rua dos Martírios e Voluntários da Pátria | 7. Pátio do mercado de São José / Rua do Rangel / Rua da Praia / Beco do Marroquim |
| 3. Praça da Restauração / Ruas Padre Floriano, das Flores e Cristóvão Colombo / Travessa do Forte | 8. Praça do Carmo |
| 4. Pátio de São José do Ribamar / Rua de São José / Travessa de São José | 9. Rua Nova |
| 5. Pátio de São Pedro / Ruas das Águas Verdes e Felipe Camarão | 10. Rosário dos Pretos / Rua Estreita do Rosário / Duque de Caxias |
| | 11. Praça Dezesete / Igreja do Espírito Santo |
| | 12. Convento de Santo Antônio |
| | 13. Praça da República |

Fonte: FIDEM (1978), organizado pela autora (2023).

Após a setorização e análise do PPSH/RMR a Prefeitura da Cidade do Recife promulga o Decreto n. 11.693 de 1980 que tem como base a Lei 13.957 / 1979 e estipula a atual ZEPH-10, recorte de investigação neste trabalho. As áreas propostas pelo PPSH/RMR são então condensadas em quatro Zonas de Preservação Rigorosa (Figura 32).

Figura 32: Delimitação da Zona de Preservação de Santo Antônio e São José, conforme Decreto n. 11.639 / 1980

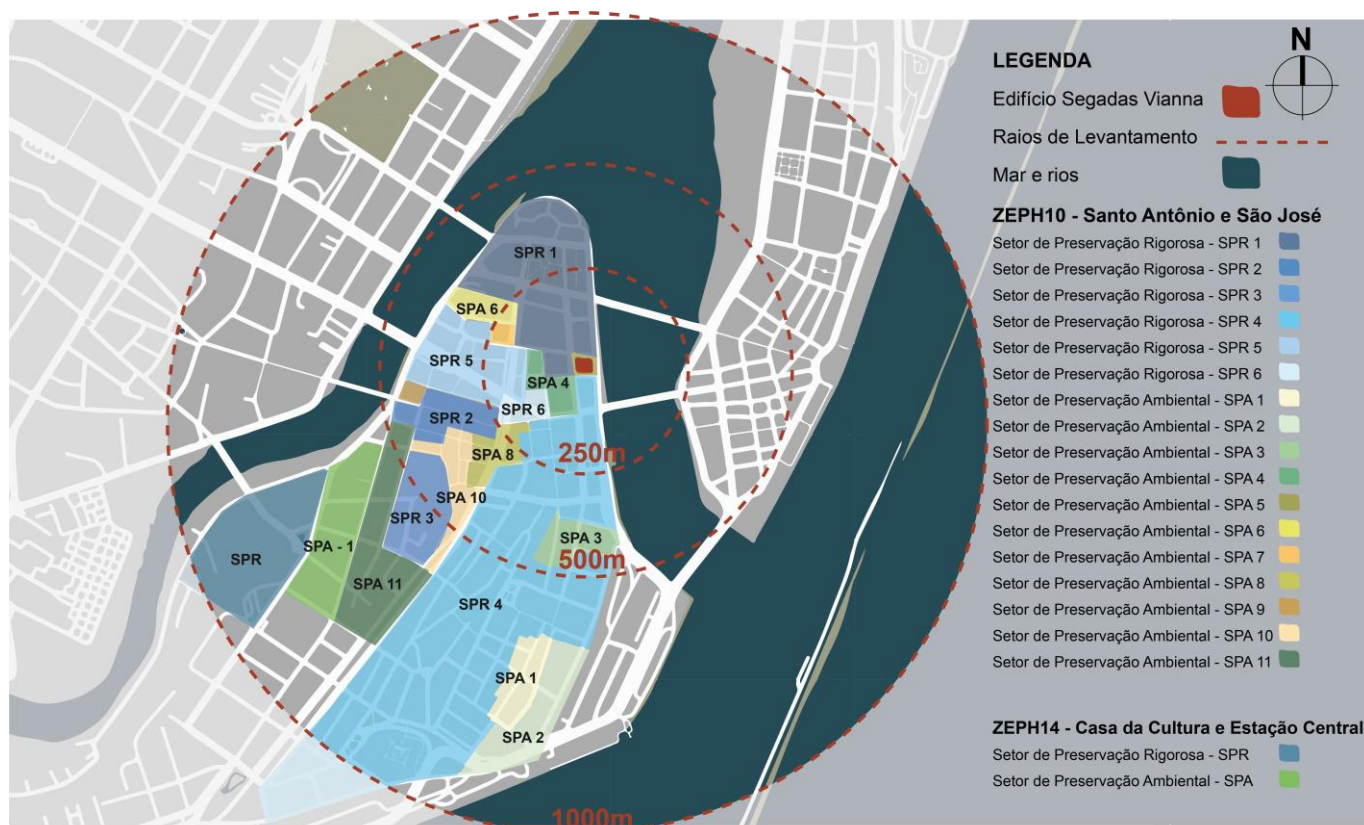


1. **ZPR 1** – Praça da República e Convento de Santo Antônio;
2. **ZPR 2** – Rua Nova
3. **ZPR 3** – Praça do Carmo
4. **ZPR 4** – Ampla área, incorporando o Setor de Preservação Ambiental 1 e Praça das Cinco Pontas/Rua Imperial; Pátio do Terço / Rua dos Martírios e Voluntários da Pátria; Praça da Restauração / Ruas Padre Floriano, das Flores e Cristóvão Colombo / Travessa do Forte; Pátio de São José do Ribamar / Rua de São José / Travessa de São José; Pátio de São Pedro / Ruas das Águas Verdes e Felipe Camarão; Pátio do Livramento / Rua Direita / Rua da Penha; Pátio do mercado de São José / Rua do Rangel / Rua da Praia / Beco do Marroquim; Rosário dos Pretos / Rua Estreita do Rosário / Duque de Caxias; Praça Dezesete / Igreja do Espírito Santo

Fonte: RECIFE (1979), organizado pela autora (2023).

Posteriormente são incorporados à ZEPH-10 dois novos Setores de Preservação Rigorosa: Avenida Guararapes (SPR-5) e Sede do Diário de Pernambuco / Praça da Independência (SPR-6) caracterizando a configuração atual, conforme a LUOS de 1996 (Figura 33). Assim sendo, a DPPC (2020) incorpora os requisitos especiais estipulados ao nível municipal para quaisquer tipos de intervenções no sítio histórico investigado (Anexo 3).

Figura 33: Configuração atual da ZEPH-10



Fonte: DPPC (2020), adaptado pela autora (2023).

Dimensão simbólica

Observando os parâmetros **culturais** que nesta pesquisa incluem os hábitos, práticas, estilos de vida e representações sociais, expressões de valores e tradições comportamentais características do território, é relevante destacar a inserção do termo “cultural” no regulamento para Zona Especial de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPH) em 1966 (LUOS, Lei n. 16.176/96). A nova nomenclatura ratificada no Plano Diretor da Cidade (Lei n. 17.511/2008) estabelece os seguintes aspectos considerados na classificação de ZEPHs: (1) referência histórico-cultural; (2) importância para a preservação da paisagem e da memória urbana; (3) importância para a manutenção da identidade do bairro; (4) valor estético formal ou de uso social, relacionado com a significação para a coletividade; (5) representatividade da memória arquitetônica, paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX; (6) tombamento pelo Estado de Pernambuco; e, (7) tombamento pela União.

Ao nível federal, atualmente, Pernambuco possui 10¹⁶ bens imateriais registrados pelo Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) e instituídos pelo Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Lei, n. 16.426, 2018) como Patrimônio Cultural do Brasil. Alguns desses bens possuem representação no Centro Histórico do Recife, sendo eles: Frevo, Ofício dos Mestres de Capoeira, Roda de Capoeira, Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto e Cordel (DPPC, 2020, p. 295).

Para além dos registros culturais patrimonializados, o espírito do lugar, conforme indica Zárate (2010) e Alexander (1979), está diretamente associado à soma dos elementos culturais manifestos através das atividades tangíveis ou intangíveis, como seus aspectos naturais, geográficos e arquitetônicos, mas também as atividades diárias, tradições e costumes de um modo de vida próprio e característico da *comunidade que o habita*. A partir desta perspectiva, Vasconcelos, et al. (2018) reforça a importância da proteção de lugares que englobem não apenas as estruturas e morfologias singulares do seu contexto material, mas também a *maneira como as pessoas interagem com aquele espaço*. Desta forma os autores indicam as relações intrínsecas da forma morfológica dos becos de Santo Antônio e São José na dinâmica social do período tombado e aponta com a vida nos becos representa parte do espírito dos bairros.

A intensa vivência das ruelas do bairro (Figura 34) ocasionada pelo fluxo de pessoas, produtos, serviços e ambulantes são ignoradas em prol do protagonismo da paisagem de igrejas e do casario centenário destacada em cartões postais, contudo as manifestações culturais e dinâmicas comerciais que ocorrem nas ruas estreitas e vielas nos arredores do Mercado de São José (popularmente referenciada como “o centro da cidade”) estão carregadas de temporalidades passadas, uma vez que a própria formação do tecido urbano dos bairros de Santo Antônio e São José partem das distribuições de mercados, pátios, cais e feiras relacionados com a identidade portuária da região. (VASCONCELOS, et al., 2018)

¹⁶ Feira de Caruaru, Frevo, Ofício dos Mestres de Capoeira, Roda de Capoeira e Ofício de Mestres, Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto, Cavalo Marinho, Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, Caboclinho pernambucano e Cordel.

Figura 34: Fluxo intenso nos becos do bairro de São José, Centro Histórico do Recife



Fonte: VASCONCELOS et al. (2018).

Isto posto, o entendimento de cultura nesta pesquisa abraça a noção de paisagem (Figura 35) e da formação e produção do espaço urbano através das manifestações culturais e defendendo a institucionalização e salvaguarda das atividades dos becos dos Bairros de São José e Santo Antônio enquanto meios característicos de ocupação e apropriação do espaço urbano e formas que dialogam diretamente com o uso tipológico habitacional no Centro Histórico do Recife.

Afinal, os becos estavam lá, desde o início da sua ocupação quando, após a expulsão dos holandeses, o modelo urbanístico passou a seguir os cânones lusitanos. Trata-se sim das atividades neles desenvolvidas, ou melhor, da forma de ocupação e de apropriação desses espaços estreitos ocupados por barracas, amontoadas de roupas, de utensílios, de ervas..., abarrotadas de gente. Portanto, nesse caso, trata-se de considerar o beco – na sua materialidade e na sua imaterialidade – como um ato cultural, com conteúdo espacial ao mesmo tempo arquitetônico e geográfico. Ora, se eles são reconhecidos pelo seu valor cultural, constituem em si, bens patrimoniais, devendo ser conservados, isto é, requalificados, quando necessário, não permitindo jamais o seu desaparecimento. Uma análise geográfica das vielas, isto é, partindo de sua interpretação crítica no contexto urbano atual (exterior), permite refletir sobre sua ordenação prospectiva

(interior), enquanto composição de um lugar onde vivem pessoas, própria do fazer arquitetônico. (VASCONCELOS, et. al. 2018, p.95)

Figura 35: Paisagem no entorno da Igreja Matriz de Santo Antônio ao longo dos anos, Centro Histórico do Recife



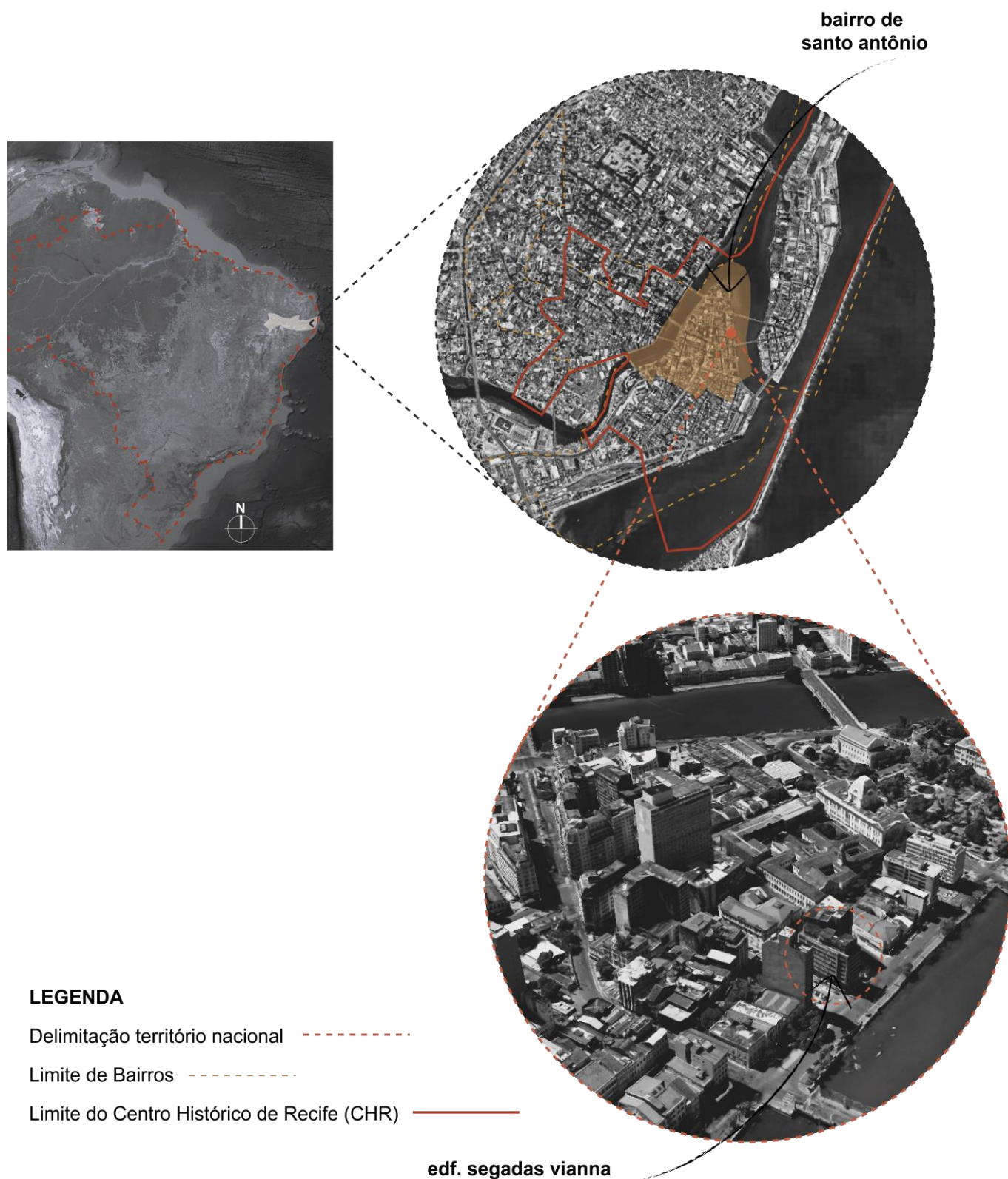
Fonte: IBGE (2018), VISSE RECIFE (2018), organizado pela autora (2023)

Dimensão física

A dimensão física foi abordada segundo os parâmetros **físico-geográfico, urbano, arquitetônico e disponibilidade de serviços e infraestrutura**. O Edifício Segadas Vianna está localizado na rua Marquês do Recife, número 32, no bairro de Santo Antônio, do Centro Histórico do Recife, conforme a Figura 36.

Conforme o Atlas Ambiental da Cidade do Recife (2000), a capital pernambucana possui clima tropical quente e úmido, caracterizado por dois períodos distintos: o primeiro trata-se da estação seca ou de estiagem, que se prolonga de setembro a fevereiro (primavera – verão) e o segundo é a estação chuvosa que vai de março a agosto (outono – inverno). Encontra-se na Zona Bioclimática 8 definida pela Norma Brasileira (NBR) 15220-3. Os ventos dominantes na cidade do Recife têm como orientação predominante o Sudeste e em segunda maior incidência a orientação Leste.

Figura 36: Localização da edificação Segadas Vianna



Fonte: Autora (2023), adaptado a partir do Google Earth (delimitação aproximada do CHR) (2022).

Figura 37: Insolação e ventos no entorno da edificação Segadas Vianna



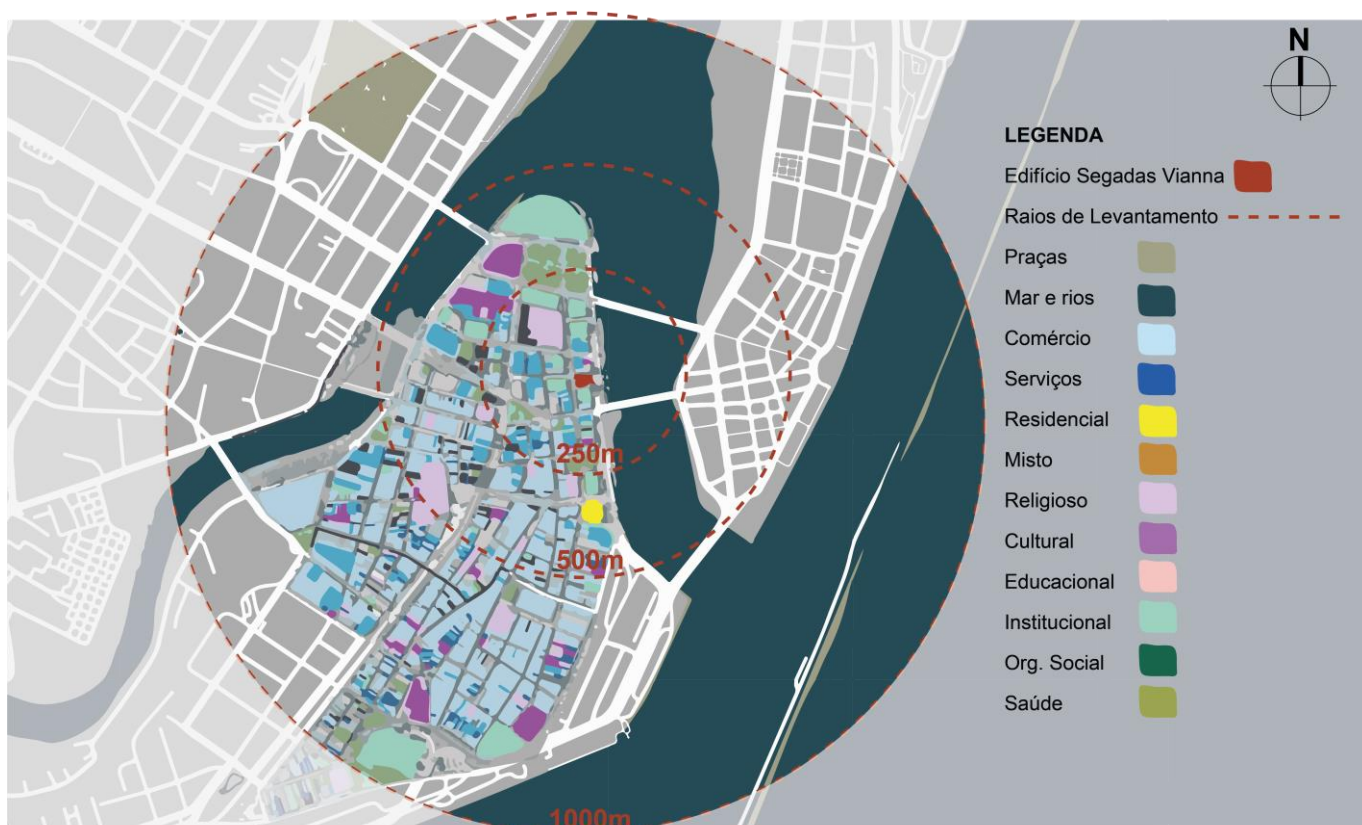
Fonte: Autora (2023), adaptado a partir do Google Earth (2022).

A partir da análise do parâmetro **urbano** é notado que o centro histórico do Recife é composto pelas Zonas Especiais de Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) que compreende parte dos bairros da Boa Vista e de São José, alguns trechos dos bairros da Soledade, Santo Amaro e Coelhos e em sua totalidade os bairros do Recife e de Santo Antônio.

O bairro de Santo Antônio está inserido na ZEPH-10 promulgada pela Prefeitura da Cidade do Recife pelo Decreto N 11.693 com base na Lei 13.957/1979, a legislação consolida o padrão de ocupação do sítio e as edificações símbolo dos costumes religiosos dos séculos XVII e XVIII, além dos equipamentos do século XIX representativos do estilo neoclássico, exemplares da arquitetura eclética e exemplares da arquitetura moderna, como a edificação Segadas Vianna. O traçado urbano do bairro é majoritariamente irregular e a infraestrutura da região possui equipamentos públicos e oferta de serviços.

Além da tipologia representativa na área que engloba usos comerciais, de serviço, governamentais e culturais, foram levantados os equipamentos de educação, saúde, cultura, transporte, lazer e serviços de alimentação na região. Para realização do estudo foram considerados raios de 250 (duzentos e cinquenta) metros, 500 (quinhentos) metros e 1 (um) quilometro ao redor do edifício Segadas Vianna, conforme a Figura 38. O levantamento teve como base o banco de dados das Informações Geográficas do Recife – ESIG (PREFEITURA DO RECIFE, 2020) e visita in loco.

Figura 38: Mapa de uso do solo no entorno da edificação Segadas Vianna

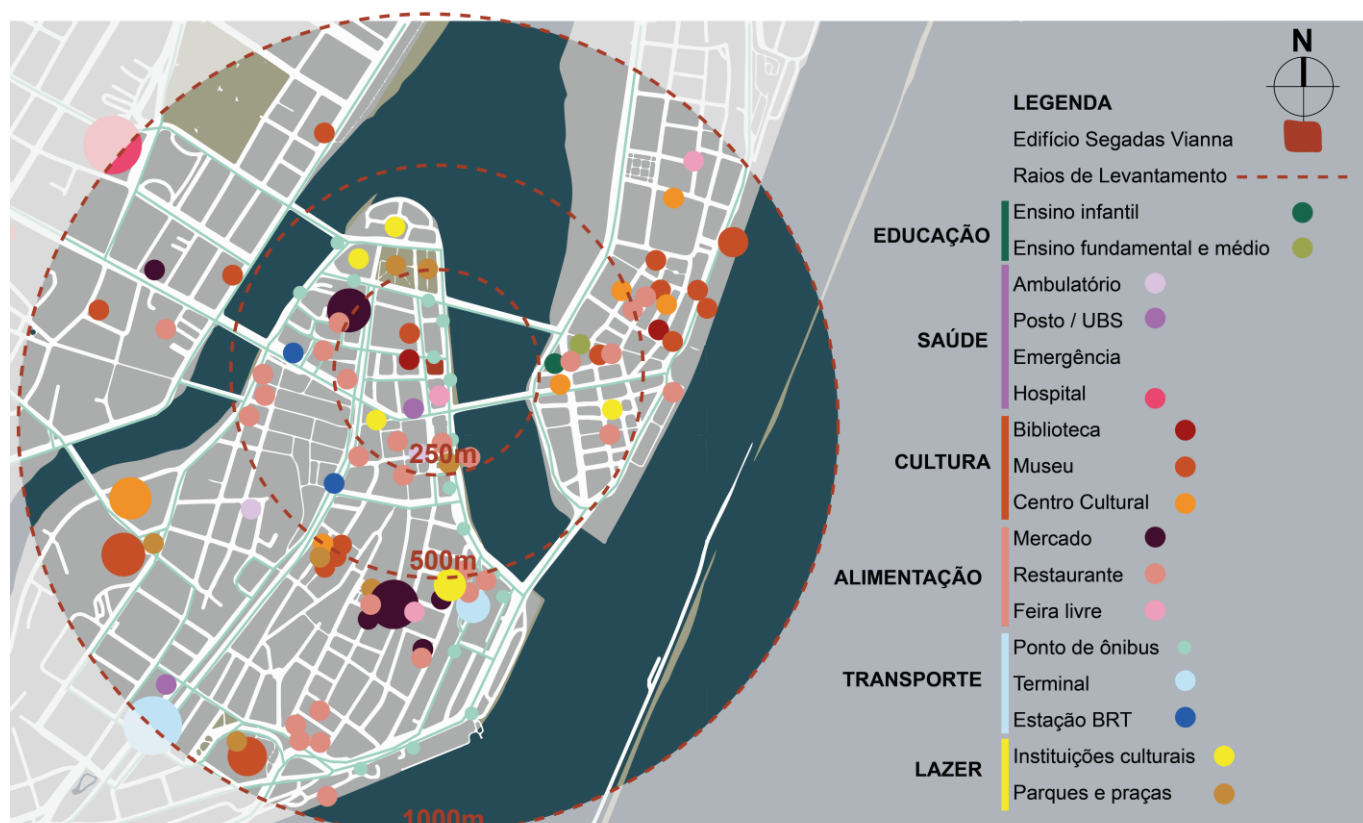


Fonte: Autora (2023), adaptado a partir do ESIG e Google Maps (2022).

A variedade tipológica de ocupação e uso do solo se relaciona com o parâmetro de localização da edificação habitacional, de forma que a **disponibilidade de serviços e infraestrutura** na região favorecem e complementam o uso residencial (Figura 39). A área de estudo em questão possui um grande fluxo de atividades de comércio e de serviços, gerando uma grande movimentação durante o período diurno, contudo o fenômeno de esvaziamento destes espaços fora dos horários comerciais provoca um cenário de insegurança urbana durante a noite. Entre os equipamentos de relevância para o uso habitacional é possível citar o Mercado Municipal de São José e o Armazém

do Campo, dois grandes pontos de venda de alimentos, duas Unidades Básicas de Saúde, uma grande variedade de restaurantes, padarias e comércio variado, diversas opções de ponto de ônibus e rotas de transporte público que se conectam ao eixo viário da cidade e importantes instituições culturais, centros culturais e museus como o SESC de Santa Rita, a Casa da Cultura, Museu da Cidade do Recife, o pátio de São Pedro com diversas atrações, o Paço do Frevo, a Caixa Cultural do Recife e o Centro Cultural Cais do Sertão.

Figura 39: Equipamentos e serviços urbanos no entorno da edificação Segadas Vianna



Fonte: Autora (2023), adaptado a partir do ESIG e Google Maps (2023).

A forte centralidade apresentada no território, refletida na proeminência do uso comercial que possui, na maioria, características populares, motivou a pedestrianização de algumas ruas (Figura 40) e o grande fluxo de passagem de linhas de transporte coletivo, uma vez que a região se destaca pela intensa circulação de pessoas a pé ou que fazem uso do sistema de transporte coletivo.

Figura 40: Vias pedestrianizadas no entorno da edificação Segadas Vianna



Fonte: ICPS¹⁷ (2017), adaptado pela autora (2023).

Considerando o mapeamento abaixo, é possível identificar que o entorno da edificação analisada serve de passagem para as principais linhas de transporte público coletivo da região metropolitana (Figura 41). De acordo com o Consórcio Grande Recife¹⁸ são mencionadas 167 linhas que trafegam no recorte estudado, além da localização do Terminal de Ônibus Cais de Santa Rita e o Terminal Integrado Recife que se conecta ao sistema de metrô e possui rotas que integram tanto a Zona Sul, quanto a região central da cidade do Recife.

¹⁷ Base de dados do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (ICPS). Disponível em: < <http://icps.recife.pe.gov.br/NODE/61205>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

¹⁸ Disponível em: http://200.238.84.28/site/consulta/itinerarios_linhas_logradouro.asp. Acesso em: 05 jun. 2022.

Figura 41: Linhas de ônibus no entorno da edificação Segadas Vianna



Fonte: DPPC (2020), adaptado pela autora (2022).

O recorte de edificações ociosas na área analisada representa um dado significativo, tendo em vista o grande percentual de imóveis inteira ou parcialmente ociosos na região. Os imóveis levantados pela Diretoria de Prevenção do Patrimônio Cultural - DPPC (2020) correspondem a 134 edificações sem uso, entre elas a Edificação Segadas Vianna, e 2 terrenos ociosos no bairro de Santo Antônio (Figura 42). O relatório ainda revela que os imóveis inteiramente vazios correspondem a 10,74% da ocupação do solo nos sítios históricos de Santo Antônio e São José, distribuídos entre 80.472,51m² de área ociosa em Santo Antônio e 24.254,33m² em São José.

Se considerarmos que apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida para a faixa 1 (0 a 3 salários-mínimos) são construídos com cerca de 40 m², um cálculo simples – sem considerar questões de adaptabilidade de diferentes tipologias e as necessárias áreas comuns – indica um potencial de atendimento de moradia para em torno de 2.600 famílias. Ressaltamos, novamente, que o cálculo não considera os pavimentos vazios em edificações subutilizadas, nem os depósitos e estacionamentos. Considera apenas as edificações e terrenos 100% sem uso. (DPPC, 2020, p. 127).

Figura 42: Imóveis sem uso no entorno da edificação Segadas Vianna



Fonte: DPPC (2020), adaptado pela autora (2023).

No parâmetro **arquitetônico** foram observadas a arquitetura do entorno, as construções preexistentes e os seus estilos, além da composição de fachadas, acabamentos, gabaritos de altura, formas e textura. Conforme Trigueiro (1989) a linguagem das fachadas transmite informações a respeito das origens da casa e do sítio, além do desenvolvimento do seu entorno em um determinado período histórico.

O autor defende que as tendências estilísticas são representativas de etapas de desenvolvimento da arquitetura residencial e dos processos de urbanização, refletindo o cronotopo do lugar. Para esta pesquisa foram utilizadas as classificações de tendências estilísticas estabelecidas pelo Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC, 2020) que estabelece os nove principais estilos identificados no bairro de Santo Antônio e recorte urbano do entorno da edificação Segadas Vianna, sendo elas (Quadro 14):

Quadro 14: Principais tendências estilísticas no bairro de Santo Antônio

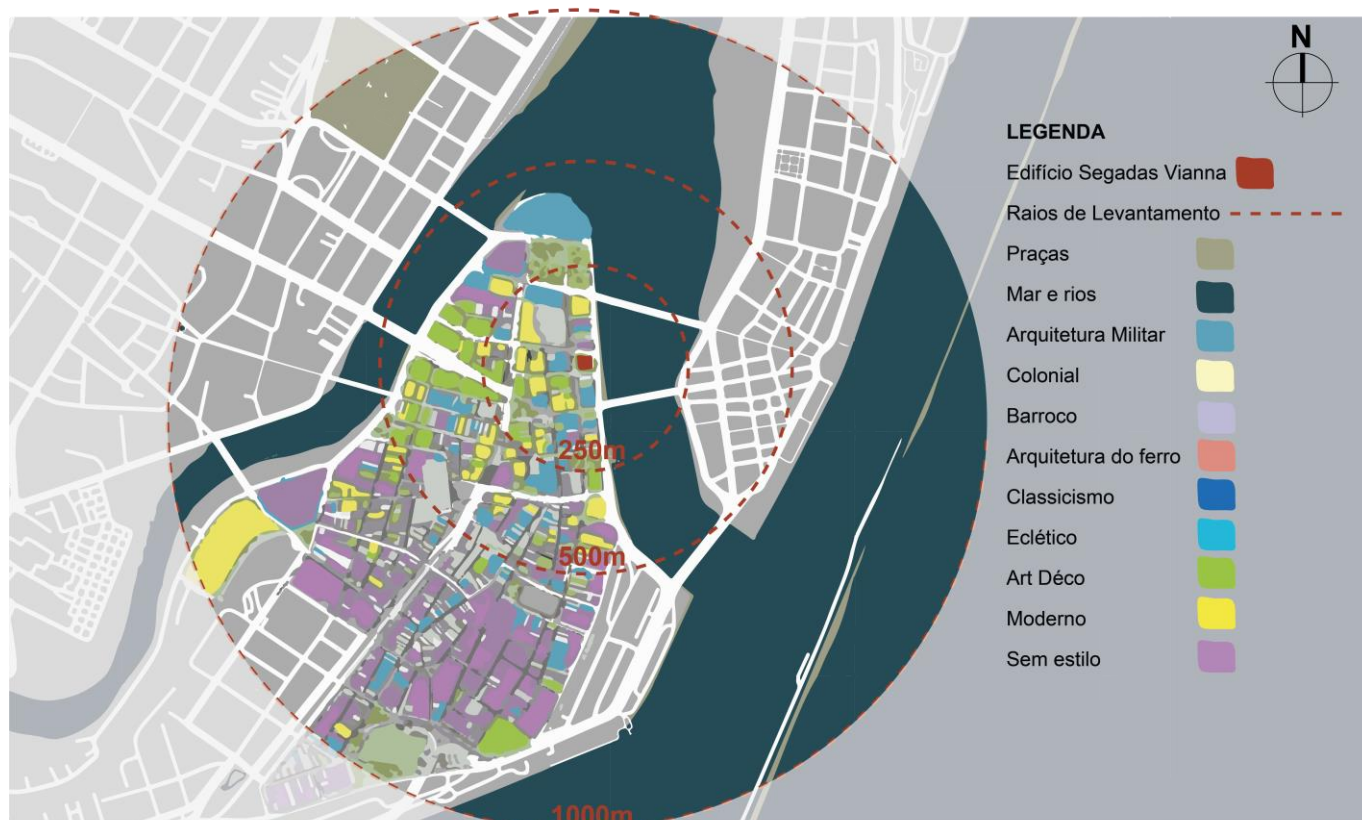
Estilo Arquitetônico	Caracterização
Arquitetura Militar	Os ideias arquitetônico-militares renascentistas foram transplantados para o Recife através do seu processo de colonização, a arquitetura militar atende às necessidades militares e são representativas em fortalecer caracterizadas principalmente pela verticalidade das muralhas e por atender, primordialmente, os aspectos funcionais de defesa e ataque.
Arquitetura do ferro	Trata-se daquela edificação que conta com a participação efetiva e majoritária do ferro (fundido, batido, perfilado, laminado, aço etc.) como elemento estrutural e de construção, sem que seja disfarçado ou encoberto. Está diretamente relacionada ao fenômeno da Revolução Industrial e à crescente utilização de ferro em todos os setores da vida, inclusive a arquitetura.
Barroco	Na segunda metade do século XVII, após a restauração pernambucana, começaram a surgir igrejas de maior porte do que no período anterior, maneirista, e, com elas, estruturas, ornamentação e espaços internos com características do barroco. Nessa época, as igrejas continuaram a se estruturar repetindo o partido com capelas laterais e frontarias compartimentadas por pilastras e cimbras, apresentando, em alguns casos, volutas no coroamento.
Colonial	Define-se como colonial a edificação onde predominam elementos construtivos e formais característicos da produção anterior a meados do Século XIX, ocorrendo nos primeiros núcleos da cidade (atualmente a região central) e em focos de povoamento dos arredores. As edificações apresentam predominância de cheios sobre vazios, os quais são distribuídos em intervalos regulares e, na maioria, guardando simetria total ou parcial – na ocorrência de portas dispostas nas laterais. As fachadas são marcadas pelos beirais e suas cornijas, pelas cercaduras dos vãos e por cunhais salientes. Os vãos possuem geralmente ombreiras retas ou em arco abatido. Outros elementos comuns são guarda-corpos em ferro nas varandas corridas ou em balcões.
Classicismo	Dentre seus elementos mais marcantes estão a disposição regular e frequentemente simétrica dos vãos, com tendência ao equilíbrio entre cheios e vazios; as fachadas podem ser azulejadas, marcadas de forma horizontal por cornijas e, verticalmente, por cunhais salientes e pilastras entre os vãos; as coberturas são arrematadas por platibandas retas e/ou frontões triangulares, os quais por vezes se destacavam do corpo da fachada, ornamentadas com elementos emprestados da retórica greco-romana. Os vãos apresentam ombreiras retas, em arco abatido ou em arco pleno, frequentemente combinados e utilizados, nessa ordem, de acordo com a valorização dos pavimentos ou segmentos da fachada. Os vãos podiam ainda apresentar coroamento em cornija, frontão triangular ou em semicírculo. Destaca-se ainda o uso de jarrões, pinhas e esculturas coroando guarda-corpos, platibandas e muros; guarda-corpos em ferro ou balaústres em varandas, pórticos, terraços etc.
Eclético	Construções quase sempre assimétricas que foram incorporando aos estilemas greco-romanos a “rusticidade da sintaxe romântica, o expressionismo das formas góticas, a liberdade do classicismo renascentista e a voluptuosidade das curvas barrocas, tudo isso salpicado de estucaria floram e geométrica” (TRIGUEIRO, 1989, p. 145) Essa tendência começou a se impor no Recife por volta da segunda década do século XX, materializando-se nas mais diversas combinações possíveis. Exemplos com características estilísticas ecléticas mas com implantação sem recuos e volume único indicam possíveis reformas em fachadas de casas coloniais. Exemplos de um ecletismo mais tardio tendem a apresentar uma menor carga ornamental.
Art Déco	A tendência possui os seguintes aspectos, que demonstram seus vínculos com o passado, com o método beaux-arts de composição: (1) apelo decorativo, que se expressa através da volumetria em composições marcadas pelo jogo de formas geométricas e/ou através de fachadas com elementos figurativos de forte conotação ornamental; (2) adoção de regras referentes a simetria, axialidade e hierarquia na distribuição da planta, na organização das fachadas e na disposição da volumetria, expressas, entre outras coisas, na ênfase conferida ao acesso principal e na repartição da fachada em base, corpo e coroamento; e (3) uso de elementos da linguagem clássica simplificados, como colunas, óculos, frontões,

Estilo Arquitetônico	Caracterização
	capitéis, pilastras e platibandas.
Moderno	Num quadro geral, refere-se à produção arquitetônica que aconteceu entre os anos 1920 e 1980 e esteve baseada em novas técnicas construtivas e na nova estética de vanguardas artísticas que geraram novas formas de ver e conceber o espaço arquitetônico. No final da década de 1940 e, sobretudo na década de 1950, o desenvolvimento da arquitetura moderna do Recife começou a ganhar força novamente, sobretudo após a chegada de três arquitetos: o italiano Mario Russo, em 1949; o carioca Acácio Gil Borsoi e o português Delfim Amorim, em 1951 (NASLAVSKY, 2012). Da década de 1950, a produção moderna local ganhou força, se estendendo até a década de 1970.
Sem estilo	Foram classificadas como sem estilo as edificações que não apresentam uma linguagem estilística que a associem a uma corrente específica. Foram identificadas nessa categoria tanto edificações contemporâneas (a partir da década de 1980) quanto edificações antigas descaracterizadas (provavelmente no mesmo período).

Fonte: DPPC (2020), organizado pela autora (2023).

Na análise corroborada pelo Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC, 2020) foram especializadas as tendências estilistas no entorno da edificação Segadas Vianna, como podemos observar na Figura 43 abaixo.

Figura 43: Espacialização das tendências estilísticas no entorno da edificação Segadas Vianna



Fonte: DPPC (2020), adaptado pela autora (2023).

Considerando os estilos identificados no entorno da edificação destacam-se as edificações coloniais e ecléticas, além da parcela de edificações art déco e modernas, sendo a própria edificação Segadas Vianna inserida no estilo moderno. É importante destacar que as características do sítio são discriminadas e salvaguardadas no Setor de Preservação Rigorosa da legislação municipal. Ainda conforme o Plano de Preservação, observa-se que a quantidade não desprezível de art déco identificadas na região possuem implantação e parcelamento do solo que refletem em ocupações mais antigas, tratando-se provavelmente de edificações originalmente coloniais que sofreram reforma estilística, uma vez que estão localizadas nas áreas de ocupação mais antigas do bairro de Santo Antônio. Estas edificações originalmente coloniais que sofreram reforma estilística de fachadas para Art Déco dialogam com uma feição mais moderna e seguem os padrões do novo tecido urbano da área que foi instaurado a partir das reformas realizadas para implantação da Av. Guararapes.

Com relação ao abastecimento de serviços básicos e infraestrutura do Centro Histórico do Recife é relevante ressaltar que esta área está abastecida de serviços públicos, tratamento do esgoto, coleta de lixo e abastecimento de água potável são mascarados pela indisponibilidade do uso residencial no território avaliado. Os dados do Censo IBGE (2010) indicam que os domicílios instalados no bairro de Santo Antônio possuem uma infraestrutura básica adequada, uma vez que 100% dos domicílios possuem energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

3.2. Movimento de Luta e Resistência pelo Teto

O Movimento de Luta e Resistência pelo Teto (MLRT) foi estudado a partir das suas dimensões *físicas*, *sociais* e *econômicas* conforme explicitado na metodologia da pesquisa. Foram encontrados registros de manifestações e ocupações organizadas pelo MLRT, na capital pernambucana, desde 2010. O movimento surge filiado à União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e apresenta em suas principais bandeiras de luta a autogestão, o direito à moradia e à cidade, a participação popular em políticas públicas e a luta pelo fim dos despejos e contra a criminalização dos movimentos sociais. A articulação ainda parte da atuação de base em bairros, ocupações e favelas e articula seus movimentos nas esferas regionais e municipais.¹⁹

¹⁹ União Nacional por Moradia Popular e a luta pelo direito à habitação no Brasil. Disponível em: <<https://unmp.org.br/>> Acesso em: 25 ago. 2022.

Dimensão econômica

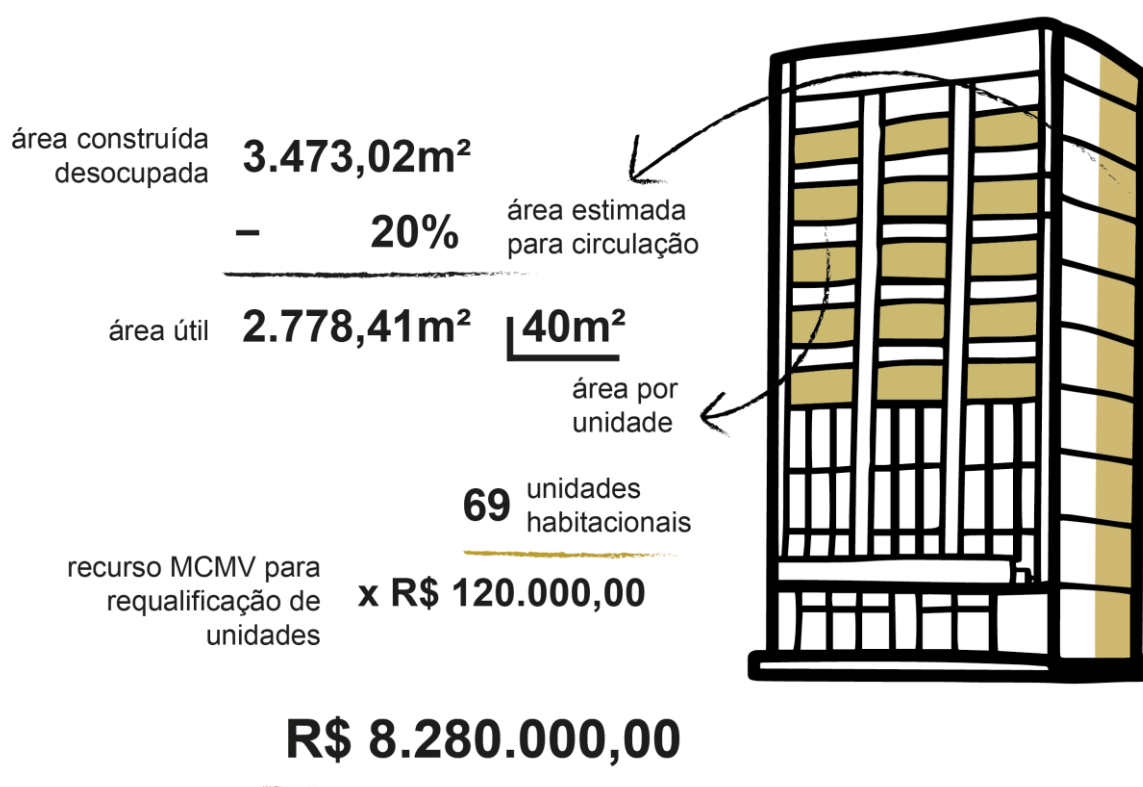
A abordagem jurídica nos processos de ocupações irregulares em edificações em desuso utiliza como elementos centrais a questão constitucional do direito à moradia e da função social da propriedade. Essa construção argumentativa possui relevância extrema para a atuação dos movimentos de luta por moradia, uma vez que os processos e ações de reintegração de posse são os principais meios que o Poder Judiciário encontra para lidar com estes conflitos fundiários urbanos e atuar em remoções e desocupações dos moradores nas ocupações. Segundo a avaliação da **equipe jurídica**, o coordenador do MLRT, Giancarlo Costa dos Lírios, se apoia nas comissões de Advocacia Popular (CAP), de Direito Urbanístico (CDU) e de Direitos Humanos (CDH) para dialogar com a organização da Ordem dos Advogados de Pernambuco (OAB – PE).

A disposição geográfica da edificação é um fator que facilita o contato do movimento com as comissões atuantes, uma vez que a própria sede da OAB está localizada a uma quadra de distância do Edifício Segadas Vianna. Na prática, a atividade mais recente da equipe jurídica do MLRT foi demonstrada na suspensão do processo de desocupação da edificação em agosto de 2022. A decisão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5 Região²⁰ teve como base a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, que determina a suspensão de desocupações coletivas e despejos enquanto perdurarem os efeitos da crise sanitária da COVID-19 pessoas em situação de vulnerabilidade (Lei n.º 14.216/2021).

Na avaliação da **viabilidade financeira**, a Cooperativa Arquitetura Urbanismo & Sociedade (CAUS) realizou o estudo do potencial de reabilitação da edificação a partir da área construída desocupada e estimativa de implementação de unidade habitacional por área útil (Figura 44). A escolha da edificação para ocupação residencial foi realizada a partir do potencial de reabilitação, localização na área central da cidade e tempo de desuso da edificação de propriedade pública (INSS). Contudo, não foram encontrados registros de orçamentos e quantitativos para execução da ação de ocupação, como cálculo de mão de obra especializada, cronograma de execução e identificação das etapas a serem realizadas em curto, médio ou longo prazo.

²⁰ Processo n.º 0807081-53.2021.4.05.0000. Disponível em: <https://www.trf5.jus.br/> Acesso em: 25 ago. 2022.

Figura 44: Estudo do potencial de reabilitação na Edificação Segadas Vianna



Fonte: Araripe (2021), adaptado pela autora (2023)

Dimensão social

Considerando o parâmetro de **acessibilidade**, as ações de desenvolvimento dos movimentos de luta por moradia são diretamente voltadas para os processos de *produção social do habitat* (PSH), conceito amplamente fomentado em toda a América Latina e é defendido por diversos manifestos relacionados à habitação. (ALENCAR, SÁ, 2011). A inserção e participação de pessoas em grupos vulneráveis (idosos, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência, por exemplo) são essenciais para as propostas de solução e acesso ao desenvolvimento local baseado na conquista de moradia digna. De acordo com Soler (1996):

A participação não é vista somente como uma forma de integração de uma população que está fora do desenvolvimento para que venha a participar dele, mas principalmente, como um processo de tomada de consciência enquanto cidadão, pobre, carente e excluído que, a partir de então, começa a compreender que deve ele próprio tomar a decisão de intervir e participar da questão pública. (SOLER, 1996, p. 26)

As questões de integração de pessoas em situação de vulnerabilidade e participação na tomada de decisões públicas norteiam a atuação do MLRT e é possível identificar a

relevância da temática a partir da escolha do nome da ocupação, escolhido em homenagem ao militante, ativista pelos direitos urbanos Leonardo Cisneiros. O professor universitário pernambucano atuava em uma articulação política voltada para os problemas urbanos da cidade do Recife, entre os eixos de atuação e principais pautas abordadas pelo grupo estavam²¹: (1) a transparência e participação popular na implementação do Conselho da Cidade do Recife e reformulação do papel das audiências públicas com a participação da sociedade civil; (2) a revisão e regulação do Plano Diretor e reorganização da legislação urbanística; (3) o planejamento urbano e metropolitano integrado e de longo prazo através de uma política pública voltada para a melhora da qualidade de vida e justiça social; (4) a valorização do espaço público abordando a necessidade de controle urbano e controle de áreas públicas em recortes de tensão gerada pelo mercado imobiliário e ameaça de processos de gentrificação ou naturalização do abandono de espaços públicos; (5) a revitalização sem gentrificação; (6) a proteção das ZEIS e de comunidades ameaçadas de remoção, com destaque para a defesa do fomento de ofertas de habitação de interesse social nas áreas centrais da cidade e nas áreas com maior dinamização econômica; (7) o incentivo ao deslocamento não-motorizado e planejamento de uso do solo como centro do problema de mobilidade que afeta a região metropolitana do Recife; (7) o subsídio e valorização do transporte coletivo como forma de distribuição de renda e de construção de um modelo de mobilidade mais eficiente e igualitário.

Com relação aos aspectos do **perfil socioeconômico** dos moradores, é relevante pontuar que as ações de manifestos públicos, reivindicações e, até mesmo, o próprio processo de ocupação em uma edificação em desuso são precedidas pelo processo de planejamento e organização realizado pelo movimento de luta por moradia. A coordenação do movimento parte da coleta de informações socioeconômica das famílias envolvidas, desta forma, antes de deflagrar o perfil de ação que será realizado, o movimento realiza uma avaliação do número de famílias que poderão ser assentadas na edificação; a identificação do proprietário registrado no imóvel; a situação legal do terreno e a criação das comissões operacionais, reuniões públicas e assembleias, assim como a eleição dos coordenadores locais. As famílias na ocupação Leonardo Cisneiros foram filiadas ao movimento devido aos desalojamentos gerados por fortes

²¹ Sobre o grupo Direitos Urbanos Recife. Direitos Urbanos Recife (2018). Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/>. Acesso em: 01 fevereiro 2023.

chuvas na Região Metropolitana do Recife em maio de 2021 e os reflexos da crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia e que ocasionaram aluguéis onerosos e na indisponibilidade de muitas famílias de arcarem com os custos relacionados à moradia.²²

Figura 45: Protesto realizado por moradores da ocupação Leonardo Cisneiros



Fonte: Brasil de Fato (2021)

A **autogestão** é o último critério de análise na dimensão social. Envolve a mobilização social e capacidade de ações coletivas dos moradores, a elaboração e implementação de um regulamento de convívio coletivo e decisões tomadas pelos moradores, e o trabalho coletivo para geração de renda, manutenção e zeladoria da edificação residencial. Apesar da autogestão implicar na criação de uma gestão e organização popular baseada no *protagonismo* dos residentes ao se reconhecerem como atores sociais através de estratégias de colaboração horizontal, foi observado em entrevista com o coordenador do movimento que as atividades do MLRT estão fundamentadas em uma gestão vertical, partindo do coordenador. Considerando que quanto maior a capacidade das pessoas se associarem e agirem em torno de interesses comuns, maiores os indicadores de organização social e melhores as condições de

²² Movimento de Resistência e Luta pelo Teto ocupa prédio do INSS no Centro do Recife. Brasil de Fato (2021). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/18/movimento-de-resistencia-e-luta-pelo-teto-ocupa-predio-do-inss-no-centro-do-recife>. Acesso em: 26 agosto 2022.

desenvolvimento em torno do contexto habitacional, foi identificado que o parâmetro de autogestão a ocupação Leonardo Cisneiros atende parcialmente os critérios levantados.

Figura 46: Reunião dos moradores da ocupação Leonardo Cisneiros em Julho de 2021



Fonte: Marlon Diego (2021)

Dimensão física

Os aspectos físicos da atuação do MLRT envolvem o **saneamento básico, infraestrutura e segurança, espaços coletivos, adequação dos cômodos para moradias** e a **localização da ocupação**. Os critérios foram avaliados de acordo com o quadro abaixo, onde foram realizados os diagnósticos das correspondências (Quadro 15).

Quadro 15: Diagnóstico dos parâmetros para análise da dimensão física.

Parâmetros para análise dos Movimentos de Luta por Moradia	Ações realizadas pelo MLRT na Ocupação Leonardo Cisneiros	Diagnóstico	
Saneamento básico, infraestrutura e segurança	Elétrica	Foi identificado pelo movimento a existência de alimentação e distribuição de energia elétrica para os cômodos residenciais, as condições de fiação e acondicionamento da rede elétrica foram descritas como adequadas pelo movimento.	Atende
	Segurança contra incêndio	Apesar das recomendações realizadas pela assessoria técnica, a organização não possui recursos financeiros para melhorias na infraestrutura e instalação de extintores e sinalização de emergência.	Não Atende
	Hidráulica	Foram identificados os principais pontos de vazamento e infiltrações na edificação, além de proposta realizada pela assessoria técnica para a situação do subsolo que estava alagado, sendo solucionado com a atuação em mutirão dos moradores.	Atende Parcialmente
	Coleta de lixo	Não foi identificado o processo de coleta de lixo dos residentes da ocupação Leonardo Cisneiros, sendo registradas apenas as caçambas de coleta regulares da prefeitura de Recife.	-
	Estrutura	O laudo técnico da situação estrutural da edificação foi baseado em documento realizado por equipe técnica em 2014. Apresentando condições adequadas na estrutura da construção para ocupação dos moradores.	Atende
	Reparos e manutenção da estrutura física da edificação	A partir do diagnóstico da assessoria técnica foram realizadas algumas adaptações para proteção contra quedas e segurança dos moradores, além da proposta de divisórias e utilização de materiais adequados. Porém, a falta de recursos financeiros impossibilita a execução de projeto arquitetônico e implementação das melhorias e manutenção.	Atende Parcialmente
Espaços Coletivos	O Movimento de Luta e Resistência pelo Teto prevê a implementação de horta comunitária na cobertura da edificação e espaço de convívio e reuniões públicas no segundo pavimento da edificação. Contudo, a organização não possui recursos financeiros para melhorias na infraestrutura dos espaços coletivos da edificação.	Atende Parcialmente	
Adequação dos cômodos para moradia	A decisão da edificação vertical Segadas Vianna é favorável à flexibilidade e adequação de espaços residenciais, uma vez os aspectos físicos da construção (em análise no próximo tópico da pesquisa) permitem uma planta livre	Atende	

Parâmetros para análise dos Movimentos de Luta por Moradia	Ações realizadas pelo MLRT na Ocupação Leonardo Cisneiros	Diagnóstico
	nos pavimentos tipos e disposição das unidades habitacionais de acordo com a composição dos núcleos familiares.	
Localização	A escolha da edificação foi baseada na localização no bairro de Santo Antônio e nas premissas de disponibilidade de infraestrutura urbana consolidada, equipamento e serviços públicos de fácil acesso e adequação cultural dos moradores.	Atende

Fonte: Organizado pela autora (2023)

3.3. Edifício Segadas Vianna

O estudo do Texto compreende a análise do objeto arquitetônico a partir de duas dimensões: a construção, **Edifício Segadas Vianna** e os padrões culturais de moradia das famílias demonstrados através dos Questionários de Ocupação e Percepção dos Usuários aplicados com os moradores. As dimensões da construção estabelecem correspondências com os padrões e parâmetros avaliados dos Movimentos de Luta por Moradia e do Centro Histórico do Recife.

O Edifício Segadas Vianna, localizado na Rua Marquês do Recife, n. 32, foi construído em 1949 para abrigar o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e está atualmente ocupado por 70 famílias que integram o Movimento de Luta e Resistência pelo Teto (MLRT), intitulada Ocupação Leonardo Cisneiros.

Quadro 16: Informações gerais da construção

Ocupação Leonardo Cisneiros

Edifício Segadas Vianna

Rua Marquês do Recife, 32

Área Construída: 3.473,02m²

Projeto: 1949 | 73 anos

Tipologia: escritórios | institucional | térreo, mezanino + 8 pavimentos

Sistema construtivo: estrutura de concreto armado e vedações em alvenaria e vidro.

Propriedade Pública | INSS

Desocupação: 2002 | INSS

Ocupação mais recente: 2021

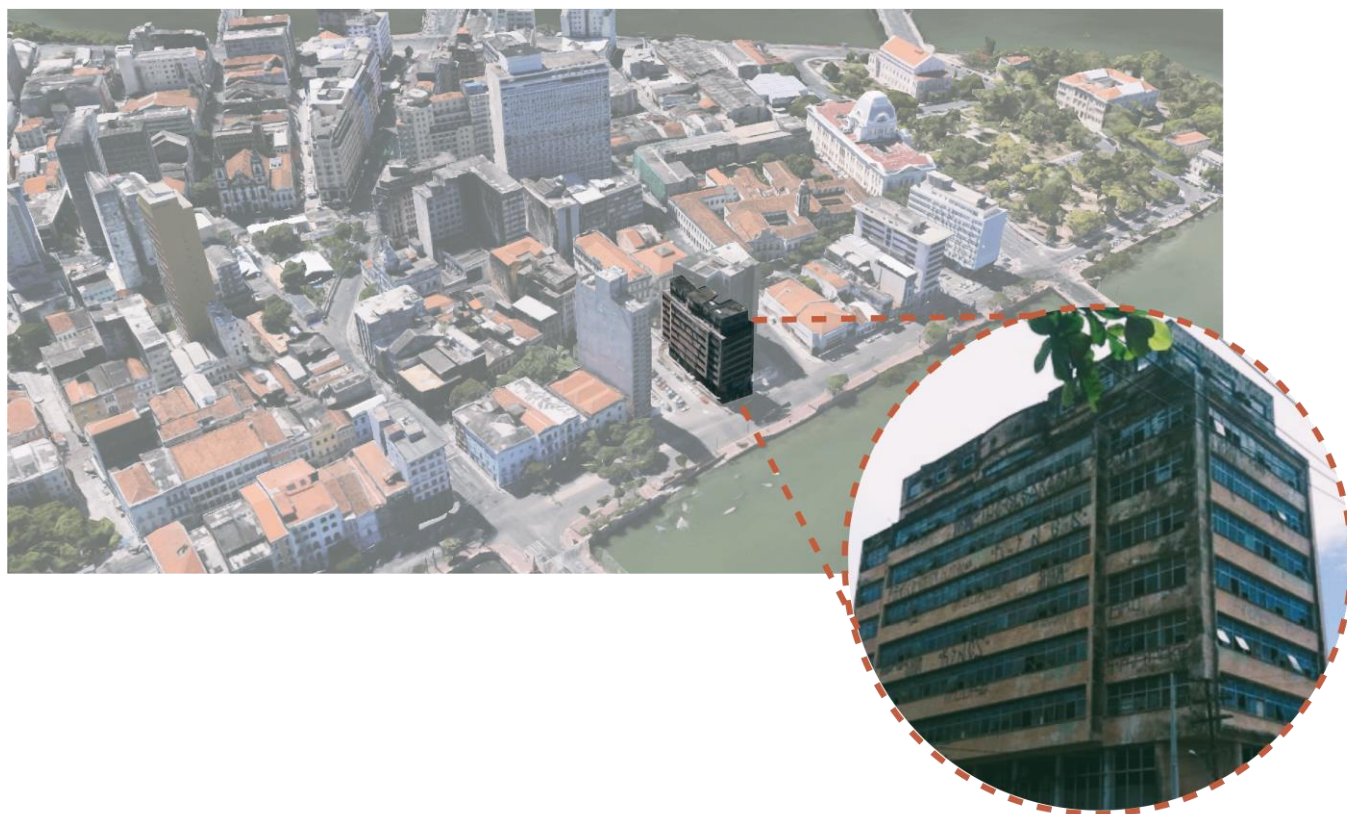
Uso residencial

Valor do imóvel: R\$ 4.800.000,00²³

Número de famílias: aproximadamente 70 | cerca de 250 moradores.

Fonte: MSTC (2022), adaptado pela autora (2023)

Figura 47: Fachada e implantação do Edifício Segadas Vianna em Santo Antônio



Fonte: Autora (2023), adaptado a partir do Google Earth (2022).

²³ Valor de avaliação do imóvel realizado pela Caixa Federal em 2014 através do laudo de avaliação N° 7888.7888.000791224/2014 utilizando a metodologia de método comparativo direto de dados de mercado.

Aspectos econômicos

O prédio de 10 andares segue o padrão verticalizado da arquitetura implantada na região a partir das reformas urbanas realizadas na década de 40 e 50, conforme visto. O projeto proposto atendia ao uso institucional do IAPAS e quando a companhia é extinta em 1990 os planos para o imóvel envolviam sua restauração e instalação da superintendência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Nordeste²⁴ (Figura 50).

Figura 48: Fachada do Edf. Segadas Vianna em Santo Antônio



Fonte: Araripe (2021)

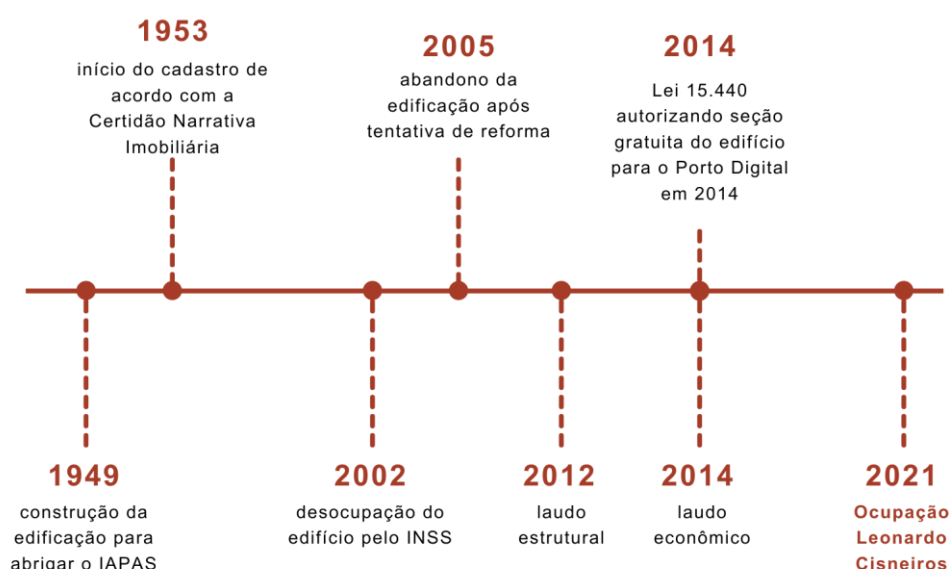
A partir dos laudos técnicos disponibilizados pela Prefeitura do Recife foi observado que o **registro do imóvel** aponta como proprietário o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), apesar da disponibilização da edificação para o Porto Digital realizada através da Lei 15.440 de 2014, o processo de ocupação da construção não foi efetivamente realizado, permanecendo em desuso e revelando o potencial desta

²⁴ Jornal do Commercio: Novo uso para outro prédio abandonado. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2011/12/31/novo-uso-para-outro-predio-abandonado-27246.php> > Acesso em 25 jun. de 2022.

edificação de domínio público para reabilitação e implementação de políticas públicas habitacionais.

Os dados coletados a partir de avaliação realizada pela Caixa Econômica Federal em 2014 apontam uma estimativa do **valor do imóvel** em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), o que indica um valor corrigido aproximado em R\$ 9.600.00,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) em 2022.²⁵

Figura 49: Infográfico da linha do tempo do Edf. Segadas Vianna.



Fonte: Araripe (2021), adaptado pela autora (2023).

Aspectos sociais

Com relação à **acessibilidade** foi verificado que a edificação atende parcialmente aos requisitos da Norma Brasileira ABNT NBR 9050, uma vez que a construção oferece um dimensionamento apto para alterações e adaptações para garantir as condições de acessibilidade a todos os moradores, contudo atualmente o edifício não oferece espaços acessíveis adequados.

A avaliação da **ocupação irregular e impacto na construção** do edifício Segadas Vianna verifica a adequação dos espaços construídos para acomodar a moradia das

²⁵ Valor corrigido calculado a partir do IGP-M (FGV) considerando um índice de 2,01466340 no período, de acordo com o Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/>> Acesso em 15 dez. de 2022

famílias, ainda que de forma precária em função do processo de degradação ocasionado pelo desuso e falta de manutenção da construção (Figura 50):

Figura 50: Processo de degradação edílicia da edf. Segadas Vianna



novembro 2011



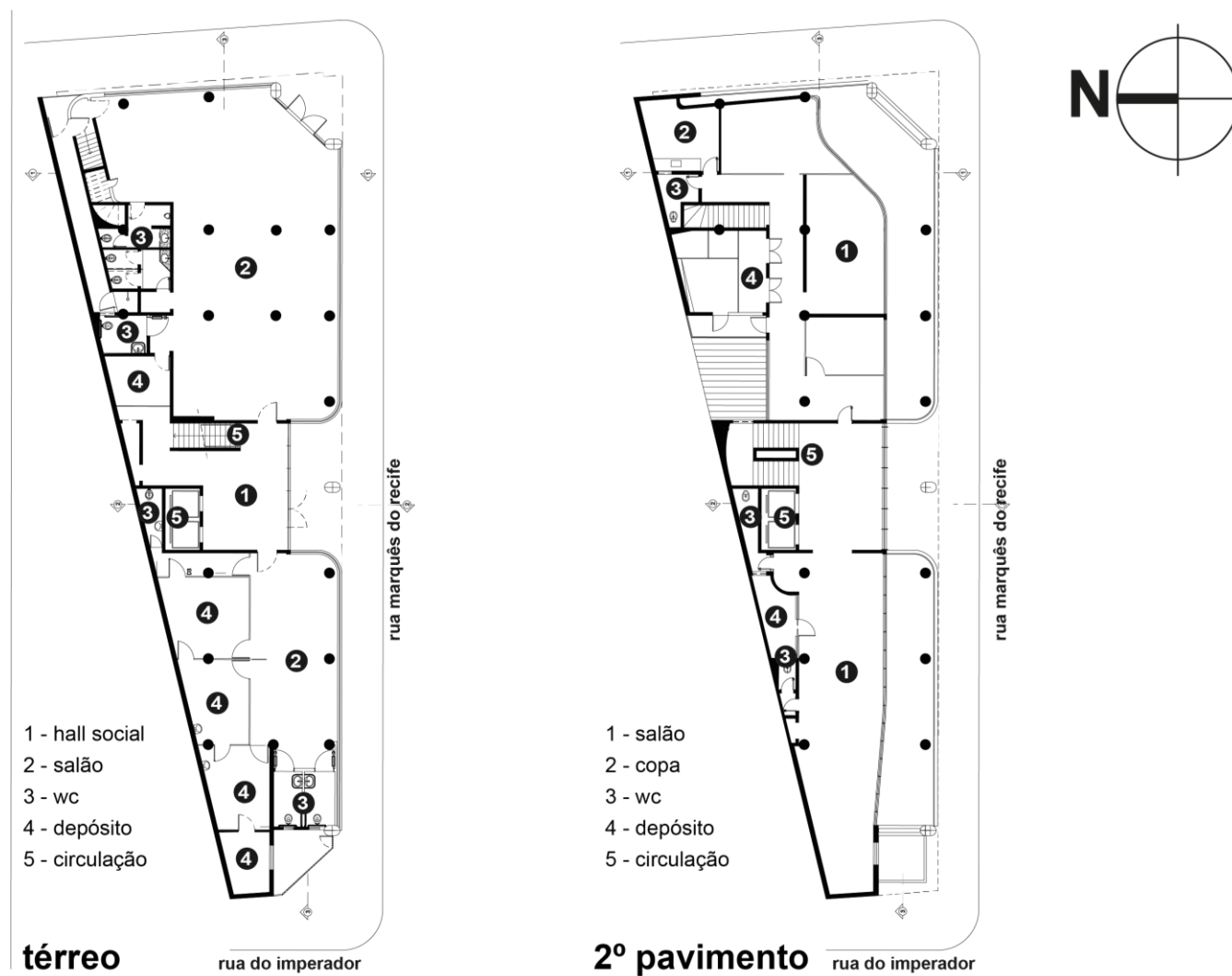
março 2020

Fonte: Autora (2023), adaptado a partir do Google Earth (2022).

Aspectos físicos

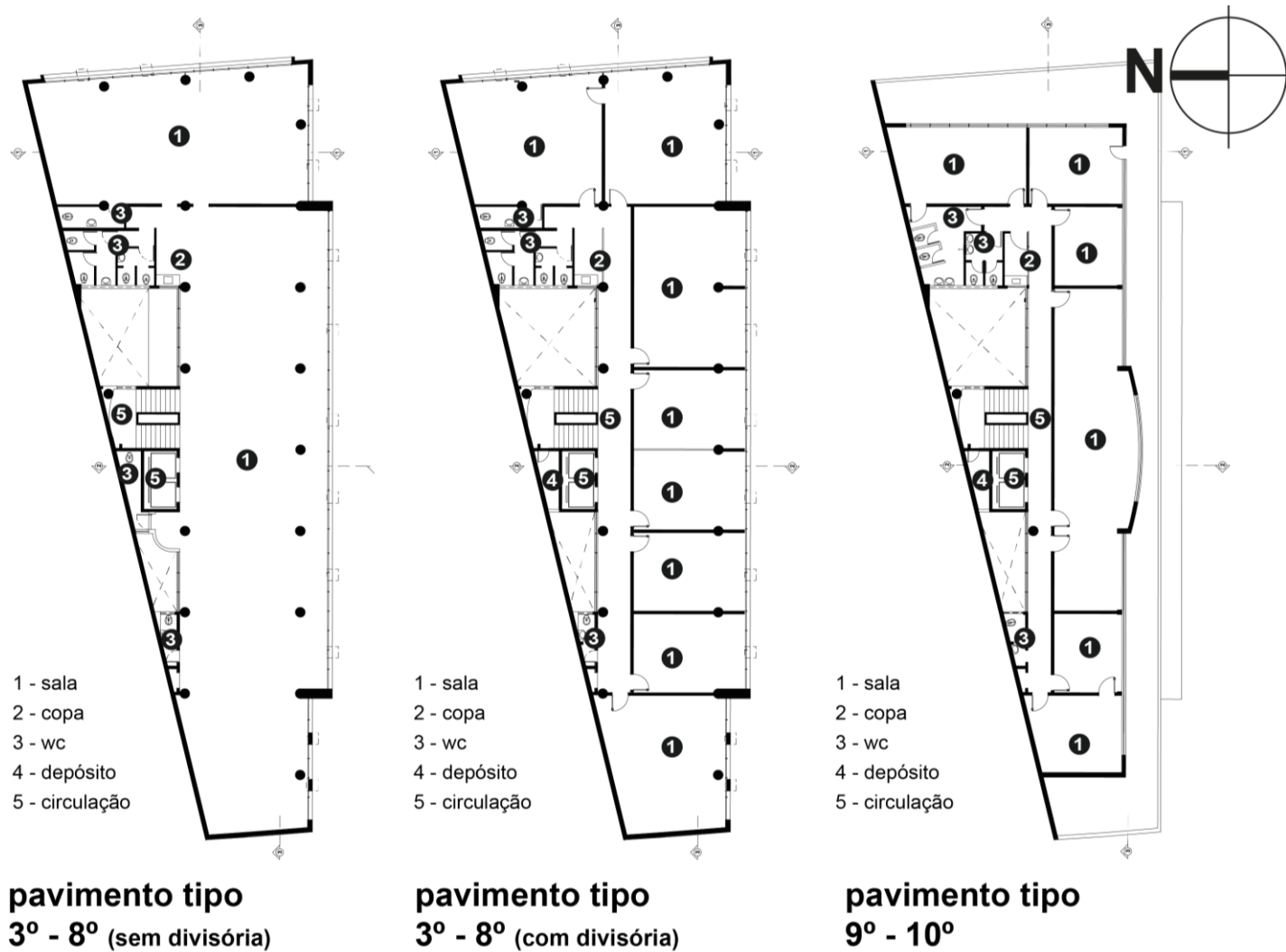
Em linhas gerais, a estrutura de concreto armado da edificação é composta por lajes maciças duplas em cada pavimento apoiadas em vigas que, por sua vez, se apoiam em pilares. O edifício conta com uma planta térrea e dez pavimentos, a distribuição interna dos espaços segue a modulação dos pilares circulares e os ambientes foram dispostos de acordo com o uso institucional da construção (Figuras 51 e 52). Ainda com relação às características estruturais, quase todos os pilares possuem seção circular com diâmetro de 40cm, seis dos pilares centrais se limitam aos pavimentos térreo e mezanino e os demais pilares vão até o nono pavimento. De acordo com o Laudo Técnico elaborado em 2012 a estrutura do edifício apresenta razoável estado de conservação e foram constatados apenas a ocorrência de avarias esparsas em alguns elementos estruturais, considerados comuns na vida útil da edificação.

Figura 51: Implantação original do Edf. Segadas Vianna – térreo e 2º pavimento



Fonte: Editado pela autora (2023).

Figura 52: Implantação original do Edf. Segadas Vianna – pavimento tipo



Fonte: Editado pela autora (2023).

Os indicadores de **disponibilidade de serviços e infraestrutura**, que abordam as questões de condição e distribuição elétrica, segurança contra incêndio e situação hidráulica e estrutural, foram avaliados partir de uma consultoria informal com a equipe da Cooperativa de Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS) na edificação Segadas Vianna. A avaliação realizada pela assessoria técnica foi apresentada aos moradores em julho de 2021 através de uma reunião pública com os moradores, onde a equipe apresentou o seguinte diagnóstico da ocupação: (1) em estado crítico de muita urgência foram registrados os banheiros, poços de elevadores, guarda-corpos, rede elétrica, extintores e rede de gás; (2) identificados em situação de urgência e demandando reparos estavam as esquadrias (ausência de vedações), lajes, paredes, cobertura, quadro de energia e sinalização, apontando a relevância de restauração imediata para acomodação dos residentes (Quadro 17):

Quadro 17: Diagnóstico da Ocupação realizado pelo MLRT

Parâmetros CAUS (2021)	Caracterização	Diagnóstico
Habitabilidade e segurança contra quedas	Ventilação dos cômodos habitacionais	Pouco urgente
	Banheiros	Muito Urgente
	Poço de elevadores	Muito Urgente
	Guarda-corpos e proteções	Muito Urgente
	Esquadrias	Urgente
Manifestações patológicas e drenagem	Trincas e rachaduras, nichos de concretagem	Pouco urgente
	Sobrecarga em lajes	Pouco urgente
	Rasgos e demolições de elementos estruturais	Pouco urgente
	Infiltrações em lajes e paredes	Urgente
	Infiltrações por problemas na cobertura (telha, calhas, rufos)	Urgente
Infraestrutura	Situação do armazenamento de água	Urgente
	Situação da rede hidráulica	Muito Urgente
	Situação da regularidade junto à COMPESA	Pouco urgente

Parâmetros CAUS (2021)	Caracterização	Diagnóstico
Segurança contra incêndio e gás	Situação dos quadros de energia	Urgente
	Situação da distribuição de energia	Urgente
	Situação da regularidade junto à CELPE	Pouco urgente
	Material de divisórias	Pouco urgente
	Rota de fuga protegida	Pouco urgente
	Extintores	Muito Urgente
	Hidrantes	Pouco urgente
	Sinalização	Urgente
	Luz de emergência	Pouco urgente
	Situação do gás	Muito Urgente

Fonte: Araripe (2021), organizado pela autora (2023).

A falta de infraestrutura e principais pontos de inadequação com relação à segurança dos residentes da ocupação podem ser observadas nas imagens abaixo:

Figura 53: Condições de inadequação construtiva.



ausência de proteção na abertura do poço do elevador e acabamentos degradados no piso das escadas



ausência de guarda-corpo ou obstáculos contra quedas



pontos de grave infiltração nos pavimentos superiores

Fonte: Araripe (2021), organizado pela autora (2023).

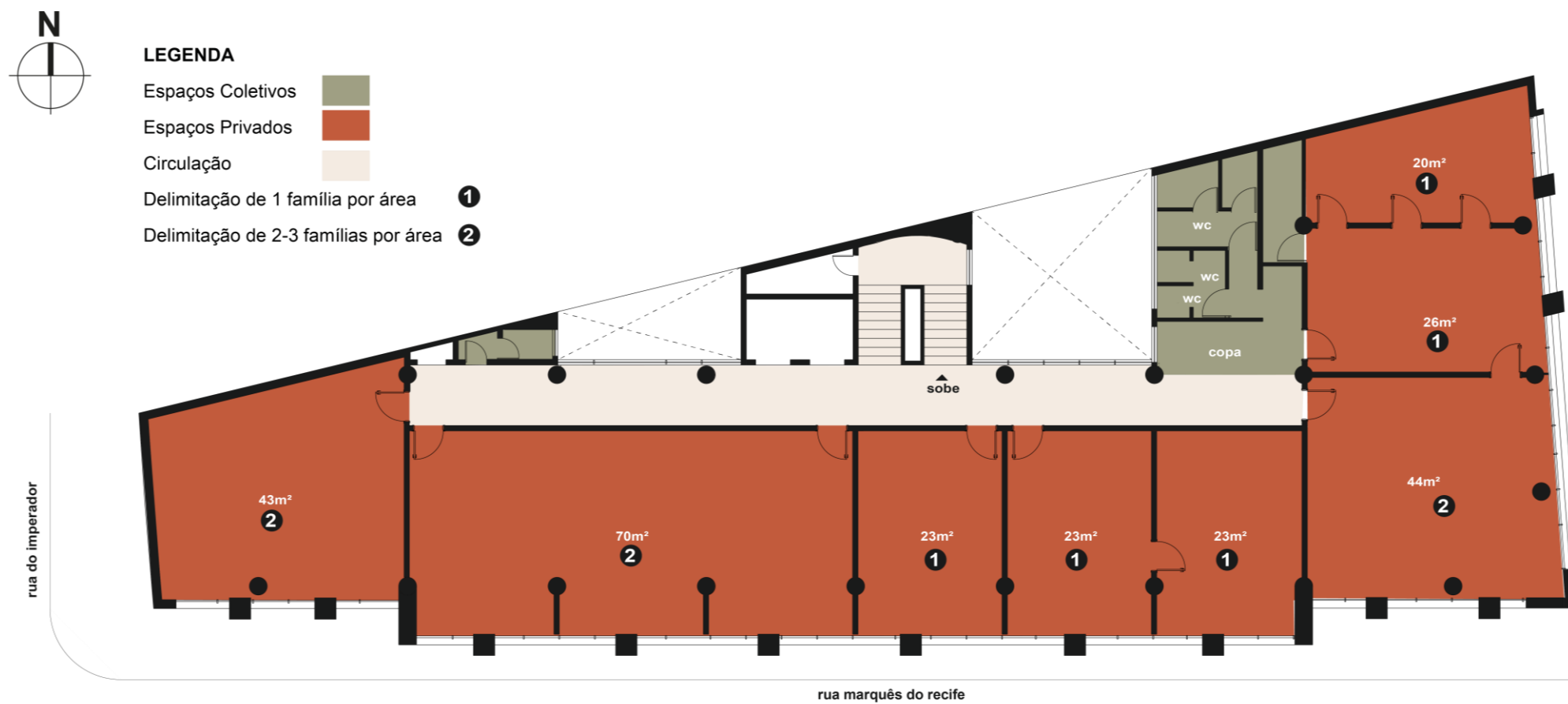
Os aspectos de **habitabilidade** abordam a tipologia dos cômodos habitacionais e a funcionalidade e flexibilidade dos espaços para utilização por todos os residentes. No processo de avaliação construtiva foram observados os aspectos da edificação desabilitada e do processo irregular de ocupação pelos moradores do movimento de luta por moradia, possibilitando a indicação dos principais pontos de adequação para o

uso residencial e, posteriormente, o comparativo dos aspectos construtivos em desuso com os padrões culturais dos usuários no processo da ocupação e uso habitacional.

A análise foi realizada a partir da visita in loco realizada e identificação dos principais pontos e patologias a serem solucionados para segurança dos moradores. Também foi utilizado como referência o laudo técnico estrutural emitido em 2012. Não foram encontrados registros da ordenação do processo de ocupação pelas famílias, porém em visita à ocupação e aplicação dos questionários foi possível realizar o mapeamento das instalações (Figura 54).

Conforme a categoria **localização**, a construção corresponde às premissas estabelecidas neste trabalho e parte do pressuposto que o uso habitacional em regiões com uma infraestrutura consolidada e com acesso aos equipamentos e serviços coletivos e comércio e serviços locais possui maior viabilidade e oferece uma melhor qualidade de vida aos seus residentes.

Figura 54: Distribuição das famílias no Edf. Segadas Vianna.



Fonte: Autora (2023)

3.4. Padrões culturais de moradia: percepção dos usuários

Os padrões culturais de moradia das famílias foram identificados através dos **Questionários de Ocupação e Percepção dos Usuários** aplicados no dia 26 de maio de 2022, a 31 moradores, que representam 45% de um total de 70 famílias da ocupação Leonardo Cisneiros, onde algumas famílias optaram por não responder o questionário ou não se encontravam no momento da entrevista. As dimensões social, econômica e ambiental da percepção dos usuários estabelecem correspondências com os padrões e parâmetros avaliados da edificação Segadas Vianna, do Movimento de Luta e Resistência pelo Teto (MLRT) e do Centro Histórico do Recife. As entrevistas realizadas abordaram três dimensões perceptivas dos residentes: os aspectos da residência anterior, os aspectos da residência atual (a ocupação) e os aspectos desejados com relação à moradia (Figura 55), avaliados a partir dos parâmetros descritos no capítulo anterior.

Figura 55: Quadro dos atributos analisados pelo método.

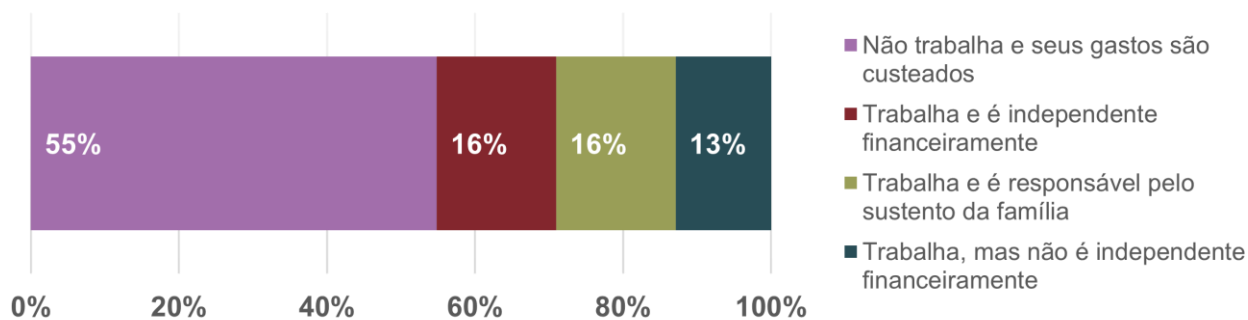


Fonte: Villa (2015), adaptado e organizado pela autora (2023)

Aspectos econômicos: caracterização e percepção dos usuários

De acordo com a categoria **segurança de posse e economicidade**, 54,8% dos moradores “Não trabalham e seus gastos são custeados”, 16,1% “Trabalham e são responsáveis pelo sustento da família” e outros 16,1% “Trabalham e são independentes financeiramente”, enquanto 12,9% dos residentes “Trabalham, mas não são independentes financeiramente”.

Figura 56: Pergunta – Participação econômica no núcleo familiar

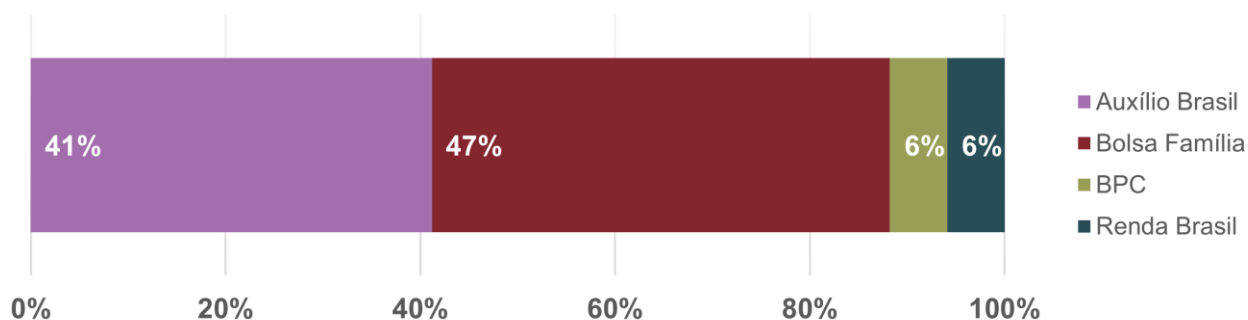


Fonte: Autora (2023)

Participação em Programas Governamentais

Quando questionados em relação à realização de atividades remuneradas, 55% dos entrevistados que responderam “SIM” e, dentro deste recorte, 56% informaram possuírem uma ocupação informal (Emprego autônomo – informal) e os outros 44% são aposentados. Mais da metade dos entrevistados (55%) relataram que participam em programas governamentais. Quando questionados a respeito da participação em programas governamentais, 55% dos moradores responderam que participam ou recebem algum tipo de recurso público, de forma que a maioria participa do programa Bolsa Família (47%) seguido do Auxílio Brasil (41%) (Figura 57).

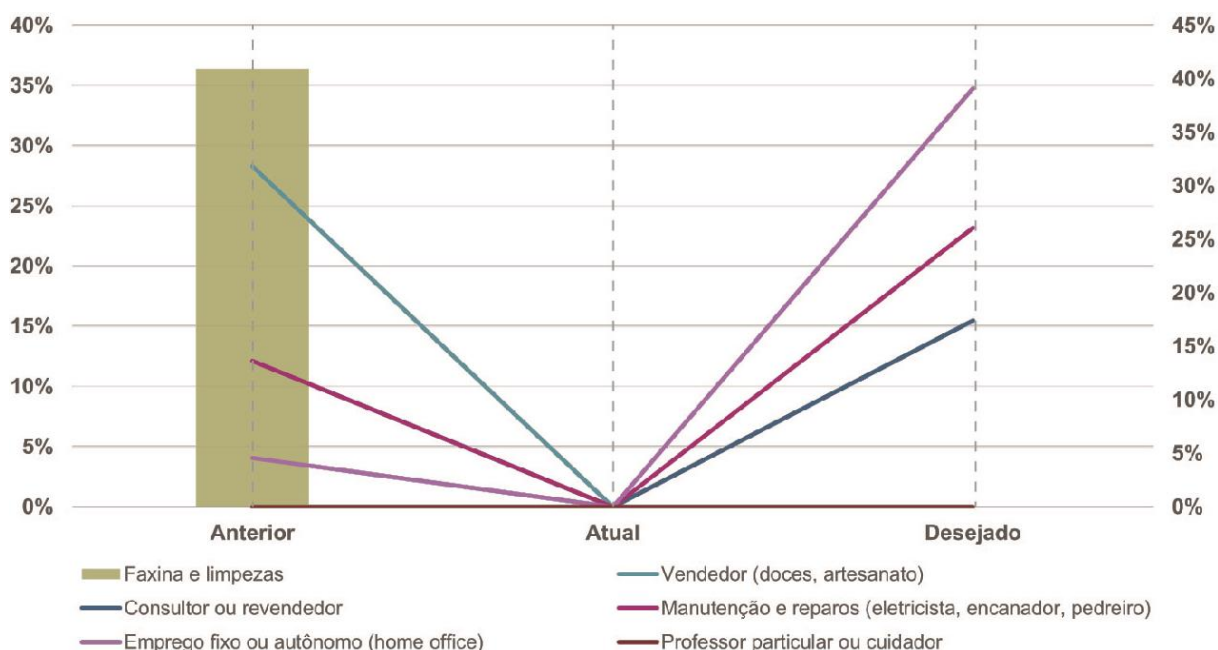
Figura 57: Pergunta – Participação em programas governamentais



Fonte: Autora (2023)

Com relação à renda extra realizada no espaço doméstico, os entrevistados demonstraram um alto grau de insatisfação ocasionado pela ausência de privacidade e distribuição dos cômodos que impossibilita a realização de atividades remuneradas no espaço compartilhado, uma vez que habitam um único cômodo (Figura 58).

Figura 58: Pergunta – Quais destas atividades remuneradas você realizava, realiza ou gostaria de realizar na sua configuração habitacional?



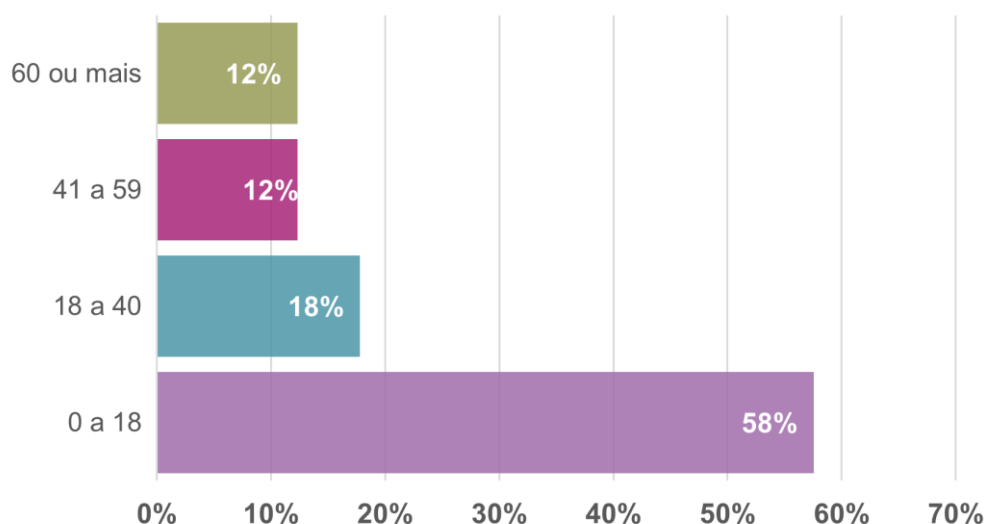
Fonte: Autora (2023)

Aspectos sociais: caracterização dos usuários

Os 31 moradores entrevistados e suas famílias configuram um conjunto de 101 habitantes na ocupação, cada residente entrevistado constitui um núcleo familiar da ocupação, uma vez que não foram entrevistadas duas pessoas da mesma família direta.

Os dados coletados a respeito da **acessibilidade** e das **características socioeconômicas** indicam que a maioria dos residentes é natural de Recife – PE (84%), com uma pequena quantidade do interior do estado (10%) e de outros estados na região Nordeste (6%). Foram entrevistadas 19 mulheres (61%) e 12 homens (39%). A pirâmide etária da ocupação apresenta um alto índice de menores de 18 anos habitando o local e aponta a necessidade de medidas voltadas para esse grupo.

Figura 59: Pergunta – Idade

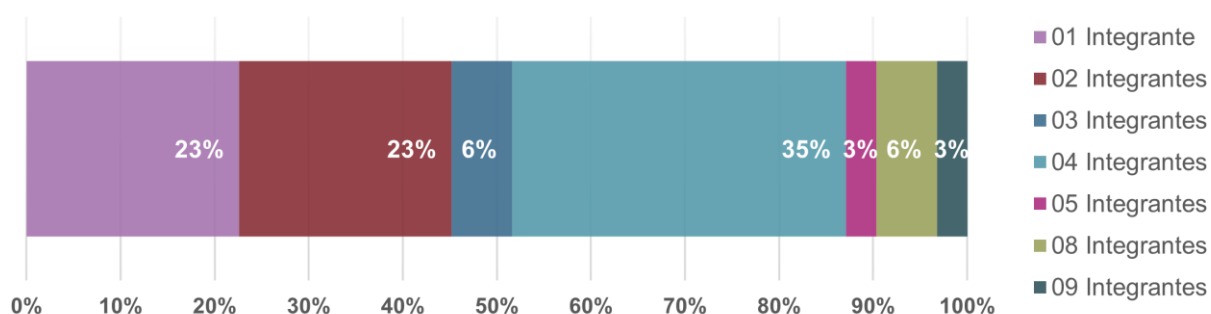


Fonte: Autora (2023)

Com relação à etnia, 48% se identificam como “Pretos”, 39% como “Pardos” e 12% como “Branco” (6%) e “Indígena” (6%). A maioria dos moradores se declara solteiro (63%), 30% são casados ou possuem união estável e 7% são divorciados, o que demonstra a caracterização da composição familiar. Com relação à escolaridade, a maioria tem ensino fundamental (65%), seguidos por 23% com ensino médio e 10% que não foram alfabetizados.

Nos aspectos do núcleo familiar que abrangem as questões relativas à **mobilização e ações coletivas**, as famílias da ocupação são compostas por 02 a 04 integrantes (65%), seguidos por 01 integrante (23%) e 05 a 09 integrantes (13%).

Figura 60: Pergunta – Número de pessoas na sua composição familiar

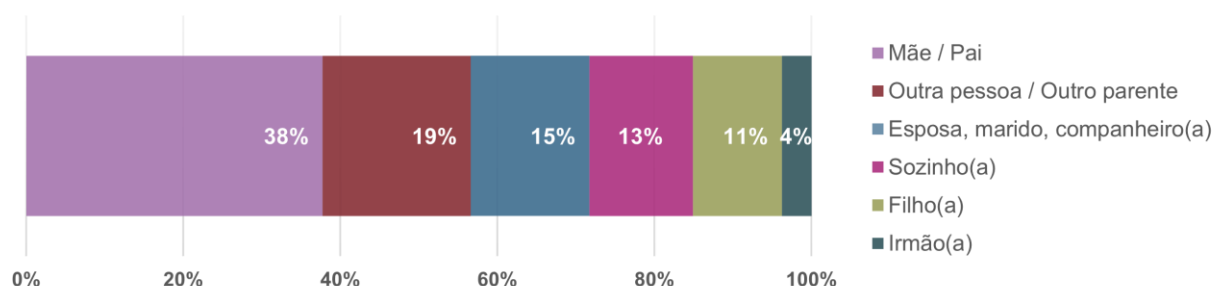


Fonte: Autora (2023)

Já na composição familiar a maioria dos entrevistados se identifica como “Mãe” ou “Pai” (20 dos entrevistados), seguido pela opção “Outra pessoa / Outro parente” (10 dos entrevistados). A composição familiar reflete na distribuição de famílias nos

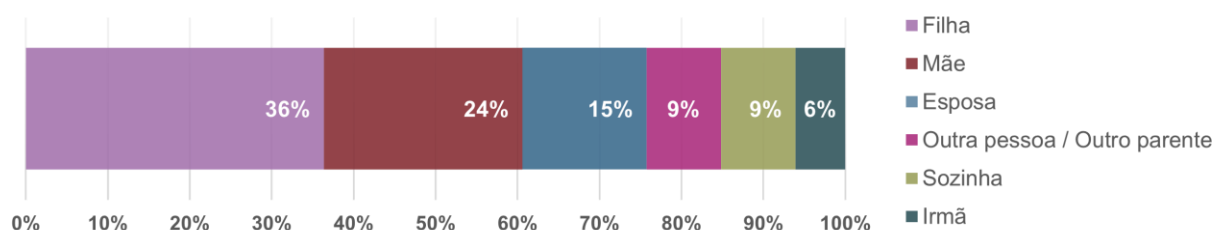
espaços delimitados pela ocupação e vai definir os tipos de apartamentos ideais ou desejados, podendo ser conjugados, com um, dois ou 3 dormitórios.

Figura 61: Pergunta – Na sua composição familiar, você é?



Fonte: Autora (2023)

Figura 62: Cruzamento de dados – Posição familiar e entrevistadas no sexo feminino



Fonte: Autora (2023)

Aspectos físicos: percepção e satisfação dos usuários

Quando questionados a respeito do período de moradia na ocupação Leonardo Cisneiros, a maioria dos moradores residia há pelo menos um ano na ocupação (58%), 23% foram alocados entre 1 a 3 meses e alguns entrevistados estavam entre 4 a 5 meses (19%). Quando contactado para a pesquisa, o coordenador do movimento informou que ocorreu uma evasão de 100 famílias do grupo inicial de 250 famílias que se instalaram na edificação em maio de 2021. Contudo, quando foi realizado o levantamento in loco, foram contabilizadas aproximadamente 70 famílias, utilizando este dado para análise comparativa da pesquisa. Os processos de permanência, evasão e instalação de novas famílias reflete na dinâmica de ocupação territorial da região e dialoga diretamente com os **aspectos socio físicos da habitação**, com a insatisfação de alguns grupos familiares com a coordenação do movimento e com as condições construtivas da edificação.

Outra informação relevante para a pesquisa é a averiguação da situação habitacional anterior do entrevistado, uma vez que este fator influencia diretamente no grau de percepção e satisfação com a situação atual e desejada. Com relação à situação

habitacional anterior, 39% informaram morarem em “Habitação individual, com família”, 19% dos moradores estavam alocados em “Quarto ou cômodo, com família” e 16% em “Habitação coletiva, com família”, além de 10% em “Habitação individual, sozinho” as outras respostas obtidas (16%) variaram entre “Situação de rua”, “Galpão” e “Palafitas”, representando uma variação considerável de tipologias habitacionais e da situação de vida dos residentes da ocupação.

Com relação aos aspectos da **percepção dos usuários sobre a edificação**, foi analisada a satisfação dos residentes com relação aos aspectos de isolamento social, acessibilidade, tamanho da configuração habitacional na ocupação, uma vez que os cômodos ocupados possuem áreas que variam entre 20m² e 70m² e organização espacial da configuração, além da segurança na edificação.

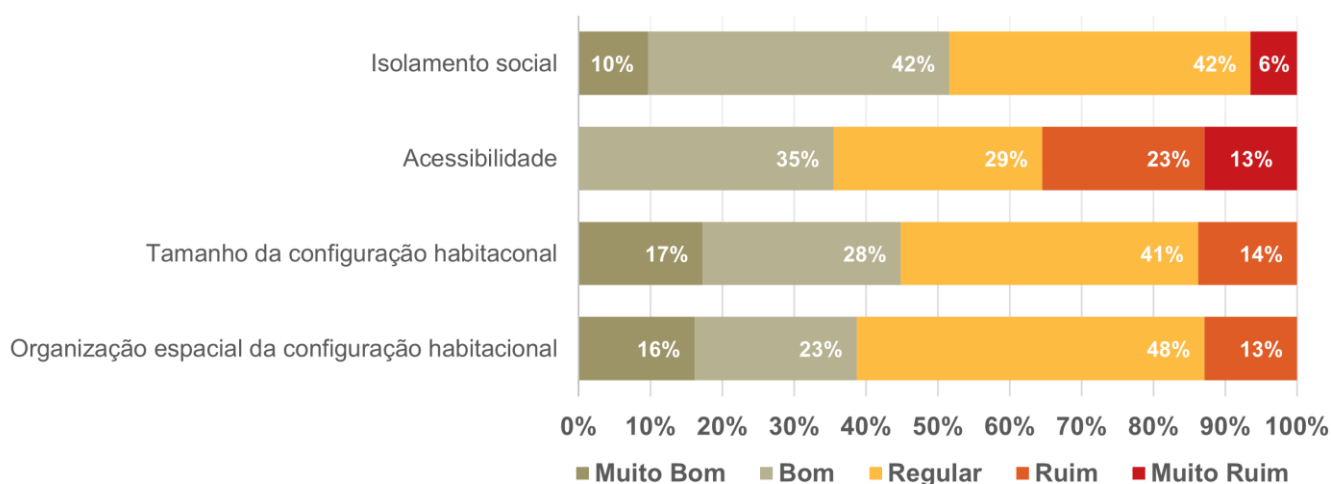
Acessibilidade

Com relação à acessibilidade física da edificação, 35% dos moradores disseram ser “Bom”, 29% consideram “Regular”, 23% citaram como “Ruim” e 13% como “Muito ruim”, apresentando dessa forma um certo grau de insatisfação com a disposição dos espaços e a falta de acessibilidade no conjunto habitacional, ocasionado pela indisponibilidade dos elevadores que estão quebrados e alto nível de degradação da única escada de acesso aos pavimentos superiores.

Grau de satisfação com a configuração habitacional atual

Os moradores também se mostraram insatisfeitos com a organização da configuração habitacional, de forma que a maioria disse ser “Regular” (48%), e com o tamanho da habitação, a maioria dos entrevistados também optou pela classificação de “Regular” (41%). Com relação ao isolamento social, a maioria das respostas se dividiu entre “Regular” (42%) e “Bom” (42%) (Figura 63).

Figura 63: Pergunta – Qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspectos da configuração habitacional atual?

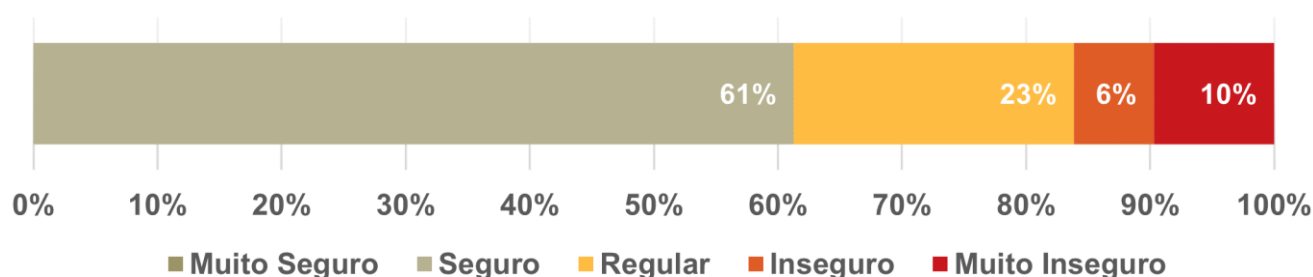


Fonte: Autora (2023)

Segurança do conjunto habitacional

Quando questionados com relação à segurança da configuração habitacional, a maioria dos residentes indicou que se sente “Seguro” (61%) na edificação (Figura 64).

Figura 64: Pergunta – Como você se sente em relação à segurança da configuração habitacional?



Fonte: Autora (2023)

Com relação à **percepção dos usuários sobre a moradia**, as questões foram agrupadas em três perfis de atividades domésticas: (1) atividades categorizadas como trabalho reprodutivo (tarefas domésticas), (2) atividades categorizadas como trabalho produtivo (remunerado), (3) e as atividades categorizadas como descanso e lazer.

Estas atividades domésticas (padrões culturais) realizadas na moradia e na edificação foram avaliados em três tempos: (1) antes da ocupação, (2) atualmente e (3) os aspectos desejados pelos moradores. As oscilações e nos diagramas elaborados abaixo estão diretamente correlacionadas à sensação de pertencimento dos moradores na edificação Segadas Vianna, a apropriação do espaço doméstico e adequação da

tipologia aos padrões culturais dos seus moradores e ao grau de satisfação com os espaços coletivos e com o convívio social dos moradores e integrantes do movimento de luta por moradia. Vale ressaltar que as famílias ocupam um cômodo único para realizar suas atividades domésticas e utilizam espaços coletivos (como banheiro e área de circulação) para atividades de higiene, fisiológicas e de manutenção coletiva.

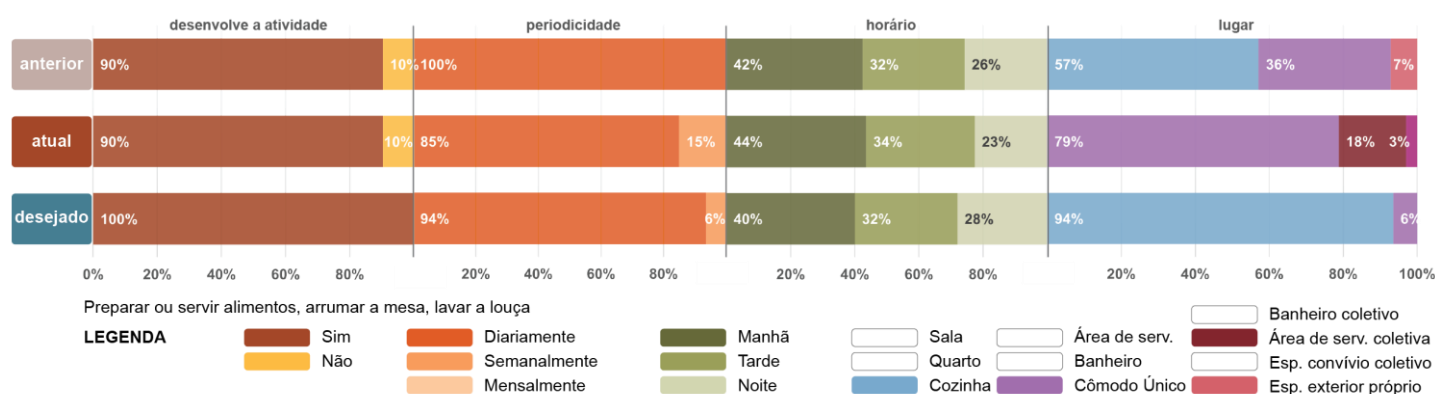
Atividades domésticas reprodutivas

Entre as atividades identificadas como trabalho reprodutivo estão: (1) preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa e lavar a louça; (2) cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos; (3) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, de eletrodomésticos ou de outros equipamentos; (4) limpar e arrumar o domicílio; (5) fazer compras ou pesquisar preços para o domicílio e (6) cuidar de outras pessoas ou animais.

Preparar e servir alimentos

Com relação à atividade preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa e lavar a louça, 90% realizavam esta atividade, tanto na moradia anterior, quanto realizam atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, 100% realizava diariamente e em sua maioria no período da manhã (42%), na ocupação esta atividade permanece sendo realizada diariamente pela maior parte dos entrevistados (85%) e não houve alteração no horário da atividade. Observando a expectativa dos residentes com relação ao local de realização da atividade, é possível apontar a necessidade de expansão em diferentes cômodos na habitação, sendo um dos ambientes delimitados como área adequada para preparar os alimentos, uma vez que nos aspectos desejados do local houve uma escolha majoritária (94%) pelo cômodo cozinha (Figura 65).

Figura 65: Atividade – Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa, lavar a louça

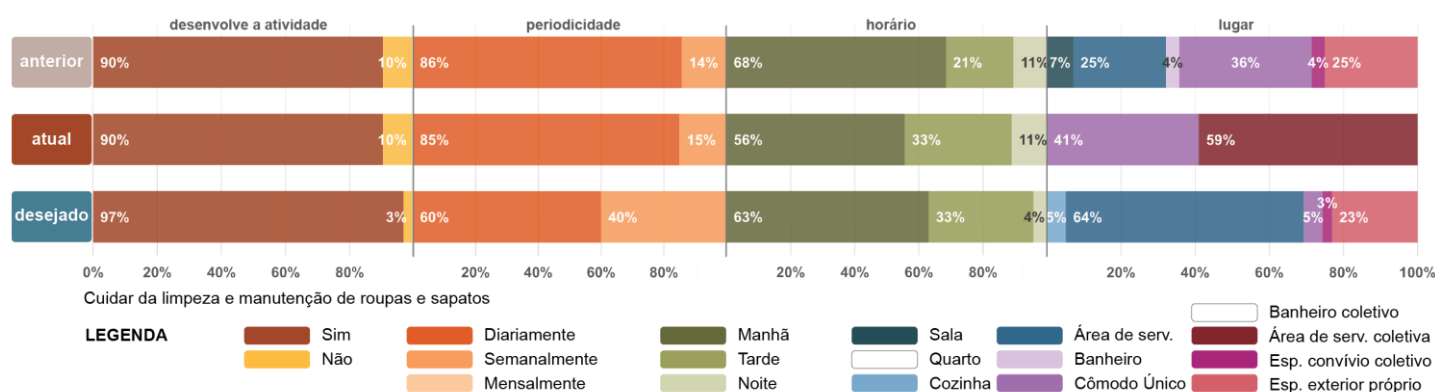


Fonte: Autora (2023)

Cuidar da limpeza e manutenção de roupas

A respeito da atividade cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos, 90% realizavam esta atividade na moradia anterior, e permanecem realizando atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, 86% realizava diariamente e em sua maioria no período da manhã (68%), na ocupação esta atividade permanece sendo realizada diariamente pela maior parte dos entrevistados (85%) e não houve uma mudança drástica no horário da atividade. Comparando os dados obtidos a partir do local de execução da atividade, foi identificado que a maioria dos residentes realiza a limpeza e manutenção das roupas em áreas coletivas da ocupação (59%), contudo os aspectos desejados indicam a demanda de uma área de serviço dedicada para cada família (64%) ou um espaço exterior próprio (23%) (Figura 66).

Figura 66: Atividade - Cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos

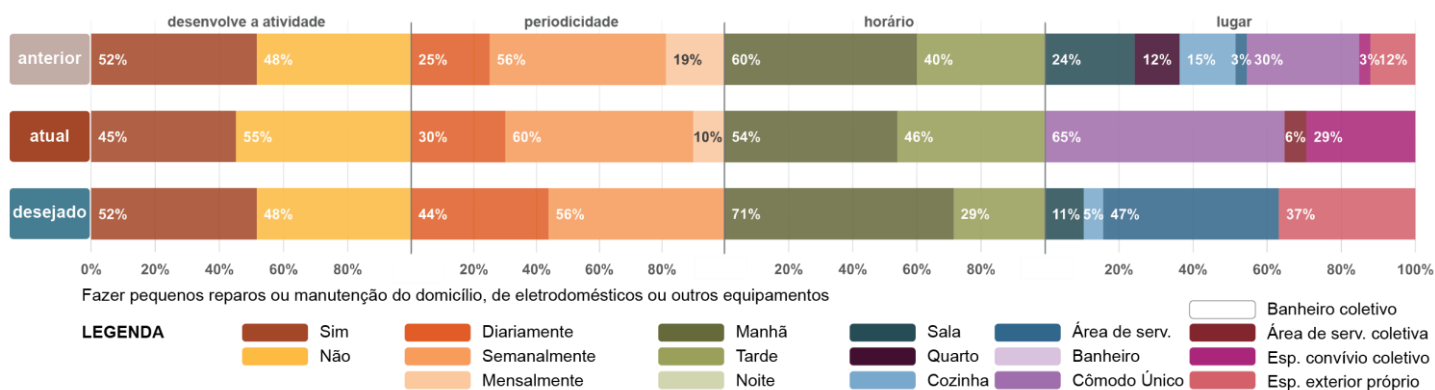


Fonte: Autora (2023)

Pequenos reparos ou manutenção doméstica

Em relação à atividade fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, de eletrodomésticos ou outros equipamentos, 52% realizavam esta atividade na moradia anterior, contudo, apenas 45% realizam reparos atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, a maioria realizava semanalmente (56%) e em sua maioria no período da manhã (60%), na ocupação esta atividade permanece sendo realizada semanalmente pela maior parte dos entrevistados (60%) e não houve alteração significativa no horário da atividade. As necessidades dos moradores indicam novamente a delimitação espacial de espaços coletivos e privados, de forma que a maioria dos entrevistados almeja uma área de serviço própria (47%) ou espaço exterior próprio (37%) (Figura 67)

Figura 67: Atividade – Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, de eletrodomésticos ou de outros equipamentos

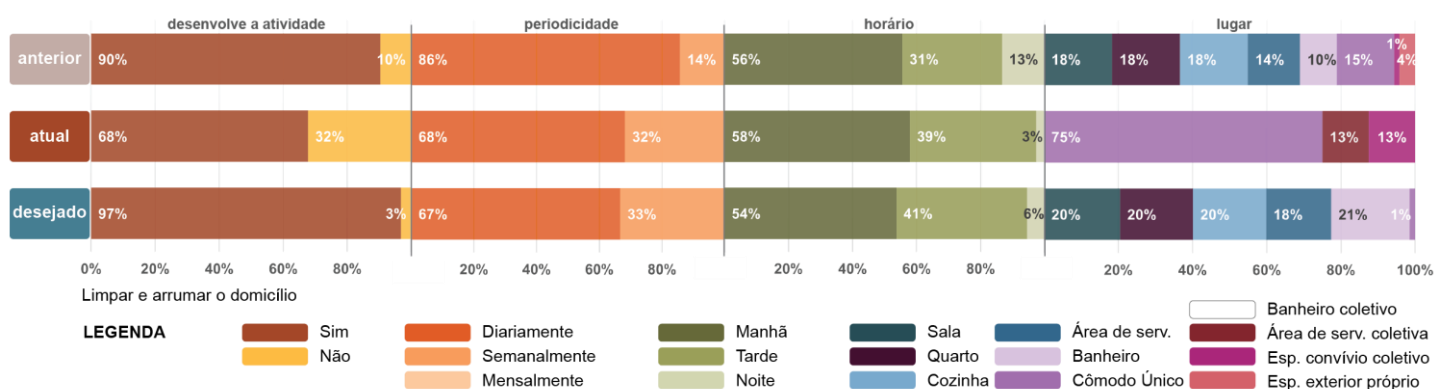


Fonte: Autora (2023)

Limpar e arrumar o domicílio

Com relação à atividade limpar e arrumar o domicílio, 90% realizavam esta atividade na moradia anterior, porém, este número cai para 68% na ocupação atualmente. Dos que responderam sim, 86% realizavam diariamente e em sua maioria no período da manhã (56%), a periodicidade da ação cai para 68% na ocupação, mas permanece sendo realizada durante a manhã pela maior parte dos entrevistados (58%). Um ponto relevante nas respostas obtidas a partir dos aspectos desejados do local de realização da atividade é a variedade de ambientes especificados pelos entrevistados, demonstrando a recorrente demanda de distribuição espacial em cômodos no espaço doméstico. A expectativa dos moradores revela o anseio por Banheiro próprio (21%), Sala (20%), Quartos (20%), Cozinha (20%) e Área de serviço (18%) (Figura 68).

Figura 68: Atividade – Limpar e arrumar o domicílio

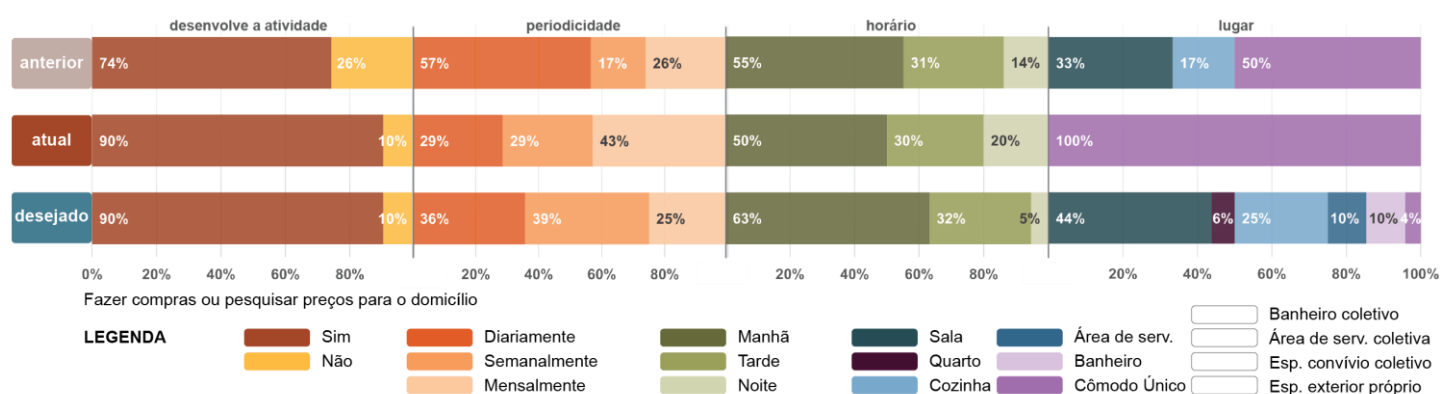


Fonte: Autora (2023)

Fazer compras de alimentos e produtos de manutenção da habitação

A respeito da atividade, fazer compras de alimentos e outros produtos para a manutenção da habitação ou pesquisar preços, 74% dos entrevistados realizavam esta atividade e 93% realizam atualmente. Dos que responderam sim, 57% realizavam diariamente e em sua maioria no período da manhã (55%), na ocupação esta atividade declina na periodicidade diária e passa a ser realizada mensalmente (43%). Comparando os dados obtidos a partir do local de execução da atividade, foi identificado que a maioria dos residentes realiza a gestão dos mantimentos e compras em cômodo único (100%), contudo os aspectos desejados indicam a preferência por uma sala (44%) ou cozinha (25%) para maior conforto da família (Figura 69).

Figura 69: Atividade - Fazer compras de alimentos e produtos para manutenção da habitação ou pesquisar preços para o domicílio

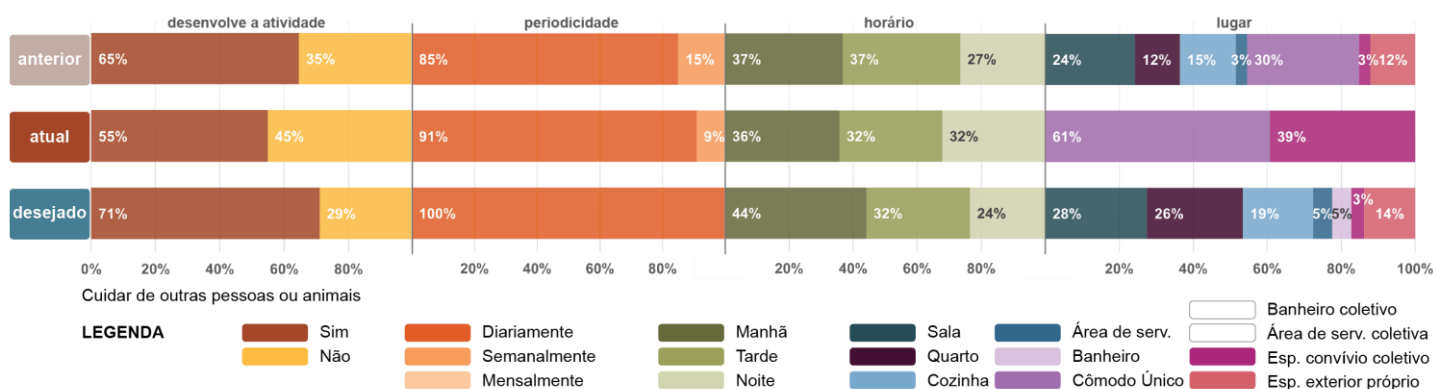


Fonte: Autora (2023)

Cuidar de outras pessoas e animais

Por fim, em relação à atividade cuidar de outras pessoas ou animais, 65% realizavam e realizam esta atividade na moradia anterior, e 55% desempenham essa função atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, a maioria realizava (85%) e realiza (91%) diariamente, sem alteração significativa no horário da atividade. As necessidades dos moradores demonstram a delimitação espacial de espaços coletivos e privados, de forma que a maioria dos entrevistados deseja uma sala (28%), quarto (26%) ou cozinha (19%). O aumento da resposta espaço exterior próprio no momento anterior para o desejado indica o impacto da realização da atividade em áreas de convívio coletivas (33%) na ocupação, o que representa uma adaptação dos padrões culturais a partir da vivência em situações habitacionais multifamiliares, conforme a **Figura 70**.

Figura 70: Atividade - Cuidar de outras pessoas ou animais



Fonte: Autora (2023)

Realizando um comparativo entre as respostas obtidas nas atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo, é possível perceber um declínio com relação às atividades de limpeza e cuidados com outras pessoas e animais da configuração habitacional anterior para a configuração atual de ocupação e assentamento irregular. Esta alteração indica uma situação de insatisfação com a organização e disposição espacial do cômodo único e ausência de espaços com divisórias internas para realização das tarefas domésticas básicas, além de sensação de não-pertencimento aos espaços coletivos e ações comunitárias na edificação. Ao observar os padrões desejados dos moradores, as atividades domésticas recebem uma aceitação responsiva muito maior, havendo assim um aumento de escolhas pela limpeza, manutenção de roupas e sapatos e cuidado de outras pessoas.

Com relação à escolha do lugar, as opções recebidas quando analisados os espaços desejados complementam as informações de realização, periodicidade e lugar, uma vez que a forte presença da utilização de “cômodo único” contrasta com a especificidade de espaços definidos nas respostas das opções desejadas como “cozinha” para a “preparação ou serviço de alimentos”, “área de serviço” ou “espaço exterior próprio” para “cuidados de limpeza e manutenção de roupas e sapatos” e, principalmente “sala” “quarto” “cozinha” “área de serviço” “banheiro” para “limpeza e organização do domicílio” – representando a incompatibilidade de um cômodo único sem divisórias com os padrões culturais dos residentes.

Atividades produtivas

Os dados relacionados ao trabalho produtivo (atividades remuneradas) apresentaram uma certa diferença de abordagem com relação aos demais dados coletados, uma vez

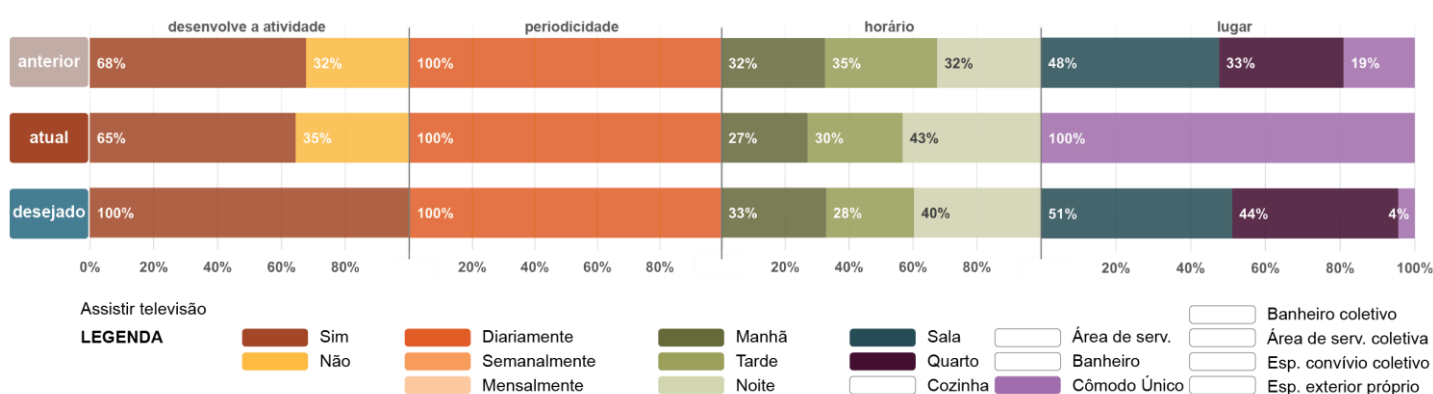
que nenhum dos entrevistados realiza ou realizava esse perfil de atividade no espaço doméstico. As respostas então estão relacionadas às características socioeconômicas dos moradores, representando a queda de atividades (mesmo realizada de formas informais) no estilo de vida anterior para o atual. Este declínio de realização de atividades, está diretamente relacionado com a crise econômica e sanitária que ocorre nos últimos anos ocasionada pela pandemia, e o aumento do trabalho produtivo voltado para a venda de doces e artesanato se encaixa no perfil de comércio informal com ambulantes e camelôs no bairro de Santo Antônio.

Descanso e lazer

Entre as atividades identificadas como descanso e lazer estão: (1) assistir televisão; (2) leitura; (3) ouvir música; (4) navegar na internet; (5) jogar jogos – baralho, dominó, jogos de tabuleiro, etc.; (6) dormir ou descansar; e (7) receber visitas.

Com relação à atividade assistir televisão, a maioria dos entrevistados realizava (68%) na moradia anterior, e 65% realizam esta atividade atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, 100% realizam diariamente e em sua maioria no período da noite (43%). Observando a expectativa dos residentes com relação ao local de realização da atividade (Figura 71) é possível apontar a necessidade de delimitação dos cômodos e separação de um ambiente separado para assistir televisão, uma vez que nos aspectos desejados do local houve uma escolha majoritária (51%) pelo cômodo sala, seguido por quarto (44%).

Figura 71: Atividade – Assistir televisão



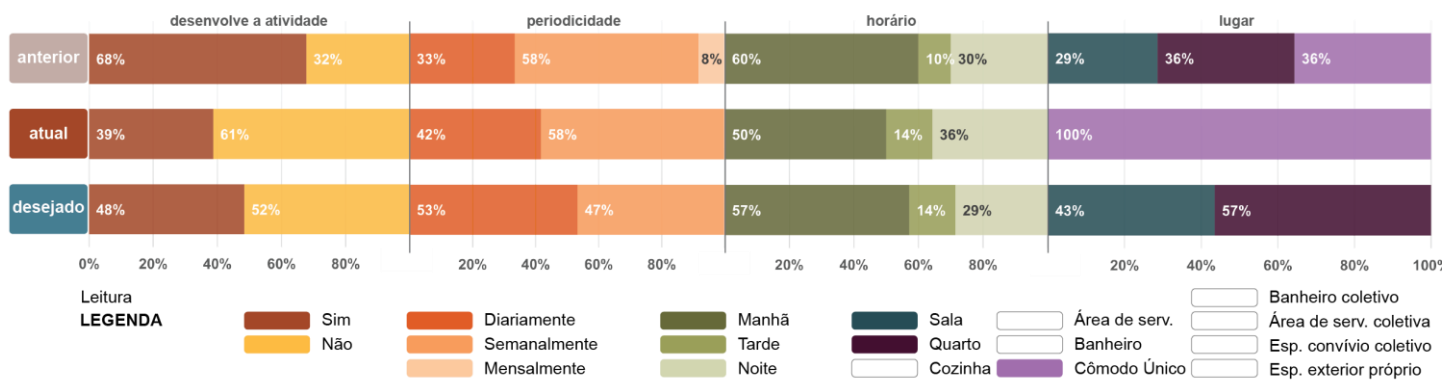
Fonte: Autora (2023)

Leitura

A respeito da atividade leitura, 68% realizavam esta atividade na moradia anterior, e apenas 39% realizam atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, 58%

realizavam semanalmente e em sua maioria no período da manhã (60%), na ocupação esta atividade permanece sendo realizada semanalmente (58%) e não houve uma mudança drástica no horário da atividade (Figura 72). Comparando os dados obtidos a partir do local de execução da atividade, foi identificado que a maioria dos residentes realiza algum tipo de leitura no cômodo único da ocupação (100%), contudo a expectativa dos moradores indica uma separação em cômodo privativo para realização da atividade, como um quarto (57%) ou sala (43%).

Figura 72: Atividade – Leitura

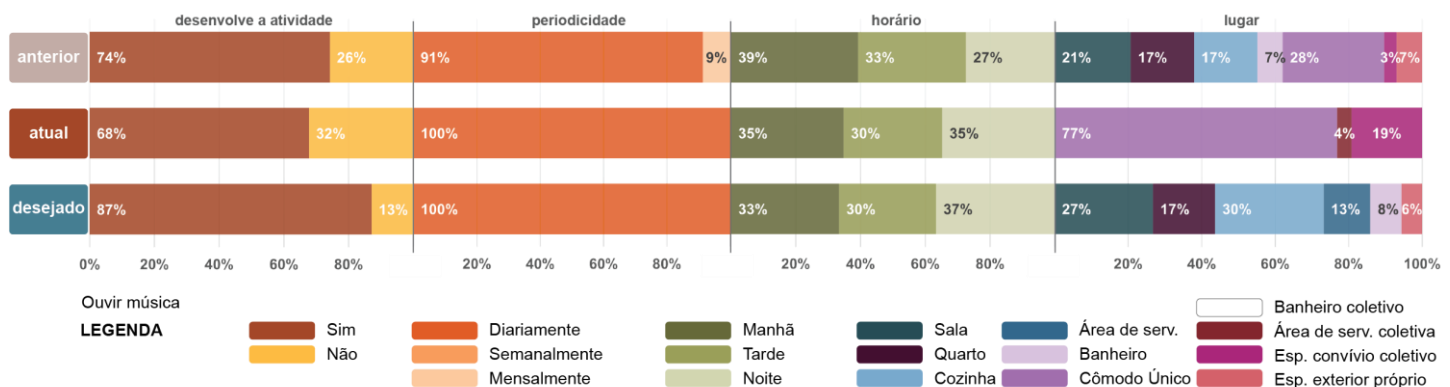


Fonte: Autora (2023)

Ouvir música

Em relação à atividade ouvir música, 74% realizavam na moradia anterior e 68% realizam atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, a maioria realizava e realiza a atividade diariamente (100%) e em uma distribuição equivalente de horários, 35% durante a manhã, 30% durante a tarde e 35% no período da noite, não havendo uma alteração significativa no horário da atividade. As necessidades dos moradores indicam novamente a delimitação dos cômodos, como é possível observar na Figura 73.

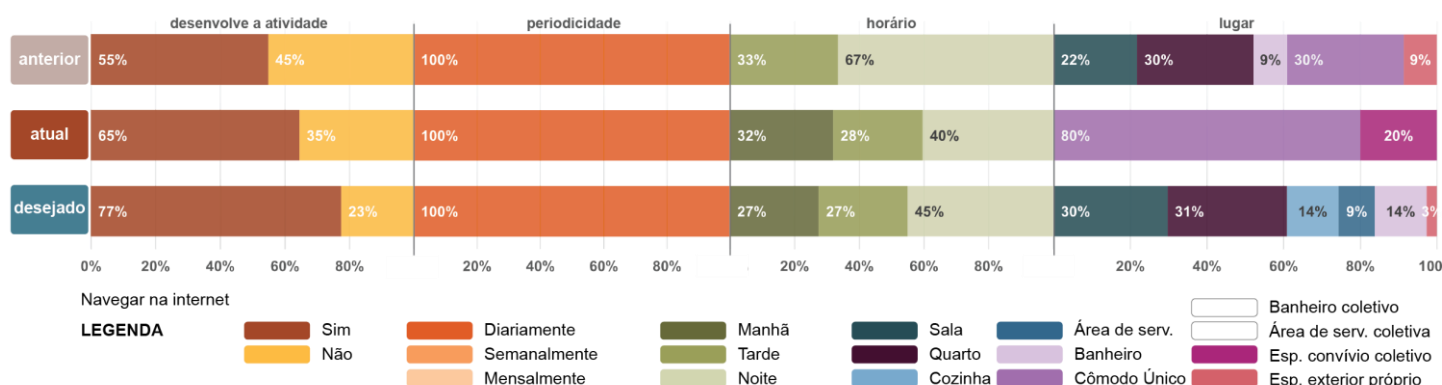
Figura 73: Atividade – Ouvir música



Uso de internet

Com relação à atividade navegar na internet, 55% realizavam esta atividade na moradia anterior, e este número apresenta um aumento para 65% na ocupação atualmente. Dos que responderam sim, 100% realizavam e realizam diariamente e em sua maioria no período da noite (67%), e permanece sendo realizada neste horário pela maior parte dos entrevistados (40%). Um ponto relevante nas respostas obtidas a partir dos aspectos desejados do local de realização da atividade é a variedade de ambientes especificados pelos entrevistados, demonstrando a recorrente demanda de distribuição espacial em cômodos no espaço doméstico (Figura 74). A expectativa dos moradores revela o anseio por quarto próprio (31%), sala (30%), cozinha (14%), e banheiro próprio (14%).

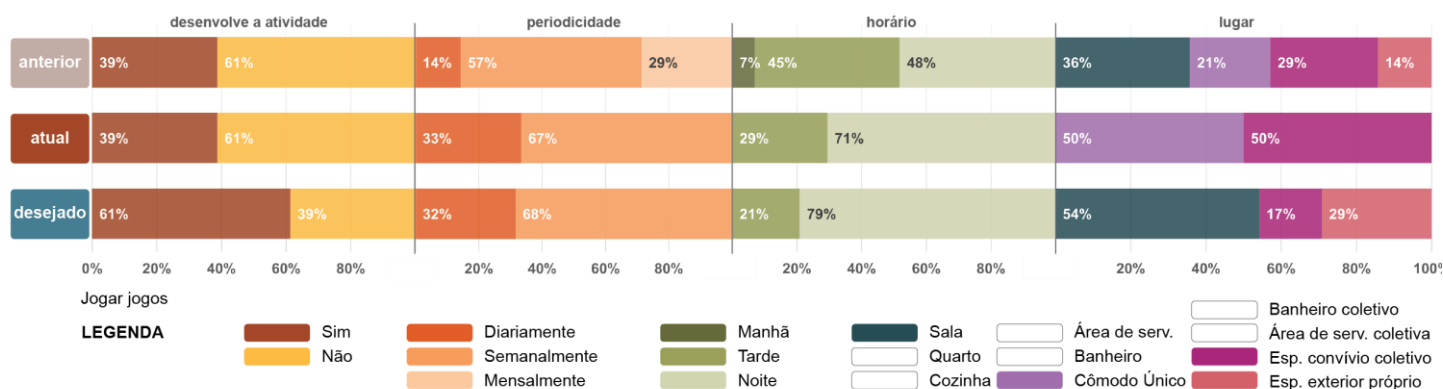
Figura 74: Atividade – Navegar na internet



Jogos

A respeito da atividade jogar jogos (baralho, dominó, jogos de tabuleiro, etc.), apenas 39% dos entrevistados realizavam esta atividade e 39% realizam atualmente. Dos que responderam sim, 57% realizavam semanalmente e em sua maioria no período da noite (48%), na ocupação esta atividade permanece na periodicidade semanal (67%) e aumenta no horário noturno (71%). Comparando os dados obtidos a partir do local de execução da atividade (Figura 75) foi identificado que os residentes participam dessas atividades no cômodo único (50%) ou no espaço de convívio coletivo (50%), nos aspectos desejados a preferência por uma sala (54%) é indicada nas entrevistas, seguida por espaço exterior próprio (29%) e espaço de convívio coletivo (17%).

Figura 75: Atividade – Jogar jogos

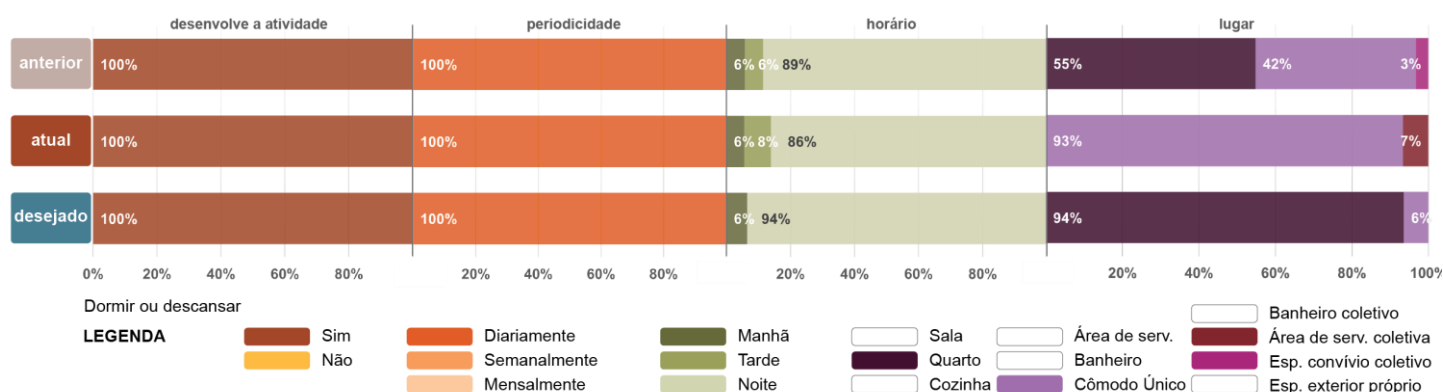


Fonte: Autora (2023)

Dormir ou descansar

Em relação à atividade dormir ou descansar, existe uma unanimidade na realização e periodicidade da atividade, uma vez que a própria se categoriza como uma função básica de sobrevivência. As expectativas dos moradores demonstram a necessidade de um cômodo dedicado para a função dormir, de forma que a maioria dos entrevistados almeja um quarto (94%), conforme a Figura 76.

Figura 76: Atividade – Dormir ou descansar



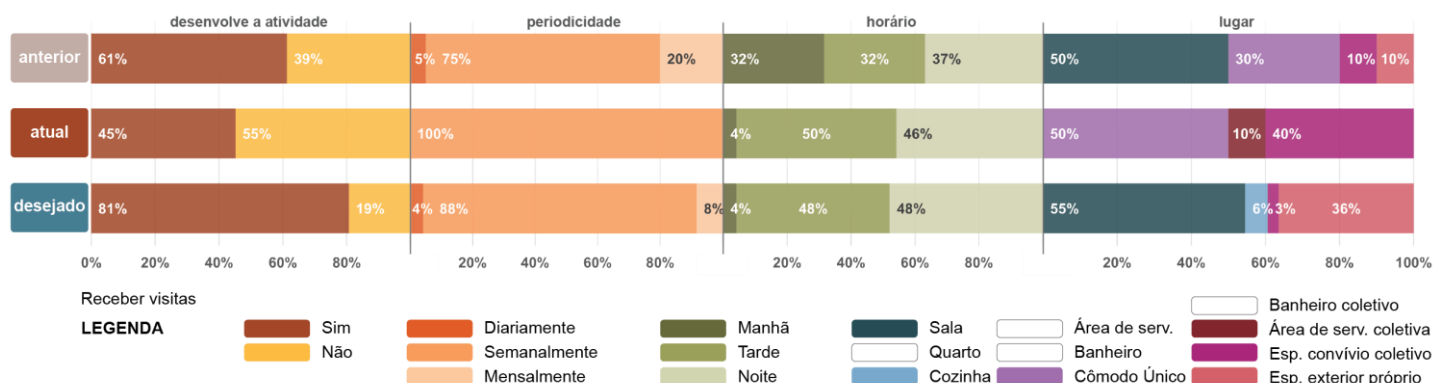
Fonte: Autora (2023)

Receber visitas

Por fim, em relação à atividade receber visitas, 61% realizavam esta atividade na moradia anterior, contudo ocorre um declínio e apenas 45% dos entrevistados desempenham essa função atualmente na ocupação. Dos que responderam sim, a maioria realizava (75%) e realiza (100%) semanalmente, sem alteração significativa no horário da atividade e com uma predominância do período noturno. As necessidades dos moradores demonstram a delimitação espacial de espaços coletivos e privados, de

forma que a maioria dos entrevistados deseja uma sala para receber suas visitas (55%) ou um espaço exterior próprio (36%), conforme a Figura 77.

Figura 77: Atividade – Receber visitas



Fonte: Autora (2023)

Em última análise, os aspectos de descanso e lazer indicam a forte presença de “ouvir música” nas ações cotidianas do perfil analisado, além do desejo de acesso à “assistir televisão”, “receber visitas” e “navegar na internet” nos padrões desejados pelos moradores.

A diminuição do costume de “receber visitas” observado na Figura 77 está relacionado com a falta de apropriação dos espaços coletivos do Edifício Segadas Vianna, indicando a necessidade de melhorias nestes espaços para permitir, adequando a sua infraestrutura e oferecendo melhores qualidades de vida e ambientes que dialoguem com os padrões culturais das famílias residentes.

Em relação ao lugar escolhido para realização destas atividades são destacados a utilização de “espaço de convívio” coletivo na configuração da ocupação Leonardo Cisneiros e o desejo de espaços delimitados como “sala”, “quarto” e “espaço exterior próprio” nos padrões desejados, revelando uma possibilidade de apropriação das configurações habitacionais na edificação verticalizada a partir de uma implementação tipológica adequada aos padrões culturais das famílias instaladas na ocupação irregular.

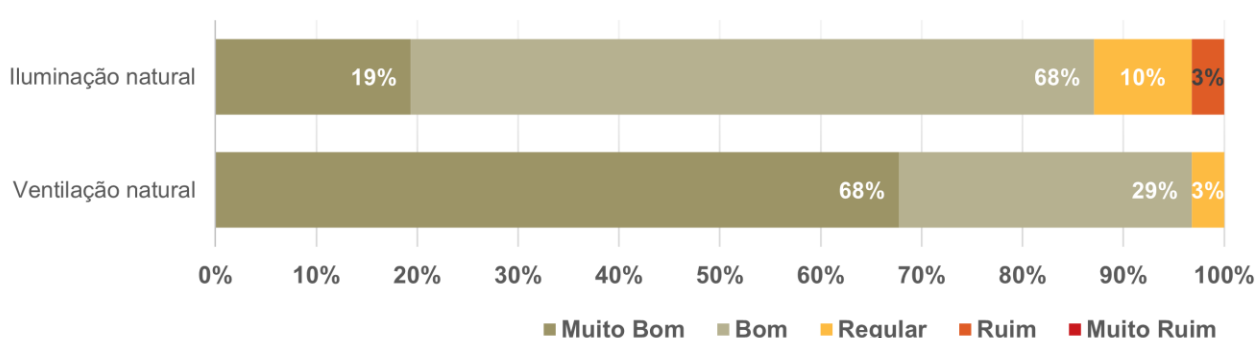
Conforto ambiental

Os residentes também são questionados a respeito do **conforto ambiental** e das atividades e grau de satisfação relacionados com o contexto da habitação. Para a maioria dos entrevistados (68%) a iluminação natural é “Boa” e a maioria (68%) também relatou que a ventilação natural é “Muito boa”. Já com relação à temperatura a

maioria dos residentes (84%) disse ser “Normal” no verão para 71% dos entrevistados é “Muito fria” no inverno (Figuras 78 e 79).

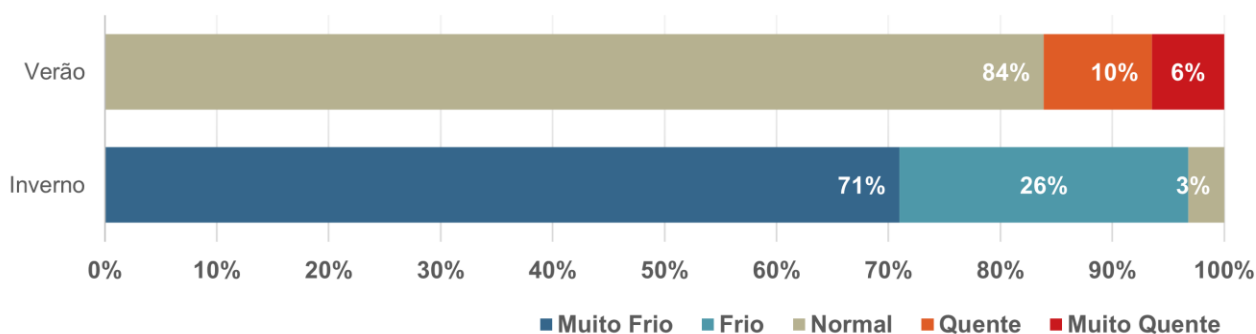
O conforto ambiental avaliado indica que a maioria dos moradores está satisfeita com este parâmetro na sua situação habitacional atual, mostrando apenas um desconforto nos períodos de inverno com as fortes chuvas que assolam a região e afetam os cômodos da ocupação pela ausência de esquadrias adequadas e vedações entre a fachada e os espaços externos da construção. A adaptação realizada pelos moradores com tapumes e tecidos não oferecem segurança contra quedas e nem conforto ambiental e controle térmico para evitar o frio e a chuva.

Figura 78: Pergunta – Qual o seu grau de satisfação com a iluminação e ventilação naturais?



Fonte: Autora (2023)

Figura 79: Pergunta – Como você avalia a sua configuração habitacional no verão e no inverno?



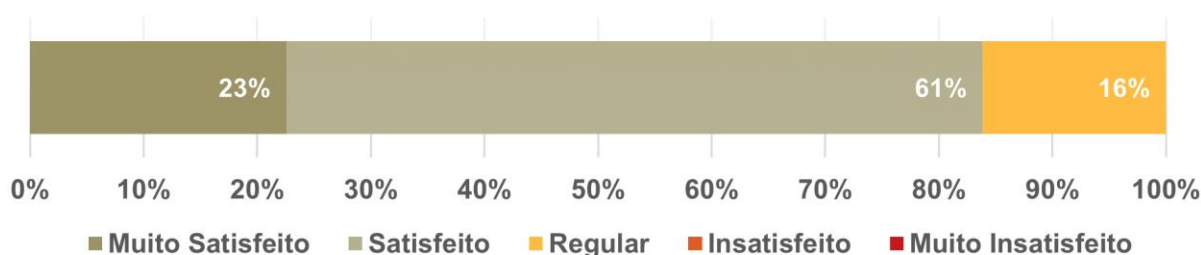
Fonte: Autora (2023)

Grau de satisfação em morar no bairro

Nos aspectos do contexto e localização, os dados coletados mostram que 61% dos moradores estão “Satisfeitos” em morar no bairro (Figura 80), os atributos de centralidade, a infraestrutura consolidada com a forte presença de comércios e serviços no Centro Histórico do Recife influenciam diretamente no alto grau de satisfação dos residentes da ocupação. Já com relação à segurança (Figura 81), 61%

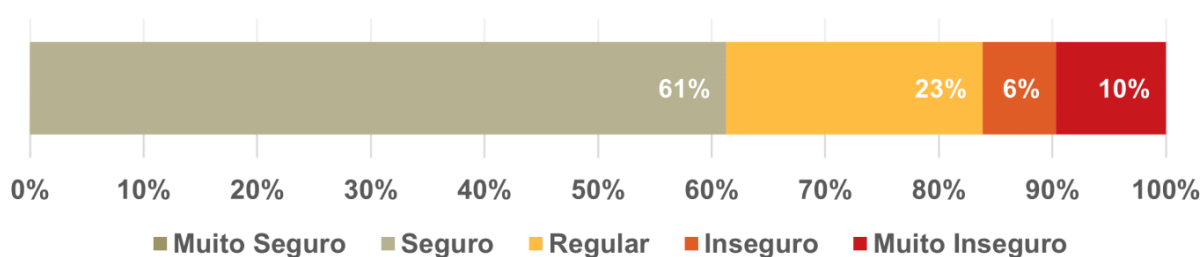
também se sentem “Seguros”, contudo 23% optaram por responder “Regular” e 10% “Muito inseguro”, revelando a falta de segurança urbana do entorno.

Figura 80: Pergunta – Qual o seu grau de satisfação em morar nesse bairro?



Fonte: Autora (2023)

Figura 81: Pergunta – Como você se sente em relação à segurança da vizinhança



Fonte: Autora (2023)

Equipamentos e serviços comunitários, comércio local

Com relação aos padrões de atividades realizados no bairro, foram identificados os seguintes usos, periodicidades e meios de transporte: a maioria dos entrevistados, 65% compram mantimentos, 45% mensalmente, 55% no período da manhã e 70% se desloca a pé. No bairro há supermercados e açougues, que permitem a compra de mantimentos a pé, para o armazenamento dos mesmos há necessidade de geladeira e armários. Com relação às atividades religiosas, a maioria (58%) frequentam lugares para culto, 89% semanalmente e 81% noite e 70% se desloca a pé.

Apenas 39% dos entrevistados realizam tratamentos da saúde, todos uma vez por mês, 50% se deslocam a pé e outros 50% de carro ou moto. Uma vez mais a proximidade do posto de saúde permite os deslocamentos a pé, entanto que os hospitais por serem mais distantes da moradia exige deslocamentos por meio de transporte.

Apenas 32% realizam diariamente atividades laborais no bairro, no período de manhã ou a tarde, a maioria se desloca a pé (67%). A proximidade da moradia ao trabalho

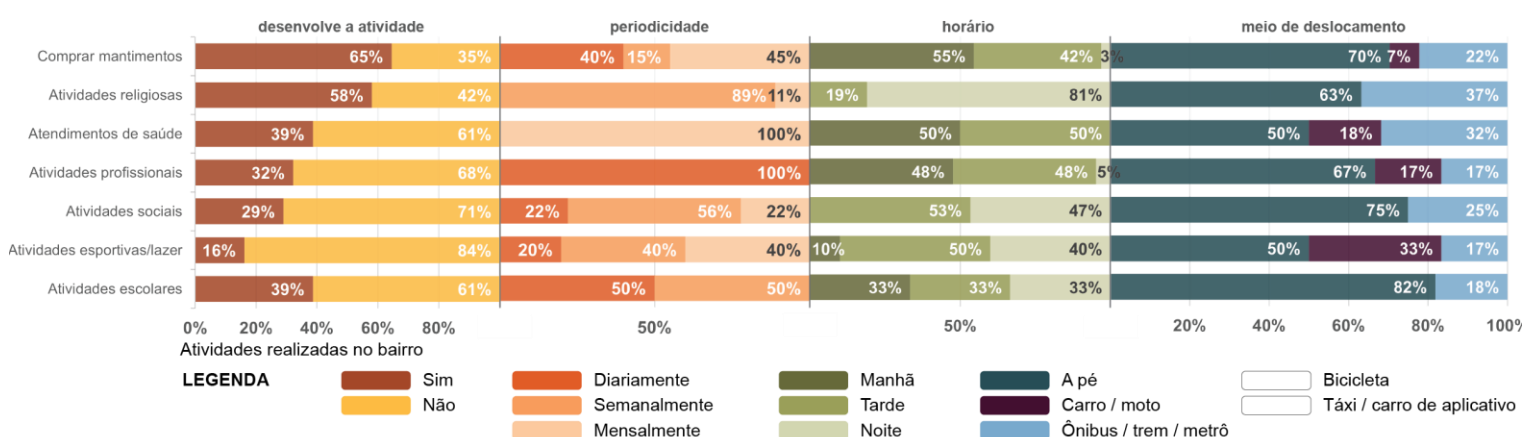
facilita para que os deslocamentos sejam realizados a pé e se evita o tempo e dinheiro gasto com transporte.

Apenas, 29% dos entrevistados realizam atividades sociais (reunião com os amigos, parentes, frequentar espaços culturais, etc.), destes a maioria (56%) frequenta uma vez por semana, 54% no período da manhã e 67% se deslocam a pé. Uma das razões para a pouca frequência de atividades sociais pode ser a falta de equipamentos culturais no bairro, a situação econômica dos moradores que não permite gastos com transporte ou mesmo o consumo de alimentos e bebidas em reuniões com amigos, etc.

Também, apenas 16% dos entrevistados realizam atividades esportivas e de lazer, destes frequenta uma vez por semana (40%) ou mês (40%), a maioria no período da tarde (50%) e se desloca a pé (50%). A pouca frequência pode ser pela falta de espaços públicos para esportes (quadras esportivas), parques e praças.

Uma minoria dos moradores (39%) frequenta as unidades escolares, 50% diariamente e outros 50% uma vez por semana, nos períodos de manhã, tarde ou noite, a maioria (82%) se desloca a pé. No bairro há estabelecimentos para educação o que permite os deslocamentos a pé, os que frequentam a escola uma por semana pode ser Educação de Jovens e Adultos (EJA) para conclusão dos anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e todo o ensino médio (Figura 82).

Figura 82: Pergunta – Quais destas atividades você realiza no bairro?



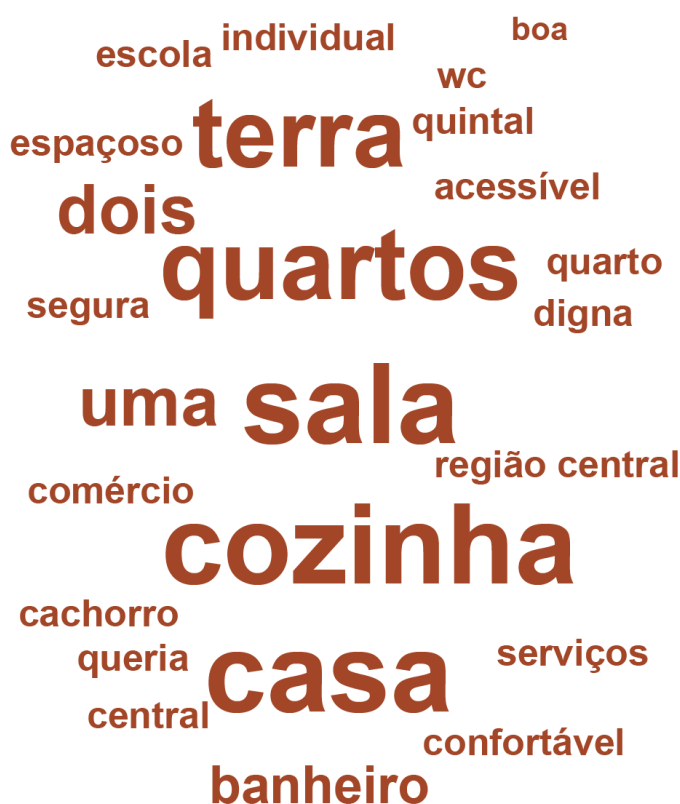
Fonte: Autora (2023)

Dentro das informações levantadas é relevante observar a presença marcante da realização das atividades no bairro a pé, destacando a caminhabilidade e a presença de equipamentos e serviços no entorno da ocupação habitacional. A presença marcante da escolha do meio de transporte “a pé” oferece correspondências com as

atividades realizadas pelos moradores e pela infraestrutura e vias pedestrianizadas existentes no entorno da edificação.

Com as informações apontadas pelos moradores na descrição em poucas palavras de *como seria a casa ideal para você*, foi realizada uma nuvem das palavras (Figura 83) mais recorrentes nas respostas coletadas. A partir destas respostas é possível identificar diretrizes de estilos habitacionais que os residentes da ocupação Leonardo Cisneiros desejam e o modelo de tipologias habitacionais com dois quartos, mas que também contenham um espaço aberto, como uma varanda, quintal ou terraço foram as referências mais utilizadas pelos moradores.

Figura 83: Nuvem de palavras da casa ideal dos moradores da ocupação Leonardo Cisneiros



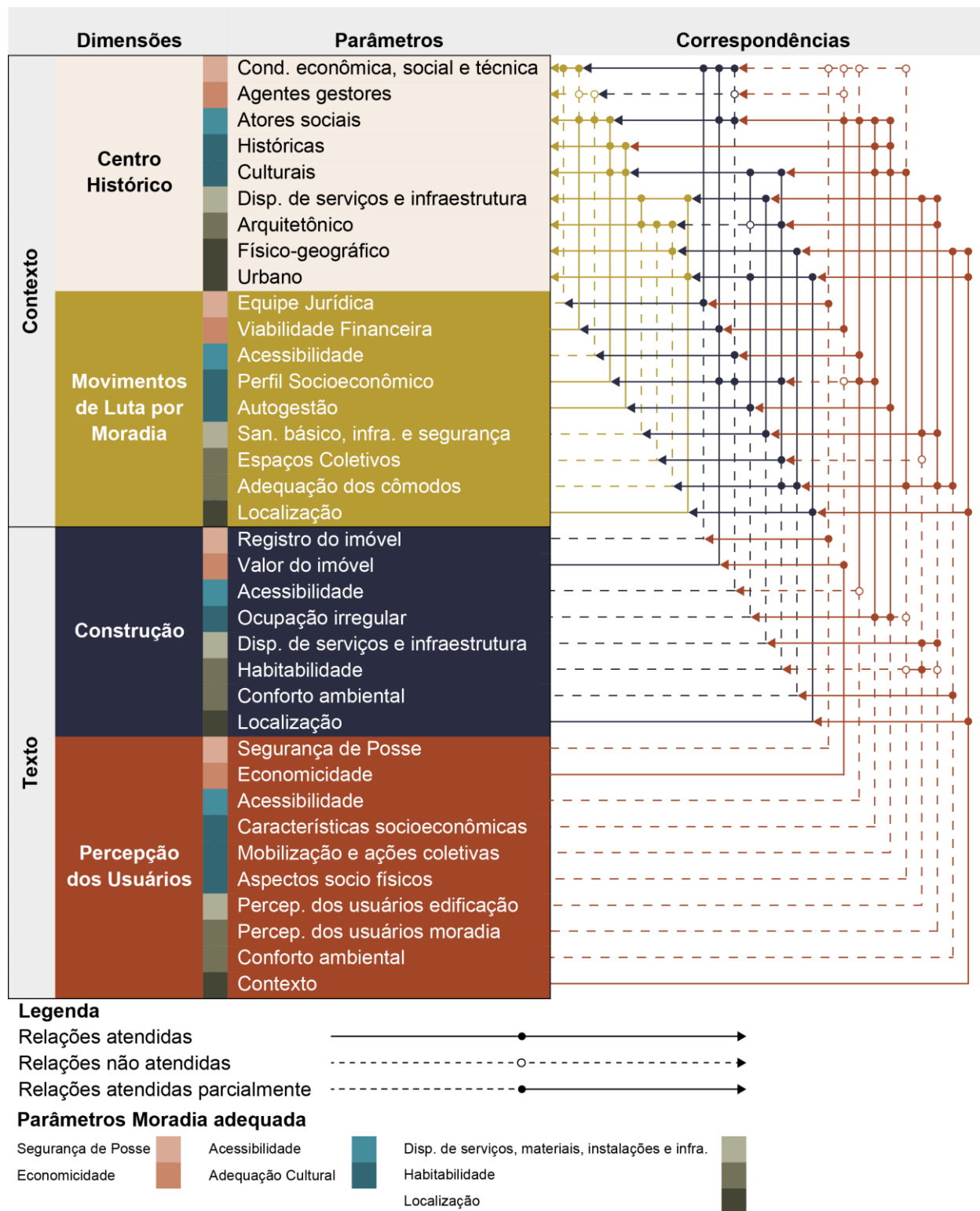
Fonte: Autora (2023)

3.5. Relações dialógicas: correspondências dos padrões culturais de moradia

A matriz resultante da análise da ocupação Leonardo Cisneiros (Figura 84) apresenta as relações entre os parâmetros de cada dimensão analisada: o Centro Histórico do Recife, o Movimento de Luta e Resistência pelo Teto, com relação ao Contexto, à construção e aos padrões culturais de moradia (percepção dos usuários) do Texto; são

os usuários que validam se os parâmetros do Contexto (Centro Histórico do Recife e Movimento de Luta e Resistência pelo Teto) e o parâmetro da construção do Edifício Segadas Vianna apresentam condições adequadas para a realização dos seus padrões culturais.

Figura 84: Matriz de relações dialógicas da ocupação Leonardo Cisneiros



Fonte: Autora (2023)

Os resultados mostram que na dimensão do MLRT a equipe jurídica atende parcialmente a categoria de condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes e gestores, pois o processo de regularização e adaptação de um edifício público para moradias populares envolve uma série de ações políticas que não estão sendo realizadas no Contexto. Os moradores encontram-se numa situação de vulnerabilidade de posse, uma vez que a ocupação irregular não garante o direito de posse.

Pelos mesmos motivos, o parâmetro de viabilidade financeira atende parcialmente as condicionantes de ordem econômica, social e técnica e agentes gestores, sendo considerada adequada aos atores sociais envolvidos nas articulações do movimento. Contudo, este parâmetro não dialoga com os agentes gestores que, no momento, não atendem às necessidades da população em situação de vulnerabilidade afetada pela crise sanitária e econômica da pandemia.

Apesar de possuir residentes com baixa mobilidade física, a ocupação irregular não apresenta cômodos voltados para pessoas com deficiência física ou idosos. Os acessos à edificação e aos cômodos não atendem a acessibilidade definida pela legislação em vigor (NBR 9050) e os acessos aos pavimentos superiores apresentam obstáculos e riscos de quedas para os seus moradores.

O perfil socioeconômico das famílias envolvidas nos movimentos atende às características dos atores sociais, aos aspectos históricos e culturais do entorno. Assim como os aspectos de autogestão associados à formação histórica da região e aos costumes, crenças e identidade do lugar (fatores culturais).

Com relação ao saneamento básico, infraestrutura e instalações, o edifício Segadas Vianna dispõe de instalações de energia elétrica, água potável, esgoto, porém a infraestrutura existente não está adequada para o uso residencial e apresenta um alto grau de deterioração.

Sobre a habitabilidade, os espaços coletivos e adequação dos cômodos para moradias atende parcialmente, uma vez que eles não tem espaço suficiente para a realização das funções e atividades reprodutivas (preparação de alimentos, refeições, dormir, descansar, lavado, secado e passar roupas, estudar, conviver com a família, receber os parentes e/ou amigos, armazenar objetos diversos), além de não ter banheiro individualizado por grupo familiar para a realização da higiene pessoal e necessidades

fisiológicas. As funções domésticas acontecem num único cômodo, separado pelo mobiliário, onde na maioria das vezes um único móvel serve para a realização de várias funções.

A edificação Segadas Vianna possui um alto grau de degradação edilícia ocasionado pelos anos de desuso e falta de manutenção, apresentando risco para a vida dos usuários, em função da presença de umidade, infiltração da água da chuva, uma vez que as esquadrias não tem vidro e o fechamento desses vãos se faz com cortina ou pedaços de tecido, sendo urgente a restauração e reabilitação para habitação. Com relação aos aspectos físico-geográficos, a adequação dos cômodos para moradias também é correspondida parcialmente, uma vez que a edificação em si possui uma boa implantação geográfica, contudo as adaptações necessárias para oferecer conforto ambiental aos residentes não foi efetivamente realizada pelo movimento.

Por último, o parâmetro de localização possui correspondências que atendem os parâmetros de disponibilidade de equipamentos e serviços coletivos comunitários existentes no Centro Histórico do Recife, representando o maior potencial de implantação do uso habitacional na edificação em questão.

4. PROPOSTA DE TIPOS DE HABITAÇÃO SOCIAL

Ao investigar o estudo de caso da Ocupação Leonardo Cisneiros no Centro Histórico do Recife foi possível identificar as questões comportamentais e padrões culturais dos moradores e os seus desafios na disposição dos cômodos e nos processos de autogestão elaborados pelo Movimento de Luta por Moradia (MLRT).

Dessa forma, a última seção desta pesquisa apresenta uma proposta de habitação social utilizando 5 perfis de núcleos familiares na ocupação com base nos questionários aplicados e propondo 5 tipos de habitação voltado para os residentes na ocupação, a fim de oferecer uma alternativa de intervenção habitacional e aprofundar as estratégias de implementação da metodologia de arquitetura dialógica voltada para habitações de interesse social.

Partimos do entendimento que a habitação está inserida no contexto ou centro histórico, portanto, propor habitação social no Edifício Segada Vianna tem como base o diagnóstico sobre o Centro Histórico, o Movimento de Luta por Moradia, a Construção do Edifício e os padrões culturais dos usuários. A partir disso, a proposta foi realizada em três dimensões: (1) recomendação de ações para o Centro Histórico, o Movimento

de Luta por Moradia, a construção e os moradores; (2) recomendações para a reabilitação do Edifício Segadas Vianna; e (3) propostas tipológicas de habitação social.

4.1. Diagnóstico sobre o Centro Histórico, os Movimentos de Luta por Moradia, a Construção e a Percepção dos Usuários

Os questionamentos levantados com base na proposta metodológica e na análise da Ocupação Leonardo Cisneiros foram avaliados, diagnosticados e representados no Quadro 18.

Quadro 18: Síntese do diagnóstico do Centro Histórico, do Movimento de Luta por Moradia, da Construção do Edifício e da Percepção dos usuários

	Parâmetros	Questionamentos Levantados	Diagnóstico Obtido
Centro Histórico	Condicionantes de ordem econômica social e técnica	Existe uma presença relevante de recursos destinados aos programas de habitação social no CHR? O Plano Diretor estabelece uma normativa voltada para inclusão de unidades habitacionais de interesse social no contexto do Centro Histórico?	Não Atende
	Agentes gestores	Foi identificada uma atuação significativa de agentes políticos voltados para programas de habitação social no CHR?	Atende Parcialmente
	Atores sociais	Existem problemas decorrentes da falta de acessibilidade na região? Os programas desenvolvidos na região atendem à população local a partir dos seus aspectos socioeconômicos?	Não Atende
	Históricas	Como os moradores da região percebem os fatores históricos e transformações do bairro? Como são caracterizados os aspectos de memória e identidade do CHR?	Atende
	Culturais	Como os moradores percebem os níveis de privacidade e representações sociais na região? Como ocorrem os hábitos cotidianos e estilo de vida dos moradores do CHR?	Atende
	Disponibilidade de serviços e infraestrutura	Qual a quantidade e qualidade dos equipamentos comuns (saúde, educação, cultura e lazer) na região? Os equipamentos e serviços públicos são satisfatórios para a população? Quais são os problemas identificados pelos moradores quanto aos equipamentos públicos do bairro? O bairro é atendido pelo sistema público de transporte?	Atende Parcialmente

	Parâmetros	Questionamentos Levantados	Diagnóstico Obtido
Movimento de Luta por Moradia	Arquitetônico	Como é percebida a aparência e agradabilidade da região? Qual é a percepção do bairro e do entorno em termos estéticos?	Atende
	Físico-geográfico	As características físico-geográficas da região são adequadas para a tipologia habitacional?	Atende
	Urbano	O tempo de deslocamento é compatível com a proximidade ou não ao local de trabalho e a equipamentos e serviços públicos? Qual o nível de proximidade a equipamentos e serviços gerais? Qual o nível de proximidade ao local de trabalho?	Atende
	Equipe Jurídica	Foi identificada uma atuação significativa de uma equipe jurídica voltada para as demandas do Movimento e necessidades dos moradores da ocupação?	Atende
	Viabilidade financeira	Existe uma proposta quantitativa de orçamento para reabilitação da edificação e implementação de unidades habitacionais na construção existente?	Atende
	Acessibilidade	Foi realizado um registro e atendimento a pessoas em grupos vulneráveis, como idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência?	Atende Parcialmente
	Perfil Socioeconômico	O perfil socioeconômico das famílias na ocupação representam o perfil dos moradores do CHR? A expectativa de regularização fundiária e implementação de política habitacional sobressai os aspectos de qualidade, aparência, quantidade de equipamentos de uso comum, acessibilidade, segurança e localização em se tratando da satisfação dos beneficiários? Há intenção de ampliação ou construção de cômodos para geração de renda ou em função de mudanças no perfil familiar?	Atende
	Autogestão	Como é a mobilização para limpeza e conservação dos espaços públicos e coletivos na ocupação? A limpeza e a conservação são determinantes para o conforto dos habitantes? Existe um registro de regulamento e decisões coletivas realizadas em conjunto pelos moradores da ocupação e lideranças do movimento? Foi estruturado algum tipo de trabalho coletivo na gestão participativa e como esses aspectos influenciam na percepção de satisfação dos moradores?	Atende
	Saneamento básico, infraestrutura e segurança	Foi realizado um estudo de condições elétricas e distribuição de energia na ocupação? Como os moradores percebem os aspectos de segurança contra incêndio na ocupação? Existe uma rede de abastecimento de água potável e análise de consumo por unidade de moradia e consumo coletivo gerenciada pelo movimento?	Atende Parcialmente

Parâmetros	Questionamentos Levantados	Diagnóstico Obtido
	É realizada alguma iniciativa de coleta de lixo? Foi realizado um mapeamento focado na segurança dos moradores contra possíveis quedas? Uma análise de reparos e manutenção da estrutura física existente? A edificação apresenta condições estruturais com análise técnica de possíveis problemas de infiltração? A qualidade dos materiais empregados influencia na satisfação quanto à aparência e agradabilidade do espaço?	
Espaços coletivos	A identificação com a residência e satisfação dos moradores está relacionada à presença de espaços de compartilhamento e atividades comunitárias?	Atende Parcialmente
Adequação dos cômodos	O dimensionamento a adequação dos cômodos na edificação existente foi determinante na tomada de decisão do processo de ocupação realizado pelo movimento? A facilidade de mobiliar e adaptação do espaço são determinantes na satisfação técnico-construtiva, funcional e estética dos moradores? Quais os aspectos técnico-construtivos, funcionais e estéticos da ocupação que elevaram a satisfação dos usuários? As adaptações e reformas aumentaram consideravelmente a satisfação dos moradores? Pode-se concluir que os maiores índices de satisfação provêm de moradores que já realizaram alguma reforma na sua unidade habitacional?	Atende Parcialmente
Localização	A escolha da localização de ocupação foi realizada com base nos aspectos do entorno de região com infraestrutura consolidada e acesso à equipamentos e serviços coletivos? A localização atende às expectativas do movimento e dos moradores da ocupação?	Atende
Construção	Registro do imóvel O imóvel está registrado como posse de instituição governamental e sem pendências legais e fiscais? Existe a possibilidade de tramitação do uso do imóvel para políticas de habitação social?	Atende Parcialmente
	Valor do imóvel O valor do imóvel é compatível com o uso residencial? Existem débitos no nome do imóvel ou ausência de uso que justifiquem a tomada do bem para utilização em políticas públicas?	Atende
	Acessibilidade A construção possui um dimensionamento compatível com a instalação de unidades habitacionais? O tamanho das residências são adequados para as atividades realizadas?	Não Atende
	Ocupação irregular O tipo de perfil familiar influencia na realização de reforma e adaptações dos espaços? Houve necessidades de mudanças estruturais na	Atende Parcialmente

Parâmetros	Questionamentos Levantados	Diagnóstico Obtido
	construção (mudança de material, localização de esquadrias, reforço estrutural, etc.)? As reformas ocorridas após a ocupação foram para melhoria do conforto e/ou de adaptação funcional? As reformas realizadas pelo movimento e pelos moradores viabilizaram uma maior qualidade ambiental das unidades habitacionais?	
Disponibilidade de serviços e infraestrutura	A unidade habitacional tem vantagens ou desvantagens em relação à tipologia se tratando de conforto térmico e acústico? A melhoria, ou não, dos aspectos ambientais são relevantes no sentimento do morador em relação à habitação anterior? O sistema construtivo foi condicionante na qualidade ambiental do espaço?	Atende Parcialmente
Habitabilidade	Há sobreposição de uso nos espaços? Qual o nível de adaptação dos moradores à residência? O sistema construtivo utilizado na construção das residências foi um fator que colaborou para a realização de ampliações? Houve algum estudo de ampliação e adaptação dos espaços existentes para o uso habitacional? O tamanho dos cômodos é compatível com os mobiliários dos moradores?	Atende Parcialmente
Conforto ambiental	O conforto ambiental é condicionante na satisfação? Há um entedimento claro, por parte dos respondentes, de como esses indicadores afetam a realização de atividades e os usos na residência?	Atende Parcialmente
Localização	A localização da edificação fornece vantagens com relação ao acesso de equipamentos e serviços públicos para os moradores?	Atende
Percepção dos Usuários	Segurança de posse	Não Atende
	Economicidade	Atende
	Acessibilidade	Não Atende
	Características	Atende

Parâmetros	Questionamentos Levantados	Diagnóstico Obtido
socioeconômicas	Qual foi a tipologia identificada na residência anterior dos residentes?	
Mobilização e ações coletivas	Quais os aspectos qualitativos (beleza, agradabilidade, cuidado, inclusão, etc.) foram condicionantes na satisfação em relação à residência? Foram determinantes? Qual o nível de impacto que as mobilizações e ações coletivas tiveram no estilo de vida e atividades cotidianas dos moradores?	Atende Parcialmente
Aspectos sóciofísicos	Houve mudanças nos perfis familiares em relação à moradia anterior? Houve algum motivo familiar para mudança (casamento, separação, filhos, parentes, etc?)	Atende Parcialmente
Percepção dos usuários sobre a edificação	A tipologia da residência influenciou no sentimento do morador? A tipologia da residência influenciou na satisfação em relação aos aspectos comportamentais?	Atende Parcialmente
Percepção dos usuários sobre a moradia	Como as atividades cotidianas são realizadas? A residência é utilizada para obter renda? São realizadas atividades para adquirir renda, mesmo sem a necessidade de ampliação e/ou modificação da residência? Houve melhoria na qualidade de vida e na satisfação dos moradores após a mudança de residência?	Não Atende
Conforto ambiental	O conforto ambiental é condicionante na satisfação? Há um entedimento claro, por parte dos respondentes, de como esses indicadores afetam a realização de atividades e os usos na residência?	Atende Parcialmente
Contexto	As características do bairro influenciam na percepção de satisfação dos moradores? Como as atividades cotidianas nos espaços públicos da região são realizadas?	Atende

Fonte: Organizado pela autora (2023).

4.2. Recomendações de ações para o Centro Histórico do Recife, o Movimento de Luta e Resistência pelo Teto, a Construção e os Moradores

A proposta tipológica representa a síntese esquemática das relações ou correspondências entre o Texto e o seu Contexto e através da Matriz desenvolvida no processo de análise do estudo de caso Ocupação Leonardo Cisneiros foram identificados os principais parâmetros e padrões culturais atendidos ou não dentro dos aspectos de moradia adequada, qualidade de vida e sustentabilidade social no contexto habitacional.

Dessa forma, a partir da tipologia habitacional apresentada, foi possível sintetizar recomendações (Quadro 19) que correspondam aos padrões culturais desejados pelas famílias em situação de vulnerabilidade e que são o público-alvo de ações e políticas públicas voltadas para a implementação de Habitações de Interesse Social no cenário nacional. No Edifício Segadas Vianna, ocupado pelo Movimento de Luta e Resistência pelo Teto, a problemática mais destacada pelos moradores foi a falta de delimitação dos espaços e distribuição interna em cômodos, além da degradação construtiva ocasionada pelos anos de abandono que resultam em infiltrações, espaços de circulação inadequados e ausência de esquadrias externas que auxiliem no conforto térmico e acústico.

Quadro 19: Síntese das recomendações habitacionais a partir da análise dialógica da Ocupação Leonardo Cisneiros em Recife

	Dimensão	Atores sociais
CONTEXTO	Centro Histórico do Recife	Gestores públicos: implementar programas e projetos de habitação social no centro histórico (construções novas ou reabilitação de edificações); Gestores públicos: Implementar ações que promovam a integração e inclusão social; Gestores públicos: implementar ações à segurança pública do bairro e da cidade; Gestores públicos: regularização fundiária Agentes públicos: melhoria nos sistemas públicos de abastecimento de água, rede de esgoto e energia elétrica para evitar desperdícios na rede de alimentação; Agentes públicos: revisão da legislação para controle dos processos de gentrificação e dinâmicas do mercado imobiliário como forma de salvaguarda do patrimônio edificado e melhoria na qualidade de vida e bem-estar dos residentes locais; Grupos sociais, acompanhamento das decisões tomadas por parte do poder público na esfera das mobilizações e ações coletivas dos moradores da região; Grupos sociais, gestores públicos e profissionais técnicos: integrar a participação em ações voltadas a habitação social, equipamentos e serviços comunitários.
	Movimento de Luta e Resistência pelo Teto	Promoção de atividades financeiras na edificação para geração de renda para o movimento e moradores da ocupação; Acompanhamento contínuo através de reuniões públicas e controle dos processos de autogestão organizados pelas lideranças do movimento; Melhoria da qualidade ambiental através de ações pontuais de plantio de vegetação e/ou hortaliças; Cuidado interno e externo da residência por meio de manutenções pontuais periódicas; Cuidado dos espaços coletivos de convívio entre os moradores; Feedback de performance do edifício com os moradores; Acompanhamento da performance da edificação por equipes de assessorias técnicas; Manutenção do diálogo contínuo com profissionais da área e meio acadêmico para suporte nas atividades da ocupação, melhorias contínuas e formação direcionada dos agentes externos e internos que atuam na ocupação; Desenvolvimento sistemático e metodológico de técnicas de avaliação pós-ocupação

Dimensão		Atores sociais
TEXTO	Edifício Segadas Vianna	para apresentação de diretrizes e desdobramentos para o projeto;
		Reabilitação e restaura do edifício para sua adequação a habitação social, com o propósito de atender aos padrões culturais dos usuários
		Novas instalações das redes elétricas e hidrossanitários da edificação;
		Construção de divisória flexíveis no interior das habitações;
		Proposição de mobiliários flexíveis e multifuncionais para as áreas de sobreposição de atividades;
		Reorganização dos mobiliários nos ambientes afim de proporcionar melhor circulação e otimizar o espaço interno;
		Revisão do projeto com encaminhamentos para melhoria do conforto espacial, térmico, acústico e lumínico da edificação;
		Manutenção das áreas verdes e controle de plantas que possam prejudicar a estrutura da edificação. Monitoramento das áreas verdes;
		Explicitação de critérios referenciais de desempenho térmico, acústico e lumínico;
		Redução significativa nos custos de construção e de manutenção do ciclo vital do edifício;
	Percepção dos Usuários	Incorporação de soluções projetuais com sistemas que priorizem a economia de água e energia elétrica;
		Otimização dos dados de projeto, padrões, critérios, e produção de literatura técnica com a participação do morador no processo;
		Identificação das problemáticas relativas à funcionalidade dos espaços;
		Inclusão do morador na avaliação da edificação;
		Identificação dos aspectos negativos da tipologia da residência em função do conforto ambiental e dos padrões culturais dos residentes;
		Proposição de técnicas para identificação e avaliação da satisfação do morador com relação à habitação;

Fonte: Organizado pela autora (2023).

4.3. Recomendações para a reabilitação do Edifício Segadas Vianna

O contexto urbano do Centro Histórico do Recife apresenta pontos essenciais e vantajosos para a implementação de unidades habitacionais de interesse social. Seus aspectos de centralidade, que incluem uma infraestrutura urbana consolidada, presença de vias arteriais conectadas com diferentes pontos do município e interligadas pelo transporte público acessível e presença massiva de comércio e serviços na região, favorecem a ocupação de residentes e realização das suas atividades básicas cotidianas para manutenção do espaço doméstico e atividades remuneradas.

A concretização da revitalização do Edifício Segadas Vianna para ocupação de moradores em situação de vulnerabilidade social apresenta um potencial de atender não apenas as necessidades dos residentes, mas também impulsionar os usos dos espaços públicos no entorno, a segurança urbana de forma geral e atuar na contenção dos processos de gentrificação e domínio do mercado imobiliário no Centro Histórico do Recife. A realização de uma política habitacional na região atuaria como uma via de mão dupla, favorecendo a população e o patrimônio edificado da região.

Entende-se que a principal forma de integração entre o uso habitacional e o bairro de Santo Antônio ocorreria pelo incentivo do uso misto na tipologia, relacionando as unidades habitacionais na edificação com possíveis comércios e serviços que beneficiariam financeiramente os próprios moradores da ocupação, como podemos observar no diagrama elaborado (Figura 85).

O segundo ponto de integração com o contexto imediato aconteceria a partir da requalificação da fachada da edificação, compondo os aspectos estéticos da edificação e agregando a edificação habitacional à paisagem do conjunto edificado do bairro.

Figura 85: Diagrama esquemático – Centro Histórico do Recife



Fonte: Autora (2023)

A atuação do movimento de luta por moradia também deve ser destacada na composição sociofísico do conjunto habitacional. As lideranças do movimento auxiliam no trabalho de base com as famílias, na construção de relações comunitárias e nas melhorias coletivas para os moradores da edificação e para o bairro na sua totalidade.

A presença de espaços coletivos como hortas, espaços de reunião, creches, salas de formação e profissionalização dos moradores atribuem um valor significativo para a edificação e atrai possíveis incentivos e conexões com equipes de assessorias técnicas e com o meio universitário. O diálogo construído a partir desses espaços pode viabilizar melhorias na infraestrutura dos espaços e um aprimoramento acadêmico dos profissionais da área, incentivando a proximidade e melhoria das assistências técnicas e unindo os conhecimentos empíricos da população e os saberes científicos da academia.

Os comércios e serviços oferecidos na própria ocupação atuam como um intermédio entre os movimentos de luta por moradia e o público, auxiliando na quebra do estigma dos ativistas em prol da moradia adequada e a criminalização histórica dos movimentos. Além de fornecer um meio de renda para o movimento em si e os residentes da ocupação. Dessa forma, é pertinente espacializar o potencial desses ambientes de recepção, acomodação e diálogo entre os moradores locais, as lideranças dos movimentos de luta por moradia, os pesquisadores e profissionais técnicos e a população em geral, conforme a Figura 86.

Figura 86: Imagem esquemática do padrão de ocupação Movimento de Luta e Resistência pelo Teto



Fonte: Autora (2023)

No Edifício Segadas Vianna, ocupado pelo Movimento de Luta e Resistência pelo Teto, a problemática mais destacada pelos moradores foi a falta de delimitação dos espaços e distribuição interna em cômodos, além da degradação construtiva ocasionada pelos anos de abandono que resultam em infiltrações, espaços de circulação inadequados e ausência de esquadrias externas que auxiliem no conforto térmico e acústico.

De maneira que é possível compreender que os aspectos construtivos da edificação estão diretamente relacionados com a situação de precariedade habitacional dos seus moradores e limitados pela falta de acesso aos recursos econômicos e políticas públicas que viabilizem financeiramente as adaptações necessárias para a moradia mínima e adequada aos moradores em situação de vulnerabilidade social.

As questões técnicas da edificação devem atender às demandas específicas do conjunto de moradores e, ao mesmo tempo, estarem alinhadas na elaboração de orçamentos viáveis e factíveis. No estudo de caso analisado foi tomado como base a orientação de diversos movimentos de luta por moradia que possuem propostas aplicadas e bons resultados conquistados a partir do mínimo de orientações técnicas fornecidas para os moradores atuarem como protagonistas na solução dos obstáculos existentes no processo de ocupação de uma construção em situação de degradação edilícia. Os resultados apresentam as seguintes recomendações para os aspectos construtivos do Edifício Segadas Vianna (Quadro 20 e Figura 87):

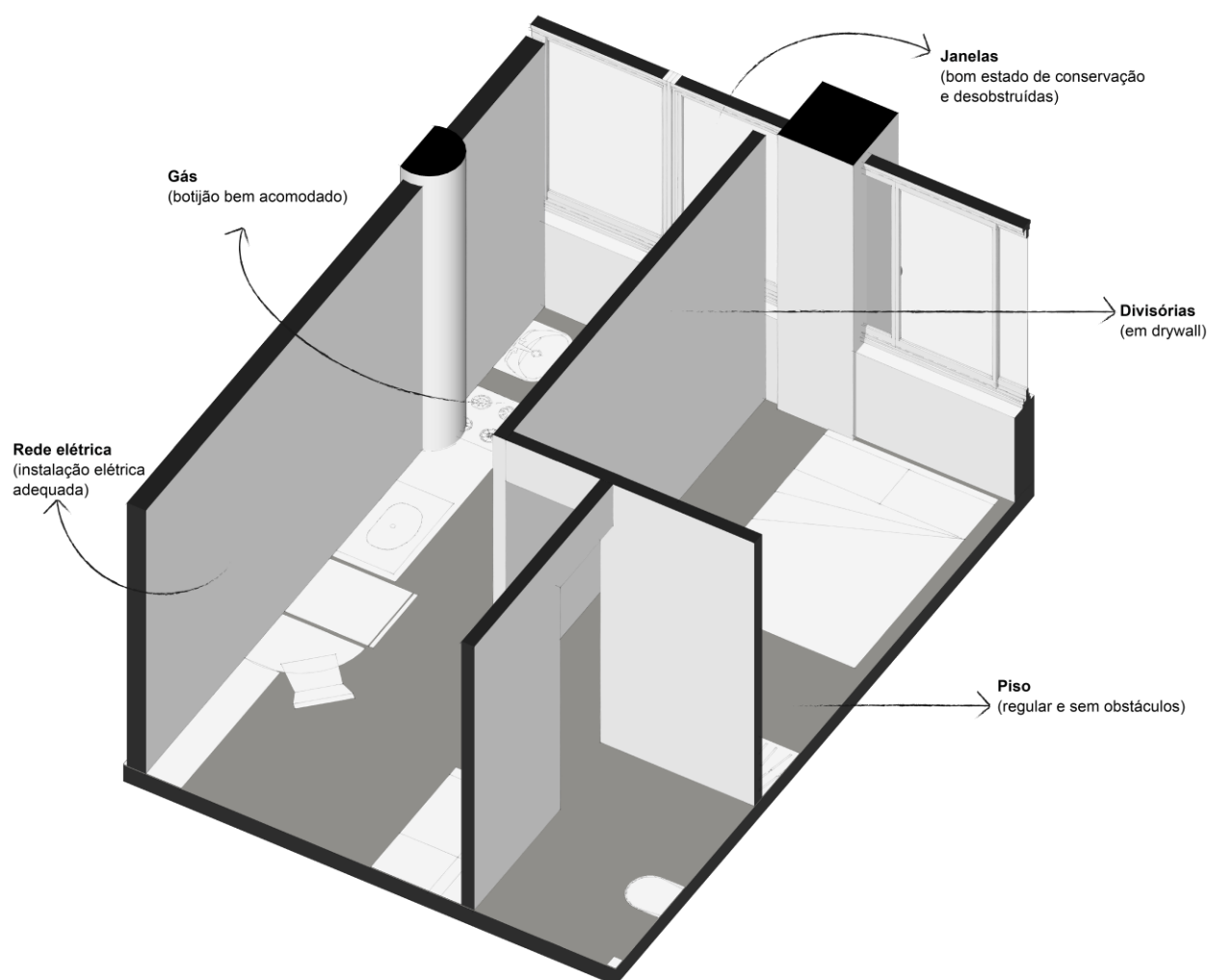
Quadro 20: Recomendações para a reabilitação habitacional do Edifício Segadas Vianna

Elemento construtivo	Recomendações
Divisórias	• Prever a divisão interna dos ambientes com material adequado para evitar a propagação do fogo e evitar a sobrecarga na estrutura existente; • Evitar divisórias internas com madeirite ou alvenaria; • Se possível, as divisões dos espaços internos devem ser realizadas apenas com drywall.
Janelas	• Manter as janelas desobstruídas e em bom estado de conservação, garantindo a entrada de iluminação natural e ventilação natural, o que atua impedindo o desenvolvimento e a propagação de doenças respiratórias; • A desobstrução das esquadrias também permite o acesso pelos bombeiros em casos de incêndio ou possíveis sinistros; • Não colocar chapas de madeira no lugar do vidro, não pintar os vidros e sempre substituir os vidros quebrados; • Evitar o posicionamento de armários ou mobiliário que obstrua as janelas; • Não utilizar as janelas para estender roupas.
Gás	• Acomodar o botijão de gás em áreas externas ou o mais próximo possível de uma janela, evitando a concentração de gás no ambiente em caso de vazamento; • Não utilizar tecidos para proteção do botijão ou qualquer tipo de material inflamável; • Não deixar os botijões em locais confinados, como dentro de armários.
Pisos	• Evitar irregularidades nos pisos para não criar obstáculos no acesso dos moradores ou nas rotas de fugas em caso de incêndio;
Rede Elétrica	• Acondicionar fiação exposta em eletrodutos e evitar a existência de fios soltos ou aparentes; • Não realizar a emenda de fios de forma a criar uma hélice com a fiação exposta, a forma correta é dar a volta entre os fios e encapar as emendas com fita isolante ou conector de torção;

Elemento construtivo	Recomendações
	• Os disjuntores devem estar devidamente encaixados e etiquetados indicando cada ambiente dentro do quadro elétrico, a peça deve estar protegida por uma tampa e em área acessível para possíveis manutenções; • Aterrar e utilizar conectores de porcelana nos chuveiros; • Manter tomadas fora do alcance de crianças; • Prever o uso de soquetes nas luminárias; • Reduzir o número de aparelhos por tomada evitando possíveis sobrecargas na rede elétrica da edificação.

Fonte: MSTC (2022), adaptado pela autora (2023)

Figura 87: Perspectiva esquemática com orientações construtivas



Fonte: MSTC (2022), adaptado e organizado pela autora (2023)

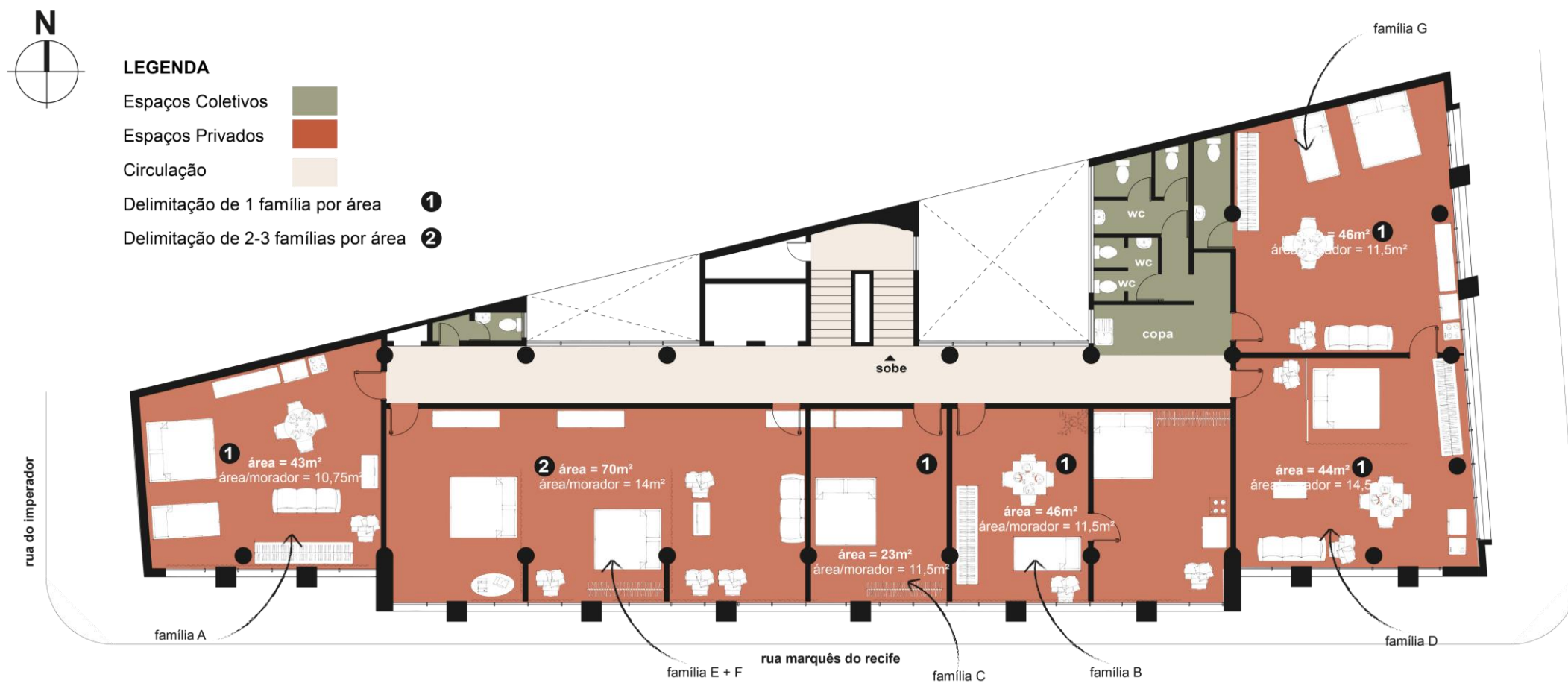
Com relação à percepção dos usuários e padrões culturais das atividades cotidianas desenvolvidas pelos residentes, pontos norteadores desta pesquisa, foi observado que a principal problemática encontrada refere-se principalmente à ausência de ambientes dedicados para o desempenho das ações diárias de manutenção e cuidados

domésticos, tais quais: preparar e servir alimentos e cuidado com outras pessoas como crianças, além de ambientes próprios para as funções de dormir, descansar, convívio familiar, lavado, secado e passar roupa.

Outro ponto crítico identificado é a inexistência de instalações hidrossanitárias para cada grupo familiar, sendo este o principal ponto de adaptação entre a tipologia institucional do Edifício Segadas Vianna, anteriormente utilizado como espaços de trabalho, escritórios e salas de reunião, para a tipologia habitacional. Os ajustes na infraestrutura hídrica com fornecimento de pontos de água e esgoto para cada unidade habitacional exigiria um valor orçamentário inviável no caixa do Movimento de Luta e Resistência pelo Teto e das famílias que participam dos processos de autogestão e ações comunitárias para ocupação dos espaços.

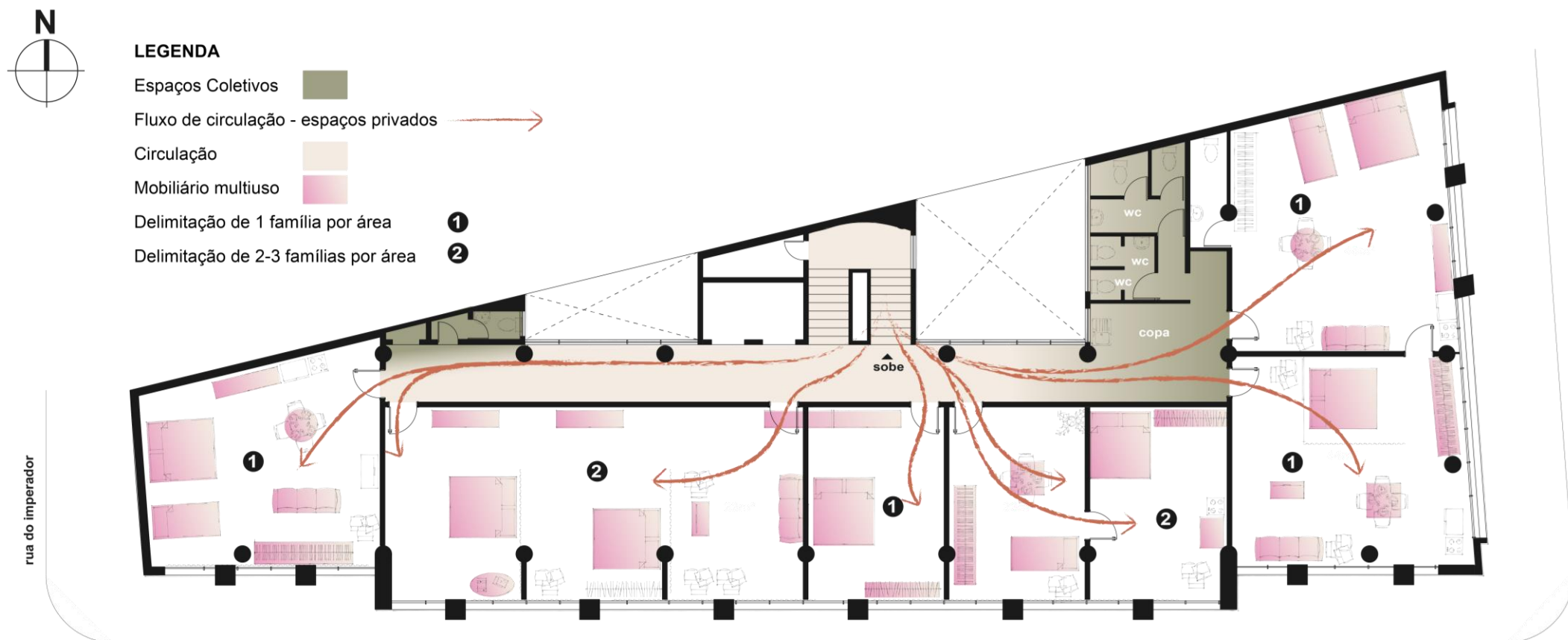
Na Figura 88 é possível observar a atual distribuição das famílias em um pavimento tipo da construção. É importante notar que, de acordo com os resultados dos questionários aplicados e visita in loco realizada na ocupação, foi registrado que existe uma disparidade entre os espaços privados e espaços coletivos, representados pela Figura 89. Este fator cria uma sensação de não-pertencimento nos moradores, que apresentam um alto grau de insatisfação pela falta de privacidade no uso das instalações hidrossanitárias coletivas para realização das suas necessidades fisiológicas e atividades de higiene diárias, bem como para a manutenção e limpeza de roupas, alimentos e equipamentos domésticos, como talheres, pratos e panelas, entre outros. É importante destacar que essa falta de privacidade tem um impacto significativo na qualidade de vida dos moradores e deve ser considerada ao se pensar em soluções para melhorar a ocupação.

Figura 88: Distribuição atual das famílias na ocupação Leonardo Cisneiros



Fonte: Autora (2023)

Figura 89: Fluxo de atividades atual e distribuição de mobiliário multifuncional na ocupação Leonardo Cisneiros



Fonte: Autora (2023)

4.4. Proposta tipológica: Habitação social no estudo de caso da Ocupação Leonardo Cisneiros

Tendo em vista os pontos levantados no estudo de caso da ocupação Leonardo Cisneiros, foram construídas algumas propostas tipológicas habitacionais que visam atender aos parâmetros de sustentabilidade, dos padrões culturais dos residentes e dos aspectos desejados pelos moradores. Para isso, foram utilizados os dados obtidos nos questionários aplicados e as recomendações para moradias adequadas.

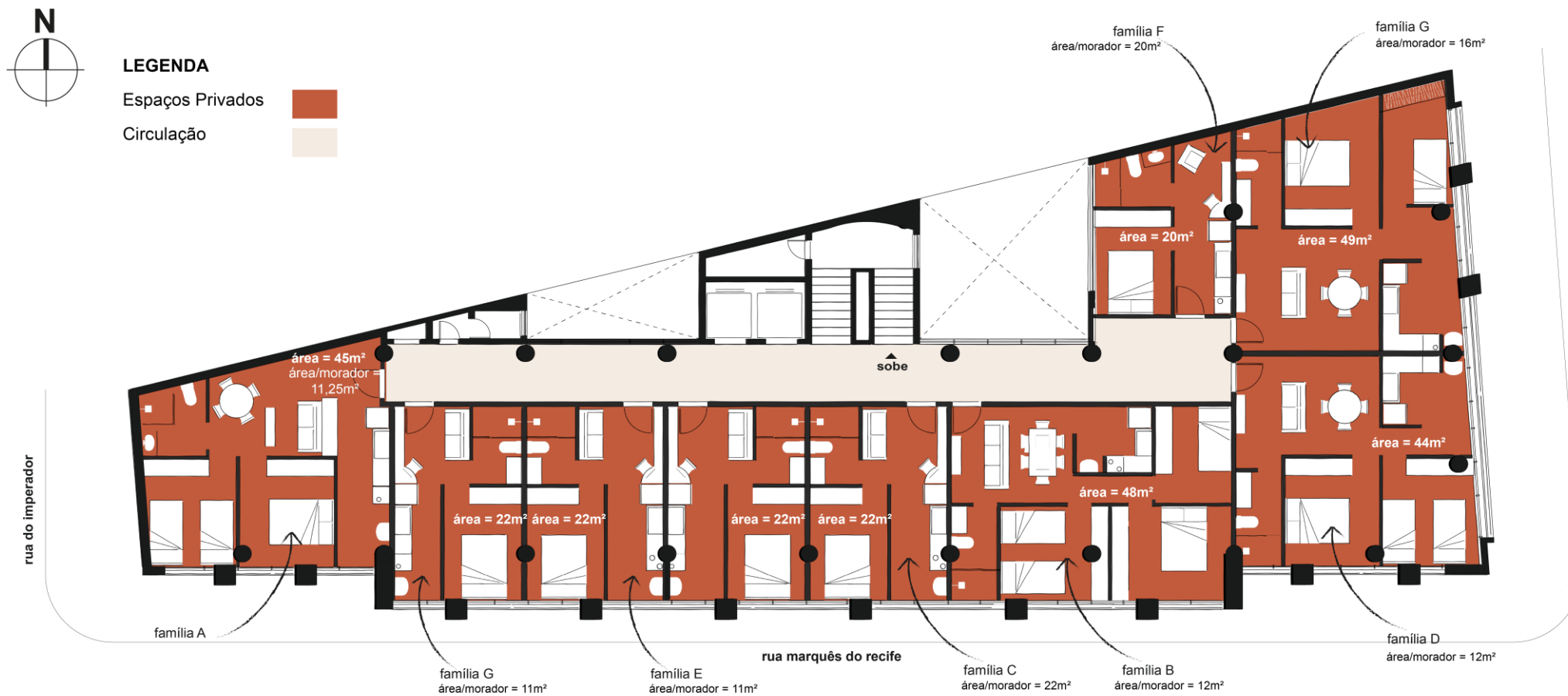
Com o intuito de melhor se adequar as características socioeconômicas do grupo de pessoas englobado no estudo de caso à lâmina construtiva do Edifício Segadas Vianna (Figura 90), foi proposto o uso de diferentes tipos de habitação que variem em metragem quadrada, quantidade de quartos e distribuição dos cômodos. A proposta adota pelo menos cinco unidades habitacionais com um dormitório voltadas para famílias compostas por 01 a 02 integrantes (46% dos grupos familiares na ocupação Leonardo Cisneiros) e pelo menos quatro unidades habitacionais com dois ou três dormitórios voltadas para grupos familiares que possuam entre 03 a 05 integrantes (44% da composição familiar na ocupação). O que representa um aproveitamento de aproximadamente 09 unidades habitacionais por pavimento da construção, com uma média de 15,25m² no coeficiente de área por morador.

Além disso, para uma análise mais focal a partir do perfil das famílias, foram consideradas cinco composições familiares, categorizadas da seguinte forma:

- Família A: 04 pessoas no grupo familiar composto por pai, mãe e dois filhos;
- Família B: 04 integrantes no grupo familiar composto por mãe, avó e dois filhos;
- Família C: 01 integrante no grupo familiar;
- Família D: 03 pessoas no grupo familiar composto por mãe e dois filhos;
- Família E: 02 integrantes no grupo familiar composto por um casal.

Com base nessas informações, as propostas dos tipos de habitação foram pensadas para contemplar as diferentes necessidades e características das famílias presentes na ocupação, o que deve contribuir para a criação de um ambiente mais adequado e confortável para todos os moradores.

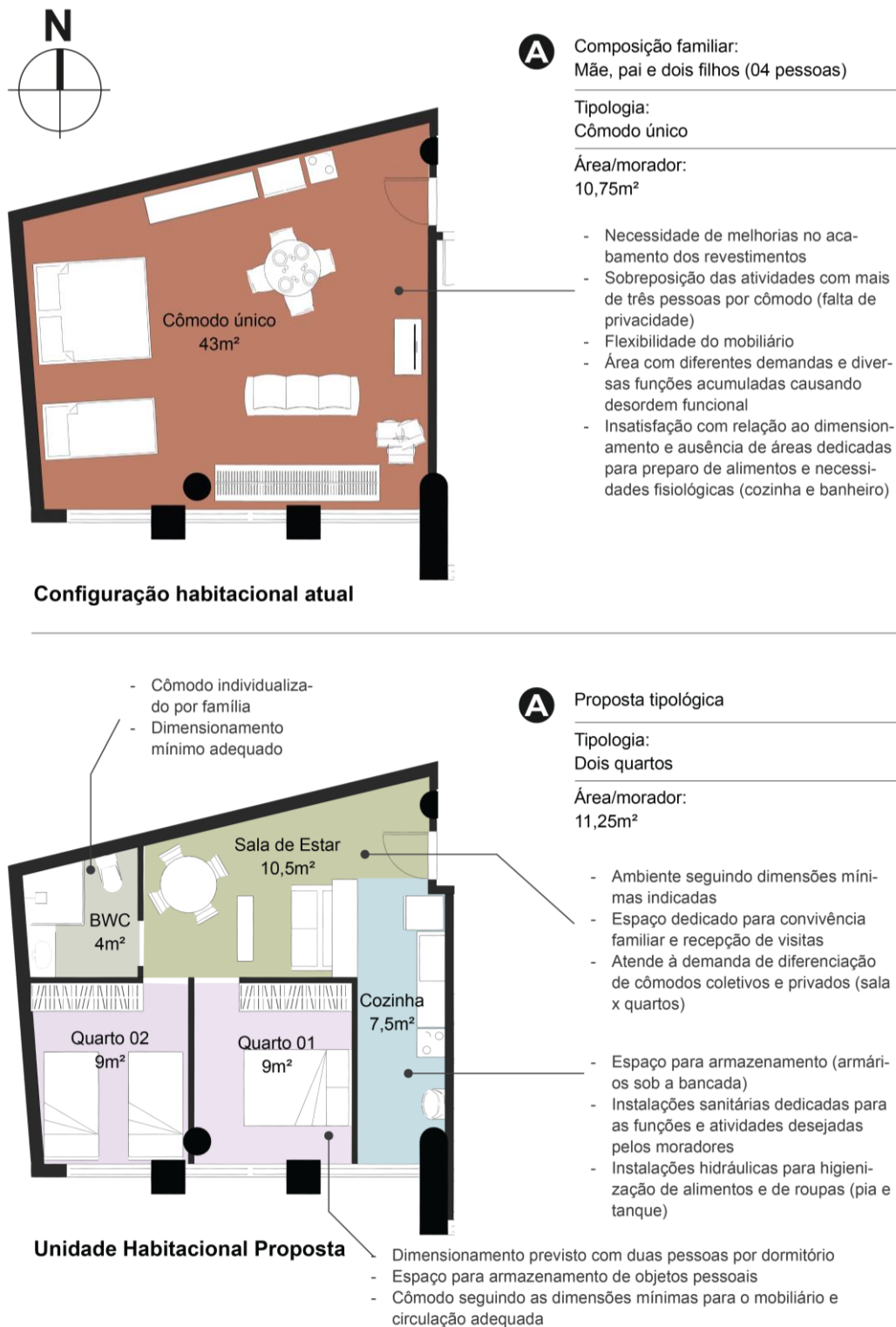
Figura 90: Distribuição proposta das famílias na ocupação Leonardo Cisneiros



Fonte: Autora (2023)

Na Figura 91 é possível observar uma adaptação do cômodo único para uma tipologia habitacional com dois quartos, realizando uma alteração mínima na metragem geral do cômodo que passe de 43m² para 45m².

Figura 91: Proposta tipológica – Família A



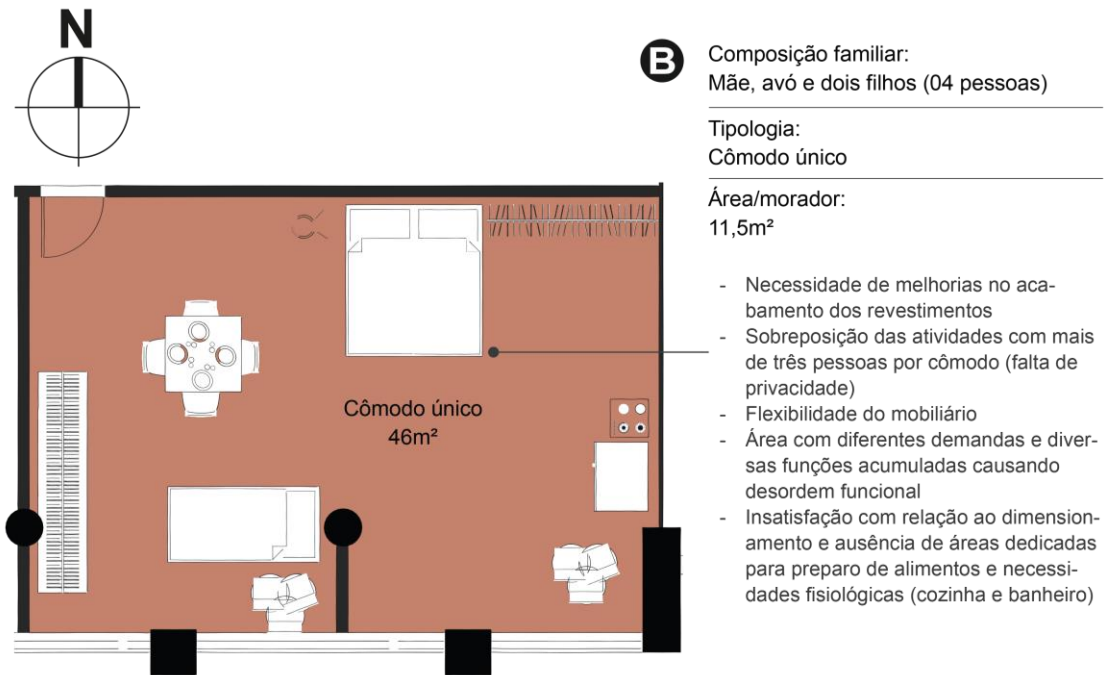
Fonte: Autora (2023)

A proposta tipológica da Família B também envolve uma alteração mínima na metragem de 46m² para 48m², possibilitando a adaptação do cômodo único para uma tipologia habitacional com três quartos. Sendo recomendadas alguns ajustes construtivos mais drásticos como a criação de janelas voltadas para a circulação da edificação que permitam um maior conforto ambiental no Quarto 03 e na cozinha (Figura 92).

Além disso, é importante destacar que a estrutura com planta livre do Edifício Segadas Vianna proporciona diversos aspectos positivos para seus moradores. Um desses aspectos em potencial é a possibilidade de integração entre diferentes unidades habitacionais a partir do uso de divisórias móveis. Durante as entrevistas realizadas e a visita in loco foi registrada uma conexão familiar e social entre participantes de diferentes grupos familiares, como foi utilizado no exemplo da Família B e C, onde em alguns momentos pessoas idosas fazem parte do núcleo familiar estendido de um certo grupo familiar e requerem outro tipo de alternativa espacial que permita uma proximidade entre os integrantes da família, mas com os limites de privacidade e espaços individuais bem delimitados.

Assim, dentro da construção é possível realizar modificações no dimensionamento das habitações de forma que integre as unidades a partir da necessidade de cada agrupamento. A Figura 93 então representa essa possibilidade de incorporação dos cômodos sem afetar o dimensionamento mínimo da unidade e a privacidade e qualidade de vida dos moradores, o que pode trazer inúmeros benefícios para o bem-estar e convivência dos moradores.

Figura 92: Proposta tipológica – Família B

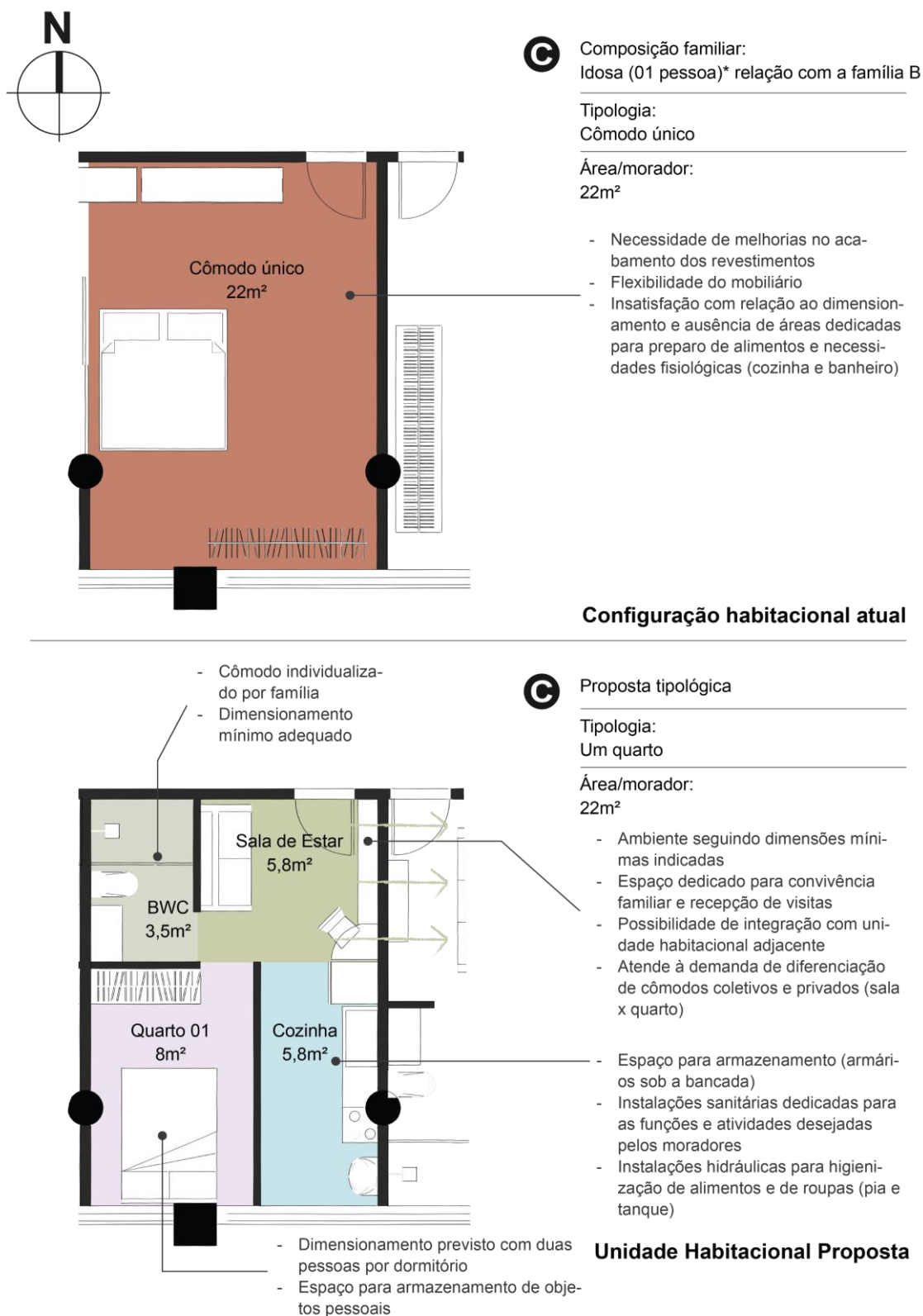


Configuração habitacional atual



Fonte: Autora (2023)

Figura 93: Proposta tipológica – Família C

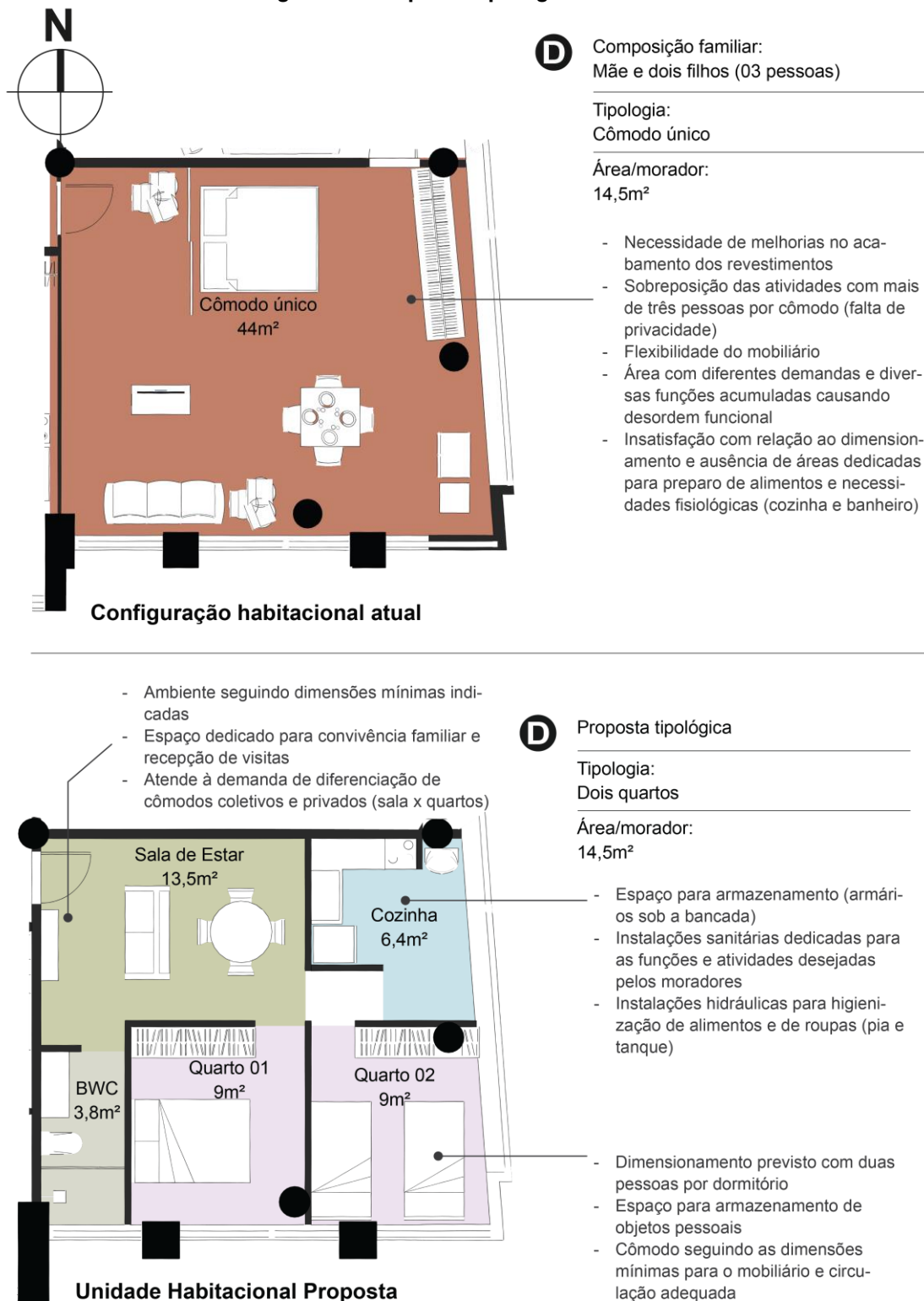


Fonte: Autora (2023)

As duas últimas propostas para a Família D e E mostram como adaptar cômodos únicos para tipologias com um ou dois quartos. Reiterando que o maior desafio para

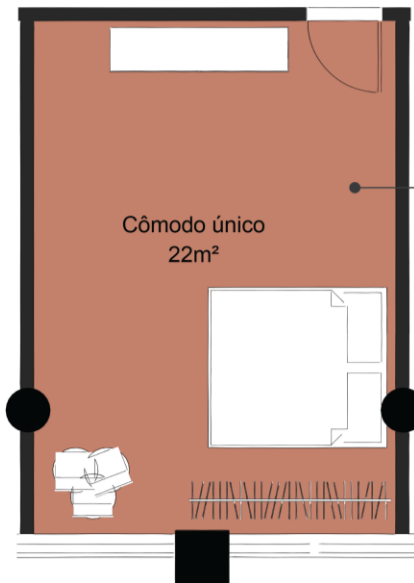
melhorar a qualidade de vida dos moradores está na falta de políticas públicas para revitalizar edifícios degradados ou adaptar construções em desuso no Centro Histórico do Recife e não por falta de área disponível ou de edificações adequadas para habitação social na região (Figuras 94 e 95).

Figura 94: Proposta tipológica – Família D



Fonte: Autora (2023)

Figura 95: Proposta tipológica – Família E



E

Composição familiar:
Casal (02 pessoas)

Tipologia:
Cômodo único

Área/morador:
11m²

- Necessidade de melhorias no acabamento dos revestimentos
- Flexibilidade do mobiliário
- Insatisfação com relação ao dimensionamento e ausência de áreas dedicadas para preparo de alimentos e necessidades fisiológicas (cozinha e banheiro)

Configuração habitacional atual



E

Proposta tipológica

Tipologia:
Um quarto

Área/morador:
11m²

- Ambiente seguindo dimensões mínimas indicadas
- Espaço dedicado para convivência familiar e recepção de visitas
- Atende à demanda de diferenciação de cômodos coletivos e privados (sala x quarto)
- Espaço para armazenamento (armários sob a bancada)
- Instalações sanitárias dedicadas para as funções e atividades desejadas pelos moradores
- Instalações hidráulicas para higienização de alimentos e de roupas (pia e tanque)

Unidade Habitacional Proposta

Fonte: Autora (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico do Recife é um lugar que retrata os principais aspectos de constante disputa e construção territorial que ocorrem nos centros históricos da América Latina. Além disso, é uma região caracterizada por um patrimônio edificado extremamente relevante, uma alta concentração de comércio de rua formal e informal, equipamentos e serviços comunitários, rede de infraestrutura e saneamento, e possui um transporte público arterial extremamente interligado com toda a região metropolitana do bairro do Recife. Entretanto, a região ainda reflete os principais dilemas dos processos de segregação territorial que acompanham a base de formação histórica do país.

Os altos índices de população de baixa renda habitando moradias precárias em uma região com valores onerosos da metragem quadrada do aluguel e pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica que foram afetadas mais ainda por crises mundiais e a pandemia de Covid-19, deixam a população recifense sem outra alternativa a não ser contar com lideranças de movimentos de luta por moradia e reivindicar a desigualdade territorial inflacionada pelas dinâmicas do mercado imobiliário que monopolizam edificações em estágio de degradação e desuso no centro do Recife.

Dessa forma, a ocupação do Edifício Segadas Vianna, localizado na Rua Marquês do Recife, n.º 32, no bairro de Santo Antônio, representa uma retomada do Centro Histórico de Recife, criando um espaço de luta e resistência através da manutenção de vida das famílias e grupos sociais marginalizados que estão, coletivamente, tentando reaver seus direitos que foram historicamente negados.

Uma pesquisa sistemática sobre a qualidade da habitação social no Centro Histórico do Recife e a precariedade em ocupações irregulares nos espaços de centralidade urbana (ONU, 1992; BONDUKI, 1995, 2001; MONTANER, 2011; OMS, 2018; MARICATO, 1997; CORREIA, 1950; FRÚGOLI, 2006; GOHN, 1991; KOWARICK, 1981; MSTC, 2022; ROLNIK, 2015; VILLAÇA, 2009, 2011; ZÁRATE, 2010, SALCEDO, 2007, 2010) e estudos realizados pela Prof.^a. Associada Rosio Fernández Baca Salcedo sobre a arquitetura dialógica na habitação social, basearam esta dissertação em uma metodologia fundamentada na dialogia na arquitetura. Dessa forma, foi possível

identificar e analisar os padrões culturais de moradia das famílias na ocupação Leonardo Cisneiros, localizada no edifício abandonado Segadas Vianna. Com base nos padrões culturais desejados pelas famílias, foram realizadas propostas de tipos de habitação social que buscam incentivar a implementação de diretrizes que visem as adequações de moradias em ocupações irregulares e a qualidade de vida e bem-estar dos residentes nestes espaços.

A metodologia da arquitetura dialógica utilizada para investigação do objeto arquitetônico e a sua relação com o contexto permitiu a identificação de apontamentos a respeito da precariedade das ocupações no cenário habitacional. Foi observado que as relações entre os espaços coletivos e privados da ocupação afetam diretamente na satisfação do morador e sensação de bem-estar das famílias, alterando os seus padrões de atividades cotidianas do espaço físico.

Encontrou-se como principal apontamento a necessidade de delimitação clara entre áreas coletivas e privadas no conjunto residencial e nas unidades habitacionais, a necessidade de espaços delimitados como cozinhas, banheiros e dormitórios para maior conforto do morador e o dimensionamento espacial adequado para a acomodação dos móveis e equipamentos, e sua utilização, para a satisfação dos residentes. As áreas para análise representadas graficamente na última seção foram estipuladas a partir das medidas mínimas identificadas em legislação (NBR 15575-1 e NBR 9050) e pela bibliografia selecionada para o estudo de caso.

As alterações da configuração familiar e os aspectos da residência anterior dos moradores afetam diretamente na percepção da satisfação atual, uma vez que atuam nos aspectos subjetivos e no subconsciente das famílias da ocupação que não são adequadas para uso coletivo dos banheiros e áreas de tratamento de alimento e manutenção de roupas e alimentos. Recomendou-se, então, espaços dedicados em cada unidade habitacional, que as ações coletivas do movimento e dos grupos familiares se mantivessem em pavimentos diferenciados, promovendo a formação, engajamento e organização dos processos de autogestão dos moradores em conjunto com as lideranças do movimento.

Ao investigar o processo de ocupação no Centro Histórico do Recife, foi identificado que este perfil de ocupação merece uma atenção adaptada aos sistemas de intervenção. A ocupação de uma edificação, mesmo que coordenada por um

movimento de luta por moradia, representa uma ação emergencial a partir do curso de precariedade das famílias. Dessa forma, é importante destacar os três principais pontos de atuação se tratando em processos de ocupação que se referem à (1) aproximação e mobilização social, (2) a construção de informações técnicas e (3) a participação popular para o desenvolvimento de propostas.

O primeiro ponto atua com o intuito de aproximação de equipes profissionais e técnicas como assessorias técnicas de arquitetos, engenheiros, advogados com os moradores da comunidade e liderança das associações a fim de apresentar propostas direcionadas e adequadas para a região e compreender as principais dinâmicas do território. Apesar da dificuldade em realizar encontros presenciais durante a pandemia, da ausência de recursos públicos direcionados, foi observada a presença constante de profissionais da área e estudantes em conjunto com o Movimento de Resistência e Liderança pelo Teto na etapa de tomada de decisões iniciais da ocupação da edificação, tendo como destaque a atuação do arquiteto Vitor Araripe que realizou estudo preliminar e forneceu grande parte das informações a respeito dos processos realizados em conjunto com o movimento.

Com relação à construção das informações técnicas, este é um dos principais pontos de atuação desta pesquisa que executa através do levantamento bibliográfico, dados sociais e urbanísticos, questionários com os moradores, análise documental de campo em conjunto com o líder do movimento e mapeamento das informações através da arquitetura dialógica e buscou fornecer aos moradores diretrizes e dados particulares da região, além dos principais parâmetros para atuação e melhorias na qualidade habitacional.

O último passo ocorre através dos desdobramentos com a participação popular e o desenvolvimento das propostas que exigem uma constante articulação social e comunitária, caminhos jurídicos e a busca efetiva por políticas públicas de habitação que consigam financiar as alterações necessárias na edificação e nos espaços de uso comunitário para organização dos grupos na luta por moradia adequada.

A reabilitação de edificações para habitação social no Centro Histórico do Recife é benéfica não apenas para a população em situação de vulnerabilidade, mas também para os aspectos urbanos da região, uma vez que promove a transformação de uma

construção deteriorada, aumenta a segurança pública na região e melhora a qualidade do ambiente social da comunidade na sua totalidade.

Por fim, como futuros desdobramentos deste trabalho, incluem-se pesquisas que desenvolvam o método proposto, considerando lacunas encontradas e novos possíveis contextos, como uma análise mais aprofundada a respeito da importância do mobiliário multifuncional em habitações de interesse social. Assim como futuros trabalhos sobre a qualidade das intervenções em edificações degradadas, os padrões culturais dos moradores em ocupações irregulares e a importância dos processos de autogestão no contexto da qualidade habitacional e nas dimensões da arquitetura dialógica com seus diversos cronotopos e parâmetros de avaliação.

Compreender a dinâmica das ocupações irregulares e a problemática da habitação social é fundamental para propor soluções que atendam às demandas das populações mais vulneráveis. Nesse sentido, é importante a promoção de ações que visem a aproximação e mobilização social, a construção de informações técnicas e a participação popular para o desenvolvimento de propostas. Além disso, é fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para essa temática, a fim de promover a adequação de moradias em ocupações irregulares e a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos residentes desses espaços.

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação é um importante passo nesse sentido, ao identificar e analisar os padrões culturais de moradia das famílias na ocupação do edifício Leonardo Cisneiros e propor soluções que buscam incentivar a implementação de diretrizes para a adequação de moradias em ocupações irregulares. Espera-se que futuras pesquisas possam aprofundar ainda mais essa temática, a fim de encontrar soluções cada vez mais efetivas para a problemática da habitação social e das ocupações irregulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Anna Karina Borges; SÁ, Werther Lima Ferraz. Novas formas de acesso à moradia: A Produção Social do Habitat e os Movimentos Sociais Urbanos da Região Metropolitana do Recife. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Anais, Rio de Janeiro, 2011.

ALEXANDER., Christopher. et al. **A pattern language**. New York: Oxford University Press, 1977.

_____. **El modo intemporal de construir**. Nueva York: Oxford University Press, 1979

_____. **The nature of order: books one to four**. Berkeley, CA: Center for Environmental Structure, Berkeley, 2005.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal** / Mikhail Bakhtin tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. 2' cd. São Paulo Martins Fontes, 1996. (Coleção Ensino Superior)

BRACONI, Julio César. **A disputa pela moradia na região central de São Paulo: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

BRAGA, Juliana Toralles dos Santos; SILVA, Marcela Simões. O déficit habitacional e local: é necessário (re) pensar a política urbana para além da pandemia da covid-19. In: **Diálogos da cidade no contexto pandêmico**. [recurso eletrônico] / organizadores Cristine Jaques Ribeiro, Nino Rafael Medeiros Krüger, Tuize Silva Rovere. - Pelotas : Ed. UFPel , 2021

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Analise Social, vol. XXIX (127), 1994, p.711-732

_____. Do cortiço a habitação digna: uma questão de vontade política. In: **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: estação Liberdade, 2000, p.73-82.

_____. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, M. CARVALHO, M. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. 224p.

_____. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega. 1979

BOUERI, Jose Jorge. **Recomendações Índices Ergonômicos de Dimensionamento e Avaliação da Habitação**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004

CARDOSO, Adauto Lucio; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Os Municípios e as políticas habitacionais. In: **Coletânea Habitar: Inserção Urbana e Avaliação Pós-ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. Programa de Tecnologia de Habitação. V,1. Cap., 2. São Paulo: FAUUSP. 2002, p. 14-34

CARRIÓN, Fernando. Centro Histórico: relación social, globalización y mitos. In: POSSO, Ana María Calvo (org.). **Políticas y gestión para la sostenibilidad del patrimonio urbano**. Bogotá: CEJA, 2001, p. 25 – 52.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil - 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – DPPC. **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife: Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Histórico-Cultural**. Recife: Prefeitura do Recife, 2020.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE - FIDEM. **Região Metropolitana do Recife: Plano de Preservação dos Sítios Históricos**. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1978.

FONSECA, Paulo Henriques da. **Novo constitucionalismo latino-americano, a propriedade e colonialidade: entre rupturas e permanências de um modelo**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), set./dez. 2015.

FRÚGOLI, Heitor Júnior. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociação na metrópole**. São Paulo: Cortez / EDUSP, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019** / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. 169 p.: il.

GOHN, Maria. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GUTIERREZ, Ramón. Caracterização dos Centros Históricos Latino-americanos. In: **Arquitetura latino-americana**. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Nobel, 1989, p.110-116.

HOLANDA, Frederico (1999): “Sintaxe de uma casa-átrio moderna”. Document based on the paper pre-sented in Seminário DOCOMOMO Brasil, São Paulo, 8-11 December 1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil: 2015** / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 352p.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Texto para lançamento da Conferência Nacional das Cidades**. Brasília: Ipea, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação Urbana**. Paz e terra: Rio de Janeiro, 1981

KRUGER, Nino Rafael Medeiros; KRUGER Caroline. Fique em casa? Violência e desigualdade no acesso a direitos sociais. In: **Diálogos da cidade no contexto pandêmico**. [recurso eletrônico] / organizadores Cristine Jaques Ribeiro, Nino Rafael Medeiros Krüger, Tuize Silva Rovere. - Pelotas : Ed. UFPel , 2021, p.16-37

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982

LUBAMBO, C. W. **Bairro do Recife entre o Corpo Santo e o Marco Zero: a reforma urbana do início do século XX**. Recife: CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

LUCREDI, Victor Rüegger. **Habitação para idosos: Programa de locação social nos centros históricos de São Paulo (Brasil) e Barcelona (Espanha)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Bauru, 2019.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo, SP: Espaço & Debate, Edição: 7, 1997.

_____. Habitação social em áreas centrais. **Revista Oculum Ensaios**, v. 1, p. 13–24, 2000.

_____. **Brasil cidades. Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, Edição: 7, 2013.

MARTINS, Juliana Cavalini. **Habitação Social em Centros Urbanos Consolidados: Análise Dialógica Desde o Percorso do Projeto ao Uso Social: São Paulo (Brasil) e Roma (Itália)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Bauru. 2016.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. **Habitar no centro histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2015.

MONTANER, Jose Maria. **Herramientas para habitar el presente. La vivienda del siglo XXI**. España: Universidad Politécnica de Cataluña, 2011.

MONTEIRO, Circe G. Activity Analysis in houses of Recife, Brasil. In. **Space Syntax - First International Symposium**, Volume II, London, 1997, pág. 20-13

MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO – MSTC. **Assessoria técnica popular: a prática em movimento**. São Paulo, SP: MSTC, 2022

MUNTAÑOLA, Josep. **La arquitectura como lugar**. 2ª Ed. Barcelona: UPC, 1996.

_____. **Topogénesis: fundamentos de una nueva arquitectura**. Barcelona: UPC, 2000.

_____. Arquitectura, modernidad y conocimiento. **Revista Architectonics. Mind, Land & Society**, nº 2. Barcelona: UPC, 2002.

_____. Arquitectura y dialogia. **Revista Architectonics. Mind, Land & Society**, nº 13. Barcelona: UPC, 2006.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e a ocupação de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU-Habitat). Nova Agenda Urbana. Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Dezembro, 2016.

_____. Preliminary paper. Indicator 11.1.1: Proportion of urban population living in slums, informal settlements or inadequate housing. February 2018.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; ROMÉRO, Marcelo de Andrade (Coord.). **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social**. Porto Alegre: ANTAC, 2003 (Coleção Habitare)

PALLASMAA, Juhani. **Habitar** - Barcelona, España: Ed. Gustavo Gilli, 2016.

PEREIRA, Gabriela Moraes. **Funcionalidade e qualidade dimensional na habitação: Contribuição à NBR 15.575/2013**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Florianópolis SC, 2015.

PRINZ, Dieter. **Planificación y Configuración Urbana. 3.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1986.

RAPOPORT, Amos. Cultura, Arquitectura y Diseño. In: **Revista ARQUITECTONICS. Mind, Land & Society. Arquitectura y Dialogia.** v.1. Barcelona: UPC, 2003.

_____. **House Form and Culture.** Milwaukee: Ed. University of Wisconsin, 1969.

REIS, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000.

REYNALDO, A. **As catedrais continuam brancas.** Recife: Cepe, 2017.

RICOEUR, Paul. Arquitectura y narratividad. In: Arquitectura y hermenéutica. **Revista Architectonics. Mind, Land & Society**, nº 4. Barcelona: UPC, 2004, p. 09-29.

RIFRANO, L. **Avaliação de projetos habitacionais: determinando a funcionalidade da moradia habitacional.** São Paulo: Ensino Profissional, 2006.

ROJAS, E.; MEDELLIN, N. **Housing Policy Matters for the Poor: Housing Conditions in Latin America and the Caribbean, 1995-2006.** Inter-American Development Bank (IDB) working paper series, 289. December, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ROVERE, Tuize Silva. Segregação urbana e as mulheres moradoras da periferia: corpos descartáveis no alvo da covid-19. In: **Diálogos da cidade no contexto pandêmico.** [recurso eletrônico] / organizadores Cristine Jaques Ribeiro, Nino Rafael Medeiros Krüger, Tuize Silva Rovere. - Pelotas : Ed. UFPel , 2021

SANTANA, R. B. **Análise dos indicadores de déficit habitacional e inadequação de domicílios.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia de Produção do Ambiente Construído, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

SANTOS, Carlos Nelson. **A cidade como um jogo de cartas.** São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SALCEDO, Rosio Fernandez Baca; MAGAGNIN, Renata Cardoso; PEREIRA, Talita Cristina. Spatial Quality of Social Housing for Seniors: Village of the Elderly in São Paulo (Brazil). **Journal of Civil Engineering and Architecture**, v.10, p. 615-628, 2016.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **Qualidade de habitação social nos centros históricos - Habitação de proteção oficial: cambó 2, giralt el pelliser de ciutat vella, Barcelona (Espanha).** In Anais do PLURIS, 2009.

_____. Recomendações para salvaguarda do patrimônio arquitetônico e urbano nos centros históricos. In: FONTES, Maria Solange Gurgel de Castro; CONSTANTINO,

Norma Regina Truppel; BITTENCOURT, Luiz Cláudio (org.). **Arquitetura e Urbanismo: novos desafios para o século XXI**. Unesp, 2009, p.69-82.

_____. **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil)**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. Parâmetros para assegurar sustentabilidade e moradia adequada nos centros históricos da América Latina. In: **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**, v. 1, n. 4. 2020, p.28-43.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca; MARTINS, Juliana Cavalini. Habitação Social: uma análise dialógica na ambiência do centro histórico. In: ENOKIBARA, Marta; GHIRARDELLO, Nilson; SALCEDO, Rosio Fernández Baca (org.). **Patrimônio, paisagem e cidade**. Anpap, 2016, p. 35-58.

SALÍNGAROS, Nikos; BRAIN, David; DUANY, Andrés. Habitação socialmente organizada, uma nova abordagem à estrutura urbana I: design capaz de estabelecer posse emocional In: **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 2, n. 2, p. 191–211, 2010.

SÁNCHEZ, Edgar Maurício Bárcenas. **Qualidade da Habitação do Projeto Piloto Locação Social para População em Situação de Rua: Uma análise dialógica**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Bauru. 2020.

SILVA, Marcos Felipe Alves da. **Análise dialógica da qualidade de habitação social da Parceria Público-Privada na ambiência do Centro histórico de São Paulo**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Bauru. 2020.

SILVA, Glauco Manjourany; MEDEIROS, Marielda Barcellos. Violência e desigualdade: promoção de saúde, habitação e acesso a direitos In: **Diálogos da cidade no contexto pandêmico**. [recurso eletrônico] / organizadores Cristine Jaques Ribeiro, Nino Rafael Medeiros Krüger, Tuize Silva Rovere. - Pelotas : Ed. UFPel , 2021

SOLER, Salvador. A Experiência da Prefeitura do Recife. In LESBAUPIN, Ivo (org). **Prefeitura do Povo e para o Povo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SUTTI, Marcela Luana. **Metodologia de Análise da Qualidade da Habitação Social: Projetos de Intervenção em Cortiços**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Bauru. 2022.

TUAN, Y. (1980). **Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL

TRIGUEIRO, E. B. F. **Oh de fora! Um estudo sobre a arquitetura residencial pré-modernista do Recife, enquanto elemento básico de composição do cenário urbano.** Recife: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

UNITED NATIONS. **Committee on Economical, Social and Cultural Rights. General Comment Nº 04: The Right To Adequate Housing (Art. 11, Para. 1).** Geneva, 1992.

UNITED NATIONS. **Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies.** Second Edition. New York, 2001.

VASCONCELOS, Priscila Batista; MACIEL, Caio Augusto Amorim; LACERDA, Norma. “Pelas Frestas e Becos do Patrimônio”: O lugar do (in)visível no Centro Histórico protegido do Recife. In: **Revista de Geografia (Recife)**, v, 35, n. 1, 2018, p.89-102

VILLA, Simone Barbosa, ORNSTEIN, S. W. (Org.) **Qualidade Ambiental na Habitação - Avaliação Pós-Ocupação.** São Paulo: Oficina de Textos, 2013. Vários Autores.

VILLA, Simone Barbosa. **Avaliação pós ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: uma experiência metodológica.** Uberlândia: UFU/PROEX, 2015

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2009.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: **Estudos Avançados**, v.25 (71), p 37-58, 2011

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Housing and health guidelines.** Geneva: World Health Organization, 2018.

ZARATE, Marcelo. Hacia un Urbanismo Alternativo. **Revista Architectonics. Mind, Land & Society.** Arquitectura y Dialogia, Barcelona: UPC, n. 19-20, 2010.

_____. Arquitectura, Fenomenología y Dialogía Social. **Revista Architectonics. Mind, Land & Society.** Arquitectura y Dialogia, Barcelona: UPC, n. 27, 2015.

ZÚQUETE, Ricardo Canto Móniz. **Ensayos sobre vivienda social.** Portugal 1950-1980. Un análisis dialógico. Tesis. Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), Barcelona, 2000.

ANEXOS

1. Questionário para avaliar a Percepção dos Usuários

Questionário Moradores			
Ocupação	Localização	Data da pesquisa ____/____/____	Id. unidade habitacional
		Horário Período	Nº Formulário

Características Socioeconômicas

01 Nome completo: _____

02 Local de Nascimento: _____

03 Gênero: ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Não-binário ☐ Outro

04 Idade: ☐ 18 a 30 ☐ 31 a 40 ☐ 41 a 50 ☐ 51 a 59 ☐ 60 ou mais

05 Etnia: ☐ Branco ☐ Pardo ☐ Preto ☐ Amarelo ☐ Indígena ☐ Não declarado

06 Estado civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Divorciado ☐ Viúvo ☐ União Estável

Composição familiar:

07 ☐ Sozinho(a) ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Esposa, marido, companheiro(a)
☐ Filho(a) ☐ Irmão(a) ☐ Outro parente ☐ Outra pessoa

08 Número de pessoas na sua composição familiar: _____

Na sua composição familiar, você é:

09 ☐ Sozinho(a) ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Esposa, marido, companheiro(a)
☐ Filho(a) ☐ Irmão(a) ☐ Outro parente ☐ Outra pessoa

Situação habitacional anterior:

10 ☐ Habitação individual, com família ☐ Habitação individual, sozinho
☐ Quarto ou cômodo, com família ☐ Quarto ou cômodo, sozinho
☐ Habitação coletiva, com família ☐ Habitação coletiva, sozinho
☐ Outra situação, qual? _____

Situação habitacional atual:

11 ☐ Habitação individual, com família ☐ Habitação individual, sozinho
☐ Quarto ou cômodo, com família ☐ Quarto ou cômodo, sozinho

- ☐ Habitação coletiva, com família ☐ Habitação coletiva, sozinho
- ☐ Outra situação, qual? _____

12 Há quanto tempo mora na ocupação: _____

Participação econômica no núcleo familiar:

- ☐ Você não trabalha e seus gastos são custeados
- 13** ☐ Você trabalha e é independente financeiramente
- ☐ Você trabalha, mas não é independente financeiramente
- ☐ Você trabalha e é responsável pelo sustento da família

Atividades remuneradas: ☐ SIM ☐ NÃO. **Se SIM, qual?**

- 14** ☐ Estágio ☐ Emprego fixo particular ☐ Emprego fixo público
- ☐ Emprego autônomo ☐ Aposentado ☐ Outro, qual? _____

Grau de escolaridade:

- 15** ☐ Não alfabetizado ☐ Ensino fundamental ☐ Ensino médio
- ☐ Ensino superior ☐ Pós-graduação ☐ Não sei

16 **Participação em programas governamentais:** ☐ SIM ☐ NÃO. **Se SIM, qual?**

Padrões sociais e políticos (bairro de vizinhança)

Quais destas atividades você realiza no bairro?

	Atividades	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
17	Comprar mantimentos	☐	☐			
	Atendimentos de saúde	☐	☐			
	Atividades profissionais	☐	☐			
	Atividades escolares	☐	☐			
	Atividades esportivas/lazer	☐	☐			
	Atividades sociais	☐	☐			
	Atividades religiosas	☐	☐			
	Outras atividades, quais?					

Que meio de transporte você utiliza nas atividades que realiza na vizinhança?

	Atividades	A pé	Carro/ Moto	Ônibus/Trem/Metrô	Bicicleta	Táxi/ Uber
18	Comprar mantimentos	☐	☐	☐	☐	☐

Atendimentos de saúde	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades profissionais	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades escolares	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades esportivas/lazer	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades sociais	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades religiosas	☐	☐	☐	☐	☐
Outras atividades	☐	☐	☐	☐	☐

19 Qual o seu grau de satisfação em morar nesse bairro?

☐ Muito satisfeito ☐ Satisfeito ☐ Regular ☐ Insatisfeito ☐ Muito Insatisfeito

20 Como você se sente em relação à segurança da vizinhança?

☐ Muito segura ☐ Segura ☐ Regular ☐ Insegura ☐ Muito Insegura

Padrões culturais (domésticos e coletivos) | ANTERIOR

Quais destas atividades você realizava na sua antiga configuração habitacional?

21	Trabalho Reprodutivo (tarefas domésticas)	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
	Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa, lavar a louça	☐	☐			
	Cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos	☐	☐			
	Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, de eletrodomésticos ou outros equipamentos	☐	☐			
	Limpar e arrumar o domicílio	☐	☐			
	Fazer compras ou pesquisar preços para o domicílio	☐	☐			
	Cuidar de outras pessoas ou animais	☐	☐			
	Outras atividades, quais?					
	Trabalho Produtivo (remunerado)	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
	Faxina e limpezas	☐	☐			
	Professor particular ou cuidador	☐	☐			
	Consultor ou revendedor	☐	☐			
	Manutenção e reparos (eletricista, encanador,	☐	☐			

pedreiro)					
Vendedor (doces, artesanato)	☐	☐			
Emprego fixo ou autônomo (home office)	☐	☐			
Outras atividades, quais?					
Descanso e Lazer	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
Assistir televisão	☐	☐			
Leitura	☐	☐			
Ouvir música	☐	☐			
Navegar na internet	☐	☐			
Jogar jogos (baralho, dominó, jogos de tabuleiro)	☐	☐			
Dormir ou descansar	☐	☐			
Receber visitas	☐	☐			
Outras atividades, quais?					

Padrões culturais (domésticos e coletivos) | ATUAL

Quais destas atividades você realizava na sua atual configuração habitacional?

22

Trabalho Reprodutivo (tarefas domésticas)	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa, lavar a louça	☐	☐			
Cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos	☐	☐			
Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, de eletrodomésticos ou outros equipamentos	☐	☐			
Limpar e arrumar o domicílio	☐	☐			
Fazer compras ou pesquisar preços para o domicílio	☐	☐			
Cuidar de outras pessoas ou animais	☐	☐			
Outras atividades, quais?					
Trabalho Produtivo (remunerado)	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
Faxina e limpezas	☐	☐			
Professor particular ou cuidador	☐	☐			
Consultor ou revendedor	☐	☐			

Manutenção e reparos (eletricista, encanador, pedreiro)	☐	☐			
Vendedor (doces, artesanato)	☐	☐			
Emprego fixo ou autônomo (home office)	☐	☐			
Outras atividades, quais?					
Descanso e Lazer	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
Assistir televisão	☐	☐			
Leitura	☐	☐			
Ouvir música	☐	☐			
Navegar na internet	☐	☐			
Jogar jogos (baralho, dominó, jogos de tabuleiro)	☐	☐			
Dormir ou descansar	☐	☐			
Receber visitas	☐	☐			
Outras atividades, quais?					

Padrões físicos (percepção dos usuários) | ATUAL

Como você considera sua configuração habitacional para o isolamento social?

23

☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Muito Ruim

Você realizou algum tipo de reparo ou mudança no espaço por causa da pandemia?

24

☐ SIM ☐ NÃO. Se SIM, qual? _____

Como você se sente em relação à segurança da configuração habitacional?

25

☐ Muito segura ☐ Segura ☐ Regular ☐ Insegura ☐ Muito Insegura

Como você se sente em relação à acessibilidade da configuração habitacional?

26

☐ Muito acessível ☐ Acessível ☐ Regular ☐ Inacessível ☐ Muito Inacessível

O que você acha do tamanho da sua configuração habitacional?

27

☐ Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Muito Ruim

28 O que você acha da iluminação natural da sua configuração habitacional?

☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Muito Ruim

O que você acha da ventilação natural da sua configuração habitacional?

29

☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Muito Ruim

O que você acha da organização espacial da sua configuração habitacional?

30

☐ Muito boa ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Muito Ruim

Como você avalia a sua configuração habitacional no verão?

31

☐ Muito quente ☐ Quente ☐ Normal ☐ Frio ☐ Muito Frio

Como você avalia a sua configuração habitacional no inverno?

32

☐ Muito quente ☐ Quente ☐ Normal ☐ Frio ☐ Muito Frio

Padrões culturais (domésticos e coletivos) | DESEJADOS

Quais destas atividades você realizaria no lugar que você gostaria de morar?

	Trabalho Reprodutivo (tarefas domésticas)	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
	Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa, lavar a louça	☐	☐			
	Cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos	☐	☐			
	Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, de eletrodomésticos ou outros equipamentos	☐	☐			
33	Limpar e arrumar o domicílio	☐	☐			
	Fazer compras ou pesquisar preços para o domicílio	☐	☐			
	Cuidar de outras pessoas ou animais	☐	☐			
	Outras atividades, quais?					
	Trabalho Produtivo (remunerado)	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
	Faxina e limpezas	☐	☐			
	Professor particular ou cuidador	☐	☐			

Consultor ou revendedor	☐	☐			
Manutenção e reparos (eletricista, encanador, pedreiro)	☐	☐			
Vendedor (doces, artesanato)	☐	☐			
Emprego fixo ou autônomo (home office)	☐	☐			
Outras atividades, quais?					
Descanso e Lazer	SIM	NÃO	Periodicidade (dia, semana ou mês)	Local	Horário
Assistir televisão	☐	☐			
Leitura	☐	☐			
Ouvir música	☐	☐			
Navegar na internet	☐	☐			
Jogar jogos (baralho, dominó, jogos de tabuleiro)	☐	☐			
Dormir ou descansar	☐	☐			
Receber visitas	☐	☐			
Outras atividades, quais?					

Descreva em poucas palavras como seria a casa ideal para você:

34

MUITO OBRIGADA

2. Requisitos especiais para SPR da ZEPH 10

PPSH / RMR (1978)	PPSH – Recife, Decreto n. 11.692 (1980)	Requisitos atuais vigentes
Melhoria dos serviços de infraestrutura básica e das condições de salubridade e habitabilidade das edificações;		
Preservação das características essenciais do conjunto quanto à forma, cor, escala e materiais de vedação e revestimento;	Preservação das Características essenciais do conjunto quanto a forma, cor, escala e materiais de vedação e revestimento. Melhoria dos serviços de infraestrutura básica e das condições de salubridade e habitabilidade das edificações Todas as intervenções na área interna da poligonal que define as ZPR, salvo em casos excepcionais, à critério da Diretoria de Planejamento Urbano - DPU.(Art. 3º)	
Disciplinamento do tráfego de veículos individuais e/ou de carga;		
Tratamento paisagístico para a Praça das Cinco Pontas;		
Tombamento à nível estadual da Matriz de São José, São José do Ribamar, Igreja do Livramento, Igreja da Penha, Igreja de N. S. da Conceição, Secretaria da Fazenda, Palácio da Justiça;		
Restauração do Forte das Cinco Pontas e adaptação para funcionamento de um órgão público;		
Demolição das construções novas no terreno do Forte;		
Uso: residencial, comercial e serviços;	Só serão permitidos usos compatíveis com o sítio, e que se adequem perfeitamente à edificação. (Art.6º)	
Restauração da igreja do Terço, Mercado de São José, Ordem Terceira;		

PPSH / RMR (1978)	PPSH – Recife, Decreto n. 11.692 (1980)	Requisitos atuais vigentes
Tratamento adequado dos logradouros;		
Proibição do estacionamento de veículos individuais no Pátio do Terço, Pátio do Livramento;		
Retirada do estacionamento do pátio da Igreja;		
Disciplinamento do comércio de ambulantes;		
Conservação da Igreja de São Pedro, Igreja do Carmo, Igreja de N. S. da Conceição dos Militares, Igreja N. S. dos Rosários dos Petros, Convento e Igreja de Santo Antônio, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Palácio da Justiça, Teatro de Santa Isabel, Liceu de Artes e Ofícios, Secretaria da Fazenda;		
Restauração das fachadas e volumetrias das edificações situadas nas ruas do Fogo e de São Pedro, Igreja do Espírito Santo;		
Revitalização das edificações situadas na Av. Dantas Barreto;		
Demolição das barracas encostadas ao Mercado;		
Agenciamento da Praça do Mercado de São José;		
Tratamento adequado ao Largo do Carmo e dos terrenos vagos da quadra do convento;		
Tratamento adequado da Rua Nova, Rosário dos Pretos, Duque de Caxias visando a sua exclusiva utilização pelos pedestres;		
Implantação de mobiliário urbano;		

PPSH / RMR (1978)	PPSH – Recife, Decreto n. 11.692 (1980)	Requisitos atuais vigentes
Compatibilização de volumetria das edificações recentes situadas nas ruas Larga do Rosário e Estreita do Rosário;		
Adaptação da igreja de N. S. da Conceição para uso de uma entidade de classe;		
	Não serão permitidas modificações no parcelamento do solo, inclusive remembramento e desmembramento dos imóveis integrantes desta ZPR, salvo em casos excepcionais, à critério da Diretoria de Planejamento Urbano - DPU.(Art.4º)	
	Todos os pedidos para aprovação de projetos e licenciamento de obras nas ZPR deverão ser submetidos à apreciação da DPU e qualquer que seja a natureza do projeto, obra de conservação, restauração ou nova edificação, deverão respeitar as características do conjunto. (Art.5º)	Análise especial para cada caso a critério do órgão competente, objetivando a restauração, manutenção do imóvel e/ou sua compatibilização com a feição do conjunto integrante do sítio, sendo permitida a demolição dos imóveis cujas características não condizem com o sítio, ficando o parecer final a critério da CCU.
	Quanto às obras novas estas deverão se integrar ao conjunto nos aspectos de volumetria, implantação no terreno, forma e intensidade de ocupação do terreno, tipo e inclinação de cobertura, materiais de revestimento externo, inclusive esquadrias e respeitarão nas fachadas a relação cheios/vazios para abertura de vãos. (Art.5º §1º)	
	Internamente os edifícios podem sofrer modificações, desde que não provoquem alterações no seu aspecto externo, podendo ser analisados em condições especiais e relação as Leis nº 7427/61 e 14117/80. (Art. 5º §2º)	
	Quando a linha de limite que define o perímetro de uma Zona de Preservação, dividir o imóvel, prevalecerão para o mesmo as recomendações da zona rigorosa. (Art.7º) -Se a linha de limite dividir o imóvel em área que tenham	

PPSH / RMR (1978)	PPSH – Recife, Decreto n. 11.692 (1980)	Requisitos atuais vigentes
	condições de construir lotes independentes, prevalecerão para os lotes as recomendações da respectiva zona. (Art.7º §Único)	
		ZEPH selecionada com proposta de Plano Específico.
Preservação das características de implantação das edificações nos lotes;		
Controle no uso das edificações: residencial, comercial e de serviços;		
Coberturas em telha canal com 30% de inclinação mínima;		
	Todos os pedidos para aprovação de projetos e licenciamento de obras e novos usos na ZPA, deverão ser submetidos à apreciação da DPU. (Art.8º)	
	Respeitar as Leis 7427/61 e 14117/80 no que se refere as condições internas dos compartimentos (Art. 9º)	
	A edificação deverá ter as fachadas voltadas para os logradouros num único plano vertical, não se permitindo balanços, recuos frontais ou laterais. (Art. 9º)	
	Os saques sobre as fachadas poderão ter no máximo 0,30m (trinta centímetros) destinados a elementos construtivos. (Art. 9º)	
		ZEPH selecionada com proposta de Plano Específico
Tombamento a nível estadual da Antiga Casa de Detenção;	Restauração e preservação dos edifícios integrantes da ZPR.	
Conservação da Edificação;		
Uso: manter o atual (Casa da Cultura);		Qualquer uso, é permitido, desde que não acarrete descaracterização no imóvel, interferência no entorno e obedeça ao que determina esta Lei.

PPSH / RMR (1978)	PPSH – Recife, Decreto n. 11.692 (1980)	Requisitos atuais vigentes
	Todas as intervenções na área interna à poligonal que define a ZPR, deverão objetivar a restauração e/ou preservação dos Edifícios da Casa da Cultura e da Estação Central. (Art.3º)	Análise especial para cada caso a critério do órgão competente, objetivando a restauração, manutenção do imóvel e/ou sua compatibilização com a feição do conjunto integrante do sítio, sendo permitida a demolição dos imóveis cujas características não condizem com o sítio, ficando o parecer final a critério da CCU
	Os demais edifícios existentes não poderão sofrer alterações sem que sejam aprovadas pela Diretoria de Planejamento Urbano - DPU. (Art. 3º SÚnico).	
		Não serão permitidas modificações no parcelamento do solo, inclusive remembramento e desmembramento, podendo haver interligação entre os imóveis, desde que não interfira na volumetria dos mesmos
		As condições internas dos compartimentos das edificações originais quanto às dimensões, iluminação e ventilação serão objeto de análise especial pelo órgão competente;
		Nos lotes construídos poderão existir novas edificações, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo órgão competente, não sendo computado neste cálculo a edificação preservada;
Material da Coberta: telha cerâmica;	Ter a cobertura em telha cerâmica ou tijoleiras sem exigências de inclinação mínima; (Art. 4º Ali.4º)	As edificações com altura de até 21m (vinte e um metros) deverão ter a cobertura em telha cerâmica ou material similar, visando a integração volumétrica e ambiental com as demais do entorno;
Disciplinamento do tráfego de veículos de carga na área;		
Uso: permanecer o atual;		
	Na ZPA, os projetos deverão ter as fachadas voltadas para os logradouros num único plano vertical, não se permitindo	Obrigatória a construção no paramento, sem afastamentos laterais;

PPSH / RMR (1978)	PPSH – Recife, Decreto n. 11.692 (1980)	Requisitos atuais vigentes
	balanços, recuos frontais ou laterais. Os saques sobre estas fachadas, poderão ter no máximo 0,30m e destinados a elementos construtivos, como molduras e esquadrias, brises, caixas de ar-condicionado, jardineiras e quaisquer outros elementos afins; (Art.4º Ali.3º)	
	Todos os pedidos para alteração no parcelamento do solo em área da ZPA deverão ser apreciados pelo DPU.	Análise especial quanto ao parcelamento do solo, inclusive remembramento e desmembramento dos imóveis integrantes deste setor;
		Gabarito máximo medido a partir da cota de piso fornecido pelo órgão competente até o ponto máximo da platibanda; no caso de edificações implantadas em terrenos inclinados, o gabarito deverá ser medido no ponto médio da edificação;
		Respeito à legislação vigente, no tocante às condições internas dos compartimentos;
		Nos lotes construídos onde existem IEPs (Imóveis Especiais de Preservação), poderão existir novas edificações, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo órgão competente. A edificação existente não será computada neste cálculo;
		Quando a linha-limite que define o perímetro de um dos setores de preservação dividir o imóvel, prevalecem para o mesmo as condições mais restritivas; se a linha-limite dividir o imóvel em áreas que tenham condições de constituir lotes independentes, prevalecem para cada lote as recomendações do Setor ou Zona em que estejam incluídos.

Fonte: DPPC (2020), organizado pela autora (2022).